

CIÊNCIAS  
SOCIAIS  
APLICADAS:  
A SOCIEDADE  
EM SUA  
INTEGRALIDADE

-----  
VOLUME I



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: a sociedade em sua integralidade

1ª ed.

Piracanjuba-GO  
Editora Conhecimento Livre  
Piracanjuba-GO

1ª ed.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Barbosa, Frederico Celestino  
B238C Ciências sociais aplicadas: a sociedade em sua integralidade  
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

367 f.: il

**DOI:** 10.37423/2021.edcl236

**ISBN:** 978-65-89145-75-2

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl236>

**O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.**

# EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

## Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Anderson Reis de Sousa

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2020

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>8</b>
A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Lucia Maria Patriota	
Anna Raquel Andrade Gonzaga	
Michelle Peres de Oliveira	
Bruna Valeska Barros Silva	
<b>DOI 10.37423/210403807</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>22</b>
FATORES ASSOCIADOS À PERCEPÇÃO NEGATIVA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS DO INTERIOR SERGIPANO	
DANILO BARBOSA MORAIS	
ANDRESSA MELO ALVES	
GLAUBER ROCHA MONTEIRO	
GILBERTO SANTOS MORAIS JÚNIOR	
ROBERTO JERÔNIMO DOS SANTOS SILVA	
<b>DOI 10.37423/210403811</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
TRANSEXUALIDADE E O DIZER PSICANALÍTICO	
Francisco André da Silva	
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello	
<b>DOI 10.37423/210403822</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
GERENCIA DE CALIDAD TOTAL: UNA CAUSAL EJECUCIONAL	
Ana Maria Golpe Cerevo	
<b>DOI 10.37423/210403824</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>66</b>
REFLEXÕES GEOGRÁFICAS SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA: O CASO DA AGROVILA DO CABURI	
Charlene Maria Muniz da Silva	
<b>DOI 10.37423/210403832</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>80</b>
FITOTERAPIA COMO ALTERNATIVA DE IMUNOMODULAÇÃO EM IDOSOS EM TEMPOS DE COVID-19	
Maria Cecília Queiroga dos Santos	
Cristina Ruan Ferreira de Araújo	
<b>DOI 10.37423/210403845</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>98</b>
IMPACTO DO COVID-19 NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS	
Renata Angela Fonseca da Costa	
Luiz Alberto Van Den Brule Matos Neto	
Gabriela Sena Nogueira Fonseca Santos	
Alisson Cleiton da Cunha Monteiro	
<b>DOI 10.37423/210403849</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>112</b>
PROGRAMA EDUCAÇÃO SEXUAL EM DEBATE NA RÁDIO UDESC-FLORIANÓPOLIS (SC): ESPAÇO INTENCIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA.	
Marcia de Freitas	
Sonia Maria Martins de Melo	
<b>DOI 10.37423/210403850</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>123</b>
GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO COMO PRÁTICA COMPLEMENTAR NA SAÚDE PARA USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	
Déborah Grasyella Pachêco de Moraes Lins Santos	
Mayara Inácio de Oliveira	
Iracema da Silva Frazão	
Tatiane Gomes Guedes	
<b>DOI 10.37423/210403859</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>129</b>
VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE BIOPSICOSSOCIAL	
Francisca Elidivânia de Farias Camboim	
Brenda Raquel Cavalcanti Mamede Alves	
José Cleston Alves Camboim	
José Caroca da Silva Monteiro	
Danielle Marinho Brasil	
Michelle Marinho Brasil	
Paulo José de Assis Cunha	
Maria do Socorro Nóbrega Lopes	
Elaine Cristine Alves pegado	
<b>DOI 10.37423/210403860</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>140</b>
INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Victoria Maria de Almeida Lima	
Mariana Bárbara Lira Teles	
Jakelline Mikellen Vasconcelos Dias	
<b>DOI 10.37423/210403884</b>	

<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>147</b>
PROJETO DE ATENDIMENTO CLÍNICO EM GERONTOLOGIA E ATENÇÃO AO IDOSO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN	
MARINEIDE CLEMENTE BARBOSA DE ARAUJO	
MARIA APARECIDA VICENTE DE LIMA SOUZA	
MÔNICA TERTO DE MEDEIROS	
JOSEANE COSTA DA SILVA	
JOILSON DE MEDEIROS	
JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE	
DOI 10.37423/210403897	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>153</b>
DICAS E CONSELHOS PRÁTICOS PARA A DIVISÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS, 1960/1970	
Camila Parente da Costa	
DOI 10.37423/210403903	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>164</b>
TURISMO ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO CONTRIBUIDOR PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO DOS EDUCANDOS	
Pollylian Assis Madeira	
Milena Beatriz Silva Loubach	
DOI 10.37423/210403921	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>183</b>
EFEITO DA PRÁTICA DA CAPOEIRA NO BEM-ESTAR SUBJETIVO DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	
GRAZIELA CAVALCANTE ARAÚJO	
MARINA PEREIRA GONÇALVES	
DOI 10.37423/210403928	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>199</b>
REVISÃO INTEGRATIVA: CUIDADO DO ENFERMEIRO À PESSOA IDOSA COM NEOPLASIA EM CUIDADOS PALIATIVOS	
Maria Letícia da Silva Viana	
Jéssica Karine Germano da Silva Aguiar	
DOI 10.37423/210403937	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>213</b>
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE ENVASAMENTO DA ÁGUA DO COCO VERDE	
Karen Maria da Costa Mattos	
Anna Cristina de Araujo	
Katty Maria da Costa Mattos	
<b>DOI 10.37423/210403943</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>230</b>
A EXPRESSÃO REGIONAL DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	
Helma Monteiro Viana Vasconcelos	
Elmer Nascimento Matos	
<b>DOI 10.37423/210403951</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>257</b>
O ABANDONO AFETIVO INVERSO COMO FUNDAMENTO EXCLUSIVO PARA DESERDAÇÃO	
AMANDA GOMES ALVES	
MAXILENE SOARES CORRÊA	
<b>DOI 10.37423/210403958</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>271</b>
ENTRE CHARMES E LIKES, COLOQUE NO CARRINHO SEU CRUSH PARA DAR UM MATCH – UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DA SEXUALIDADE EM TEMPOS DE DATING APPS .	
Nayara Dias Scrimim	
<b>DOI 10.37423/210403960</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>284</b>
PROFISSÃO DESIGNER: A ATIVIDADE PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE BLOGS BRASILEIROS DE DESIGN	
Isabela de Mattos Ferreira	
Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima	
<b>DOI 10.37423/210504011</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>299</b>
TEORIA QUEER E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLAR E LEGISLATIVO	
Sandra Carolina de Oliveira Leão	
Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho	
<b>DOI 10.37423/210504014</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>310</b>
PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO ESTÉTICA DE SERVIÇOS	
HUMBERTO COSTA	
<b>DOI 10.37423/210504015</b>	



**CAPÍTULO 24 ..... 328**

**ENVELHECIMENTO ATIVO E A SUA RELAÇÃO COM A OBESIDADE MÓRBIDA**

Ivoneide Ribeiro Costa  
Elizane Cristina Aquino  
Esmelsy Gloribel Cabrera Garcia  
Marilene Gomes silvestre  
Hercileide Vergueiro  
maria Cristina Santos  
Mirella Damasceno Coutinho  
Nilzimar Ferreira da Silva  
Maria da Conceição Aquino  
**DOI 10.37423/210504017**

**CAPÍTULO 25 ..... 341**

**ARQUITETURA BANCÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE: PERMANÊNCIA DOS ESPAÇOS E A  
CONVERSÃO DOS USOS FRENTE À VIRTUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Janércia Aparecida Alves  
Frederico Braidá  
José Gustavo Francis Abdalla  
**DOI 10.37423/210504018**

**CAPÍTULO 26 ..... 355**

**O ANTECIPAR DA MORTE NA VELHICE: REFLEXÕES SOBRE SUICÍDIO EM IDOSOS NO  
BRASIL**

Cásio Carlos Pereira Barreto  
**DOI 10.37423/210504024**

# Capítulo 1



10.37423/210403807

## A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Lucia Maria Patriota*

*Universidade Estadual da Paraíba*

*Anna Raquel Andrade Gonzaga*

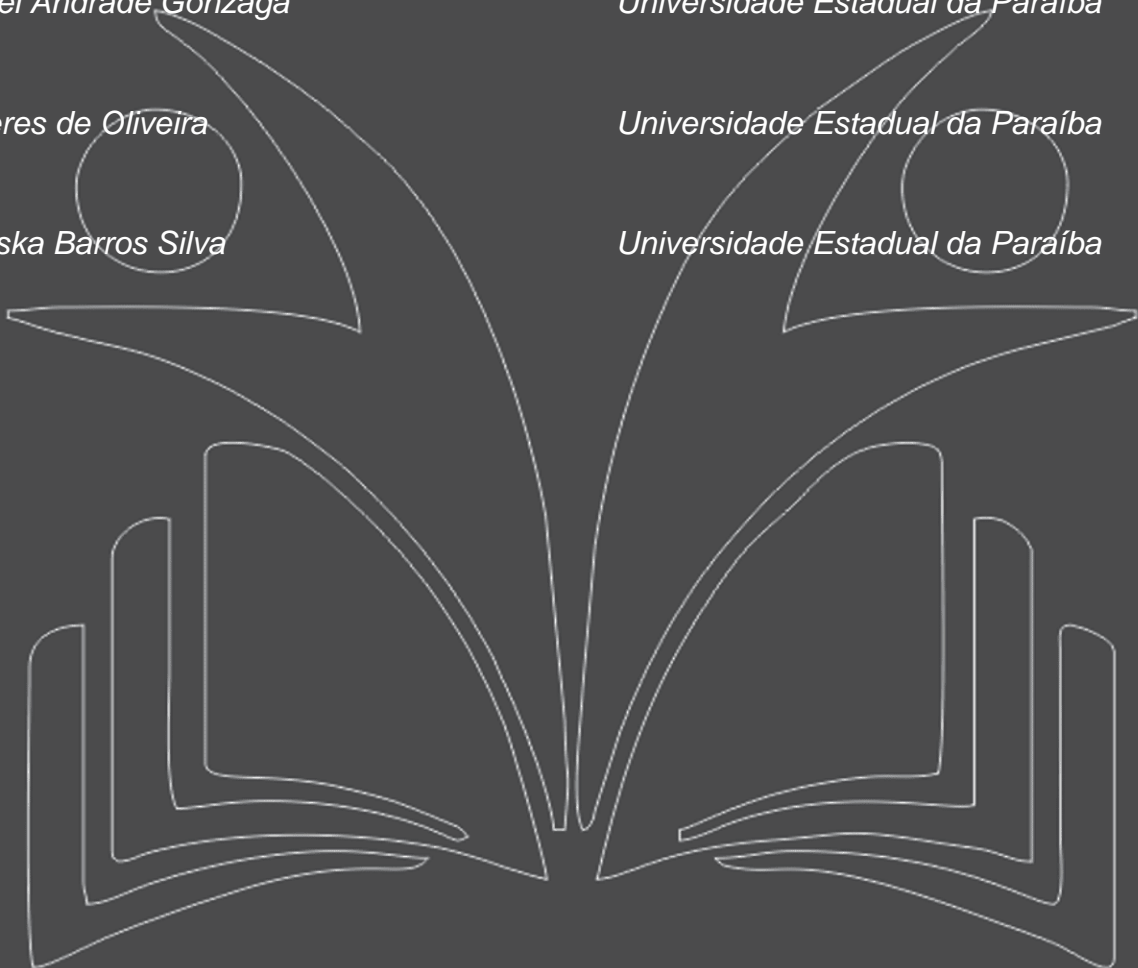
*Universidade Estadual da Paraíba*

*Michelle Peres de Oliveira*

*Universidade Estadual da Paraíba*

*Bruna Valeska Barros Silva*

*Universidade Estadual da Paraíba*



**Resumo:** O envelhecimento populacional no Brasil é um fato, configurando-se, ao mesmo tempo, em uma conquista e um grande desafio. Dentre as questões relacionadas ao envelhecimento temos a violência contra os idosos que se constitui em um problema de saúde pública, dada sua grande expressão e rebatimento nos serviços de saúde. Fenômeno universal, que exige atenção e mobilização dos diversos setores da sociedade, a violência contra o idoso no contexto da pandemia do Covid 19 é tomado no presente artigo como objeto de reflexão que tem por objetivos apresentar breves noções sobre a violência e suas diferentes manifestações, situar a violência como expressão da questão social e contextualizá-la aos tempos da pandemia. A pesquisa compreendeu um estudo exploratório e descritivo, de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos através de levantamento bibliográfico seguido da construção de fichamentos, análises e posterior construção do texto aqui apresentado. A fonte de dados constituiu-se de livros que abordam a questão do envelhecimento, artigos publicados em periódicos e eventos científicos, dados publicizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE).

**Palavras-Chave:** Idoso, Violência, Pandemia.

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é, indiscutivelmente, uma das principais conquistas sociais do XX e XXI, mas que, ao mesmo tempo, representa um grande desafio, sobretudo, para as políticas públicas, devendo ter caráter prioritário dentro das agendas governamentais.

A compreensão desse segmento populacional como sujeitos de direitos implica na responsabilização do Estado, da família e da sociedade no enfrentamento e no combate à violência em suas diversas formas, fenômeno tão presente do cotidiano de milhões de idosos no Brasil.

De acordo com dados do Disque 100, serviço oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), 37.454 denúncias de violações contra a pessoa idosa foram efetuadas em 2018. O balanço de 2018 informa que 52,9% dos casos de violações contra pessoas idosas foram cometidos pelos filhos, seguidos de netos (com 7,8%). As pessoas mais violadas são mulheres com 62,6% dos casos e homens com 32%, sendo eles da faixa etária de 71 a 80 anos com 33% e 61 a 70 anos com 29%. Das vítimas 41,5% foram declarados brancos, pardos 26,6%, pretos 9,9%, amarelos com 0,7% e indígenas 0,4%. Sendo a casa da vítima o local com maior evidência de violação, 85,6%.

Ainda de acordo com informações do Governo Federal, ocorreram 3 mil denúncias de violência contra o idoso no mês de março de 2020, em abril do mesmo ano esse índice passou para 8 mil e, em maio de 2020, foi para quase 17 mil. Isso se dá devido ao isolamento social imposto pela pandemia do Covid 19, o que nos desperta para importantes reflexões e deve nos mobilizar para uma ação social ampla de efetivo enfrentamento da questão. No momento em que fechamos este artigo o Brasil registra mais de 170 mil mortes por Covid 19. Um tempo de incertezas e de demandas urgentes coloca-se a toda sociedade, uma vez que seus efeitos têm sido impactantes não somente na saúde (física e mental), mas também sobre a economia e a vida social, em geral.

Todos esses elementos até aqui apresentados justificam a importância de se tomar e pôr em destaque a questão da violência contra os idosos em tempos de Covid 19. De forma que o presente artigo tem por objetivos apresentar breves noções sobre a violência e suas diferentes manifestações, situar a violência como expressão da questão social e contextualizá-la aos tempos da pandemia. Compreende um estudo exploratório e descritivo, de natureza bibliográfica com abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos através de levantamento bibliográfico, seguido da construção de fichamentos, análises e posterior construção do texto aqui apresentado. A fonte de dados constituiu-se de livros que abordam a questão do envelhecimento, artigos publicados em periódicos e eventos científicos, dados

publicizados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE).

## VIOLÊNCIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A violência contra o idoso compreende um fenômeno cultural com raízes e manifestações seculares, do qual ainda se fala muito pouco, dadas as suas expressões, e que fere fundo a alma de nosso país, conforme Minayo (2006), para quem é preciso considerar a forma naturalizada com a qual tratamos a violência. Para a citada autora o fenômeno se expressa nas formas como se organizam as relações entre os pobres e os ricos, entre os gêneros, as raças e os grupos de idades nas várias esferas de poder político, institucional e familiar. A violência implica sempre em relações de poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens.

Minayo (2006) traz ainda sua definição sobre a natureza da violência e a divide da seguinte forma:

As violências contra idosos se manifestam de forma: (a) estrutural, aquela que ocorre pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de pobreza, de miséria e de discriminação; (b) interpessoal nas formas de comunicação e de interação cotidiana e (c) institucional, na aplicação ou omissão na gestão das políticas sociais pelo Estado e pelas instituições de assistência, maneira privilegiada de reprodução das relações assimétricas de poder, de domínio, de menosprezo e de discriminação (MINAYO, 2006, p.48).

O Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, define a violência contra o idoso como qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico ao idoso (BRASIL, 2003).

De acordo com a respectiva Lei, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal do Idoso; IV – Conselho Estadual do Idoso; V – Conselho Nacional do Idoso .

A violência contra a pessoa idosa se manifesta de várias formas: violência física, psicológica, sexual, abandono, negligência, abusos financeiros e autonegligência. Essas violências podem levar a lesões físicas, emocionais ou a morte.

A violência física se dá na utilização da força física sobre o idoso. Esta é a forma mais visível entre os tipos de violência contra o idoso, pois claramente é possível identificar os danos causados por empurrões, tapas, beliscões, entre outros. Esta pode acarretar internação hospitalar e/ou mesmo a

morte. É importante destacar que o local mais frequente da ocorrência desse tipo de violência é no seio familiar, conforme já apresentado na introdução deste artigo.

Dados apresentados por Minayo (2016) reiteram este fato. Conforme a autora, mais de 60% dos casos de violência contra idosos ocorrem nos lares e essa não é uma realidade apenas do Brasil, mas compreende um dado que se manifesta internacionalmente. Dois terços dos agressores são filhos, que agredem mais que filhas, noras ou genros e cônjuges, nesta ordem. Os idosos quase não denunciam, por medo e para protegerem os familiares. Normalmente os agressores vivem na casa com a vítima, são filhos dependentes do idoso e idoso dependente dos familiares, filhos ou idosos que abusam de álcool e drogas, pertencem a famílias pouco afetivas ao longo da vida e isoladas socialmente.

A violência psicológica é a forma mais oculta e se manifesta por meio do desprezo, preconceito, discriminação, podendo levar a tristeza, depressão e suicídio. Esta pode se expressar por meio de palavras, atitudes, ações e omissões.

A violência sexual envolve o contato sexual não-consensual de qualquer pessoa com um idoso e se expressa por meio de beijos forçados ou práticas sexuais sem consentimento e ocorre de maneira mais constante com mulheres idosas. É importante frisar o preconceito atrelado ao idoso com uma ideia muito comum de que os velhos são ou deveriam ser assexuados, acarretando atitudes repressivas dos idosos em relação a sua vida sexual ativa.

O abandono compreende deserção do idoso por um indivíduo que teve custódia física ou tenha assumido responsabilidade por prover cuidado pelo mesmo e apresenta várias facetas motivando, muitas vezes, a retirada do idoso da sua casa contra sua vontade, obrigando o idoso a residir perto de filhos contra sua vontade, a colocação do idoso em instituições de longa permanência a sua revelia.

A negligência compreende outra categoria importante para explicar as várias formas de menosprezo e de abandono de pessoas idosas. Poderíamos começar pelas que os serviços públicos cometem. Por exemplo, na área da saúde, o desleixo e a inoperância dos órgãos de vigilância sanitária em relação aos abrigos e clínicas. Embora hoje haja normas e padrões da vigilância sanitária para seu funcionamento, não há fiscalização suficiente, permitindo que situações de violência institucional se instalem e se perpetuem.

A violação financeira e patrimonial se refere a usurpação de bens materiais e financeiros dos idosos. Esse tipo de violência acontece de variadas formas, como o apossamento do cartão do benefício de

aposentadoria, pensão ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) sendo usado indevidamente por parte de familiares, vizinhos. Este tipo de violência também pode acontecer em trâmites de aposentadorias e pensões e em planos de saúde, que aumentam os valores e recusam-se a prestar os serviços essenciais à saúde das pessoas idosas.

A autonegligência se caracteriza pelo comportamento de um idoso que ameaça sua própria saúde ou segurança. Ocorre quando a própria vítima se exprime em atitudes como: se isolar, não sair de casa, recusar tomar banho, não se alimentar, não tomar os medicamentos, enfim, manifestando clara ou indiretamente a vontade de morrer. Essa violência geralmente está atrelada a violência psicológica, sendo um processo somatório de vulnerabilidades.

Segundo o Manual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa (BRASIL, 2014, p. 44):

[...] as expressões de violência contra a pessoa idosa quase sempre se manifestam de modo cumulativo e devem ser objeto de atenção. Se algumas formas, como é o caso da discriminação por idade, ocorrem em relação a todas as classes sociais, há outros tipos que afetam, sobretudo, os mais frágeis e dependentes, frequentemente combinando abusos físicos, psicológicos, econômico-financeiros, negligências e autonegligências.

Segundo o relatório do Disque Direitos Humanos do ano de 2019, que demonstra os dados das violações por cada tipo de violência, a negligência ocupa o topo das violações com 41%, em seguida aparece a violência psicológica com 24%, a violência financeira com 20%, a violência física com 12%, a violência sexual com 0,2%, e outros 0,8%.

De acordo com Minayo (2006), como fenômeno sócio-histórico, a violência acompanha toda a experiência da humanidade e embora não seja uma questão específica da saúde, a afeta porque acarreta lesões, traumas e mortes físicas e emocionais. Concordamos com a citada autora quando a mesma considera que a violência não é uma, que ela é múltipla. O mesmo se aplica a velhice, fenômeno multidimensional, complexo e heterogêneo. A violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes.

O fato é que a violência traduz a existência de problemas sociais e estruturais que não se transformam em tema de debate e busca de solução pela sociedade como deveria. E nesse sentido é preciso pensar as diferentes formas de organização social vivenciadas pela humanidade. De acordo com Bosi (1994, p.78) “quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização”. Nada mais violento!!!

Dessa forma não podemos desconsiderar em nossas reflexões sobre a violência contra os idosos a ordem societária em que vivemos. E essa ordem, conforme nos é posto por Simone de Beauvoir em seu clássico *A Velhice*, nos aponta os abismos postos entre os que vivenciam a velhice. Uma sociedade cujo valor maior é atribuído àquele com maior potencial de produção ou consumo, gera, por si só, diferentes expressões da questão social, entendida aqui como fenômeno indissociável da sociedade capitalista (NETTO, 2001), discussão que será apresentada a seguir.

## A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Entendemos que a discussão da questão social se faz fundamental para compreensão do objeto aqui em foco visto que o envelhecimento populacional adquire dimensões singulares na vigência do capitalismo e está envolto pelas diferentes expressões ou materializações da questão social, entre as quais se inclui a violência contra o idoso.

O processo histórico, político e social profundamente violento que marcou a gênese do capitalismo no Brasil é compreendido como produtor da grande desigualdade posta entre as classes antagônicas dessa sociabilidade. Na verdade, a questão social, que se materializa na desigualdade e assume diferentes expressões, é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e, em contrapartida, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza.

De acordo com Netto (2001), os diferentes estágios ou modelos de acumulação capitalista geram diferentes expressões da questão social, ou seja, as mudanças societárias alteram suas manifestações. O crescimento da população idosa, por exemplo, disseminado pela mídia como um problema social que afetará os cofres públicos, é contemporâneo na sociabilidade capitalista e exige atenção e respostas às suas demandas. Configura-se como uma conquista, entretanto, é marcado por diferentes expressões da questão social, dentre elas a violência contra o idoso.

Embora todo ser humano sofra consequências no processo de envelhecimento, essas são diferenciadas entre as classes sociais. Como ressalta Haddad (1986, p. 42), “[...] é a classe trabalhadora, formada pelos homens-mercadoria, que aciona o processo produtivo, a protagonista da tragédia do fim da vida”, ou seja, a que vai vivenciar as expressões da questão social de forma acentuada. O envelhecimento populacional evidencia a pluralidade das velhices e as desigualdades que envolvem os modos de viver e que se acentuam brutalmente nos segmentos menos favorecidos da sociedade.



Assim, tendo como base as concepções de Netto (2001), nota-se que este é um fenômeno que apresenta diferentes roupagens de acordo com o momento histórico e social, porém, suas bases continuam as mesmas: a apropriação privada da produção coletiva, ou seja, as contradições entre capital-trabalho. Desse modo, este fenômeno se perpetuará enquanto houver a vigência da sociedade burguesa.

O capitalismo e sua dinâmica socioeconômica preceitua como útil aqueles que são capazes de vender sua força de trabalho. Em contrapartida, os que estão fora deste ciclo passam a ser considerados como incapazes ou até mesmo, um peso social. Este modo capitalista de se pensar e viver marginaliza e segrega determinados grupos de pessoas, entre eles, os idosos.

O envelhecimento, portanto, torna-se uma expressão da questão social para a classe que vende sua força de trabalho, imprimindo-lhe diversas consequências em âmbito social, psicológico e econômico. Tal perspectiva desconstrói a concepção de que a vivência da velhice é homogênea, considerando que esta é cercada de pluralidades postas pela desigualdade social e econômica.

Abordar o envelhecimento e, no caso específico a violência contra os idosos, como expressão da questão social implica considerar os determinantes e condicionantes econômicos, sociais, políticos, culturais, étnicos e de gênero que envolvem os fenômenos. De acordo com Teixeira (2009), o envelhecimento não se constitui um problema social pelas restrições físicas, fisiológicas ou biológicas do organismo. Sua configuração como problema/question social estão para além do crescimento demográfico, da restrição de papéis sociais, familiares e trabalhistas. Sua configuração como questão social vincula-se a vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores quando envelhecem e perdem o valor de uso para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida.

Esses sujeitos envelhecidos sob essas desiguais e injustas condições, por não possuírem os meios de produção e nem acesso a riqueza socialmente produzida, são submetidos à pobreza, a dependência de recursos públicos cada vez mais restritos, ao abandono, às doenças, enfim, as diversas formas de violência.

O fato é que a sociabilidade capitalista se recusa a atribuir valor a velhice. Sua lógica produtivista e utilitária exclui o idoso de suas relações sociais e humanas, produz e reproduz atitudes preconceituosas, discriminatórias, alimenta o idadismo, o ageismo, sentencia o idoso à pobreza e a reclusões em instituições de acolhimento – muitas em estado de intensa precarização. Enfim, a dinâmica societária gera uma realidade na qual o idoso trabalhador envelhecido encontra-se sem nenhuma condição objetiva de viver com dignidade, além de inculcar nas pessoas a ideia de que o

velho/idoso é um fardo. Daí a importância de se entender a violência contra os idosos nos marcos da questão social.

Nessa perspectiva, Salgado apud Araújo; Silva (1999, p. 18) asseveram que “uma população com grande percentual de velhos já é por si mesmo, uma questão social, e quando esse grupo etário, em franca progressão não estabelece relações harmônicas com os demais, passa a constituir um problema social dos mais sérios”.

Isto posto, destaca-se o contexto de pandemia pelo Covid 19 que evidenciou ainda mais a desigualdade e a violência a qual a grande maioria de nossos idosos estão submetidos, conforme veremos a seguir.

## A PANDEMIA DO COVID-19 E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS IDOSOS

A Covid 19 é uma doença ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) que surgiu em 2019, na China e, posteriormente, ganhou caráter mundial. A doença foi decretada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) após a disseminação acelerada do vírus a nível global. Desde a confirmação do 1º caso do Covid 19 em Wuhan, China, em dezembro de 2019 até 13 de outubro de 2020, já havia registro de 38.117.189 casos confirmados e 1.085.983 óbitos ao redor do mundo, entre os quais 5.117.151 de casos confirmados e 151.117 óbitos no Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Trata-se de uma doença respiratória e seus sintomas se dão de forma muito particular, a depender do organismo hospedeiro. Diante da chamada imunossenescência, deterioração natural do sistema imunológico provocado pelo processo de envelhecimento, a pessoa idosa torna-se parte de um dos grupos mais vulneráveis a Covid 19.

Além disto, uma parte considerável da população idosa possui uma ou mais doenças crônicas não transmissíveis, tais como hipertensão arterial, diabetes, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, neoplasias, cardiopatias, dentre outras, que são importantes fatores prognósticos de quadros mais graves da doença. Outro ponto relevante é que o distanciamento social, fundamental para a redução da transmissão da Covid 19, especialmente para as pessoas com mais de 60 anos, limita o acesso dos idosos aos serviços de saúde para o acompanhamento regular, o que pode agravar ou descompensar condições clínicas pré-existentes (MORAIS et al, 2020).

Diante desses aspectos, as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) direcionaram-se, entre outras medidas, para o isolamento social. Tal orientação é, indubitavelmente, o meio mais eficaz

de combater o contágio acelerado da Covid 19. Em contrapartida, é necessário refletir sobre os impactos que o isolamento suscitou, principalmente, para a vida da pessoa idosa.

A pandemia no Brasil evidenciou e ampliou vulnerabilidades que impactam o principal segmento integrante do grupo de risco, os idosos, e potencializou as desigualdades relacionadas à idade. Desde que a epidemia causada pelo coronavírus eclodiu, os idosos foram os que mais sofreram tanto por serem mais propensos a terem complicações recorrentes da Covid 19, como também porque foram afetados do ponto de vista social e econômico. Este fato também acaba por expor os idosos a situações de risco para práticas de violações de direitos. Nesse cenário, a violência, em suas variadas formas, se destaca e ganha relevância, já que em condição de isolamento social o idoso pode estar mais propenso a ser violentado, coagido, torturado e obrigado a tomar decisões sobre sua vida e seus bens, mesmo contra a sua própria vontade (BRASIL, 2020).

Cabe aqui registrar que o primeiro pronunciamento do governo federal alertando sobre o aumento do número de casos de violência contra a pessoa idosa ocorreu apenas quatro meses depois da primeira ocorrência confirmada da doença no país. Nessa oportunidade, o Ministério da Mulher, da Família, dos Direitos Humanos (MMFDH) apontou um incremento nas denúncias registradas pelo “Disque 100” no triênio de março a maio, que passou de 3 mil em março para 8 mil em abril e 17 mil em maio (meses com maiores taxas de isolamento social), o que corresponde a um crescimento de 267% e 567% durante o período (MORAIS et al, 2020).

As pessoas idosas são a segunda parcela da população mais vulnerável à violência, ficando atrás apenas das crianças e adolescentes. Há de se considerar ainda que a subnotificação dos casos de violência também é um fator preocupante, especialmente em períodos de isolamento social, onde as diversas formas de violência encontram-se mais suscetíveis a serem ocultadas dentro do ambiente familiar e fora do convívio externo.

Importante se faz ressaltar que os idosos, ao contrário do que circula em parte do discurso do senso comum e de algumas figuras públicas do país, não são um problema, pelo contrário, eles dão contribuições importante à sociedade, sobretudo do ponto de vista econômico, inclusive como consumidores que são. Em sua grande maioria, os idosos são chefes de família e detêm a única fonte de renda para muitas famílias com suas aposentadorias, benefícios ou trabalho formal ou informal.

De acordo com Camarano (2020), é comum que a renda dos idosos desempenhe um papel importante na renda dos domicílios onde moram aqueles com perda de autonomia, mesmo que contem com a

presença de filhos, netos ou outros parentes. Mesmo na condição de dependência aportam uma contribuição importante no orçamento destes domicílios, alcançando 73,8% em 2013.

É importante refletir também sobre a visão romantizada do ambiente familiar. Necessário se faz problematizar a linha tênue entre a responsabilidade da família no cuidado com a pessoa idosa e o sentimento de controle e dominação integral. Compreender esse limite de forma a respeitar a independência e dignidade do idoso é crucial.

Outro aspecto necessário a ser apontado é a forma como, especialmente no contexto de pandemia, se tem estigmatizado a figura do idoso com imagens e vídeos depreciativos e apelativos. Tais práticas, amplamente divulgadas nas mídias sociais naturalizam a violência e evidenciam o menosprezo, a humilhação, as ameaças e os gestos desrespeitosos que afetam a autoimagem, a identidade e a autoestima do idoso, causando sofrimento físico e/ou psicológico (BRASIL, 2020)

A pandemia revelou o aumento de expressões preconceituosas já existentes na sociedade em relação ao idoso e suscitou uma crise muito mais abrangente que a sanitária. Uma vez que o ápice da pandemia ainda está sendo vivenciado, é impossível mensurar as consequências que este momento histórico acarretará em longo prazo, entretanto, são muitos os efeitos imediatos que o cenário propiciou, exigindo, portanto, maiores atenções para a questão.

Destacamos também como o ageísmo e o idadismo se evidenciaram na pandemia. A discriminação contra o idoso ganhou destaque na atualidade de modo a desumanizar o idoso reforçando estereótipos construídos historicamente. A violência apresenta-se como uma expressão do preconceito impresso no cotidiano e que geralmente é naturalizado.

Imprescindível destacar também a forma explícita como o contexto de pandemia evidenciou o despreparo do país no que diz respeito à sua população idosa. A fragilidade das políticas públicas no enfrentamento da pandemia se revelou de forma muito expressiva. O contexto atual de crise estrutural em curso desde o final dos anos 1970 vem causando impactos, especialmente para os grupos mais vulneráveis socialmente e no cenário da pandemia isso se tornou mais visível.

O ideário ultraliberal assumido pelos últimos governos no país desestabiliza os avanços das conquistas dos direitos sociais e o Estado passa a se desresponsabilizar da proteção social, transferindo essa responsabilidade, principalmente, para as famílias. Além disso, as reformas nas legislações, cortes e congelamento de recursos sociais acentuam a situação de pobreza no Brasil, contribuindo para um

quadro de aprofundamento das desigualdades e gerando os mais diferentes tipos de violência, incluindo a violência institucional, outra realidade no cotidiano de milhões de idosos no país.

As contrarreformas realizadas pelo Estado e a retirada de direitos atinge a população idosa de uma forma muito particular, uma vez que os mesmos, em sua maioria, são usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), da Assistência Social e da Previdência Social, entre outras políticas que, contraditoriamente, vêm sofrendo intensos cortes orçamentários.

Essa violência institucional está cada vez mais explícita no cenário atual diante da diminuição dos atendimentos em unidades de saúde ocasionadas pela necessidade de contingenciamento durante a Covid 19 (BRASIL, 2020), revelando, assim, a precarização das políticas ampliadas no contexto atual de aumento da demanda, especialmente, do sistema de saúde e assistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiteramos que a violência contra o idoso, seja em tempos de pandemia ou não, compreende um fenômeno complexo e multicausal. Como nos assevera Moraes et al (2020) as violências, especialmente as interpessoais, são fruto de fatores macroestruturais, comunitários, relacionais e individuais, que se retroalimentam e interagem, promovendo cenários facilitadores e dificultadores para a ocorrência das violências, muitos deles sensivelmente impactados pela crise sanitária, econômica e pelo distanciamento social prolongado durante a pandemia.

No Brasil, assim como em outras partes do mundo, há uma cultura que menospreza e discrimina a pessoa em função da sua idade, atitudes estas identificadas pelos termos idadeísmo ou ageísmo, ainda mais evidentes em cenários de crise. No início da pandemia de Covid 19, por exemplo, observou-se um aumento de atitudes discriminatórias e preconceituosas - inclusive por parte de lideranças políticas importantes - dirigidas às pessoas idosas pela grande demanda de cuidados em saúde deste grupo, devido à sua maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de formas mais graves da doença e, por conseguinte, com maior necessidade de internações nas disputadas unidades de terapia intensiva.

De fato, a crise sanitária expôs de forma brutal a relação vida e morte. Associou velhice e morte. Deu visibilidade a realidade das velhices institucionalizadas. Realidades que nos chocaram. Velhices historicamente invisíveis. Além disso ela nos colocou diante da necessidade urgente de se materializar uma política de cuidados ao idoso, de se efetivar os mecanismos legais que dispomos, mas que na realidade não saem do papel. O que vimos foi a priorização dada à esfera econômica, a fragilização

dos serviços de saúde, a disseminação de informações falsas na mídia e o maior impacto da epidemia nos grupos mais pauperizados.

A longevidade humana do século XXI é um fato histórico inédito para todos os países do mundo e de forma especial para o Brasil. Estamos diante da maior conquista da humanidade. Entretanto, a Covid 19 vem nos mostrar o quanto estamos despreparados para o desafio do envelhecimento populacional.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. L. de C. B. e SILVA; T. C. B. da. A inserção do idoso em grupo de convivência como fator de (re)construção da autonomia. Teresina, 1999. Especialização (Gerontologia Social), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1999.
- BRASIL. Lei n. 10741, de 1 de outubro de 2003, Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2003.
- BRASIL. Manual de enfrentamento à violência contra à pessoa idosa. É possível prevenir. É necessário superar. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.
- BRASIL. Violência contra a pessoa idosa: Vamos falar sobre isso? Brasília: 2020.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BEAUVOIR, S. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CAMARANO, A. A. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? Ciência e Saúde Coletiva, v. 25, suplemento 2, 2020.
- HADDAD, E. G. de M. A ideologia da velhice. São Paulo: Cortez, 1986.
- MINAYO, M. C. Violência contra idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria. 2.ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- \_\_\_\_\_. Violência e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.
- \_\_\_\_\_. Palestra. 2016. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/mais-de-60-dos-casos-de-violencia-contr-a-pessoa-idosa-ocorrem-nos-lares/>. Acesso em 10 out. 2020.
- MORAIS et al. Violência contra idosos durante a pandemia de covid-19 no Brasil: Contribuições para o seu enfrentamento. Ciência e Saúde Coletiva, v. 25, suplemento 2, 2020.
- PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da questão social. Revista Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan.-jul. 2001.
- RELATÓRIO DISQUE DIREITOS HUMANOS, 2019.
- TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. In: Revista Argumentum, v. 1 n. 1, jul-dez. 2009

# Capítulo 2



10.37423/210403811

## FATORES ASSOCIADOS À PERCEPÇÃO NEGATIVA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS DO INTERIOR SERGIPANO

*DANILO BARBOSA MORAIS*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE*

*ANDRESSA MELO ALVES*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE*

*GLAUBER ROCHA MONTEIRO*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE*

*GILBERTO SANTOS MORAIS JÚNIOR*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE*

*ROBERTO JERÔNIMO DOS SANTOS SILVA*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE*





## INTRODUÇÃO

Diante da realidade inquestionável das transformações demográficas iniciadas no último século no Brasil, em que se observa uma população cada vez mais envelhecida, evidencia-se a importância de garantir aos idosos não só uma sobrevivência maior, mas também uma boa qualidade de vida (QV) garantindo a esses indivíduos políticas públicas voltadas ao seu bem estar, físico, psíquico e social<sup>1</sup>.

Associado a essas transformações e ao crescimento dessa população, observa-se também o desafio dos múltiplos problemas de saúde, psicossociais e econômicos gerados pelo envelhecimento<sup>2</sup>. Essa acentuada velocidade colocará o Brasil, no período de 25 anos, como a sexta população em quantidade de idosos no mundo, em números absolutos, o que representará cerca de 15,5% da população brasileira, trazendo repercussões positivas e/ou negativas na forma como avaliam sua saúde<sup>3</sup>.

A investigação da percepção de saúde entre idosos apresenta grande relevância para o Brasil nos últimos anos, que vivencia um acelerado processo de envelhecimento populacional, com importantes impactos e desafios para os serviços de saúde. Estudos nacionais já revelaram que a proporção de percepção negativa da saúde aumenta com o passar da idade<sup>4,5</sup>.

Em decorrência das diferenças geográficas, populacionais, culturais, e socioeconômicas, fazem-se necessários mais estudos relacionados a percepção de saúde em idosos das diferentes regiões do país. A partir da identificação dos possíveis fatores que interferem na percepção negativa de saúde por esses indivíduos onde será possível desenvolver ações direcionadas a saúde desse segmento populacional e atividades voltadas para prevenção de agravos e promoção da saúde com vistas a um envelhecimento saudável.

## JUSTIFICATIVA

Desconsiderar elementos sociais e ambientais do universo do estado de saúde do idoso pode levar a uma subestimação do fenômeno e incorrer em alguns equívocos na elaboração e gerenciamento das políticas de saúde para esta população. Variáveis econômicas e sociais podem interferir na percepção positiva ou negativa na saúde e qualidade de vida de idosos<sup>6,7</sup>.

Sendo assim, a prioridade na atenção à saúde dos idosos deve voltar-se para estratégias que possibilitem a vida mais saudável, além da monitorização de indicadores capazes de avaliar a morbidade, o impacto da doença e/ou incapacidade na qualidade de vida dos idosos. Dentre as ações

que podem contribuir para um envelhecimento mais ativo e saudável, pode-se apontar o diagnóstico situacional das condições de vida dos idosos<sup>8</sup>.

A adoção de hábitos saudáveis associadas a uma prática regular de atividade física na população de um modo geral vem se demonstrando como fator de proteção aos agravos associados ao próprio envelhecimento e as doenças crônicas relacionadas à vida do homem contemporâneo. Assim, o incentivo a popularização de programas e o incremento da prática regular de atividade física podem melhorar a qualidade de vida e os indicadores de saúde da população idosa<sup>9</sup>.

#### *Objetivo Geral*

Analisar fatores associados à percepção negativa de saúde e qualidade de vida em idosos.

#### *Objetivos Específicos*

Verificar a associação entre as características sociodemográficas e a percepção negativa de saúde e qualidade de vida;

Avaliar a associação entre as variáveis funcionais flexibilidade e agilidade e a percepção negativa de saúde e qualidade de vida.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo com delineamento transversal. A população da pesquisa foi composta de 906 idosos cadastrados na base de dados SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica, da zona rural e urbana do município de Cedro de São João – SE. Do total de idosos elegíveis para o estudo, 233 foram entrevistados, contudo para essa análise, nove entrevistas foram excluídas devido à falta de dados sociodemográficos, nível de atividade física e/ou debilidade física para o *Sênior Fitness Test*, totalizando a amostra em 224 idosos.

Foi realizado um treinamento com os ACS – Agentes Comunitários de Saúde para conhecimento e esclarecimento dos questionários socioeconômico, WHOQOL-BREF e IPAQ, os testes de aptidão física foram aplicados pelos pesquisadores em um momento posterior. A fase de treinamento com os ACS foi realizada no mês de fevereiro de 2016, sendo a coleta de dados entre os meses de março a maio. A realização dos testes físicos foi realizada nos meses de junho e julho de 2016.

Os instrumentos que avaliaram as variáveis foram compilados em um único documento, sendo eles: Questionário de identificação para variáveis socioeconômicas e epidemiológicas; a classificação utilizada para estimar o nível socioeconômico (NSE) dos participantes foi à proposta pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa<sup>10</sup>; O instrumento WHOQOL – BREF avalia a percepção da qualidade

de vida em adultos, é constituído de 26 questões, sendo a pergunta 1 e 2 sobre questões gerais de satisfação de saúde e qualidade de vida<sup>11</sup>; Outro instrumento utilizado foi o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), que estima os níveis de atividade física, estabelecendo quatro categorias de classificação: “muito ativo”, “ativo”, “irregularmente ativo” e “sedentário”<sup>12</sup>.

A Bateria de Testes de Aptidão Física utilizada foi a *Senior Fitness Test* (SFT). Essa bateria de testes mensura a aptidão física de idosos para realizar as atividades da vida diária na velhice e é composta por seis testes motores que avaliam a flexibilidade dos membros superiores a partir do alcançar das mãos atrás das costas; flexibilidade de membros inferiores com o idoso sentado na borda da cadeira tentando alcançar com a mão os dedos dos pés; força dos membros superiores com o indivíduo sentado e flexionando o antebraço com uso de halter; força dos membros inferiores, com o movimento de levantar e sentar na cadeira; agilidade e equilíbrio dinâmico iniciando o teste com o idoso sentado, logo levanta, caminha 2,44m e volta a sentar; e, a aptidão cardiorrespiratória com o teste de caminhada de 6 minutos<sup>13</sup>.

Para confecção do banco de dados foi utilizado planilha eletrônica e para análise dos dados o pacote estatístico SPSS versão 22. Para melhor interpretação dos dados algumas variáveis foram dicotomizadas. Para a identificação dos fatores associados com a Percepção Negativa de Saúde e Qualidade de Vida, foi realizada análise bruta e ajustada por meio de regressão logística binária. Para a construção do modelo ajustado considerou-se as variáveis que obtiveram  $p \leq 0,20$  na análise bruta. Considerou-se um nível de significância  $p < 0,05$  e intervalo de confiança (IC) de 95%.

A avaliação para coleta de dados e aferição dos testes foi dividida em duas etapas. Na primeira, a entrevista realizada pelo ACS de forma individual na residência do idoso e/ou nos grupos de intervenção ofertados pela Academia da Saúde, os participantes responderam aos questionário socioeconômico, WHOQOL-BREF e IPAQ versão curta. Nesse momento, foi feito um agendamento para a próxima etapa.

Na segunda etapa, foi realizada uma avaliação física no espaço da Academia da Saúde e em uma quadra poliesportiva do município que se localiza ao lado da Academia. A avaliação obedeceu a seguinte sequência: teste físico utilizando o protocolo de Rikli e Jones verificando a flexibilidade, força de membros superiores e inferiores, agilidade e por último, aptidão cardiorrespiratória com o teste de caminhada de 6 minutos.

## RESULTADOS

A amostra foi constituída de 224 idosos. A média de idade foi de  $70,58 \pm 6,43$  anos, com amplitude de 60 a 93 anos. A partir da amostra (tabela 2) foi identificado que 88,8% dos idosos são responsáveis financeiramente pela família, e, a maioria deles acredita que a convivência com parentes tem sim impacto positivo na vida. Foi demonstrado também que maioria dos idosos estudados refere estarem satisfeitos com a saúde, assim como com boa percepção de qualidade de vida. Quanto ao nível socioeconômico o estudo mostrou que a maioria dos participantes apresentou um extrato para classe média / baixa. Em relação ao nível de atividade física, 54,5% dos idosos foram considerados ativos. Apenas as variáveis: flexibilidade de membros superiores e inferiores apresentaram associação significativa com o desfecho Percepção Negativa de Saúde (tabela 3). O idoso que não era responsável financeiramente pela família demonstrou ter 52% menores chances de percepção negativa de saúde quando confrontado com idosos que se diziam ser responsáveis pela família financeiramente. A idade, a convivência familiar, o nível de atividade física e socioeconômico e a agilidade não foram significantes. Em relação à flexibilidade ruim de membros superiores nos idosos foi verificado duas vezes e meio maiores chances de percepção negativa de saúde comparada aos idosos que apresentaram flexibilidade boa. Houve semelhança no resultado de flexibilidade para membros inferiores, apresentando quase três vezes maiores chances de percepção negativa de saúde, ou seja, idosos que apresentaram flexibilidade ruim tem maiores chances de percepção negativa de saúde.

Na tabela 4, mostraram-se associadas com a percepção negativa de qualidade de vida o responsável financeiro e a flexibilidade de membros inferiores. No estudo, o idoso que não era responsável financeiramente pela família demonstrou ter 66% menor chance de percepção negativa de qualidade de vida quando comparado com idosos que se diziam ser responsáveis pela família financeiramente. As variáveis: sexo, idade, convivência familiar, nível de atividade física, nível socioeconômico, flexibilidade de membros superiores e agilidade não foram significantes. A flexibilidade ruim de membros inferiores apresentou quase três vezes maiores chances de percepção negativa de qualidade de vida em relação a sua referência.

Tabela 2 - Características da amostra de idosos do município de Cedro de São João, Sergipe, Brasil, 2016 (n=224)

VARIÁVEIS	N	%	IC 95%
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			(69,74 – 71,43)
Idoso Jovem	116	51,8	
Idoso Médio/Avançado	108	48,2	
<b>SEXO</b>			(0,27 – 0,40)
Feminino	149	66,5	
Masculino	75	33,5	
<b>RESPONSÁVEL FINANCEIRO</b>			(0,85 – 0,93)
Sim	199	88,8	
Não	25	11,2	
<b>CONVIVÊNCIA FAMILIAR</b>			(0,88 – 0,95)
Sim	207	92,4	
Não	17	7,6	
<b>OCUPAÇÃO</b>			(3,87 – 3,96)
Autônomo	04	1,8	
Funcionário Público	05	2,2	
Aposentado	215	96,0	
<b>SATISFAÇÃO COM A SAÚDE</b>			(0,46 – 0,59)
Insatisfeito	105	46,9	
Satisfeito	119	53,1	
<b>PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA</b>			(0,46 – 0,60)
Bom	120	53,6	
Ruim	104	46,4	
<b>NÍVEL SOCIOECONÔMICO</b>			(2,32 – 2,48)
Alto	15	6,7	
Intermediário	104	46,4	
Baixo	105	46,9	

VARIÁVEIS	N	%	IC 95%
<b>NAF DICOTOMIZADO</b>			(0,38 – 0,52)
Ativo	122	54,5	
Baixos níveis de ATF	102	45,5	
<b>FLEXIBILIDADE DE MEMBROS SUPERIORES</b>			(0,28-0,41)
Ruim	145	64,7	
Bom	79	35,3	
<b>FLEXIBILIDADE DE MEMBROS INFERIORES</b>			(0,35 – 0,48)
Ruim	131	58,5	
Bom	93	41,5	
<b>AGILIDADE</b>			(0,29 – 0,42)
Ruim	144	64,3	
Bom	80	35,7	

Tabela 3 - Associação entre a Satisfação Negativa de Saúde e as Variáveis independentes em idosos do município de Cedro de São João, Sergipe, Brasil, 2016 (n=224).

Variáveis	Percepção Negativa de Saúde			
	Análise bruta		Análise Ajustada	
	OR (IC 95%)	Valor p	OR (IC 95%)	Valor p
<b>Sexo</b>				
Feminino	1,51 (0,80 – 2,65)	0,155*	1,67 (0,92 – 3,05)	0,092
Masculino	1		1	
<b>Idade</b>				
≤ 70	1,21 (0,71 – 2,05)	0,483		
> 70	1			
<b>Responsável Financeiro</b>				
Não	0,48 (0,20 – 1,17)	0,109*	0,54 (0,21 – 1,37)	0,196
Sim	1		1	
<b>Convivência Familiar</b>				
Não	0,65 (0,31 – 1,30)	0,788		
Sim	1			
<b>Nível de Atividade Física</b>				
Ativo	0,85 (0,50 – 1,44)	0,547		
BNAF	1			
<b>Nível Socioeconômico</b>				
Alto	0,81 (0,27 – 2,40)	0,704		
Intermediário	0,69 (0,40 – 1,19)	0,185		
Baixo	1			
<b>Flexibilidade de membros superiores</b>				
Ruim	2,43 (1,37 – 4,31)	0,002*	2,27 (1,25 – 4,11)	0,007
Bom	1		1	
<b>Flexibilidade de membros inferiores</b>				
Ruim	2,69 (1,54 – 4,69)	0,000*	2,49 (1,40 – 4,41)	0,002
Bom	1		1	
<b>Agilidade</b>				
Ruim	1,05 (0,62 – 1,85)	0,815		
Bom	1			

\* Para o modelo ajustado considerou-se as variáveis que obtiveram p ≤ 0,20 na análise bruta.

Tabela 4 - Associação entre a Percepção Negativa de Qualidade de Vida e as Variáveis independentes em idosos do município de Cedro de São João, Sergipe, Brasil, 2016 (n=224).

Variáveis	Percepção Negativa de Qualidade de Vida			
	Análise bruta		Análise Ajustada	
	OR (IC 95%)	valor p	OR (IC 95%)	valor p
<b>Sexo</b>				
Feminino	1,31 (0,75 – 2,31)	0,342		
Masculino	1			
<b>Idade</b>				
≤ 70	0,73 (0,43 – 1,24)	0,241		
> 70	1			
<b>Responsável Financeiro</b>				
Não	0,33 (0,12 – 0,85)	0,022*	0,36 (0,13 – 0,96)	0,040
Sim	1		1	
<b>Convivência Familiar</b>				
Não	1,17 (0,42 – 3,23)	0,764		
Sim	1			
<b>Nível de Atividade Física</b>				
Ativo	1,15 (0,67 – 1,96)	0,615		
BNAF	1			
<b>Nível Socioeconômico</b>				
Alto	0,48 (0,15 – 1,50)	0,200		
Intermediário	0,75 (0,43 – 1,29)	0,295		
Baixo	1			
<b>Flexibilidade de membros superiores</b>				
Ruim	1,40 (0,80 – 2,44)	0,238		
Bom	1			
<b>Flexibilidade de membros inferiores</b>				
Ruim	2,52 (1,45 – 4,39)	0,001*	2,42 (1,38 – 4,24)	0,002
Bom	1		1	
<b>Agilidade</b>				
Ruim	0,93 (0,54 – 1,62)	0,805		
Bom	1			

\* Para o modelo ajustado considerou-se as variáveis que obtiveram p ≤ 0,20 na análise bruta.

## DISCUSSÃO

Com relação aos dados sociodemográficos, a média de idade dos integrantes desse estudo foi de 70,58±6,43 anos, prevalecendo indivíduos do sexo feminino com 66,5%. Este achado ratificou os resultados de Aragoni *et al*<sup>14</sup>, na capital de Santa Catarina – SC, onde 96,2% dos participantes do estudo eram mulheres. Outro estudo<sup>15</sup>, citou que em uma população de idosos participantes de um programa de atenção básica, prevaleceram 91,6% do sexo feminino. Isso pode ser justificado pelas mulheres viverem mais que os homens, tornarem-se viúvas mais cedo, estarem menos expostas a riscos ocupacionais, e principalmente as diferenças de atitude em relação à saúde, elas por sua vez procuram mais os serviços de saúde em relação ao público masculino<sup>16</sup>.

A prevalência de satisfação com a saúde foi de 53,1%. O estudo é consistente com informações de Confortin *et al*<sup>17</sup>, o qual verificou que a prevalência desse desfecho foi de 51,2%. Um estudo prévio<sup>18</sup>, verificou que a prevalência desse desfecho foi de 50,4% em três municípios do interior do Brasil na região do Nordeste, Sudeste e Sul. O estudo de Borim *et. al*<sup>19</sup>, apresentou prevalência superior ao presente estudo, de 80,9% de idosos em Campinas – SP. A diferenciação das prevalências estudadas está relacionada provavelmente à categorização regional influenciada principalmente por aspectos socioeconômicos e demográficos, podendo interferir na percepção de saúde.

A auto percepção é forte indicador do estado de saúde dos idosos, porque prediz a sobrevivência dessa população. Estudos demonstraram que a percepção de saúde boa é um dos indicadores mais relatados<sup>20, 21</sup>. Em Guarapuava, 54,6% dos entrevistados consideraram sua saúde “boa” e 31,5% “ruim”. No contexto da saúde, a auto percepção considerada ruim aumenta o risco de mortalidade, interfere na satisfação com a vida e no bem-estar subjetivo<sup>22</sup>.

A percepção positiva de qualidade de vida apresentada no estudo foi de 53,6% e o nível de atividade física (NAF) prevaleceu idosos ativos com 54,5%. O estudo de Guimarães *et. al*<sup>23</sup> demonstrou uma percepção de qualidade de vida variando entre 46,8 e 84,3% e o NAF de 46%. A lógica refere em ambos os estudos que idosos com maior NAF, tende a ter melhores níveis de percepção positiva de qualidade de vida. Dessa forma a satisfação de saúde e percepção positiva de qualidade de vida nesse estudo pode estar associada ao fato da maioria desses idosos serem ativos.

Paskulin<sup>24</sup> destaca que a condição de saúde, de acordo com os idosos, não se refere apenas à ausência de doença, mas também a possuir atividades de lazer, a capacidade de continuar trabalhando (autonomia e independência) e a busca por relações sociais e convivência familiar, isso interfere beneficemente nos aspectos relacionados à percepção da qualidade de vida, pois possibilitam melhores indicadores dos níveis de atividade física quando comparado a idosos que não realizam essas atividades.

No estudo foi verificado as condições referentes ao responsável financeiro, este por sua vez obteve resultados significativos, porém demonstrando que tiveram associação apenas com a percepção negativa de qualidade de vida. O idoso que não era responsável pelo ambiente domiciliar financeiramente apresentou menos chances de ter percepção negativa de qualidade de vida tanto na análise bruta como na ajustada. Os resultados do estudo estão em consonância com a literatura descrita por outros autores<sup>25,26</sup>, quando opinam que as interações familiares, a coesão e organização no seio da família e um adequado apoio familiar interferem na qualidade de vida.

Apesar de o estudo apresentar um NAF ativo para a maioria dos idosos, isso não traduz que os mesmos possam ter ótimos resultados referentes à sua flexibilidade. A dificuldade na realização de atividades funcionais gerou debilidade física a partir do *Sênior Fitness Test*, que apontou relação ruim da percepção negativa de saúde para flexibilidade de membros superiores e inferiores e percepção de qualidade de vida somente para flexibilidade de membros inferiores, sugerindo que, quanto maior a dificuldade do idoso realizar as AVD's pior percepção nessas variáveis analisadas.

Alguns estudos referem que idosos que apresentam dificuldades ao realizar atividades funcionais é indicativo de saúde ruim, sendo o uso de dispositivos um indicador direto de incapacidade<sup>27</sup>.

Outro estudo ainda cita que o processo de deterioração osteoarticular acelera-se a partir dos 65 anos, o que gera uma diminuição da amplitude de movimento causando uma perda importante na qualidade de vida e saúde dessas pessoas. Contrariando de certa forma o estudo, autores<sup>18</sup> comentam que as condições físicas não são suficientes para determinar a forma de o idoso perceber o estado de saúde. Entretanto, algumas condições patológicas e comportamentais contribuem para uma percepção negativa do estado de saúde.

Guimaraes e Farinatti<sup>28</sup> citam que a diminuição da flexibilidade está associada à ocorrência de quedas no idoso, sobretudo em função de perda de mobilidade de quadril, joelhos, tornozelos e coluna vertebral, gerando alterações no padrão de marcha e dificuldades no desempenho e tarefas cotidianas, como utilizar transportes públicos ou caminhar.

O estudo demonstrou que a agilidade não teve associação de percepção negativa de saúde e qualidade de vida, não obtendo dados significantes. Em relação à agilidade e ao equilíbrio dinâmico, o estudo desenvolvido por Toraman e Yildirim<sup>29</sup>, vai de encontro com o resultado do estudo, já que foi utilizado a bateria de testes físicos *Sênior Fitness Test*, no qual verificou que idosos com maior risco de quedas são aqueles com menores índices de agilidade e equilíbrio dinâmico.

Meireles *et al*<sup>30</sup> também cita que o envelhecimento causa déficits sobre o sistema mantenedor do equilíbrio humano e isso ocorre porque as estruturas afetadas pelo processo de envelhecimento cerebral desempenham importante função na dinâmica corporal.

## CONCLUSÕES

Os fatores sociodemográficos não apresentou associação significativa para a percepção negativa de saúde. O responsável financeiro no modelo bruto e ajustado foi bastante significativo, apresentando relação de associação com a percepção negativa de qualidade de vida.

Analisando as variáveis funcionais a flexibilidade de membros superiores e inferiores estiveram associados à percepção negativa de saúde no modo bruto e ajustados. Na percepção negativa de qualidade de vida se manteve associado apenas a flexibilidade de membros inferiores.

A variável funcional agilidade não se mostrou associada à percepção negativa de saúde e qualidade de vida em nenhuma das análises bruta e ajustada.

Sendo assim, torna-se importante planejar a elaboração de políticas públicas direcionadas a saúde e ao bem estar da pessoa idosa com constante monitoramento das condições que possam afetar o idoso nas diversas atividades do seu dia-a-dia, facilitando o processo de trabalho no Sistema Único de Saúde e promovendo saúde e qualidade de vida no âmbito da atenção básica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Reis LA, Torres GV, Silva JPA, Sampaio LS, Reis LA. Perfil epidemiológico de idosos institucionalizados no Município de Jequié/BA. *Rev Enfermagem Atual*. 2008;46:19-23.
2. Ramos LR. Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. *Cad de Saúde Pública* 2003;19(3):793-8.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Sinopse do censo demográfico de 2010 [Internet]. Brasília: IBGE; 2010 [citado em 12/05/2016]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/lsangEYL>, Liamputtong P, Pierson J. The views of order chinese people in Melbourne about their quality of life. *Ageing&Society* 2004; 51-74. Acesso em 31 de março de 2017.
4. Loyola Filho AI, Firmo JOA, Uchôa E, Lima-Costa MF. Fatores associados à autoavaliação negativa da saúde entre idosos hipertensos e/ou diabéticos: resultados do projeto Bambuí. *Rev BrasEpidemiol*2013;16(3):559- 571.
5. Reichert FF, Loch MR, Capilheira MF. Autopercepção de saúde em adolescentes, adultos e idosos. *CienSaudeColet*2012;17(12):3353-62.
6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
7. José F. População e Meio Ambiente no Novo Regime Demográfico Brasileiro. In: Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Ana Amélia Camarano (Organizadora) / Rio de Janeiro, 2014.
8. Alves LC, Leite IC, Machado CJ. Perfis de saúde dos idosos no Brasil: análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2003 utilizando o método grade of membership. *Cad Saúde Pública, Rep Public Health*. 2008; 24(3):535-46.
9. Consalter GLT. Determinantes sociais da saúde do idoso. *Ciênc. saúde coletiva*[Internet]. 2012 Jan;17(1): 123-133.
10. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2013 – [www.abep.org](http://www.abep.org) – [abep@abep.org](mailto:abep@abep.org). Dados com base no Levantamento Sócio Econômico 2013 – IBOPE.
11. Fleck MP, Louzada S, Xavier M, Chachamovich E, Vieira G, Santos L, et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida WHOQOL-bref. *RevSaude Publica*. 2000;34(2):178-83.
12. Matsudo S, Araujo T, Matsudo V, Andrade D, Andrade E, Oliveira LC, Braggion G. Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. *Rev. Atividade Física e Saúde* 2001;6(2).
13. Rikli R, Jones C. Functional fitness normative scores for community residing older adults, age 60-94. *J AgingPhysAct*1999;7(2):162–81.

14. Aragoni J, Hernandez SSS, Marchesini BL, Simas J, Mazo Z. Independência funcional e estágios de mudança de comportamento para atividade física de idosos participantes em grupos de convivência. *Rev BrasQualid Vida* 2013;5(2):31-40.
15. Bello M, Reppould Filho RA. Perfil socioeconômico e de saúde dos idosos participantes dos programas de atividade física da prefeitura de Porto Alegre, RS. *Anais do VI Simpósio Nordestino de Atividade Física e Saúde*; 2004 2-4 Dez; Recife-Pe.
16. Savonitti, BHR. *Qualidade de vida dos idosos institucionalizados*. São Paulo, 2000.
17. Confortin SC, Giehl MWC, Antes DL, Schneider IJC, D'orsi E. Autopercepção positiva de saúde em idosos: estudo populacional no Sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 2015;31(5):1049-1060.
18. Silva RJS, Smith-Menezes A, Tribess S, Rómo-Perez V, Virtuoso Júnior JS. Prevalência e fatores associados à percepção negativa da saúde em pessoas idosas no Brasil. *Rev BrasEpidemiol*2012;15(1):49-2.
19. Borim FSA, Barros MBA, Neri AL. Autoavaliação da saúde em idosos: pesquisa de base populacional no Município de Campinas, São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública* 2012;28:769-80.
20. Benedetti TRB, Mello ALSF, Gonçalves LHS. Idosos de Florianópolis: autopercepção das condições de saúde bucal e utilização de serviços odontológicos. *Ciênc Saúde Colet* 2007;12(6):1683-90.
21. Silveira SR, Cabral GTR, Correa LB, Reis LB. Análise do perfil do idosos atendidos por um Programa de Saúde da Família do bairro Araças em Vila Velha- ES. *Ciênc Saúde Colet* 2007;12(6):1683-90.
22. Tavares DMS, Guidetti GECB, Saúde MIBM. Características sócio-demográficas, condições de saúde e utilização de serviços de saúde por idosos. *Rev Eletrônica Enferm*. 2008;10(2):299-9.
23. Guimarães ACA, Silva FB, Soares A, Fernandes S, Machado Z. Nível de Percepção de Saúde, Atividade Física e Qualidade de Vida de Idosos. *R brasci Saúde*2011;15(4):393-98.
24. Paskulin, LMG. *Envelhecimento saudável no sul do Brasil: Enfrentando desafios e desenvolvendo oportunidades para profissionais de saúde e pessoas idosas*. Porto Alegre, 2009.
25. André S. *Qualidade de vida do doente com diabetes tipo II*. Viseu: Escola Superior de Saúde. 6º Curso de Complemento de Formação em Enfermagem. (Texto não publicado, disponível na ESSV). (2005).
26. Madureira A. *Qualidade de vida do prestador informal de cuidados à pessoa dependente*. Viseu: Escola Superior de Saúde. 9º Curso de Licenciatura em Enfermagem. (2007) (Texto não publicado, disponível na ESSV).
27. Vrandenburg JA, Simoes EJ, Thompson JJ, Murary T. The prevalence of arthritis and activity limitation and their predictor in Missouri. *J Community Health* 2002;27(2):91-107.
28. Guimarães JMN, Farinatti PTV. Análise descritiva de variáveis teoricamente associadas ao risco de quedas em mulheres idosas. *RevBras Med Esp* 2005;11(5):299-05.

29. Toraman A, Yildirim NU. The falling risk and physical fitness in older people. *ArchGerontolGeriatr* 2010;51(2):222–6.
30. Meireles AE, Pereira LMS, Olibeira TG, Christofolletti G, Fonseca AL. Alterações neurológicas fisiológicas ao envelhecimento afetam o sistema mantenedor do equilíbrio. *Rev Neurocienc* 2010;18(1):103-8.

# Capítulo 3



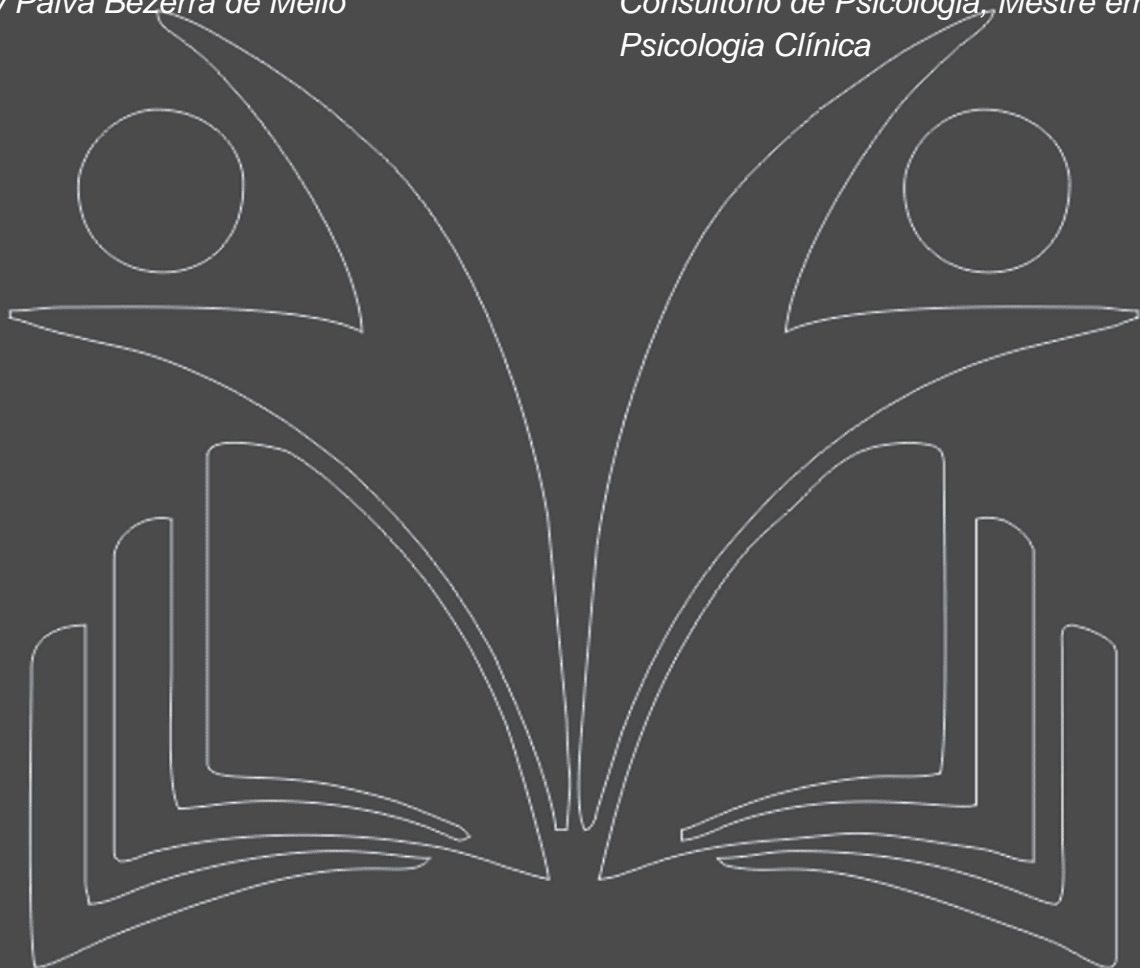
10.37423/210403822

## TRANSEXUALIDADE E O DIZER PSICANALÍTICO

*Francisco André da Silva*

*Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello*

*Psicólogo Clínico Especialista em Psicologia Humanista e Abordagem Centrada na Pessoa no UNIPÊ. Jo Consultório de Psicologia, Mestre em Psicologia Clínica*



**Resumo:** A transexualidade é atualmente definida como o desejo persistente de viver e ser aceito como uma pessoa do sexo oposto. Essas pessoas podem apresentar enorme sofrimento psíquico por causa de seu sexo anatômico e almejam submeter-se a cirurgias ou tratamentos hormonais para redefinirem seus corpos. Enquanto, a travestilidade é uma vivência de gênero discordante do sexo biológico, em que a pessoa travesti usa vestimentas do gênero oposto chegando a modificar seus corpos, sem a intenção de redefinir sua genitália. Atualmente, o Conselho Federal de Psicologia levantou a campanha pela despatologização dessas identidades, por entendê-las como mais uma expressão da diversidade de gênero e sexual. O objetivo geral deste estudo foi conhecer as opiniões dos psicólogos de orientação psicanalítica sobre o processo de despatologização da transexualidade. O presente artigo é derivado de uma pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa, tendo como lócus a cidade de João Pessoa-PB. A amostra foi selecionada por conveniência. Foram entrevistadas três psicólogas de orientação Psicanalítica com mais de 10 anos de atuação. As entrevistas foram averiguadas pela Análise de Conteúdo de Bardin e apontaram que todas as psicólogas entrevistadas são favoráveis ao processo de despatologização das identidades trans. Embora ligassem essas identidades a um discurso de vitimização, estas compreendem a experiência dos transgêneros a luz de suas abordagens clínicas, como um caminho de constituição subjetiva, sem deixar de levar em consideração as variáveis políticas e sociais na compreensão dos fenômenos do preconceito e discriminação vivenciados pelas pessoas que estão no trânsito dos gêneros: travestis e transexuais.

**Palavras Chave:** Transexualidade. Despatologização. Psicanálise

## INTRODUÇÃO

Compreender a diversidade de gênero e sexual é importante para o trabalho do psicólogo na contemporaneidade, devido que, em qualquer área de sua atuação este poderá ser solicitado a responder demandas que envolva esta temática. O (a) psicólogo (a) como profissional da saúde mental deverá prevenir, reabilitar e promover os processos de saúde psicológica das pessoas que recorrerão aos seus serviços. Ao estudar sobre os transgêneros e o seu processo de despatologização é necessário compreender que os conceitos de normalidade, saúde e doença são construções históricas, sociais e políticas e estão em constante transformação em nossa sociedade.

A transexualidade é definida como o desejo persistente de viver e ser aceito como uma pessoa do sexo oposto. Essas pessoas podem apresentar enormes desconfortos emocionais por causa de seu sexo anatômico, almejam submeter-se a cirurgias ou tratamentos hormonais para redefinirem seus corpos (CID-10, 1993).

Já a travestilidade é uma vivência de gênero discordante do sexo biológico, em que a pessoa travesti usa vestimentas do sexo oposto chegando a modificar seu corpo, sem a intenção de redefinir seu sexo biológico. Ainda pode ser definida como: uma identidade que está na transição dos gêneros (SILVA, 2014).

A Organização Mundial da Saúde através da sua Classificação Internacional de Doenças - CID-10, diagnóstica a experiência transexual como o Transtorno de Identidade de Gênero. Enquanto Associação de Psiquiatria Americana (APA, 2013) caminha em direção a despatologização destas identidades ao emitir o seu quinto Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), no qual os transgêneros deixaram a categoria de Transtorno de Identidade de Sexual para a nomenclatura de Disforia de Gênero. Desta forma, a identidade não é mais compreendida como um transtorno por si mesmo.

No Brasil, o Conselho Federal de Medicina (CFM), publicou as Resoluções Federais nº 1.482/1997, nº 1.652/2002 e nº 1.955/2010, considerando que o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou auto-extermínio. Permitindo a realização das cirurgias de transgenitalização como forma de corrigir terapeuticamente os casos de transexualidade (CFM, 1997, 2002, 2010).

A Psicologia brasileira nos últimos anos vem promovendo ações pela inclusão e despatologização destas identidades. O Conselho Federal de Psicologia considerando o direito à cidadania, bem como a

igualdade e dignidade da pessoa humana, garantido pela Constituição Federal, publica a resolução N.014/11, permitindo os psicólogos (as) travestis e transexuais, a utilizarem seus nomes sociais, no campo “observação” de suas carteiras de identificação profissional. Este fato abre precedentes para o questionamento e conseqüentemente mudança sobre a forma como a ciência psicológica compreende a experiência transexual.

## A PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

A Psicanálise foi cronologicamente a primeira abordagem clínica da Psicologia, fundada pelo médico austríaco Sigmund Freud no ano de 1900 com a publicação do livro “A interpretação dos sonhos”, obra em que afirma a existência de uma dimensão inconsciente que tem total influência sobre o comportamento e a personalidade. Seus estudos sobre a sexualidade tiveram início com a publicação dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905). Nele expressa a teoria da sexualidade infantil, até então desconhecida, e os ensaios sobre as perversões.

Freud (1905/1977) desconstruiu sexual começa com a adoção psíquica e no desejo dos pais em gerarem filhos. Com a chegada do bebê, este será acolhido no narcisismo dos pais que ajudará na constituição do próprio narcisismo do infante. O mesmo se desenvolverá afetivamente na relação com seus cuidadores, vivenciando as fases psicosexuais e se tornará sujeito de desejo (FREUD, 1914/1977).

Faz parte da premissa freudiana que a construção do sujeito psicosexual tem sua base na bissexualidade psíquica, ou seja, o ser humano desde o nascimento tem a disponibilidade para se identificar com os referenciais masculinos ou femininos. E ainda a possibilidade do desejo erótico escolher objetos masculinos, femininos ou ambos para o seu investimento libidinal. Assim, o caminho da pulsão está aberto a múltiplas possibilidades do fazer-se humano.

Vale esclarecer que a bissexualidade psíquica não significa que todas as pessoas terão desejo e comportamentos bissexuais na vida adulta. A bissexualidade originária afirma que, universalmente, o ser humano na sua constituição psíquica é polimorficamente perverso, aberto a uma construção, que será influenciada pelas relações primárias estabelecidas na história de vida do sujeito (LIONÇO, 2006).

Embora não haja registro na obra freudiana sobre o conceito de transexualidade tal como se compreende na atualidade, exceto o célebre caso Schreber, em que narra a experiência de um psicótico com delírios de querer ser mulher (FREUD, 1911/1977), a ciência do inconsciente possui uma

longa tradição de lançar luz sobre as áreas obscuras da personalidade, e defende a ideia de que a transexualidade tem origem na construção do sujeito psicosssexual.

Arán (2009) expressa que o fenômeno da transexualidade se torna um desafio contemporâneo para a Psicanálise, no tocante ao dispositivo da diferenciação sexual, teoria proposta por essa ciência, e que ainda não existe consenso sobre a etiologia da transexualidade.

Para alguns psicanalistas, a transexualidade seria sintoma de uma estrutura perversa; para outros, apoiados em uma perspectiva lacaniana, seria um processo de foraclusão, ou seja, sintoma de uma estrutura psicótica, uma vez que estes sujeitos não internalizaram a lei e negariam a diferenciação sexual.

Psicanalistas embasados nas teorias stollerianas acreditam tratar-se de um distúrbio egóico, sintoma de uma estrutura neurótica (COSSI, 2014). Assim, a experiência transexual ainda é considerada uma psicopatologia na maior parte do discurso da Psicanálise e estaria ligada ao processo identificatório, resultante do complexo de Édipo. Neste caso, o Édipo invertido, ou ainda a fragmentação do mesmo sem a operação da castração simbólica.

Lionço (2006) confirma esta falta de consenso no discurso da Psicanálise, e expressa que as classificações psicóticas e perversas servem para construir representações psicopatologizante dessas identidades. Com base em seus estudos e no trabalho clínico com essa população, a autora afirma que a maioria dos casos atendidos por ela de pessoas transexuais tratava-se de expressões psicodinâmicas neuróticas, uma vez que não se negavam a reconhecer os limites e as diferenças dos corpos sexuados. Esses indivíduos em suas falas revelavam a angústia de castração, o que é típico no discurso das estruturas clínicas neuróticas.

Para Ceccareli (2008), esta expressão da sexualidade foi a melhor maneira que esse sujeito arquitetou para resolver os seus conflitos intrapsíquicos. Porquanto, o maior sofrimento experimentado por essas pessoas é a inadequação entre o seu sexo biológico e sua identificação de gênero, tais pessoas almejam persistentemente corrigir tal incongruência através da intervenção cirúrgica.

Ancorada a esta breve revisão teórica, este trabalho teve como objetivo conhecer a opinião dos psicólogos de orientação psicanalítica sobre o processo de despatologização da transexualidade. Enquanto os objetivos específicos foram: investigar o conhecimento das psicólogas sobre o fenômeno da transexualidade, verificar se estes profissionais se sentem preparado para o atendimento de transexuais, e analisar o trabalho destas profissionais nos atendimentos a essa população.



## 3 RESULTADOS

Abaixo, segue tabela referente aos dados sócios demográficos dos participantes entrevistados:

**Tabela 1 – Dados sociodemográficos**

	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	RELIGIÃO	FORMAÇÃO	ABORDAGEM	TEMPO DE ATUAÇÃO
<b>Sujeito 1</b>	M	34	Casado	Ateu	Especialista	Cognitivo-Comportamental	12 anos
<b>Sujeito 2</b>	F	62	Casada	Católica	Mestre	Humanista	35 anos
<b>Sujeito 3</b>	F	44	Casada	Espírita	Doutora	Psicanálise	21 anos
<b>Sujeito 4</b>	F	49	Solteira	Católica	Mestre	Humanista	25 anos
<b>Sujeito 5</b>	F	50	Casada	Católica	Mestre	Humanista	20 anos
<b>Sujeito 6</b>	M	39	Casado	Não Tem	Especialista	Cognitivo-Comportamental	14 anos
<b>Sujeito 7</b>	F	61	Divorciada	Não Tem	Especialista	Psicanálise	19 anos
<b>Sujeito 8</b>	F	64	Casada	Católica	Especialista	Psicanálise	14 anos
<b>Sujeito 9</b>	F	35	Casada	Católica	Doutora	Cognitivo-Comportamental	14 anos

De acordo com a tabela acima, foram entrevistadas três psicólogas do sexo feminino, a idade variou de 44 a 64 anos. O estado civil foi de duas casadas, e uma divorciada. No quesito religião uma se denominou católica, uma espírita, e a outra sem religião. Todas têm pós-graduação, sendo uma doutora e duas especialistas. O tempo de atuação clínica variou de 14 a 21 anos. Todas com ou em formação Psicanalítica. Já a Análise de Conteúdo Temática gerou um conhecimento geral baseado em oito categorias e dezesseis subcategorias conforme o quadro abaixo.

**Tabela 2 – Categorias e subcategorias**

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
<b>Atendimento às pessoas com questões sexuais</b>	Afirmativo
	Atendimento a homossexuais
<b>Formação específica para atender questões sexuais</b>	Afirmativo
	Negativo
<b>Percepção se há diferença no atendimento com relação ao gênero</b>	Negativo
	Afirmativo
<b>Percepção sobre a transexualidade</b>	Vitimização
	Científica
	Senso Comum
<b>Atendimento a transgêneros</b>	Negativo
	Afirmativo

<b>Preparação teórica para atender a esta demanda</b>	Afirmativo
<b>Percepção sobre a despatologização da transexualidade</b>	Não é doença Afirmativa Etiologia
<b>Propostas para a despatologização</b>	Social Clínica

Fonte: Elaborada pelo autor.

Foi evidenciada no relato das psicólogas de orientação Psicanalítica, a categoria Atendimento às Pessoas com Questões Sexuais, duas subcategorias uma afirmativa confirmando que atende estas demandas: “Sim. Pessoas têm questões ligadas à sexualidade/ sexualidade está na estruturação do sujeito/ É uma pulsão forte que nos move”. E outra subcategoria evidenciando o atendimento a pessoas homossexuais, embora não houvesse nenhuma pergunta direcionada a homoafetividade.

Com relação à categoria Formação para Atender, embora não tenham feito nenhuma formação específica, exceto pequenos cursos, pois a própria abordagem psicanalítica oferece suporte. Enquanto na categoria Percepção se há Diferença no Atendimento em Relação ao Gênero, todas expressaram que não há diferença no atendimento entre sexos, pois a essência ou os problemas do ser humano são os mesmos.

Em relação à categoria Percepção sobre a Transexualidade, estas psicólogas apresentaram uma subcategoria científica: “Um caminho de constituição psíquica/ O transexual aponta claramente que a biologia não responde pelo sujeito / identidade subjetiva que está além do órgão e gênero”. Este resultado está embasado na teoria freudiana da plasticidade sexual (FREUD, 1905; LIONÇO, 2006).

Já na outra subcategoria os dizeres foram classificados como vitimização, pois revelaram os relatos sobre sofrimentos e angustias. E quanto à categoria Atendimento aos Transgêneros, houve uma subcategoria Afirmativa: “sim, normal”. E outra Negativa: “nunca atendi transexuais”. Sobre a preparação teórica para atender esta demanda afirmaram que se sentem preparadas, ancorada na abordagem psicanalítica, pois esta é uma teoria da sexualidade.

Quanto à Percepção sobre a Despatologização da Transexualidade, evidenciou-se uma concordância afirmativa, justificada por três subcategorias de que a transexualidade não é doença, quanto à etiológica “a biologia não responde as possibilidades de constituição psíquica” e afirmativa confirmando a necessidade do processo de desmedicalização.

Sobre as Propostas para a Despatologização: apareceram duas subcategorias uma clínica embasada na possibilidade de ajuda psicológica e outra social, levando em consideração “ideia é de ajuda social/ Precisa ser discutida. Tem uma questão social/ o contexto social é fundamental”.

Identifica-se que as informações emitidas pelas psicólogas Psicanalíticas, estão em concordância com a perspectiva defendida por Lionço (2006), uma vez que estas profissionais compreendem a experiência dos transgêneros a luz de suas abordagens clínicas, sem deixam de levar em consideração as variáveis políticas e sociais na compreensão dos fenômenos do preconceito e discriminação, como também de propostas sobre a despatologização destas subjetividades. Assim, o viés clínico está dialogando com o discurso sociocultural.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa possibilitou conhecer a opinião dos psicólogos clínicos de orientação psicanalítica acerca do processo de despatologização da transexualidade: em que todas afirmaram serem favoráveis. Também foi possível verificar que apenas uma entrevistada desta amostra atendeu uma pessoa no trânsito dos gêneros. O que dificulta uma análise mais consistente do trabalho destas profissionais nos atendimentos às pessoas travestis e transexuais.

Com relação ao conhecimento das psicólogas sobre o fenômeno da transexualidade, percebe-se que estas profissionais embora ligassem essas identidades a um discurso de vitimização, estas também compreendem como processos de subjetivação constituídos, o que foi classificado como um discurso científico, ancorada em sua teoria psicanalítica. No entanto, não trouxeram uma classificação de estruturas de personalidade: neurótico, psicótico, perverso. Desta forma esta amostra não patologizou a experiência transexual. Todas verbalizaram preparação técnica ou disponibilidade para atender este segmento populacional.

Possivelmente a campanha levantada pelo CFP pela despatologização das identidades trans, tenha de alguma forma contribuído para este resultado, uma vez que estas informações são transmitidas a todos os profissionais através de informativos impressos, como também por meio eletrônico através do site oficial desta autarquia.

Espera-se que futuras pesquisas venham aprofundar e problematizar este tema, pois se entende o quão importante é para a construção de uma visão positiva dos transgêneros, como também a efetivação de políticas públicas inclusivas, e o desenvolvimento de dispositivos que promovam a saúde psicológica para este segmento populacional.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental diseases. 5rd ed. Washington (DC): APA, 2013.

ARAN, M. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. Rev.Estud.Fem. Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 653-673, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. >. Acesso: em 13 ago. 2015.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Edições 70, 2010.

CECCARELLI, P. R. Transexualidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1482/1997. Dispõe sobre o procedimento de transgenitalização e demais intervenções sobre gônadas e caracteres sexuais secundários. Brasília. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997>> Acesso em: 20 mar 2015, 19h15min.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução 1.652/2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalização e revoga a Resolução 1.482/1997. Brasília. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652> >. Acesso em: 20 mar 2015, 19h20min.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.955/2010 Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Brasília. Disponível em:<[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955\\_2010](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010) >. Acesso em: 22 mar 2015, 15h25min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 01/1999, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília. Disponível em: <http://www.pol.org.br>. Acesso em: 12 jan 2015, 14h30min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n.º 014/11, de 28 de junho de 2011.

Estabelece o uso do nome social para psicólogos (as) travestis e transexuais. Brasília. Disponível em: <http://www.pol.org.br>. Acesso em: 20 jan 2015, 15h20min.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. 4 de setembro de 2013. Brasília. Disponível em: <http://www.pol.org.br>. Acesso em: 04 mar 2015, 01h20min.

COSSI, R. K. Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose. Rev. Psicologia e Saúde. Campo Grande. V.6, n.1, jan/jun. 2014 <<http://www.gpec.ucdb.br/> >. Acesso em: 13 ago. 2015.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da Sexualidade (1905) In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, S. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia. Relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (19011) In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v.12. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, S. Introdução ao Narcisismo, ensaios sobre metapsicologia e outros textos (1914). In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas. v.14. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GIONGO, C. R.; MENEGOTTO, L. M. O; PETERS, S. Travestis e transexuais profissionais do sexo: implicações da Psicologia. Psicologia ciência e profissão. Brasília, v. 32, n. 4, 2012 Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em 02 mar. 2015.

LIONÇO, T. Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica. 2006. 150 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia,

Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SILVA, G.M. Travestis Transexuais e Empoderamento: Vivências no processo educativo e psicológico no Centro de Referência dos Direitos de LGBT e combate á homofobia do estado da Paraíba. IN: GOMES, J. C.(org.) Entrelaçando Saberes: compartilhando experiências em educação. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 181-194.

# Capítulo 4

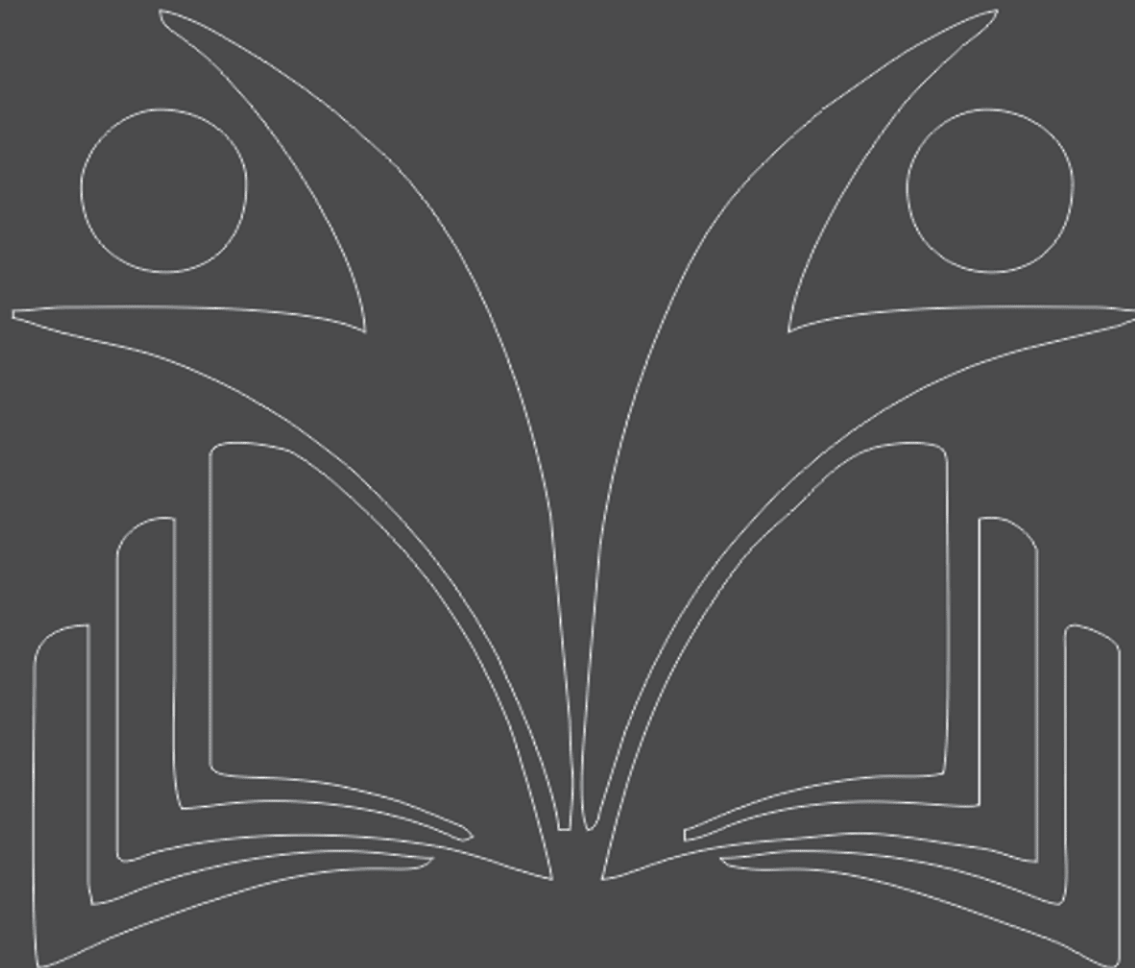


10.37423/210403824

## GERENCIA DE CALIDAD TOTAL: UNA CAUSAL EJECUCIONAL

*Ana Maria Golpe Cerevo*

*Facultad de Ingeniería - UdelaR*



**Resumen:** El Gerenciamiento Estratégico de Costos (GEC) es el análisis de costos amplio, en el cual los temas estratégicos aparecen en forma explícita. Lo conforman tres análisis básicos: el de la Cadena de Valor, el del Posicionamiento Estratégico y el de las Causales de Costos.

Riley (Riley, 1987) clasifica las causales de costos en dos grandes grupos: Estructurales y de Ejecución. Dentro de las causas de Ejecución se encuentra la Gerencia de Calidad Total, tema que trataremos en el presente trabajo.

La gestión de la calidad ha pasado por diferentes visiones, en grandes líneas hay una visión tradicional y hay una visión de la Gerencia Estratégica de Costos, que es la que nos ocupa en este trabajo.

Así, se mencionan las escuelas de Gerencia de Calidad como marco teórico, y dada la gran cantidad de definiciones que se pueden encontrar se opta por una: la de J. Juran. A continuación se mencionan algunos casos de Uruguay, culminándose con una reflexión y la bibliografía correspondiente.

**Palabras-clave:** Calidad Total, Causales de Costos, Gerenciamiento Estratégico de Costos

**Área temática:** Custos como ferramenta para o planejamento, control e apoio a decisoes

## 1 INTRODUCCIÓN

El mundo viene cambiando y ya los clientes no se encuentran frente a la opción de elegir productos de acuerdo con su costo u optar por una mejor calidad con el consiguiente aumento en el importe. Las empresas se enfrentan al reto de tener que ofrecer productos o servicios con un menor costo y con una calidad mayor o razonable, de acuerdo al entendimiento del cliente. Esto implica la realización de un esfuerzo por parte de las compañías para entender mejor los conceptos que la gestión de calidad trae consigo.

## 2 GERENCIAMIENTO ESTRATÉGICO DE COSTOS (GEC)

Tal como lo afirman Shank y Govindarajan (Shank y Govindarajan, 1995) el GEC es el análisis de costos amplio en el cual los temas estratégicos aparecen en forma explícita; los datos de costos se utilizan para desarrollar estrategias superiores a efectos de alcanzar ventajas competitivas que se puedan mantener.

El GEC es la conjunción de tres análisis básicos:

1. El de la Cadena de Valor.
2. El del Posicionamiento Estratégico y
3. el de las Causales de Costos.

### 2.1 LA CADENA DE VALOR DE LA EMPRESA

En una primera aproximación podemos decir que el análisis de la cadena de valor es un enfoque externo a la empresa, tratando de identificar las actividades que crean valor.

En la cadena de valor se divide a la empresa en sus actividades estratégicas relevantes para comprender el comportamiento de los costos e identificar las fuentes de diferenciaciones existentes y potenciales.

Las actividades de valor pueden dividirse en dos grandes tipos:

- Actividades Primarias y
- Actividades de Apoyo.

A continuación se expone la gráfica clásica del profesor M. Porter (Porter, 1999):





Cuadro 1.- La cadena de producción de valor. Actividades primarias y de apoyo. La tecnología.

Fuente: Michael Porter: Ser competitivo, Editorial Deusto, página 88.

## 2.2 POSICIONAMIENTO ESTRATÉGICO DE LA EMPRESA

La causa fundamental para efectuar un análisis de costos es la toma de decisiones, pero a medida que evoluciona el pensamiento sobre la formulación de estrategias y el proceso de implementación, el análisis de costos debe tener en cuenta más integralmente el posicionamiento estratégico.

Este punto posee gran importancia dentro del análisis de la Gerencia Estratégica de Costos, ya que el enfoque del mismo es diferente según la estrategia a la cual la empresa esté orientada.

El hecho de elegir una posición estratégica única no es suficiente para dar garantía de que se posee una ventaja competitiva sostenible, ya que si es una posición de valor atraerá las imitaciones. Una posición estratégica no es sostenible, a menos que existan renuncias a otras posiciones. ¿Qué implica una renuncia? Más de una cosa implica menos de otra.

Las renuncias se hacen por tres razones (Porter, 1996):

- Inconsistencia en la imagen o reputación.
- Problemas que provienen de las mismas actividades: falta de flexibilidad de la maquinaria, del personal, de los sistemas, etc.
- Limitaciones entre el control y la coordinación.

Vemos ahora que las renuncias se agregan como un elemento nuevo: la estrategia consiste en competir renunciando a algunas cosas para alcanzar el objetivo. La esencia de la estrategia es decidir qué no va a hacer. Sin renuncias no habría ninguna necesidad de optar, y ninguna necesidad de tener una estrategia. Cualquier idea podría ser rápidamente copiada y el funcionamiento dependería totalmente de la eficacia operacional.

# Gerencia De Calidad Total: Una Causal Ejecucional

Por otra parte, el encaje favorece tanto la ventaja competitiva como su sostenimiento en el tiempo.

La importancia del encaje -la concordancia entre las políticas de la empresa y la estrategia- constituye una de las ideas más antiguas. Su relevancia radica en los efectos que unas actividades tienen sobre otras; por otra parte ayuda a realizar la unidad de la estrategia.

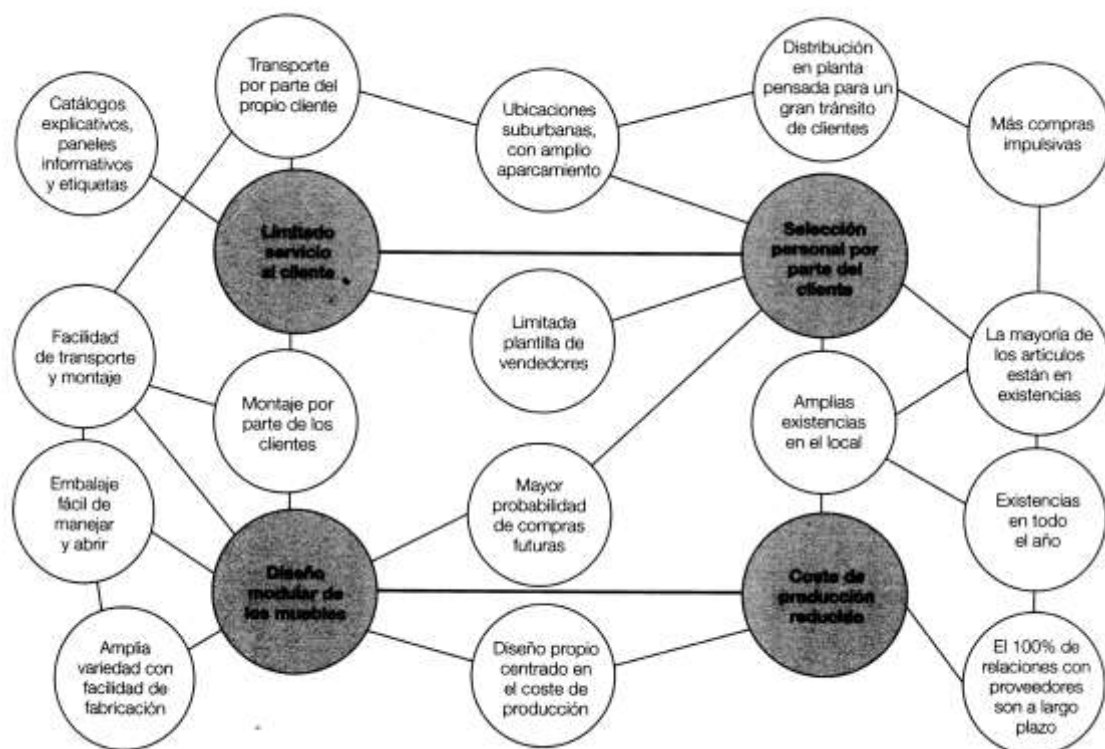
Hay tres tipos de encajes, que no son mutuamente excluyentes, según Restrepo (Restrepo, 2004):

- En el que hay compatibilidad entre las actividades y la estrategia general.
- En el que las actividades se potencian entre sí.
- En el que existe optimización del esfuerzo.

La coordinación y el intercambio de la información, a través de las diferentes actividades, para eliminar las redundancias y reducir los esfuerzos y los costos al mínimo, son tipos básicos para la optimización del esfuerzo, y puede conducir a la diferenciación.

La ventaja competitiva nace de todo el sistema de actividades.

El encaje de las actividades con la estrategia es fundamental para fomentar el sostenimiento de la ventaja competitiva.



Cuadro 2.- Representación gráfica de los sistemas de actividades.

Fuente: M. Porter, Ser Competitivo, Ed. Deusto, página 56.

## 2.3 CAUSALES DE COSTOS PARA LA EMPRESA

Tradicionalmente, las empresas se centran en evaluar el comportamiento de los costos, para realizar futuras proyecciones y tomar decisiones.

Cuando estamos dentro del GEC, el análisis de las causales de costos debe estar destinado a reforzar y completar la visión estratégica de la empresa; y para evaluar la oportunidad estratégica se deben examinar los factores de costos y efectuar el seguimiento de la estrategia seleccionada.

Al analizar los costos, el punto de partida de este análisis debe surgir de las siguientes preguntas:

- ¿Cuáles son las formas de explicar el comportamiento de costos en la empresa?
- ¿Cuáles son las causales de costos que posee la empresa?
- ¿Qué elección de opciones está impulsando el costo?

Riley (Riley, 1987) expone una lista un poco más elaborada, donde clasifica las causales de costos en dos grandes grupos:

- Estructurales y
- De Ejecución.

Causales Estructurales. En una enumeración no taxativa menciona las siguientes opciones estratégicas: Escala, Extensión, Experiencia, Tecnología, Complejidad, etc.

Causales de Ejecución. Formando también una enumeración no taxativa menciona las siguientes opciones: compromiso del grupo de trabajo, gerencia de calidad total, utilización de la capacidad, eficiencia de la distribución en la planta, configuración del producto, aprovechamiento de los lazos con proveedores y clientes, etc.

## 3 CALIDAD TOTAL

La gerencia de la calidad es una de las causales ejecucionales de costos de la empresa.

Se consideraba que los problemas de calidad dentro de las empresas comenzaban por las operaciones físicas, y que eran principalmente los trabajadores los responsables de la mala calidad. Por lo tanto la mejor manera de controlarla era mediante inspecciones durante la producción, siendo la única función del departamento de calidad rechazar la producción deficiente. Cambiando esta visión tradicional, se ha entendido que la responsabilidad de calidad debe ser compartida por todos en la organización, diseñada por la gerencia y ejecutada por la producción.

# Gerencia De Calidad Total: Una Causal Ejecucional

Criterio Tradicional: Los errores son inevitables y es demasiado costoso rectificar todas las imperfecciones. Fabricar productos sin imperfecciones es muy costoso y se debe llegar a un equilibrio.

Gerencia de Calidad Total: El objetivo es cero imperfecciones. Se deben analizar las causas de los errores y tomar medidas para remediarlos. Los errores son oportunidades para aprender y perfeccionarse.

El desarrollo de la calidad total en la empresa es un factor competitivo clave, que remueve los conceptos de la gerencia tradicional de costos. Shank lo muestra en el cuadro comparativo siguiente:

Gerencia Tradicional de Costos	Gerencia Estratégica de Costos
Sistema de Costos estándar con asignación corriente para desechos, pérdidas, reproceso. Estándar cero imperfecciones no es realista.	No hay asignación para desechos, pérdidas o reproceso. La idea es tener cero imperfecciones.
Análisis de variación de costos indirectos; maximizar el volumen de producción para absorber costos indirectos.	La clave no es la absorción de costos indirectos; en general, no se pone énfasis en los costos estándar ni en el análisis de variación.
Análisis de variación de precios de materias primas; tener múltiples proveedores para evitar variaciones desfavorables en los precios y de baja calidad.	No hay control sobre los precios de la materia primas; hay que garantizar vendedores que puedan entregar cantidades correctas, calidad correcta y a tiempo.
No se pone énfasis en medidas no financieras de evaluación.	Fuerte utilización de medidas no financieras.
No se investiga la aceptación por parte del cliente.	Rastreo sistemático de la aceptación por parte del cliente (quejas, reclamos, etc.)
No hay costeo de análisis de calidad.	Utilizar el costeo de calidad como herramienta de diagnóstico y control gerencial.

Cuadro 3.- Comparativo de Gerencia Tradicional de Costos y la Gerencia Estratégica de Costos.

Fuente: John K. Shank y Vijay Govindarajan, Gerencia Estratégica de Costos, Ed. Norma, página 281.

<i>FILOSOFÍA DEL CONTROL</i>	
Gerencia Tradicional de Costos	Gerencia Estratégica de Costos
El objetivo es estar en las primeras filas del grupo de referencia.	El objetivo es kaizen (mejoramiento continuo).
El objetivo anual es cumplir los estándares.	Las normas del sector fijan la base.
Los estándares deben ser cumplidos, no sobrepasados.	El objetivo anual es superar la ejecución del año pasado.
Los estándares son duros, pero se pueden cumplir.	Tratar de superar el objetivo de este año (mejoramientos continuos).
Un estándar que se sobrepase con frecuencia se considera poco sólido.	Cada nivel de logro establece una nueva base para futuros logros.

Cuadro 4.- Comparativo de Gerencia Tradicional de Costos y la Gerencia Estratégica de Costos

Fuente: John K. Shank y Vijay Govindarajan, Gerencia Estratégica de Costos, Ed. Norma, página 281.

## 3.1 ESCUELAS DE GERENCIA DE CALIDAD

Podemos decir que existen cuatro principales escuelas de Gerencia de Calidad, que mencionamos a continuación.

J. Juran: el análisis continuo del Costo de Calidad es decisivo. El análisis está representado por la medición y la vigilancia de los costos en función de cuatro elementos esenciales (prevención, evaluación, fallas internas, fallas externas), que definen cuatro categorías de costos de calidad, a saber:

- Costos preventivos: costos para prevenir la mala calidad.
- Costos de apreciación (evaluación): costos de supervisión de los niveles de mala calidad.
- Costos por fallas internas: costos de arreglo de problemas por mala calidad, que se descubren antes de que el producto salga de la fábrica.
- Costos por fallas externas: costos por mala calidad, que no se descubren antes de su salida al mercado.

Según este autor, los costos de control crecen a medida que crece la calidad, mientras que los costos por fallas disminuyen a medida que disminuye la calidad.

Edwards Deming: Para este especialista, el tiempo gastado en calcular el costo de hacer las cosas mal, sería mejor gastarlo en hacer bien las cosas desde el comienzo. El principio fundamental de la concepción de Deming sobre calidad es que los costos de inconformidad y la consecuente pérdida de reputación de la empresa para la clientela son tan altos, que la evaluación de costos de calidad es innecesaria. Según dicho autor el objetivo correcto es el de lograr cero imperfecciones.

Philp Crosby: Según este autor, el costo de la calidad se puede minimizar haciendo bien las cosas desde la primera vez. Al igual que Deming, cree que el objetivo de cualquier operación debe ser lograr cero imperfecciones.

Divide los costos de calidad en dos componentes:

- 1) Precio de conformidad: Incluye todos los costos incurridos en hacer las cosas bien desde la primera vez (costos de inspección y prevención).
- 2) Precio de inconformidad: incluye todos los costos de hacer las cosas mal, el costo de corregir errores (fallas internas y externas).

Crosby afirma que solo hay problemas de ingeniería, de fabricación, de mano de obra u otras que ocasionan la baja calidad. Como herramienta para mejorar la calidad propone una “red de madurez de la gerencia de calidad” que se afirma en el desarrollo del pensamiento de la calidad.

Considera que es útil para una compañía hacer un análisis de costos de calidad a partir del momento en que se inicie un programa formal de gerencia de calidad, a fin de informar acerca de qué lugar ocupa en la red de madurez.

Enfoque Japonés: la calidad es la uniformidad alrededor del objetivo, y su finalidad es el mejoramiento continuo con miras a la perfección. La calidad es un camino y no un destino y que el incremento de la calidad es una forma esencial de vida y no un objetivo de negocios. Utilizan el costo de calidad para orientar la acción, asignan responsabilidades de gerencia de calidad a todos los empleados de la empresa.

Los conceptos que manejan en cuanto a la gerencia de calidad son:

- Compromiso de mejora
- Empeño en cooperación
- Corrección de los propios errores
- Verificación del 100 % de calidad.

Como menciona Shank (Shank y Govindarajan, 1995), diversas prácticas facilitan la gerencia de calidad según este enfoque, a saber:

- Lotes pequeños
- Minimización de inventarios de Productos en Proceso
- Mantenimiento
- Revisión diaria de maquinaria y círculos de calidad.

A efectos de profundizar en el estudio de Costos de Calidad nos remitiremos a la concepción efectuada por J.M. Juran en cuanto al enfoque y definiciones utilizadas por éste, considerándolo guía al momento de efectuar un análisis y medición de costos referidos a los costos de calidad.

## 3.2 ENFOQUE CONCEPTUAL DE J.M. JURAN

Primero, profundizaremos sobre una serie de conceptos claves siguiendo el enfoque efectuado por J.M. Juran (JURAN, 1995).

Desarrollar el punto de vista de la calidad de producto, procesos y servicios requiere conceptos administrativos, tecnológicos y estadísticos que trataremos a continuación.

### **Definición de “Calidad”**

La calidad se mide por la satisfacción del cliente. Entendemos por cliente a aquel a quien el producto o proceso impacta; los mismos pueden ser:

- Clientes externos: conformados por el usuario final, comerciantes etc., los cuales poseen o tienen alguna conexión con el producto o servicio.
- Clientes internos: incluyen los departamentos o divisiones de la empresa a los cuales afecta o impacta el producto o proceso.

La satisfacción del cliente se logra a través de dos componentes:

- Características del producto (confiabilidad, durabilidad, etc.)
- Falta de deficiencias: teniendo un mayor efecto sobre los costos a través de la reducción de desperdicio, reproceso, quejas, etc.

La calidad significa la satisfacción del cliente tanto interno como externo; las características del producto y falta de deficiencias son las principales determinantes de la satisfacción.

El logro de la calidad requiere, según Juran, el desempeño de una variedad de actividades, es decir, tareas de calidad.

### **Administración de la Calidad**

La administración de la calidad, según lo define Juran, es el proceso de identificar y administrar las actividades necesarias para lograr los objetivos de calidad de una organización.

Se pueden identificar tres procesos o secuencias metodológicas de las actividades de calidad:

- Planeación de la calidad
- Control de la calidad
- Mejoramiento de la calidad

Las cuales se exponen en el cuadro adjunto.

Planeación de la calidad	Control de la Calidad	Mejoramiento de la calidad
Establecer metas de calidad	Elegir elementos de control	Probar la necesidad
Identificar a los clientes	Elegir las unidades de medidas	Identificar proyectos
Descubrir necesidades de los clientes	Establecer metas	Organizar equipos por proyectos
Desarrollar características de productos	Crear un sensor	Diagnosticar las causas
Desarrollar características de los procesos	Medir el desempeño real	Proporcionar remedios, probar que son efectivos
Establecer controles de procesos, transferir operaciones	Interpretar la diferencia. Actuar contra la diferencia.	Manejar la resistencia al cambio. Controlar para mantener las ganancias.

Cuadro 5.- Procesos generales para la administración de la calidad.

Fuente: J.M. Juran "Análisis y planeación de la calidad", Ed. Mc Graw Hill, página 9.

Definimos a la Administración de la Calidad Total, según Juran, al sistema de actividades dirigidas al logro de clientes complacidos, empleados capaces, ingresos mayores y costos más bajos.

### **Administración Estratégica de la Calidad**

Remitiéndonos a lo expuesto por Juran, la Administración estratégica de calidad es el proceso de establecer metas de calidad a largo plazo, y definir el enfoque para cumplir dichas metas. Es la alta dirección la que desarrolla, implanta y dirige la misma.

Sus elementos básicos son los siguientes:

- Enfoque sobre las necesidades del cliente, mediante un estudio FODA.
- Liderazgo de la alta administración para el desarrollo de metas y estrategias que están dirigidas a la calidad, por parte de la alta dirección de la empresa.
- Interpretación de las estrategias como planes de negocios.
- Implantación de las acciones pertinentes por los departamentos que correspondan.

A continuación se detallan los elementos de un programa de implantación de la calidad:

- Definición del concepto de calidad por parte de la empresa
- Enlace de la calidad con las metas fijadas por la empresa.
- Alcance de los esfuerzos de calidad
- Definición de metas de calidad, la cual constituye un enunciado sobre el resultado deseado por la empresa.



- Enfoque que utilizará la empresa, ya sea interno o externo.
- Participación activa de todos los empleados.
- Impacto sobre la seguridad en el trabajo.
- Implantación por la organización en línea.
- Liderazgo de la alta administración.

### 3.3 PERSPECTIVA DE LA CALIDAD: INTERNA CONTRA EXTERNA

Los puntos de vista internos y externos sobre la calidad son esenciales en el mundo actual. A continuación ejemplificamos los puntos de vista mencionados.

Punto de Vista Interno	Punto de Vista Externo
Comparar el producto con las especificaciones	Comparar el producto con la competencia y con el mejor
Aceptar el producto en la inspección	Proporcionar satisfacción sobre la vida del producto
Prevenir defectos de planta y de aplicación	Cumplir con las necesidades del cliente de bienes y servicios
Concentrarse en la manufactura	Cubrir todas las funciones
Usar medidas de calidad internas	Usar medidas de calidad basadas en el cliente
Ver la calidad como un aspecto técnico	Ver la calidad como un aspecto de negocios
Coordinar los esfuerzos con la calidad administrativa.	Dirigir los esfuerzos mediante la alta administración

Cuadro 6.- Dos puntos de vista de la Calidad. Juran Institute (1990)

Fuente: J.M. Juran "Análisis y planeación de la calidad", Ed. Mc Graw Hill, página 12.

### 3.4 COSTOS POR BAJA CALIDAD

Se denomina "evaluación de la calidad" a la revisión del estado de calidad de toda la empresa, a través de la cual se estima:

- Costos debido a la baja calidad en la que se incurre.
- Se desarrolla al tratar los costos de baja calidad en la empresa.
- Posición de la empresa en el mercado en relación con la competencia.
- Comparación con la mejor empresa en cuanto a especificaciones, necesidades de los clientes, con el objetivo de lograr una autoevaluación, de forma de desarrollar y valorar las metas y estrategias definidas.

- Cultura de calidad en la organización.

Para adquirir la superioridad en la calidad se necesita:

1. Desarrollar tecnologías para crear productos y procesos que cumplan con las necesidades de los clientes.
2. Estimular una cultura de calidad.

## **Operación del sistema de calidad de la empresa.**

Los costos de baja calidad son una medida financiera que evalúa la conformidad de la calidad tanto en sectores individuales como en toda la compañía.

Debemos identificar las distintas categorías de costos de calidad en los cuales incurre la empresa, a efectos de garantizar una mejor calidad. Estos son:

### **Costos de fallas internas**

Son los costos en los que se incurre cuando en el producto o servicio se encuentran defectos que se deben ser reparados antes de que lleguen al cliente. Por ejemplo:

- Costos de desperdicio de materiales, de mano de obra, de productos defectuosos que no es económico reparar.
- Costos de retrabajo en la corrección de los defectos con el fin de satisfacer las especificaciones del producto.
- Costos de análisis de fallas en los productos, a efectos de determinar las causas de la no conformidad.

### **Costos por fallas externas**

Son los costos relacionados con las entregas de productos terminados cuyas imperfecciones o defectos se encuentran después de que el producto o servicio sale al mercado. Por ejemplo:

- Costos por devoluciones o anulaciones efectuadas por los clientes
- Costos de garantía: remplazo o reparación de productos que están dentro del período de garantía.
- Costos por demandas legales que efectúen los clientes

### **Costos de evaluación**

Son los costos relacionados con la medición del nivel de calidad alcanzado por el sistema. Costos que surgen cuando se quiere determinar el grado de satisfacción del producto o servicio, y si cumple con los requerimientos especificados en cuanto a calidad.

Dentro de este tipo de costos los más comunes son:

- Inspección de productos comprados: costo de determinar la calidad de los productos comprados a los proveedores y compararlo con lo requerido por la empresa.
- Inspección y prueba en el proceso: es el costo de evaluar la conformidad de acuerdo a los requerimientos de la compañía.
- Inspección y prueba final: costo de evaluación para la aceptación o no del producto.

## **Costos de prevención**

Definidos como la suma de todos los costos en los cuales incurre la empresa, tienen como objetivo lograr y mantener que los costos por evaluación y fallas sean los mínimos posibles, con el objeto de garantizar cero imperfecciones. Es decir, son aquellos costos relacionados con las acciones que sirven para planificar el proceso, con el objetivo de garantizar que no se produzcan imperfecciones. Por ejemplo:

- Costos de Planeación de la Calidad.
- Costos de Revisión de Productos: incluyen los costos de ingeniería y de otras actividades relacionadas con la calidad.
- Costos del Control de procesos: constituyen los costos relativos a la inspección y pruebas del proceso.

A través del siguiente cuadro se pretende tener una lista de indicadores de costos en las categorías antes señaladas.

<p><b>COSTOS DE PREVENCIÓN</b></p> <p>Inspección de recepción                      Inspección durante el proceso                      Inspección de laboratorio                      Garantía de laboratorio externo                      Montaje para prueba                      Mantenimiento del equipos de pruebas                      Auditorías de calidad                      Calibración del equipo de calidad                      Mantenimiento del equipo de producción</p>	<p><b>COSTOS DE APRECIACIÓN</b></p> <p>Ingeniería de calidad                      Planificación de calidad                      Diseño y desarrollo de equipo de calidad                      Verificación del diseño y revisión                      Entrenamiento de calidad                      Proyectos de mejora de calidad                      Recopilación, análisis e informe de datos de calidad                      Control estadístico del proceso                      Otras actividades de control del proceso utilizadas para prevenir imperfecciones.                      Contabilidad de costos para variaciones de producción</p>
<p><b>COSTOS POR FALLAS EXTERNAS</b></p> <p>Reparaciones por garantía                      Reparaciones                      Servicio al cliente                      Mercancías devueltas                      Investigación de imperfecciones                      Anulación de pedidos                      Demandas legales por responsabilidad                      Pérdidas de ingresos por "mala reputación"</p>	<p><b>COSTOS POR FALLAS INTERNAS</b></p> <p>Desechos                      Reproceso                      Reinspección de reproceso                      Declive de imperfecciones                      Pérdidas causadas por conflictos del vendedor                      Inactividad causada por imperfecciones                      Análisis de fallas</p>

Cuadro 7.- Componentes de las cuatro Categorías de costos de calidad.

Fuente: John K. Shank y Vijay Govindarajan, Gerencia Estratégica de Costos, Ed. Norma, Página 284.

Debemos tener presente estas categorías de costos de baja calidad, a efectos de poder realizar una correcta estimación de los costos, ya que mediante dicha medición podremos evaluar si esta es o no una de las causales relevantes para la empresa, y cuantificar su impacto e identificar las posibles reducciones de costos y oportunidades con las que cuenta o puede contar la empresa.

La medición de los costos de calidad no es la única base con la que se maneja la Gerencia de Calidad Total; esta medición debe ser complementada con medidas no financieras. Medidas que podemos diferenciar según la etapa del proceso en la cual nos encontramos:

- En el caso de los proveedores, debemos tomar en cuenta la calidad de las materias primas y materiales que son entregados por estos, la frecuencia de entrega de unidades de mala calidad o defectuosas, la frecuencia de entrega fuera de plazo.
- En el caso del diseño del producto, debemos considerar el número de partes que componen cada artículo, el porcentaje de partes corrientes sobre partes únicas.
- En el proceso de producción, se debe atender el porcentaje de rendimiento, desechos, reproceso, averías en las maquinarias, sugerencia de los empleados, ya que estos son los que mejor conocen el proceso de producción.
- En cuanto al Marketing, debemos medir el número de quejas recibidas de clientes, el nivel de satisfacción del cliente, reclamos efectuados, cantidad y frecuencia de devoluciones de productos.

Sobre estas medidas la empresa podrá tomar las acciones correctivas inmediatamente, ya que poseerá dicha información en tiempo casi real. Estas disposiciones se complementan con las medidas financieras proporcionándonos una imagen global de la empresa.

## 4 ALGUNOS CASOS EN LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

Desde 1939 existe en Uruguay una institución privada, sin fines de lucro, cuya actividad gira en torno a la promoción y al mejoramiento de la calidad. Se trata del Instituto Uruguayo de Normas Técnicas, que brinda capacitación desde 1971 y realiza certificaciones de calidad desde 1984.

Para obtener la certificación en calidad, las instituciones deben contar con un sistema de gestión de la calidad, de acuerdo a las normas ISO. Una vez que las instituciones han logrado la certificación son visitadas y /o auditadas, por una política de seguimiento.

Podemos considerar dos temas: el Sistema de Gestión de la Calidad (SIG) y los Costos de la Calidad (SCC).

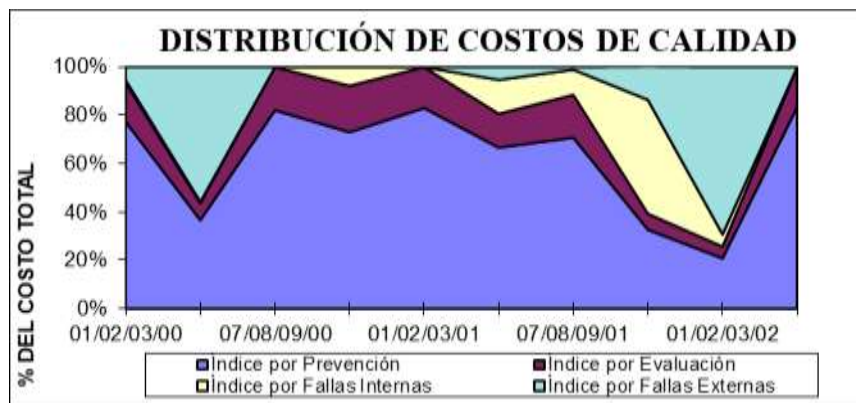
Implantar un SIG le genera beneficios a las empresas: aumento de la eficiencia y eficacia de los procesos, detección de debilidades y mejoras. Se logra así una mayor competitividad a nivel nacional (29%) e internacional (76%). Como expone Benia (BENIA y otros, 2003) en el trabajo de investigación monográfico: Costos de la Calidad, no son muchas las empresas que llevan costos de calidad en nuestro país; sobre principios de siglo no alcanzaban al 10% de las empresas registradas por la UNIT. Y, como opinaba el Jefe de certificaciones, “las empresas que no conocen sus costos o que no pueden manejarlos quedan excluidas del mercado (...) dada la situación actual, es aun más importante implantar un sistema de gestión de la calidad, ya que es la línea que separa entre las empresas que sobreviven y las que no. Una empresa que no conoce sus costos va a la muerte”.

En el trabajo mencionado se entrevistaron a empresas de diferentes giros: constructoras, autopartistas, empresas industriales, empresas de servicios(:) informáticos, logísticos, estudios contables, etc.

Respecto de la implantación de un SGC, múltiples son las causas que llevan a las instituciones a implementarlo: a) por inquietud del personal jerárquico (Arnaldo Castro SA, informática); b) por requerimientos corporativos; c) como estrategia de Marketing (Costa Oriental SA, servicios logísticos); d) mejora interna; e) requisito para la venta de una empresa (INCA, pinturas); f) por exigencia de los clientes (SACEEM, constructora).

Muchas empresas llegaron a la instalación de un sistema de costos, básicamente por dos razones: exigencias de las norma QX 9000 y como política de reducción de costos. Las empresas autopartistas presentan altos costos por desperdicios internos. Tratando de reducirlos a través de un sistema de calidad, pasaron de un 10 % a un 3%, con la implementación del SCC. Las instituciones comienzan a llevar el SCC una vez obtenida la certificación de calidad. La implementación cuenta con algunos obstáculos: en el sistema de costos empleado y en la clasificación de costos de la calidad utilizada.

A modo de ejemplo, se expone a continuación la manera en que se distribuyen los costos de la calidad en una empresa constructora:



Cuadro 8: Distribución de los costos de calidad

Fuente: Benia A.I. y otros. Trabajo de investigación monográfico. FCEyA. UdelAR

Para el análisis de los costos de calidad se pueden emplear diferentes herramientas, ratios e indicadores, informes de costos de la calidad y controles en el proceso productivo. A modo de ejemplo algunas herramientas son: a) Diagrama de Pareto, b) Diagrama de Ishikawa, c) Flujograma.

También pueden utilizarse ratios e indicadores. Se encontró que las empresas constructoras utilizan:

- Costos de prevención sobre facturación
- Costos de evaluación sobre facturación
- Costos de fallas internas sobre facturación
- Costos de fallas externas sobre facturación
- Costos de prevención sobre costos totales de calidad
- Costos de evaluación sobre costos totales de calidad
- Costos de fallas internas sobre costos totales de calidad

- Costos de fallas externas sobre costos totales de calidad

## 5 REFLEXIÓN FINAL

La Gerencia Estratégica de Costos definida como el análisis de costos amplio en el cual los temas estratégicos aparecen en forma explícita, se encuentra compuesto por tres análisis básicos: la Cadena de Valor, el Posicionamiento Estratégico y las Causales de Costos.

La Cadena de valor brinda la oportunidad de detectar las actividades que crean valor y cuáles no lo hacen.

El Posicionamiento estratégico implica diferentes visiones de acuerdo a la estrategia elegida, buscando una ventaja competitiva sostenible en el tiempo.

Las instituciones necesitan entender el conjunto de causales de costos que tienen, analizándolas.

Riley, clasifico las causales de costos, en dos grandes grupos: de estructura y de ejecución. Dentro de las segunda se encuentra la gerencia de la calidad total, la cual fue elegida para abordar en este trabajo. Es considerada una herramienta de diagnóstico y control gerencial.

Cualquiera sea la empresa, la calidad es una variable estratégica importante, que la contabilidad gerencial no debe dejar de lado.

Tradicionalmente se consideraba que los errores eran inevitables y demasiado costoso rectificarlos; la Gerencia de la Calidad Total, cambia esta visión y considera que se deben tomar medidas para solucionar los errores y que éstos constituyen oportunidades para aprender y perfeccionarse.

Muchas son las escuelas que tratan el tema y por lo tanto muchas las definiciones, en este trabajo se opto por el enfoque de J. Juran: la calidad se entiende por la satisfacción del cliente. Es un enfoque que se considera sumamente importante, ya que la calidad no es desarrollar el producto o el servicio con la concepción de excelencia que considere la empresa, sino la visión que de la misma tiene el cliente como exigencia.

Los requerimientos de los clientes llevan a las empresas a interesarse en los temas sobre la calidad y los beneficios que se obtienen con la implantación de un SGC y de un SCC.

Se deben identificar las diferentes categorías de costos de calidad: costos de fallas internas, costos de fallas externas, costos de evaluación y costos de prevención.

Los costos de la calidad son una herramienta importante para las empresas al brindar información financiera, parte de la cual no está contemplada en el sistema contable. Esta información sirve para la toma de decisiones y para la mejora de los procesos, disminuyendo los costos ocultos y los reprocesos.

La certificación de la calidad es el reconocimiento formal por parte de un organismo reconocido. Existen instituciones que se dedican a ello, en particular en Uruguay son el LATU (Laboratorio Tecnológico del Uruguay) y la UNIT (Instituto Uruguayo de Normas Técnicas).

Las normas ISO (International Standards Organization) son una referencia mundial, porque ellas dan una estructura y un idioma común. Respecto de la calidad, podemos mencionar las siguientes normas: ISO 9000:2000 (Sistemas de Gestión de la Calidad – Fundamentos y vocabulario); ISO 9001 (Sistemas de Gestión de la Calidad – Requisitos); ISO 9004 (Sistema de Gestión de la Calidad – Directrices para la mejora del desempeño); ISO 19011 (Directrices para la Auditoría ambiental y de la calidad).

En Uruguay se ha observado que son pocas las empresas que tienen implantado un SGC, si bien muchas manifestaron la intención de tenerlo, de acuerdo a lo manifestado por personal jerárquico de la UNIT.

En el trabajo monográfico de Benia y otros, se expone que el resultado obtenido por las empresas a raíz de la implantación del SCC, en líneas generales, fue positivo. Esto se debió principalmente a una reducción de los reprocesos.

Además, se obtuvo información más detallada acerca de los costos en que incurre la empresa, y hubo una disminución de los costos de la mala calidad en el área de producción; además se identificaron costos ocultos. A través de esto se logró reconocer problemas, hallar sus causas y se pudieron iniciar acciones correctivas.

	Constructoras	Industriales	Autopartistas
<b>Reducción de reprocesos</b>	0%	100%	100%
<b>Identificación de costos ocultos</b>	0%	100%	100%
<b>Mayor información</b>	100%	100%	100%
<b>Disminución de CMC</b>	100%	100%	100%
<b>Disminución de fallas externas</b>	100%	100%	66%

Cuadro 9 – Consecuencias de la implantación de un SCC

Fuente: Benia A.I. y otros. Trabajo de investigación monográfico. FCEyA. UdelAR

Las empresas que toman con la seriedad que el tema amerita, extienden el concepto de calidad hacia toda la institución, un ejemplo de ello lo podemos ver en la página web de Pinturas Inca S.A.: <http://www.inca.com.uy/internas/institucional/gestion/principal.shtm>



*“Política de Calidad, Seguridad, Salud y Medio Ambiente.*

*Pinturas Inca S.A. en su modelo de gestión, se compromete a mejorar continuamente sus procesos, productos, servicios y su desempeño en Seguridad, Salud y Medio Ambiente, cumpliendo con la Política y las Directivas de HSE&S de Akzonobel así como con la legislación vigente, de forma de:*

- *Satisfacer a nuestros clientes y accionistas*
- *Desarrollar nuestro capital humano*
- *Apoyar el desarrollo de nuestros proveedores y la comunidad.*

*Akzonobel”*

## BIBLIOGRAFÍA

- APAK, S. Y OTROS. The use of contemporary development in cost accounting in Strategic Cost Management. Anales del International Conference on Leadership, Technology and Innovation Management. (2012).
- BENIA, A. I. Y OTROS. Costos de la calidad. Trabajo de investigación monográfica de la Facultad de Ciencias Económicas. UdelAR. (2003).
- BLOOM AND AL. Does management really work? Harvard Business Review. Nov. 2012.
- DAVID, F. R. Strategic Management: concepts and cases. 9. ed. Prentice Hall. (2002).
- ELSAYED, M, WICKRAMASINGHE, A & ABDEL RAZIK, M. The association between strategic cost management and enterprise risk management: a critical literature review. Corporate Ownership and Control Journal, (2011. pp. 184-195).
- GOMES. Gestao estratégica de custos numa abordagem de custo – alvo com engenharia de valor e kaizen: um estudo de caso. Anales del XVII Congreso Brasileiro de Costos. (2010).
- GOVINDARAJAN V. AND TRIMBLE C. How Stella saved the farm. A wild and wooly yarn about making innovation happen. Franklin Green Publishing. (2010).
- JURAN J.M. Grina FM Análisis y planeación de la calidad. 3ra edición. Mc Graw Hill Interamericana de México. (1995).
- KIECHELL W. The Management Century. Harvard Business Review. Nov. 2012.
- MCAFEE A., BRYNJOLFSSON E. Big data: The management revolution. Harvard Business Review. Oct. 2012.
- PORTER MICHAEL E. "What is strategy?". Harvard Business Review, November-december, 1996.
- PORTER MICHAEL E. Ser competitivo. Nuevas aportaciones y conclusiones. Editorial Deusto S.A. (1999).
- RESTREPO L. F. Interpretando a Porter. Centro editorial Universidad de Rosario. Colección Textos de Administración y Negocios. Facultad de Altos Estudios de Negocios. (2004).
- RILEY D. Competitive Cost based estrategic for industrial company, in manufacturing use. New York: Booz, Allen y Hamilton. (1987).
- ROBIN COOPER AND REGINE SLAGMULDER. What Is Strategic Cost Management? Journal of Cost Management Business Reading. (2011).
- SHANK, J. Y GOVINDARAJAN V. Gerencia Estratégica de Costos. La nueva herramienta para desarrollar una ventaja competitiva. Editorial Norma S. (1995).
- SHANK, JOHN. Strategic Cost Managment: New Wine, or Just New Bottle. Journal of Management Accounting Research, Fall 1989. Vol 1.

- SISTEMAS DE GESTIÓN DE LA CALIDAD ISO 9000:2000 (Instituto Uruguayo de Normas Técnicas, 2001)
- TAYLES, M. Strategic Management Accounting. Review of Management Accounting Research. Oct. 2011.
- Webgrafía
- <http://www.inca.com.uy/internas/institucional/gestion/principal.shtm>

# Capítulo 5



10.37423/210403832

## REFLEXÕES GEOGRÁFICAS SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA AMAZÔNIA: O CASO DA AGROVILA DO CABURI

*Charlene Maria Muniz da Silva*

*Universidade do Estado do Amazonas*



**Resumo:** O território é compreendido como produto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Possui territorialidades historicamente determinadas por particularidades, materialidades e imaterialidades. Nesse artigo procurou-se estabelecer uma discussão teórica acerca do surgimento do conceito de território, da territorialidade, e suas tipologias, voltadas as questões e processo de degradação socioambiental na Agrovila São Sebastião do Caburi-AM. A degradação aparece como elementos da relação sociedade-natureza segundo diferentes autores e sobre enfoques distintos. Em sentido mais amplo, qualquer análise sobre diversidade territorial implica em reconhecer a relação particular-geral. Nessa perspectiva trabalhamos os territórios rurais, como espaços que apresentam a discussão sobre questões que envolvem tanto as formas de apropriação quanto o uso do território para diversos fins como a produção agrícola, apresentando elementos importantes para compreendermos os problemas do mundo rural e suas conexões com o urbano. O espaço utilizado pela coletividade cria identidades, podendo adquirir dinâmicas econômicas próprias, em que surgem relações de poder e conflitos que visam formas de dominação e controle. Esses estudos podem auxiliar na concepção e implementação de políticas de desenvolvimento territorial, com foco na sustentabilidade dos sistemas sociais e ambientais na agrovila do Caburi/AM.

**Palavras-Chave:** território; territorialidade; relações socioambientais

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma reflexão teórica sobre diferentes enfoques do território desde o enfoque material que aborda as concepções de Estado-Nação, ao enfoque simbólico e também material do território. Com isso o artigo tem como objetivo propor uma construção teórica que aborde diferentes aspectos do território, da territorialidade relacionados aos aspectos sociais e ambientais. A primeira etapa é a pesquisa documental e bibliográfica com levantamentos de informações sobre as áreas pesquisadas, utilizaremos para a coleta de dados a aplicação de formulários, com questões de múltipla escolha e abertas, entrevistas padronizadas. A organização do material será feita por meio da separação de dados, os quais vão ser quantificados, a tabulação por meio de programas estatísticos, a análise de discurso, será feita com a transcrição das entrevistas dos moradores e representantes das comunidades.

O território tem como base central os agentes sociais, políticos e econômicos que interferem na gestão do espaço. Porque a delimitação de um território envolve relações de poder. O que configura o território e a sua porção concreta de espaço geográfico, na qual se encontram as mais variadas condições ambientais e vida populacional, é o uso diferenciado de suas partes que fazem com que tenhamos muitas complexidades e diversidades culturais. Seus diferentes tipos de abordagens, representação, posse e apropriação. Um território sempre será dominado por um Estado ou Comunidade. Um Estado Nacional explica muitos fenômenos geográficos relacionados a geografia sobre a organização da sociedade e de suas interações com as paisagens. "Território, é uma prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN,1992, p.42). Quando o espaço é tornado território, depois de apropriado e dominado pela sociedade, ele passa ser constituído por pontos e linhas de redes da superfície ou por áreas zonas. O ambiente se modifica, sofre desmatamento. Segundo Buarque, o princípio da continuidade dos problemas que causamos, é cultural, devido também aos problemas sociais, econômicos e políticos, dentro dessa visão procuramos fazer o levantamento dos aspectos geográficos, sociais e ambientais da agrovila, apontando os principais elementos que compõe o território.

## LEITURA E ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO PELAS LENTES DO TERRITÓRIO.

Para a Geografia, suas raízes estão nas obras Antropogeografia (1882) e Geografia Política (1897) do geógrafo alemão Friederich Ratzel. Inspiradas no determinismo, romantismo alemão e no imperialismo do século XIX. A Geografia de Ratzel tem como característica, uma consciência nacional

e estabelece a necessidade de um “espaço vital”, que seria o espaço necessário de desenvolvimento e progresso de uma nação, defendendo que as formas de sobrevivência são limitadas e por isso a busca por novos territórios seria necessária. O Território era entendido como expressão legal e moral do Estado, conjunção do solo e do povo. Sua territorialidade estaria associada a identidades. Posição que remete a uma concepção de poder unidimensional

Surgindo assim diferentes enfoques para os conceitos de território e territorialidade. Três características definem o espaço geográfico. O primeiro é o de extensão física constituída; a segunda é a dialética da disposição dos objetos com as ações ou práticas sociais; e a terceira, à disposição das coisas materiais com uma lógica coerente.

No início do século XX, os conceitos de território e territorialidade foram mais trabalhados sobre aspectos relacionados da natureza, o território passou a ser visto como uma apropriação biológica de uma área delimitada por uma fronteira e que se torna exclusiva para determinados membros ou espécies. A Territorialidade vinha a ser uma conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo.

No entanto, hoje, apreende-se os territórios como campos de forças, redes de relações sociais projetadas no espaço, uma porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada, com todos os seus atributos. O poder é que controla a gestão do espaço, sendo assim um poder multidimensional com muitas fontes.

O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já as dimensões que a compõem, é formado pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza. As múltiplas dimensões do território são produzidas pelas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais:

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, danação, do lugar. (SANTOS, 2002, p. 9).

Compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais, é nosso desafio. Diversas classes e relações sociais produzem diferentes espaços e territórios. Por essa razão entendemos ser importante o uso da tipologia de territórios.

Os conjuntos de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas são denominados transterritórios. Nos transterritórios, além dos espaços de governança, existem outros tipos de territórios, como as propriedades privadas, comunitárias ou capitalistas, essas podem produzir conflitualidades pela disputa muitas vezes por projetos de desenvolvimento e de sociedade. Gerando territorialidades de dominação.

O território quando compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. Já o território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e conflitualidades territoriais. Portanto, temos duas compreensões distintas: na primeira, o território como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar.

É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. A segunda compreensão é sobre a tipologia de territórios. Partindo do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais. Para explicitar as diferenças dessas duas compreensões de territórios, denominaremos a compreensão de território apenas como espaço de governança, como “território uno”, e a compreensão da tipologia como “território diverso”.

A territorialidade corresponde às ações humanas, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada. Esta área é o território e realiza-se em distintas escalas espaciais, varia no tempo através das relações de poder, das relações sociais realizadas entre sujeitos com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. A territorialidade também pode ser compreendida como mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercia nas ações sociais (DEMATTEIS, 1999). É entendida como valorização das condições e recursos potenciais em processos de desenvolvimento.

Os territórios materiais são fixos e fluxos. Santos (1978 e 1996) trabalhou com essas referências, discutindo os elementos do espaço e o território. Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, compreendidos pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. A ideia de fixo e fluxo está relacionada a todas as ordens e tipos de territórios. O primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, como: o território de uma nação, um palácio presidencial, carros, navios e aviões, entre outros. O terceiro território é fixo e fluxo, é



formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, é o caso do transterritório.

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios, relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e interpretações. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos, ou seja, o mundo material. Portanto os territórios materiais são produzidos pelos imateriais.

Todavia, o território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo, as políticas de cotas nas universidades. Produzem um território imaterial, com intencionalidade de promover a inclusão de sujeitos por meio de processos qualificados. Essas políticas rompem com os processos seletivos genéricos que de fato escondem outras condições políticas de acesso à universidade. É assim que um território imaterial funciona, uma ideia, uma política que se materializa em condição real.

#### RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS REFERENTE AO TERRITÓRIO.

O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta em uma paisagem. Não é uma construção material, mas a representação ideal da construção. Isso significa que o território não resultará, obrigatoriamente, em paisagem, sem a intermediação da imaginação por um mediador. A formação territorial foi modificada com o passar do tempo. “Os territórios são criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano”, segundo Saquet:

Hoje, os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável. As paisagens agrárias e urbanas sofrem logo influência do terceiro estado da natureza, aquele sintético ou cibernético que começou com a química moderna na metade do século XIX e é caracterizado, hoje pelo desenvolvimento da biotecnologia através da manipulação genética. (SAQUET, 2009).

Como as paisagens sofrem influências e modificações, principalmente antrópicas, um dos principais problemas mais debatidos é a degradação do meio ambiente. O autor Cristovam Buarque propõe que esse problema ecológico decorre da cultura, e que o que define o modelo econômico é a maneira como os homens se relacionam com a natureza. Ele fala não apenas do ponto de vista educacional. E

defende que precisamos mudar a mente grega que põe o homem como centro do universo e vê a natureza apenas como uma despensa e uma lixeira, servindo para extraímos dela seus recursos e jogar na mesma os nossos resíduos.

Uma despensa que serve ao mesmo tempo para nos alimentar e receber o lixo. Modificar a mente das pessoas poderá ser positiva ou negativa. Negativa porque mudar o pensamento não sentido de respeitar a natureza, mas pode excluir os que usufruem dos recursos naturais. O grande passo está em criar uma consciência nova a partir de uma revolução na educação. Portanto, é preciso mais investimento na educação, o autor defende que 1% a mais no orçamento da União seria o suficiente para obtemos melhoras significativas.

Entre outras sugestões são bastante discutidas, visando possíveis soluções a problemática. Compreendendo a dinâmica da construção dos espaços, e o processo de degradação ambiental resultante, Carlos (1997) propõe uma análise do contexto sócioespacial a partir da organização da produção e das relações sociais que se estabelecem no processo produtivo:

O desenvolvimento das forças produtivas produz mudanças constantes e, com essas, a modificação do espaço urbano. Essas mudanças são hoje cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores. (CARLOS,1997).

O processo de degradação socioambiental não decorre de um simples desequilíbrio nas relações da população com o seu ambiente. Decorre de um complexo de problemas sociais, econômicos e políticos, a distribuição de renda possui o papel central. Por esse motivo, tal fenômeno não pode ser dissociado das relações de produção e de trabalho, das condições materiais de sobrevivência, que se manifestam intensamente na produção do espaço urbano.

Na produção do espaço urbano se dá a atuação do poder público, mediante a viabilização de infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde e lazer. Serviços na maioria das vezes disponibilizados de forma precária à população. A degradação socioambiental aparece como elementos da relação sociedade-natureza. As relações estabelecidas estão atreladas também às necessidades de sobrevivência. Relacionando a Vila Caburi, observamos que um de seus principais problemas, é a falta de local adequado para os lixos domésticos, levando muitas pessoas a despejarem lixo em propriedade abandonada, no meio-fio ou queimando (Figura-01).

Entre esses problemas encontramos uma área que está sofrendo com a voçoroca, fenômeno que ocorre pelos impactos da água com o solo, devido ao fluxo de seus sedimentos, inicialmente forma as

ravinas, em seu processo mais intenso e contínuo provoca um aprofundamento maior no solo, denominado de voçoroca. É o caso dessa localizada no Caburi, que possui em seu entorno moradias com risco de desmoronamento, observe na imagem (Figura-02):



Figura: 01 – Acumulo e queima de lixo no meio-fio - Caburi.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 (Foto de Jully Pontes).



Figura: 02 – Voçoroca próxima a moradias na V. Caburi.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 (Foto de Jully Pontes).

Não podemos desprezar a importância da dimensão material/natural de um território, pois as diferenças naturais atuam entre si, como uma espécie de território. Entretanto, com as intensas transformações socioeconômicas, imprevisíveis, essa relação merece atenção. Porque os Ecossistemas, biomas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade são concepções distintas, que evidenciam retorno a uma natureza indissociavelmente ligada à dinâmica da sociedade.

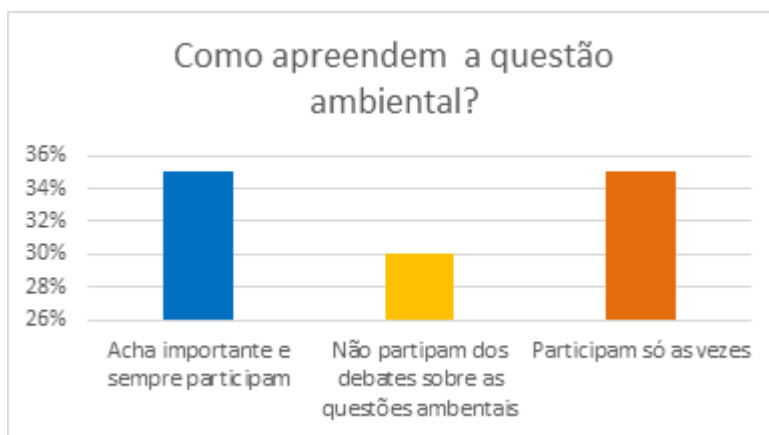


Gráfico 01: Preocupação com as questões ambientais.

FONTE: Trabalho de campo, PAIC 2018.

Na produção do espaço urbano se dá a atuação do poder público, mediante a viabilização de infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde e lazer. Serviços na maioria das vezes disponibilizados de forma precária à população. Com base nos dados obtidos essa realmente é a questão que mais os aflige. A Agrovila, não possui local adequado para receber os resíduos sólidos, ocasionando práticas e descarte irregular, como a queima e depósito nas estradas, ou em terrenos vagos e meio-fio das ruas, o que além de gerar odor para casas próximas, traz consigo também a presença de insetos e animais como abutres, isso sem falar nas possíveis contaminações que tais práticas podem propiciar.

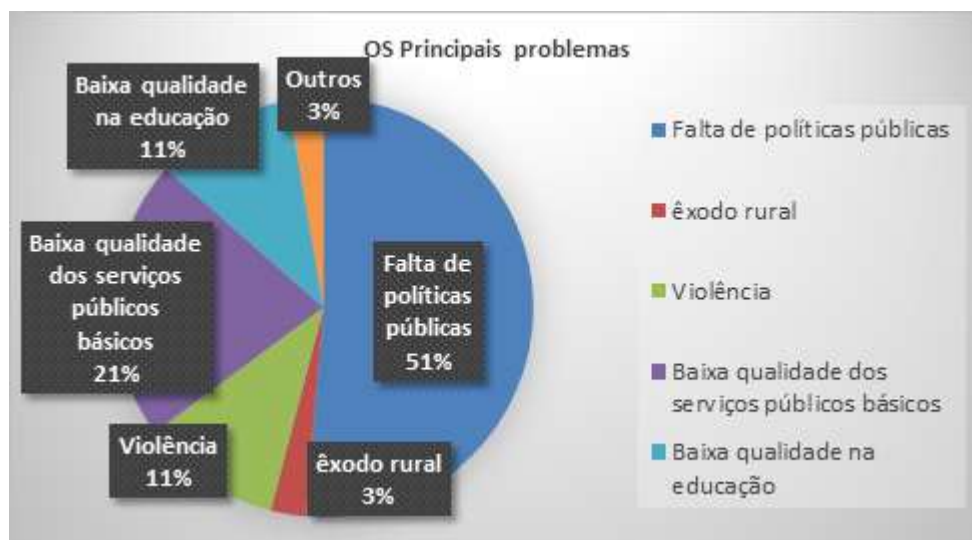


Gráfico 02: Os principais problemas na comunidade.

FONTE: Trabalho de campo, PAIC 2018.

Nas falas do representante da Comunidade, o senhor Edson, descreve bem o que acontece em seu território:

*“ O maior problema em relação a questão ambiental é o lixo, hoje em dia por exemplo, nós temos o pessoal do mercado que não tem onde jogar, não temos a coleta na comunidade, a gente então dar nosso jeito. Mas tem muita gente jogando pela cidade, a gente anda lá pra traz e encontra a beira da estrada. Sempre conversamos com vereadores e com os prefeitos quando eles vêm na comunidade, mas nada é feito. Vocês devem ter visto ali que no mercado, que tem um negócio errado ali, porque o matadouro é ali também. Então todo aquele sangue e aquelas coisas escorem tudo pra dentro do lago, e aqui é agua morta né, é lago, não é rio, tudo isso é um problema. O Hélio Albuquerque que é secretário de produção tem um projeto pra mudar isso aí, só que até hoje só está no papel, ele pediu um local, nós conseguimos uma, mas ele não veio mais. Os lixos dos barcos, eles estão levando daqui, antes eles gostavam de jogar aqui, mas a gente botou no toco com eles, então eles agora estão levando. Os comerciantes são os que mais produzem lixo, e eles levam pra estrada pra queimar ou deixar por ali mesmo”. (Edson Batalha Rodrigues, 50 anos ,2018.)*

Desta maneira, fica inevitável negar que providencias públicas se fazem necessárias, pois por enquanto ainda pode-se evitar danos futuros, mas caso permanece assim, os danos ambientais são irreparáveis e causam forte desequilíbrio ao ecossistema.

#### AGROVILA DO CABURI: PROCESSO HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL.

A vila Caburi localiza-se em área de terra firme, sua formação geomorfológica é resultado de acumulação de planície fluvial, têm com solo predominante o latossolo amarelo. Sua população está em torno de 2.112 habitantes. Possui infraestrutura comum de cidade, ruas asfaltadas, sistema público de abastecimento de água encanada, energia elétrica, posto de saúde, escola e posto policial.

Em 1895 a 1911, o Amazonas dominava o mercado de produção da borracha. O que despertava um interesse cada vez maior sobre a região, muitas pessoas subiram o rio Amazonas em explorações buscando trabalho nos seringais, povoando grandes áreas do Estado.

Entre 1905 a 1925, Caburi não era habitado por muitas pessoas, mas segundo relatos de moradores mais antigos, quando Dona Caranã (uma portuguesa casada com o brasileiro, nordestino chamado Diogo) abriu o caminho buscando terras férteis para agricultura, com o trabalho braçal junto a sua família, usando terçados conseguiram encontrar o Lago do Caburi no fim do Igarapé, um local totalmente desabitado, cheio de beleza e riquezas naturais (Figura-03). Onde fixou residência na cabeceira do lago chamado Ribeira, nome dado em homenagem a D<sup>a</sup>. Raimunda Ribeira Costa, casada com Vicente Ribeiro, uma das primeiras moradoras da localidade. Após essas famílias outras chegaram para desfrutar da abundância que tinha o lago, peixes de todas as espécies entre outros:



Figura: 03- Localização das Vilas no município de Parintins-AM  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.  
Organização: Charlene Muniz.

É basicamente sustentada pela agricultura, poucos criam gado, a maioria trabalha com a lavoura, da mandioca, da melancia e do feijão, numa agricultura não modernizada, praticada no sistema rudimentar, por isso não se produz em grande escala.

A principal atividade de lazer dos moradores é a prática esportiva do futebol, onde organizam seus times e disputam entre si, reunindo muitas pessoas em volta do campo, para assistir, torcer ou esperar sua vez de entrar no jogo (Figura-04), sendo assim o campo torna-se nos fins de semana a centralidade da vila. Suas outras formas de lazer são as festas, destaque as de santos, suas festas principais são a de São Sebastião, padroeiro da comunidade e o Festival de Verão, realizado na praia “Brilho do Banzeiro” localizada na frente da vila e comemorado em Janeiro e Setembro, atraindo muitas pessoas e ocasionando uma movimentação financeira maior com vendas de comidas e bebidas aos visitantes:



Figura: 04- Futebol de campo na Vila Caburi  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018 (Foto de Jully Pontes).

Segundo Wagley (1988) e Harris (2006), grandes partes das Comunidades na Amazônia tiveram forte influência da Igreja Católica em sua formação, pois as populações que antes viviam dispersas pelas margens dos rios e lagos, foram incentivadas a se agruparem em uma mesma localidade, surgindo assim às comunidades, e por isso recebem nomes de santos, como é o caso da Agrovila de São Sebastião do Caburi, Vila de Santa Maria de vila Amazônia e Agrovila de São João do Mocambo.

Nos últimos anos pode-se observar o crescimento do número de adeptos ao protestantismo, que construíram seus templos evangélicos nas vilas para também realizam seus cultos e orações, dentre estes podemos citar as Igrejas: Assembleia de Deus, Universal, Batista, Adventista, Neo-Testamentária.

Até 1978, São Sebastião do Caburi era apenas uma comunidade rural. Em 1979, a Prefeitura lançou a proposta aos moradores de transformar aquela comunidade em agrovila, o que foi aceito pelos mesmos. E então começaram os trabalhos de demarcação e loteamento da área, que até então pertencia a uma só família, sendo que os herdeiros aceitaram vendê-los as outras pessoas que moravam nas imediações do lago do Caburi.

A partir daí começaram as instalações dos equipamentos urbanos na vila, as ruas começaram a ser abertas em 1982, no início eram apenas 10 ruas, em 1981 foi inaugurada na vila a Escola de 1º Grau “São Sebastião” do Caburi, e em 1984 foi instalado a atual usina de luz, no mesmo ano foi inaugurado o sistema de distribuição da água encanada, com a perfuração de um poço destinado ao abastecimento de água a toda vila, esse sistema sofreu melhorias em 1987 com sua ampliação. “[...] A Vila caminha a cada dia, com pessoas que chegam, saem, moram, vendem casas, estudam, trabalham, se divertem, pescam, vendem, compram, lecionam e praticam as mais variadas atividades (RODRIGUES,1993). Que define bem a dinâmica espacial do Caburi e de outras vilas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo vê-se que as concepções de Raffestin, 1992 e Haesbbaert, 2004, transcorrem, destacando o caráter institucional nacional, fixo, simbólico, nas práticas e relações sociais que criam o território. Destacando o “poder” como o princípio geral. Características estas que ganham importância na atualidade, quando se pensa em um território fruto de mistura de identidades, não fazendo referência apenas aos aspectos culturais-simbólicos, mas também à organização social das ações do cotidiano, e a organização dos pensamentos e desejos que as diferentes identidades estabelecem no território.

A criação de um território implica sempre em uma organização de relações sociais, que podem estar vinculadas a aspectos materiais, fixos no território quanto aos simbólicos, que na maioria das vezes

permeiam os espaços fixos. Portanto, são os grupos definem e constroem suas relações entre si e com o Estado. Assim, apesar do destaque da característica cultural na dinâmica territorial, a dimensão material no território não pode ser esquecida quando tratamos de questões de ordem econômica ou política, isso porque ambas são consideradas um produto pensado e cultural. Um planejamento de reorganização espacial, ambiental e econômico seria interessante na Agrovila, seria possível resolver todas, se não, boa parte das questões destacadas no texto. “[...] A Vila caminha a cada dia, com pessoas que chegam, saem, moram, vendem casas, estudam, trabalham, se divertem, pescam, vendem, compram, lecionam e praticam as mais variadas atividades (RODRIGUES, 1993)”. Frase que define bem a dinâmica espacial desta e de outras vilas.



## REFERENCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato , ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. P.7-11.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. VIANNA, João Nildo. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil - Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RODRIGUES, Adelson S. História do Caburi: luz do amanhã. UFAM, campus Manaus, 1993.

SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos- 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES,P. C. C.; CORRÊA, R .L.( Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand,1995.p.77-116.

SILVA, Carla Holanda da. Território: uma Combinação De Enfoques – Material, Simbólico E Espaço De Ação Social. -Curitiba: Revista Geografar, 2009.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia. Programa de Pós-Graduação Em Geografia UFAM, campus Manaus, 2009.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1988.

# Capítulo 6



10.37423/210403845

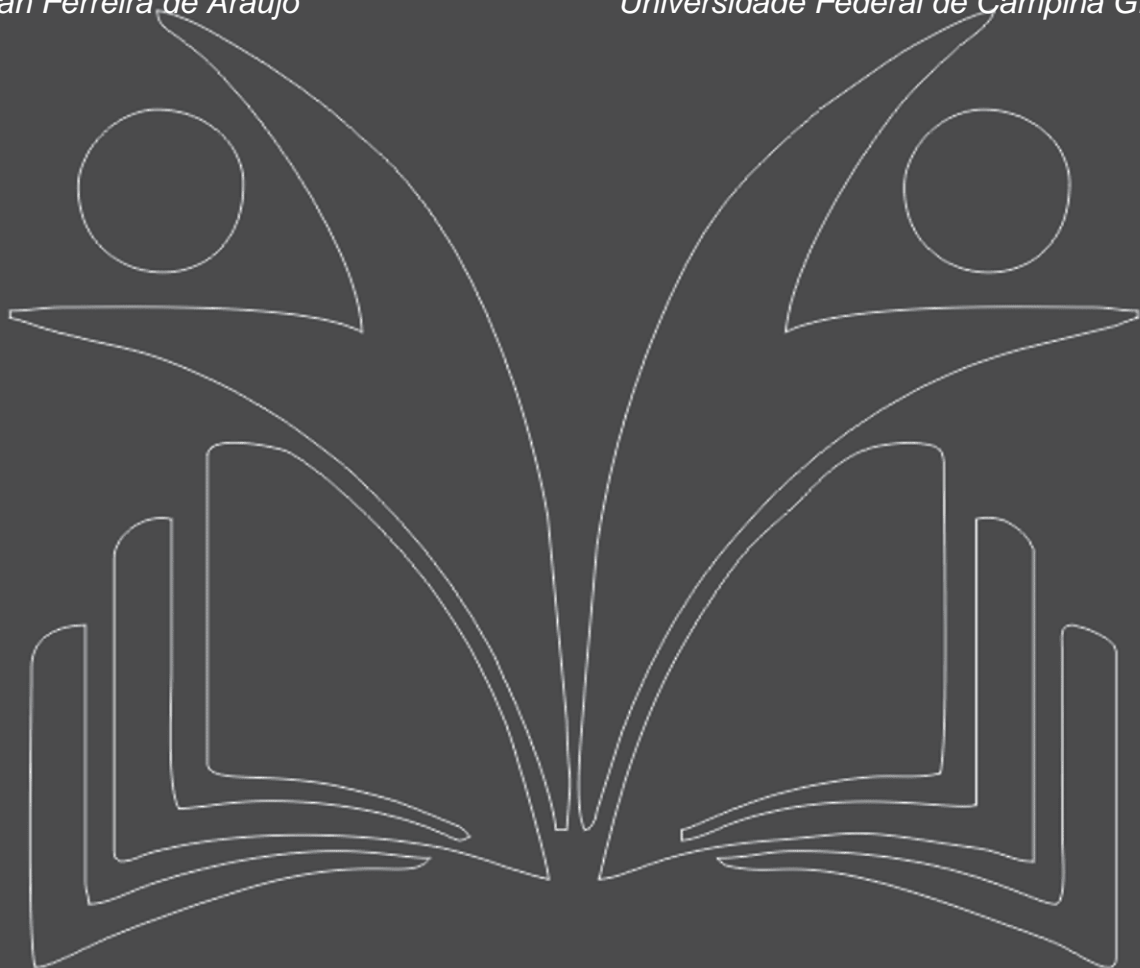
## FITOTERAPIA COMO ALTERNATIVA DE IMUNOMODULAÇÃO EM IDOSOS EM TEMPOS DE COVID-19

*Maria Cecília Queiroga dos Santos*

*Universidade Federal de Campina Grande*

*Cristina Ruan Ferreira de Araújo*

*Universidade Federal de Campina Grande*



**Resumo:** O envelhecimento humano é caracterizado pela fragilidade fisiológica, em destaque para a imunidade, sendo assim, este trabalho tem como objetivo identificar na literatura as principais plantas medicinais utilizadas como imunomoduladoras no Brasil. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Biblioteca Virtual da Saúde, portal CAPES e Google Acadêmico, utilizando os descritores “imunidade”, “imunomodulação”, “plantas medicinais” e fitoterapia em português, inglês e espanhol. A busca resultou em dez plantas medicinais de uso mais comum no Brasil, em especial na Região Nordeste, visando os efeitos anti-oxidantes e antiinflamatórios mediados principalmente por mecanismos de imunomodulação, onde os mesmos possuem atividades mediadoras do sistema complemento, das vias fagocitárias ou dos linfócitos T e B, bem como as citocinas inflamatórias. Conclui-se, portanto, que o uso de fitoterápicos por idosos é uma importante estratégia para a manutenção da saúde, especialmente para imunomodulação em tempos de COVID-19.

**Palavras-chave:** Imunidade; Imunomodulação; Plantas Mediciniais; Fitoterapia.

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano é caracterizado pela fragilidade fisiológica, em destaque para a imunidade. Com a progressão da idade, o sistema imunológico e a propensão para anormalidades da imunidade se altera fundamentalmente, sendo a idade associada a declínios na imunidade adaptativa e inata. Esse é um processo de remodelação imune chamado de “imunosenescência”(FUENTES, 2017).

A fitoterapia é um método de tratamento caracterizado pela utilização de plantas medicinais e fitoterápicos em suas diversas preparações, constituindo uma modalidade de terapia integrativa e complementar diante das necessidades de saúde e seu uso tem sido crescente na população de diversos países (FIGUEREDO; et.al., 2014).

Neste ínterim, populações locais possuem um amplo conhecimento sobre métodos alternativos usados para curar ou aliviar sintomas de doenças, constituindo um importante recurso terapêutico para a população (BAPTISTEL; et al., 2014; ALMEIDA NETO; BARROS; SILVA, 2015)

É evidenciado em estudos que o maior número de informações e conhecimentos sobre as plantas medicinais concentrou-se na faixa etária dos idosos, pois, são eles que em geral participam de projetos de hortas medicinais e são pessoas que possuem principalmente os conhecimentos populares herdados dos antepassados (OLIVEIRA; MENINI NETO, 2012).

As partes das plantas mais utilizadas são principalmente as folhas e a forma de preparo mais utilizada nas comunidades é o chá, por infusão, sendo que a maceração, banhos, inalação, pomada e cataplasma são as demais formas de uso também encontradas (OLIVEIRA; MENINI NETO, 2012).

Tendo em vista o que foi apresentado, o presente trabalho possui como objetivo identificar na literatura as principais plantas medicinais utilizadas como imunomoduladoras no Brasil.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo transversal, analítico e descritivo, com abordagem qualitativa, caracterizando uma revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa é uma das mais amplas propostas metodológicas de pesquisa referente às revisões. Ela possibilita a inserção de estudos com diferentes abordagens metodológicas de forma ordenada para consolidar o entendimento do fenômeno a ser estudado. Ademais, essa abordagem também propicia a união de informações de literatura teórica e empírica (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para a elaboração da questão norteadora, utilizou-se a estratégia PCC, acrônimo para os termos “population”, “concept” e “context” (STILLWELL; *et.al.*, 2010). Resultando na seguinte pergunta norteadora: “Quais as plantas medicinais utilizadas pela população em especial do Nordeste brasileiro que podem ser utilizadas por idosos que possuem atividade imunomodulatória e qual o embasamento teórico científico presente na literatura para tais efeitos?”

Esta pesquisa foi realizada entre os meses de março e maio de 2020 a partir da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), do Portal CAPES e do Google Acadêmico, utilizando os descritores “imunidade”, “imunomodulação”, “plantas medicinais” e “fitoterapia”, “Immunity”, “immunomodulation”, “medicinal plants” and “herbal medicine”, “Inmunidad”, “inmunomodulación”, “plantas medicinales” y “fitoterapia” e o descritor Bowleano “AND”.

Foram incluídos os estudos disponíveis online na íntegra em qualquer língua, e possuindo como assunto principal a atividade imunomodulatória especificamente para o aumento ou modificação da resposta imune como assunto principal, publicado entre os anos de 2000 e 2020, caracterizando um recorte temporal de 20 anos. Este recorte temporal foi escolhido devido à dificuldade de pesquisa relacionado com a escassez de material publicado em um recorte temporal usualmente menor, sendo que muitos dos estudos datam, ainda, das décadas de 80 e 90, o que é de certa forma característico de estudos envolvendo algumas plantas de menor conhecimento e interesse da comunidade científica atual.

Foram excluídos estudos repetidos, não disponíveis gratuitamente na íntegra, teses, monografias e dissertações, de publicação anterior ao ano 2000, com exceção apenas do estudo de Puhlmann (1992) pois, esse é uma referência de base para todos os artigos encontrados cujo assunto principal fosse a *Achyrocline satureioides*;

Foi então realizada uma seleção qualitativa em que apenas os artigos cuja planta abordada tivesse origem brasileira, em especial da região Nordeste, ou estivesse naturalizada ou possuísse um amplo e conhecido comércio no país foram incluídos no estudo, totalizando 42 estudos incluídos na seleção e dispostos na Tabela 1.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca resultou em dez plantas medicinais de uso mais comum no Brasil, em especial na Região Nordeste, visando os efeitos antioxidantes e anti-inflamatórios mediados principalmente por

mecanismos de imunomodulação descritas em 42 estudos detalhados conforme pode-se observar na Tabela 1.

**Tabela 1. Plantas Medicinais utilizadas na Região Nordeste e registradas pela ANVISA que possuem propriedades moduladoras da imunidade. Campina Grande, PB, Brasil, 2020.**

Planta Medicinal	Nomenclatura Científica	Parte Utilizada	Indicações Terapêuticas	Referência Bibliográfica
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> Linn	Castanha, fruto, casca e folhas	Anti-inflamatória, hepatoprotetora, antimicrobiana. Possui efeitos no sistema digestivo, antioxidante e complemento	Yamassaki <i>et al.</i> 2015; Siracusa <i>et al.</i> , 2020; Freitas <i>et al.</i> , 2020.
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Rizoma	Antioxidante, antisséptico e anti-inflamatório para problemas respiratórios (expectorante e dor de garganta), carminativa, antiemética, digestória, arterioesclerose, casos de cinetose e reumatismo	Majolo <i>et al.</i> , 2014; Bartels <i>et al.</i> , 2015; Aryaeian, <i>et al.</i> , 2019; Nam <i>et al.</i> , 2020; Almeida <i>et al.</i> , 2020; Karami <i>et al.</i> , 2020;
Romã	<i>Punica granatum</i> L.	Fruto, casca do fruto, casca do caule e raízes	Dores de garganta, rouquidão, inflamação da boca e locais infectados pelo Herpes, adstringente, antimicrobiana e antiviral e em casos de teníase	Martins, 2010; Rahimi, 2020; Jalali, 2020; Núñez, 2015.
Cajá	<i>Spondias mombin</i>	Folhas da cajazeira (antibacterianas); Extratos das folhas e cascas do caule (antiviral).	Antiviral e antibiótico	Hamano; Marcadante, 2001; Soares, 2002; Tirbuski <i>et al.</i> , 2011; dos Anjos <i>et al.</i> , 2018.
Alho	<i>Allium sativum</i> L.	Bulbos secos ou frescos	Expectorante, como coadjuvante no tratamento de asma, nos sintomas de gripes e resfriados. Além de auxiliar no tratamento de doenças, como hipertensão arterial, hiperlipidemia e na prevenção da aterosclerose, imunomodulador.	Costa, 2010; Sultan, <i>et al.</i> , 2014. Lozano, Bagne, Hora, 2015; Vijayakumar <i>et al.</i> , 2019;
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>	Frutos, flores, caule e raízes	Antiviral, antibiótica, tônico, tratamento de anemia, artrite, febrífugo, bronquite e tosse, para tratamento de distúrbios gástricos, possui propriedades colagogas e coleréticas, emenagogo, cicatrizante, diurético, e nos distúrbios hepáticos.	Ferraz <i>et al.</i> , 2020; Rios <i>et al.</i> , 2017; Vieira Júnior, 2015; Lobo, 2010.
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Folhas frescas e sementes	Tratamentos de gripe, como antibiótico e expectorante. Possui ainda propriedades como antitumoral, antipirética e analgésica, antifúngica, anti-helmíntica e leishmanicida. Para aliviar dores musculares e tratar lesões e feridas cutâneas usa-se o emplastro.	Monzote, 2007; Ribeiro, 2008; Silva <i>et al.</i> , 2015; Santos-Lima, 2016; Moreski, Leite-Mello, Bueno, 2018. Pereira <i>et al.</i> 2018.

Unha de gato	<i>Uncaria tomentosa</i>	Raízes e Caule	Anti-inflamatória, antioxidante, antitumoral, imunostimulante. Atividade imunostimulante em macrófagos.	antibacteriana, antiviral e Atividade	Lenzi <i>et.al.</i> , 2013. Domingues <i>et.al.</i> , 2011; Allen Hall <i>et al.</i> , 2007.
Calêndula	<i>Calendula officinalis</i>	Flores	Anti-inflamatória, cicatrizante e antimicrobiana. Aumenta a atividade fagocítica em granulócitos.		Santos <i>et.al.</i> , 2015. Butnariu& Corandini, 2012; Kojo & Almada Filho, 2010.
Macela	<i>Achyrocline satureioides</i>	Partes aéreas	Anti-inflamatória, hepatoprotetora, antimicrobiana. Efeito no complemento.	digestiva, antioxidante e sistema	Martins-Ramos; Bortoluzzi; Mantovani, 2010; Souza <i>et.al.</i> , 2017; Pedra <i>et.al.</i> , 2018; Martínez-Busi <i>et.al.</i> , 2019; Puhlmann, 1992.

Fonte: Autoria Própria

Dos 42 estudos encontrados 10 pertenciam à base de dados Scielo, 16 à Medline, 13 à Pubmed, 5 à LILACS, 2 à LILACS- Express e 1 à CUMED (Biblioteca Médica Nacional/Centro Nacional de Información de Ciências Médicas), valendo-se ressaltar que alguns estudos pertenciam a mais de uma base de dados, sendo excluídos os artigos repetidos.

As plantas medicinais apresentam várias propriedades terapêuticas, as quais estão relacionadas com a presença de compostos bioativos. Dentre os compostos, destacam-se as pectinas, que compreendem um grupo de polissacarídeos ácidos de relevante importância medicinal formadas por ácido galacturônico (SEYFRIED; *et.al.*, 2016).

Já a imunomodulação pode estar relacionada tanto com a atividade de macrófagos quanto com as vias do sistema complemento. Em geral, os polissacarídeos provocam um estímulo da atividade fagocitária; no aumento da produção de espécies reativas de oxigênio e da secreção de citocinas pró-inflamatórias, atuando tanto com a atividade de macrófagos quanto com as vias do sistema complemento (vias clássica e alternativa) (SEYFRIED; *et.al.*, 2016).

A *Anacardium occidentale* L. (família *Anacardiaceae* ), ou cajueiro, é uma espécie brasileira local amplamente distribuída. É comum na medicina popular para tratar diabetes, infecções, além de hemorragias e diarreia e é comprovada uma ampla atividade antimicrobiana do extrato etanólico de suas flores, e esse efeito foi relacionado à presença de alcalóides, saponinas, ácidos fenólicos e taninos (SILVA; *et.al.*, 2016; BAPTISTA; *et.al.*, 2018).

Em estudos, castanhas de caju foram administradas diariamente por via oral (100 mg / kg) em camundongos injetados com DNBS (ácido dinitrobenzeno sulfônico) para induzir a colite. O tratamento oral reduziu danos histológicos, macroscópicos, infiltração de neutrófilos, citocinas pró-inflamatórias

e níveis de MDA, bem como expressões de nitrotirosina, PARP e ICAM-1 e P-selectina. A administração de castanha de caju inibiu o NF- $\kappa$ B, complexo proteico responsável por respostas da imunidade inata, e aumentou a expressão antioxidante do MnSOD, importante enzima antioxidante mitocondrial (SIRACUSA; *et.al.*, 2020).

O polissacarídeo nativo do exsudato de goma de caju (CNTG) e seu componente de proteína de arabinogalactano (CNTG-AGP) foram testados usando ensaios imunoestimulantes e anti-inflamatórios *in vitro* de atividades de macrófagos peritoneais murinos. No ensaio de atividade imunoestimulante o CNTG aumentou a produção de interleucina (IL)-10 e ambos diminuíram as concentrações de IL6. Quando os macrófagos foram incubados na presença de LPS e CNTG, houve uma diminuição nos níveis de óxido nítrico (NO<sup>-</sup>) e IFN- $\gamma$  foi observado (YAMASSAKI; *et.al.*, 2015).

Foi observada a capacidade antiviral das folhas da *Anacardium occidentale* com relação ao vírus da *Influenza*. A atividade da neuraminidase (NA) do vírus influenza do tipo selvagem e resistente à OST foi inibida pela agathisflavona (biflavonóide presente no cajueiro), com valores de IC50 variando de 20 a 2,0  $\mu$ M, respectivamente. A agathisflavona inibiu a replicação do vírus influenza com EC50 de 1,3  $\mu$ M. Passagens seqüenciais do vírus na presença de agathisflavone revelaram o surgimento da mutação R249S, A250S e R253Q no gene NA (FREITAS; *et.al.*, 2020).

O gengibre (*Zingiber officinale*) é uma planta herbácea de aroma e sabor picante. Foi introduzida no Brasil pelos holandeses no século 16, era exportada naquela época para toda Europa, além de muito utilizada no tratamento da Malária nesse período (GLOVACKI, 2020).

O efeito antiinflamatório do gengibre foi cientificamente comprovado por Kiuchi *et al.* em 1982. Eles isolaram quatro novos compostos diferentes do gengibre como um diarilheptanóide do grupo dos catecóis e a yakuchinona A, e todos mostraram potencial efeito inibitório para reduzir a síntese de prostaglandinas. Em estudos seguintes foi descoberto que o gengibre apresentava atividade anti-inflamatória inibindo não apenas a prostaglandina, mas também a biossíntese de leucotrienos a partir de um diarilheptanóide (AL-NAHAIN; JAHAN; RAHMATULLAH, 2014).

Sendo assim, o gengibre possui efeitos imunomoduladores diversos em patologias como a Artrite Reumatóide, apresentando diversos mecanismos de ação e diminuindo as manifestações da doença. Um dos mecanismos atualmente descobertos é o aumento da expressão dos genes FoxP3 e diminuindo a expressão dos genes ROR $\gamma$ t, gene expresso nas células imunológicas Th17 e importante para o ciclo circadiano, e T-bet, um dos genes responsáveis pelas respostas à antígenos (ARYAEIAN; *et.al.*, 2019).



Diversos outros estudos têm sido realizados com o *Zengiber officinale*, mostrando a eficácia do seu óleo essencial tanto em termos de ação bacteriostática quanto bactericida. Seu efeito antioxidante também tem sido delineado em outros ensaios assim como o seu potencial terapêutico no tratamento da osteoartrite e diabetes (ALMEIDA; *et.al.*, 2020; KARAMI; *et.al.*, 2020; NAM; *et.al.*; 2020; MAJOLO; *et.al.*, 2014).

A romã (*Punica granatum*) é uma planta originária da região do Mediterrâneo. Possui um componente chamado ácido elágico que mostra grande relevância nas atividades antimutagênicas, antiinflamatórias, antifibrose, anticâncer e antienvhecimento. Foi sugerido que a Romã possui efeitos imunomoduladores promissores através da regulação da função das células T e da supressão da imunidade humoral (MARTINS; *et.al.*, 2010; MOREIRA; *et.al.*, 2014; NUÑES; *et.al.*, 2015; JALALI, *et.al.*, 2020; RAHIMI; *et.al.*, 2020).

O cajazeiro é uma árvore de casca adstringente nativa dos trópicos, ocorrendo no Brasil na região da Amazônia, Região Nordeste do Brasil (mata atlântica e florestas decíduais) e no estado de São Paulo. Possui como metabólitos secundários carotenoides, taninos, saponinas, resinas, esteróis e triterpenos, flavonoides e alcaloides, ácido anarcádico, ácido 2-O-cafeicol-(+) alohidroxícítrico, elagiotaninos (Geraniina e galiogeraniina) e butil éster de ácido clorogênico (HAMANO; MARCADANTE, 2001).

Os estudos pré-clínicos demonstram um grande potencial de imunomodulação positiva nos sucos preparados com a polpa do cajá, resultado tanto da grande quantidade de minerais, essenciais à estabilização do sistema imune, quanto pela presença de compostos depresores dos radicais livres (SOARES, 2002; TIBURSKI; *et.al.*, 2011; DOS ANJOS; *et.al.*, 2018).

O alho (*Allium sativum*) é uma planta perene, cujo cultivo teve origem na Ásia Central e desde a antiguidade era utilizado como alimento ou remédio. É considerado uma especiaria que pertence à família *Liliaceae*, que contém mais de 700 espécies, incluindo a cebola, o alho poró, e a cebolinha (FONTENELE; *et.al.*, 2015).

De acordo com Majewski (2014), suas propriedades devem-se à composição de substâncias biológicas ativas, que incluem enzimas, como a alinase, compostos sulfurados dos quais destaca-se a alicina e componentes produzidos enzimaticamente, como a alicina. Mirabeau e Samson (2012) relatam que o extrato de alho surte maior efeito sobre as populações de leucócitos totais, destacando-se os linfócitos TCD4+, em comparação ao extrato de cebola e aos extratos combinados desses dois vegetais na mesma concentração, além de aumentar concentração da interleucina-2 e a população e a função de células NK (FALLAH-ROSTAMI; *et. al.*, 2013).

A *N - trans*- feroil-tiramina (FLA) foi isolada e identificada a partir do pigmento azul do alho Laba. A preparação mostrou inibição da proliferação em células HepG2 (células cancerígenas) com IC 50 no valor de 194µg, inibem as alterações morfológicas das mitocôndrias e mantém a integridade das mesmas, evitando os efeitos negativos do estresse oxidativo (GAO; *et.al.*; 2019).

Em estudo com nanopartículas de alho e prata sintetizadas (G-AgNPs) demonstraram maior atividade antibacteriana e antibiofilme em *S. aureus* e *P. aeriginosa* a 100 µg ml<sup>-1</sup> resistentes à metilicina. A eficácia dos G-AgNPs contra as minhocas evidenciou sua eficácia como agente anti-helmíntico no tratamento de parasitas intestinais. A inibição significativa da desnaturação da proteína BSA prova sua propriedade anti-inflamatória. Além disso, os G-AgNPs demonstraram notável efeito anticâncer e inibiram significativamente a viabilidade das células humanas de câncer de mama (MCF-7) a 100 µg ml<sup>-1</sup> após 24 h. Também foi notada uma mudança notável na morfologia das células MCF-7. As G-AgNPs não eram tóxicas para as células embrionárias humanas HEK293. Além disso, a natureza não tóxica dos G-AgNPs para *C. cornutae*, possuindo nenhuma alteração morfológica e fisiológica, comprovou sua segurança ao meio ambiente (VIJAYAKUMAR; *et.al.*, 2019).

Durante o processo de envelhecimento do alho, por exemplo, os níveis de compostos benéficos, como o piruvato e a S-alilcisteína aumentam. Outro composto antioxidante recentemente identificado que está presente no alho envelhecido é a N-alfa- (1-desoxi-D-fructos-1-il) -L-arginina, cuja atividade é comparável ao ácido ascórbico, além da atividade antioxidante dos compostos fenólicos. Além disso, o alho envelhecido contém S-alilmercaptocisteína (SAMC), um composto de enxofre solúvel em água com propriedade antioxidante que inibe o crescimento celular e promove a apoptose em várias linhas celulares de câncer (MIRAGHAJANI; *et. al.*, 2018).

A Jurubeba (*Solanum paniculatum*) é uma planta arbustiva perene predominante nas regiões da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampas. Tem preferência por solos bem drenados e é encontrada principalmente em lavouras, pastagens, beiras de estradas e terrenos baldios (FUKUSHI; *et.al.*, 2016).

Possui como compostos ativos saponinas esteroidais, e alcalóides, taninos flobabênicos, flavononóis e flavononas. Das folhas da espécie foram isolados glicosídeos espirostânicos, glicoalcalóides e geninas (VIEIRA JÚNIOR, 2015).

Em estudo, Rios *et. al.* (2017) mostraram seu potencial tratamento de condições inflamatórias, reduzindo a proliferação celular, produção de IL-4 e outros marcadores inflamatórios.

Em um outro estudo, foi demonstrado que o extrato de *Solanum paniculatum* pode atuar diminuindo a produção de moléculas oxidadas e modular os níveis de IL-6 e IL-1  $\beta$ , caracterizando um tratamento efetivo para a prevenção de câncer (FERRAZ, *et.al.*, 2020).

O mastruz (*Chenopodium ambrosioides*) é uma erva perene ou anual, bastante ramificada. É nativo da América Central e do Sul, originária, provavelmente, do México. Tem crescimento espontâneo em regiões de clima tropical, subtropical (principalmente América e África) e temperado (SENNA, 2010).

Como efeitos imunomoduladores, em estudo com camundongos com cistite induzida por cefalosporina, o tratamento com o extrato de *Chenopodium ambrosioides* aumentou a proliferação de células linfóides e reduziu a inflamação. Esse efeito anti-inflamatório parece ter relação com a redução da produção de prostaglandinas através da inibição da via da COX-2 (SILVA; *et.al.*, 2015).

O tratamento de camundongos com artrite induzida por colágeno tipo II com extrato hidroalcoólico de 5 mg/kg reduziu a porcentagem de neutrófilos e macrófagos e o número de células da medula óssea e aumentou o número de linfócitos e a celularidade dos linfonodos inguinais. Este tratamento inibiu a concentração sérica de IL - 6 e TNF -  $\alpha$ , que pode estar relacionada à preservação da densidade óssea e ao leve espessamento dos tecidos periarticulares, com mínima proliferação de fibrose e fibroblastos nas articulações (PEREIRA; *et.al.*, 2018).

Segundo estudos, pode-se destacar que o extrato de *U. tomentosa* (unha de gato), trepadeira lenhosa típica da Floresta Amazônica, aumentou a celularidade da polpa branca esplênica e da medula tímica, como também aumentou o número de linfócitos T auxiliares e linfócitos B, possuindo ainda atividade antioxidante *in vitro* (DOMINGUES; *et.al.*, 2011). Extratos obtidos a partir da casca da *U. tomentosa* inibiram a expressão de TNF- $\alpha$ , iNOS and NF- $\kappa$ B, além de aumentar a síntese de IL-1 $\beta$  e IL-6, estimular a fagocitose e elevar o número absoluto de leucócitos periféricos (ALLEN HALL; *et al.*, 2007).

A *Calendula officinalis* (calêndula) originária dos países da Europa Central, Oriental e do Sul, foi cultivada comercialmente na América do Norte, nos Balcãs, Europa Oriental e Alemanha. Os egípcios, gregos, hindus e árabes a cultivaram e ela tem sido usada medicinalmente desde o século XII. É cultivada em toda zona temperada do mundo também como planta ornamental (BRASIL, 2014).

Os flavonóides que compõe os metabólitos secundários presentes na *Calendula officinalis* influenciam alguns processos fisiológicos como absorção de vitaminas e ferro e na estimulação da cicatrização, pois esses combatem os radicais livres atuando como antioxidantes, promovem ainda uma

vasodilatação e atuam também como moduladores do sistema imune, como antiinflamatórios e antibacterianos (SANTOS; *et.al.*, 2015).

No âmbito dos medicamentos homeopáticos um estudo sobre o medicamento homeopático Traumeel (complexo com 12 ingredientes biológicos e duas substâncias minerais: *Arnica montana*, *Chamomilla recutita*, *Calendula officinalis*, *Symphytum officinale*, *Hamamelis virginiana*, *Bellis perennis*, *Achillea millefolium*, *Echinacea angustifolia*, *Atropa belladonna*, *Echinacea purpurea*, *Aconitum napellus*, *Hypericum perforatum*, *Mercurius solubilis*, *Hepar sulfuris*) inibiu a secreção das três citocinas tanto em células em repouso como em imunoativadas. A secreção de IL-1 foi reduzida em 70%, a secreção de TNF- $\alpha$  foi reduzida em 65% e 54%, respectivamente, e a secreção de IL- $\beta$  foi reduzida em 50% em ambas as células (KOJO&ALMADA FILHO, 2010).

A macela (*Achyrocline satureioides* (Lam.) DC. (Asteraceae)), é uma planta de hábito herbáceo nativa da Mata Atlântica. É utilizada na medicina popular brasileira na forma de infusão como digestiva, anti-espasmódica, antiinflamatória e hipoglicêmica, para tratar distúrbios gastrintestinais e reduzir os níveis de colesterol sanguíneo. Testes *in vitro* mostraram que extratos de suas flores inibiram o desenvolvimento de células cancerígenas (angioma), possuindo atividade neuroprotetiva e propriedades antiviróticas. Análises farmacológicas comprovam sua ação imunoestimulante (PUHLMANN; *et. al.*, 1992; MATOS & LORENZI, 2002; BARATA; *et.al.*, 2009; BORBA; *et.al.*; 2016; MARTÍNEZ-BUSI; *et.al.*, 2019; PEDRA; *et.al.*, 2018).

O óleo essencial de *Achyrocline satureioides* carregado com nanocápsulas reduziu os níveis de espécies reativas de oxigênio aumentadas (ROS) e substâncias tiobarbitúricas reativas (TBARS), melhorou as atividades cardíacas de catalase (CAT) e superóxido dismutase (SOD) de ratos infectados com *Trypanosoma evansi* e reduziu biomarcadores séricos da função cardíaca como a glutatona e a glutatona peroxidase (SOUZA; *et.al.*, 2017).

Outras utilizações terapêuticas incluem sua atividade hepatoprotetora, antiparasitária, tripanocida e como amenizadora dos efeitos da quimioterapia. Quanto à sua atividade imunomoduladora, apresenta comprovação por inibir adesão e o metabolismo oxidativo de neutrófilos (CARMO; *et.al.*, 2015; SILVA; *et.al.*, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que as plantas medicinais possuem extrema importância no tratamento coadjuvante de doenças, em especial quando se trata da medicina tradicional brasileira, conclui-se que o cajueiro

(*Achyrocline satureioides*), gengibre (*Zingiber officinale*), romã (*Punica granatum*), cajá (*Spondias mombim*), alho (*Allium sativum*), jurubeba (*Solanum paniculatum*), mastruz (*Chenopodium ambrosioides*), unha de gato (*Uncaria tomentosa*), calêndula (*Calendula officinales*) e a macela (*Achyrocline satureioides*) foram as principais plantas com atividade imunomoduladoras encontradas na literatura.

É ainda possível correlacionar que a maior parte dessa atividade de imunomodulação vinha acompanhada por uma atividade antibiótica ou antiinflamatória, podendo ser utilizada, por exemplo, como fitoterápicos para o alívio de sintomas derivados de Síndromes Gripais como o COVID-19 em idosos, concluindo que esta é uma importante estratégia terapêutica para a promoção, prevenção, cura e reabilitação da saúde dos idosos, estratégia esta que deve ser levada em consideração no plano terapêutico, não apenas como possível interação medicamentosa, mas também como uma terapia coadjuvante à terapia convencional.

Sendo assim, é necessário que haja mais incentivo para pesquisas mais prospectivas sobre cada planta medicinal, em especial as originadas da Região Nordeste do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALLEN-HALL, L.; CANO, P.; ARNASON, J.T.; ROJAS, R.; LOCK, O.; LAFRENIE, R.M.; Treatment of THP-1 cells with *Uncaria tomentosa* extracts differentially regulates the expression of IL-1beta and TNF-alpha. *J Ethnopharmacol.* vol.109, nº2, pag.312-317, 2007.

ALMEIDA NETO, J.R. de; BARROS, R.F.M. de; SILVA, P.R.R.; Uso de plantas medicinais em comunidades rurais da Serra do Passa-Tempo, estado do Piauí, Nordeste do Brasil. *R. bras. Bioci.*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 165-175, 2015.

ALMEIDA, N. F. L.; et al. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais na cidade de Viçosa – MG. *Revista Brasileira de Farmácia*, v. 90, n. 4, p. 316-320, 2009.

ALMEIDA, E. M. de; et. al. Therapeutic potential of medicinal plants indicated by the Brazilian public health system in treating the collateral effects induced by chemotherapy, radiotherapy, and chemoradiotherapy: a systematic review.: A systematic review. *Complementary Therapies In Medicine*, [s.l.], v. 49, p. 102293, mar. 2020. Elsevier BV.

AL-NAHAIN, A.; JAHAN, R.; RAHMATULLAH, M.; *Zingiber officinale*: A Potential Plant against Rheumatoid Arthritis. *Arthritis*, 2014.

ANJOS, M. R. M. dos; et. al. A RELAÇÃO DOS MICRONUTRIENTES E SISTEMA IMUNE. *Revista Campo do Saber*, v. 3, n. 3, 2018.

ARYAEIAN, N.; et.al.; Efeito da suplementação de gengibre na expressão de alguns genes intermediários de imunidade e inflamação em pacientes com artrite reumatóide ativa. *Gene* , v. 698, p. 179-185, 2019.

BAPTISTEL, A.C., COUTINHO, J.M.C.P., LINS NETO, E.M.F. & MONTEIRO, J.M.. Plantas medicinais utilizadas na Comunidade Santo Antônio, Currais, Sul do Piauí: um enfoque etnobotânico. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, vol.16, nº2, pag.406-425, 2014.

BAPTISTA, A.; et.al.; Antioxidant and Antimicrobial Activities of Crude Extracts and Fractions of Cashew (*Anacardium occidentale* L.), Cajui (*Anacardium microcarpum*), and Pequi (*Caryocar brasiliense* C.): A Systematic Review. *Oxid. Med. Cell Longev.* 2018 , 2018.

BARACUHY, J.G. de V.; et.al.; *Plantas Medicinais de uso comum no Nordeste do Brasil*. EDUEFCG. Campina Grande, Paraíba, 2º edição, 2016.

BARATA, L.E.S.; ALENCAR, A.A.J.; TASCONE, M.; TAMASHIRO, J. *Plantas Medicinais Brasileiras. I. Achyrocline satureioides* (Lam.) DC. (Macela). *Revista fitos.* vol.4, nº1, pag.120-125, 2009.

BARTELS, E.M.; FOLMER, V.N.; BLIDDAL, H.; et. al; Efficacy and safety of ginger in osteoarthritis patients: a meta-analysis of randomized placebo-controlled trials. *Osteoarthritis Cartilage.* vol. 23, nº1, pag.13-21, 2015.

BORBA, G.; et.al.; Construindo Respostas Através de Experimentos com Plantas Nativas do Pampa: Nutrição mineral em *Achyrocline satureioides*. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 8, n. 1, 2017.

BUTNARIU M.; Corandini C Z. Evaluation of Biologically Active Compounds from *Calendula officinalis* Flowers using Spectrophotometry. *Journal Chem Central*, v.6, p.1-7, 2012.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, AVASUS. Introdução às Práticas Integrativas e Complementares: Práticas Corporais e Mentais da Medicina Tradicional Chinesa. Módulo 1. Disponível em: <<https://avasus.ufrn.br/mod/page/view.php?id=9530>>.

BRASIL, Ministério da Saúde, ANVISA. MONOGRAFIA DA ESPÉCIE *Calendula officinalis* L. (CALÊNDULA). 2014.

CARMO, G.M.D.; et. al. Effect of the treatment with *Achyrocline satureioides* (free and nanocapsules essential oil) and diminazene aceturate on hematological and biochemical parameters in rats infected by *Trypanosoma evansi*. *Experimental parasitology*. vol.149, pag.39-46, 2015.

COSTA, R. dos S.; et. al. Produtos naturais utilizados para tratamento de asma em crianças residentes na cidade de Salvador-BA, Brasil. *Rev. bras. farmacogn.* [online]. 2010, vol.20, n.4, 2010.

DOMINGUES, A.; et.al.; *Uncaria tomentosa* aqueous-ethanol extract triggers an immunomodulation toward a Th2 cytokine profile. *Phytotherapy Research*. vol.25, n°8, pag.1229-1235, 2011.

FALLAH-ROSTAMI, F.; et. al. Immunomodulatory Activity of Aged Garlic Extract Against Implanted Fibrosarcoma Tumor in Mice. *North American Journal of Medical Scienses*. Tehran, v. 5, n. 3, p. 207-212, mar. 2013.

FERRAZ, A.P.C.R.; et.al., Hydroethanolic Extract of *Solanum paniculatum* L. Fruits Modulates ROS and Cytokine in Human Cell Lines. *Oxid Med Cell Longev*; 2020.

FIGUEREDO, C.A.D.; GURGEL, I.G.D.; GURGEL JUNIOR, G.D. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. *Physis*. vol.24, n°2, pag.381-400, 2014.

FONTENELE, L. M. DOS S. et al. Qualidade microbiológica do alho (*Allium sativum*) produzido e comercializado em mercados públicos Microbiological quality of garlic (*Allium sativum*) produced and sold in public markets. *Rev Inst Adolfo Lutz*, v. 74, n. 4, 2015.

FREITAS, C.S. de; et.al.; Agathisflavone, a Biflavonoid from *Anacardium occidentale* L., Inhibits Influenza Virus Neuraminidase. *Current Topics in Medicinal Chemistry*. Vol.20, n° 2, 2020.

FUKUSHI, Y.K.M.; et.al.; *Solanum paniculatum*. EMBRAPA. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o futuro - Região Centro-Oeste, Brasília, 2016.

GAO, X.D.; et.al.; Effects of N-trans-feruloyltyramine isolated from laba garlic on antioxidant, cytotoxic activities and H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>-induced oxidative damage in HepG2 and L02 cells. *Food and Chemical Toxicology*. Vol. 130; Pag. 130-141, 2019.

GLOVACKI, B. G. A Feira: Gengibre. 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/afeira/materias-primas/outros/gengibre/caracteristicas-botanicas>. Acesso em: 28 abr. 2020.

HAMANO P.S.; MARCADANTE, A.Z.; Composition of Carotenoids from commercial products of *caja* (*Spondias lutea*). *Journal of food composition and analysis*, v. 14, p. 335-343, 2001.

JALALI, A.; et. al. Punica granatum as a Source of Natural Antioxidant and Antimicrobial Agent; a Comprehensive Review on Related Investigations. Current Drug Discovery Technologies, [s.l.], v. 17, 2020.

KARAMI, S.; et. al. An evidence-based review of medicinal plants used in traditional Persian medicine for treatment of osteoarthritis. Current Drug Discovery Technologies, [s.l.], v. 17, mar. 2020.

KOJO, C. R.; ALMADA FILHO, C.M.; Influência do medicamento homeopático na imunossenescência. Geriatrics, Gerontology and Aging, v. 4, n. 1, p. 44-49, 2010.

LENZI, R.M. et al. Effects of aqueous fractions of Uncaria tomentosa (Willd.) D.C. on macrophage modulatory activities. Food Research International, v.53, p.767-779, 2013.

LOBO, K.M.S; et al . Avaliação da atividade antibacteriana e prospecção fitoquímica de Solanum paniculatum Lam. e Operculina hamiltonii (G. Don) D. F. Austin & Staples, do semi-árido paraibano. Rev. bras. plantas med., Botucatu , v. 12, n. 2, p. 227-235, June 2010

LOZANO, A. F. Q.; BAGNE, L.; DA HORA, D. C. B.. Uma abordagem dos efeitos terapêuticos do allium sativum (alho) no sistema imunológico. Revista Científica da FHO | UNIARARAS. v. 3, n. 1, 2015.

MAJEWSKI, M. Allium sativum: facts and myths regarding human health. Rocznik Panstw Zakl Hig, Olsztyn, v. 65, n. 1, p. 1-8, 2014.

MAJOLO, C.; NASCIMENTO, V.P.; CHAGAS, E.C.; CHAVES, F.C.M.. Atividade antimicrobiana do óleo essencial de rizomas de açafrão (Curcuma longa L.) e gengibre (Zingiber officinale Roscoe) frente a salmonelas entéricas isoladas de frango resfriado. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 505-512, set. 2014.

MARTINS-RAMOS, D.; BORTOLUZZI, R.L.C.; MANTOVANI, A.. Plantas medicinais de um remanescente de Floresta Ombrófila Mista Altomontana, Urupema, Santa Catarina, Brasil. Rev. bras. plantas med., Botucatu , v. 12, n. 3, p. 380-397, Sept. 2010 .

MARTINS, A. L. C. et. al. Plantas Mediciniais: do curso de plantas medicinais. São Paulo: Divisão Técnica Escola Municipal de Jardinagem, 2010.

MARTÍNEZ-BUSI, M.; et.al.; Purification, structural elucidation, antioxidant capacity and neuroprotective potential of the main polyphenolic compounds contained in Achyrocline satureioides (Lam) D.C. (Compositae). Bioorg Med Chem ; vol.27, nº12, pag.2579-2591, 2019.

MATOS, F. J. de A.; LIMA, C.; CAVALCANTI, E.; LIMA, M. Macela: um medicamento para seu estômago. Recife: Centro Nordestino de Informação sobre Plantas, [2002]. (CNIP. Plantas Mediciniais, 5). EMBRAPA. Folder.

MELO, E. R. F. de; MARIZ, S. R.. A UNCARIA TOMENTOSA COMO PERSPECTIVA TERAPÊUTICA NO ENVELHECIMENTO HUMANO. VI Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, Campina Grande, PB, 2019.

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto - Enfermagem. vol.17, nº4, pag.758,764. 2008.



MIRABEAU, T. Y.; SAMSON, E. S. Effect of *Allium cepa* and *Allium sativum* on some immunological cells in rats. *African Journal Tradit Complement Altern Med*, Okada, v. 9, n. 3, p. 374-379, abr. 2012.

MIRAGHAJANI, M.. et. al. Aged garlic and cancer: A systematic review. *International Journal of Preventive Medicine*, v. 9, n. 1, p. 84, 2018.

MORAIS, S. M.; et al. Plantas medicinais usadas pelos índios Tapebas do Ceará. *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 15, n. 2, p. 169-177, 2005.

MOREIRA, G. M.b.; et. al. Atividade antibacteriana do extrato hidroalcoólico de *Punica granatum* Linn. sobre *Staphylococcus* spp. isolados de leite bovino. *Pesquisa Veterinária Brasileira*, [s.l.], v. 34, n. 7, p. 626-632, jul. 2014.

MONZOTE, L.; et al. Combined effect of the essential oil from *Chenopodium ambrosioides* and antileishmanial drugs on promastigotes of *Leishmania amazonensis*. *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo*, v. 49, n. 4, p. 257-260, 2007.

MORESKI, D. A. B.; LEITE-MELLO, E. V. de S.; BUENO, F. G.; Ação cicatrizante de plantas medicinais: um estudo de revisão. *Arq. Cienc. Saúde UNIPAR*, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 63-69, jan./abr. 2018.

NAM, Y. H.; et. al. Steamed Ginger May Enhance Insulin Secretion through KATP Channel Closure in Pancreatic  $\beta$ -Cells Potentially by Increasing 1-Dehydro-6-Gingerdione Content. *Nutrients*, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 324, 26 jan. 2020.

NÚÑEZ, B. del R. P.; et. al. Acción virucida directa sobre el virus influenza de un extracto de *Punica granatum* L (granada). *Revista Cubana de Plantas Medicinales*, La Habana, v.3, n. 20, p. 313-322, maio 2015.

OLIVEIRA, E.R; MENINI NETO, L. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pelos moradores do povoado de Manejo, Lima Duarte - MG. *Rev. bras. plantas med., Botucatu*, v. 14, n. 2, p. 311-320, 2012.

OLIVEIRA, V.B. de; MEZZOMO, T.R.; MORAES, E.F. de; Conhecimento e Uso de Plantas Medicinais por Usuários de Unidades Básicas de Saúde na Região de Colombo, PR. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*. vol.22, nº1, pag.57-64, 2018.

PEDRA, N.S.; et.al.; Endophytic Fungus Isolated From *Achyrocline satureioides* Exhibits Selective Antiglioma Activity-The Role of Sch-642305. *Front Oncol*; vol.8, pag.476, 2018.

PEREIRA, W.S.; et.al.; Anti-arthritic properties of crude extract from *Chenopodium ambrosioides* L. leaves. *J Pharm Pharmacol*; vol.70, nº8, pag.1078-1091, 2018.

PUHLMANN, J. et al. Immunobiologically active metallic ion-containing polysaccharides of *Achyrocline satureioides*. *Phytochemistry*, v.31, p.2617-21, 1992.

RAHIMI, V.B.; et al. Antiinflammatory and anti-cancer activities of pomegranate and its constituent, ellagic acid: evidence from cellular, animal, and clinical studies. : Evidence from cellular, animal, and clinical studies. *Phytotherapy Research*, [s.l.], v. 34, n. 4, pag. 685-720, 2020.

RIBEIRO, R. V.; Influência do sumo de *Chenopodium ambrosioides* L. (erva de Santa Maria) na contrações de feridas cutâneas induzidas em dorso de ratos da linhagem Wistar. Connectionline, n. 3, 2008.

RIBOLDI, L. S.; RIGO, M. P. M.. ANÁLISE DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E MEDICAMENTOS EM HABITANTES DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO/RS. Revista Destaques Acadêmicos, v. 11, n. 3, 2019.

RIOS, R.; et. al., " *Solanum paniculatum* L. diminui os níveis de citocinas inflamatórias reduzindo a expressão dos genes NFKB , TBET e GATA3 in vitro ", Journal of Ethnopharmacology , vol. 209, pp. 32-40, 2017

RODRIGUES, V. G. S.; GONZAGA, D. S. de O. M.. Gengibre *Zingiber officinale* Roscoe. Embrapa Rondônia, Porto Velho, 2001.

SANTOS, O.M.L.; et al. Análises de amostras de flores de Calêndula (*Calendula officinalis* L., Asteracea) comercializadas na grande Curitiba. Revistas de ciência farmacêutica básica e aplicada. v 36, p. 251-258. 2015.

SANTOS-LIMA, T.M.; et al . Plantas medicinais com ação antiparasitária: conhecimento tradicional na etnia Kantaruré, aldeia Baixa das Pedras, Bahia, Brasil. Rev. bras. plantas med., Botucatu , v. 18, n. 1, supl. 1, p. 240-247, 2016 .

SENNA, L.; *Chenopodium* in Lista de Espécies da Flora do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2010.

SEYFRIED, M. et al . Pectinas de plantas medicinais: características estruturais e atividades imunomoduladoras. Rev. bras. plantas med., Botucatu , v. 18, n. 1, p. 201-214, Mar. 2016.

SHANE-MCWHORTER, Laura. Gengibre. 2018.

SILVA, M. L.; et al. o Mastruz (*Chenopodium Ambrosioides* L.) como Planta Medicinal e Alimentícia: uma Revisão. International Journal of Nutrology, v. 11, n. S 01, p. Trab572, 2018.

SILVA, L.M. da; et. al. Hydroalcoholic Extract from Inflorescences of *Achyrocline satureioides* (Compositae) Ameliorates Dextran Sulphate Sodium-Induced Colitis in Mice by Attenuation in the Production of Inflammatory Cytokines and Oxidative Mediators. Evid Based Complement Alternat Med. pag.1-15; 2016.

SILVA, D. L. F. da; et. al. Potencial Anti-inflamatório das Folhas de *Chenopodium ambrosioides* L. no Modelo de Clstite Hemorrágica em Camundongos. Revista de Ciências da Saúde, v. 17, n. 1, p. 25-32, 2015.

SILVA, R.A.; Antimicrobial and antioxidant activity of *Anacardium occidentale* L. flowers in comparison to bark and leaves extracts. J. Biosci. Med. vol.4, pag.87–99, 2016.

SIRACUSA, R.; The Antioxidant and Anti-Inflammatory Properties of *Anacardium occidentale* L. Cashew Nuts in a Mouse Model of Colitis. Nutrients. vol.12, n°3, pag.834, 2020.

SOARES, S.E.; Ácidos fenólicos como antioxidantes. Revista de Nutrição, vol.15, n°1, pag.71–81, 2002.

SOUZA, C. D.; FELFILI, J.M.; Uso de plantas medicinais na região de Alto Paraíso, Goiás, GO, Brasil. *Acta Botanica Brasilica*, v. 20, n. 1, p. 135-142, 2006.

SOUZA, R. G. de. Efeito terapêutico do *Allium sativum* (alho) na saúde humana. UNICEPLAC. Artigo como Trabalho de Conclusão de Curso. 2019.

SOUZA, C.F.; et.al.; *Achyrocline satureioides* essential oil loaded in nanocapsules ameliorate the antioxidant/oxidant status in heart of rats infected with *Trypanosoma evansi*. *Microbial Pathogenesis*. vol. 105, pag. 30-36; 2017.

STILLWELL, S.B.; FINEOUT-OVERHOLT, E.; MELNYK, B.M.; WILLIAMSON, K.M. Evidence-based practice, step by step: asking the clinical question: a key step in evidence-based practice. *Am J Nurs*. vol.110, nº3, pag.58-61. 2010.

SULTAN, M.T.; et.al., Immunity: plants as effective mediators. *Journal Critical Review in Food Science and Nutrition*. vol. 54, nº10, 2014.

SZERWIESKI, L. L. D., et al. Uso de plantas medicinais por idosos da atenção primária. *Revista eletrônica de enfermagem*, v. 19, 2017.

TIBURSKI, J. H.; et.al.; Nutritional properties of yellow mombin (*Spondias mombin* L.) pulp. *Food Research International*, vol.44, nº7, pag.2326–2331, 2011.

VIJAYAKUMAR, S.; et.al.; Garlic clove extract assisted silver nanoparticle - Antibacterial, antibiofilm, antihelminthic, anti-inflammatory, anticancer and ecotoxicity assessment. *Journal of Photochemistry and Photobiology B: Biology*. Vol. 198, 2019.

VIEIRA JÚNIOR, G.M.; New steroidal saponins and antiulcer activity from *Solanum paniculatum* L.. *Food Chemistry*, vol. 186, pag.1600-167, 2015.

YAMASSAKI, F.T.; et. al. Effect of the native polysaccharide of cashew-nut tree gum exudate on murine peritoneal macrophage modulatory activities. *Carbohydrate Polymers*, v.125, p.241-248, 2015.

ZENI, A. L. B.; et. al. Utilização de plantas medicinais como remédio caseiro na Atenção Primária em Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 22, n. 8, pp. 2703-2712, 2017.

# Capítulo 7



10.37423/210403849

## IMPACTO DO COVID-19 NA QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS

*Renata Angela Fonseca da Costa*

*Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba*

*Luiz Alberto Van Den Brule Matos Neto*

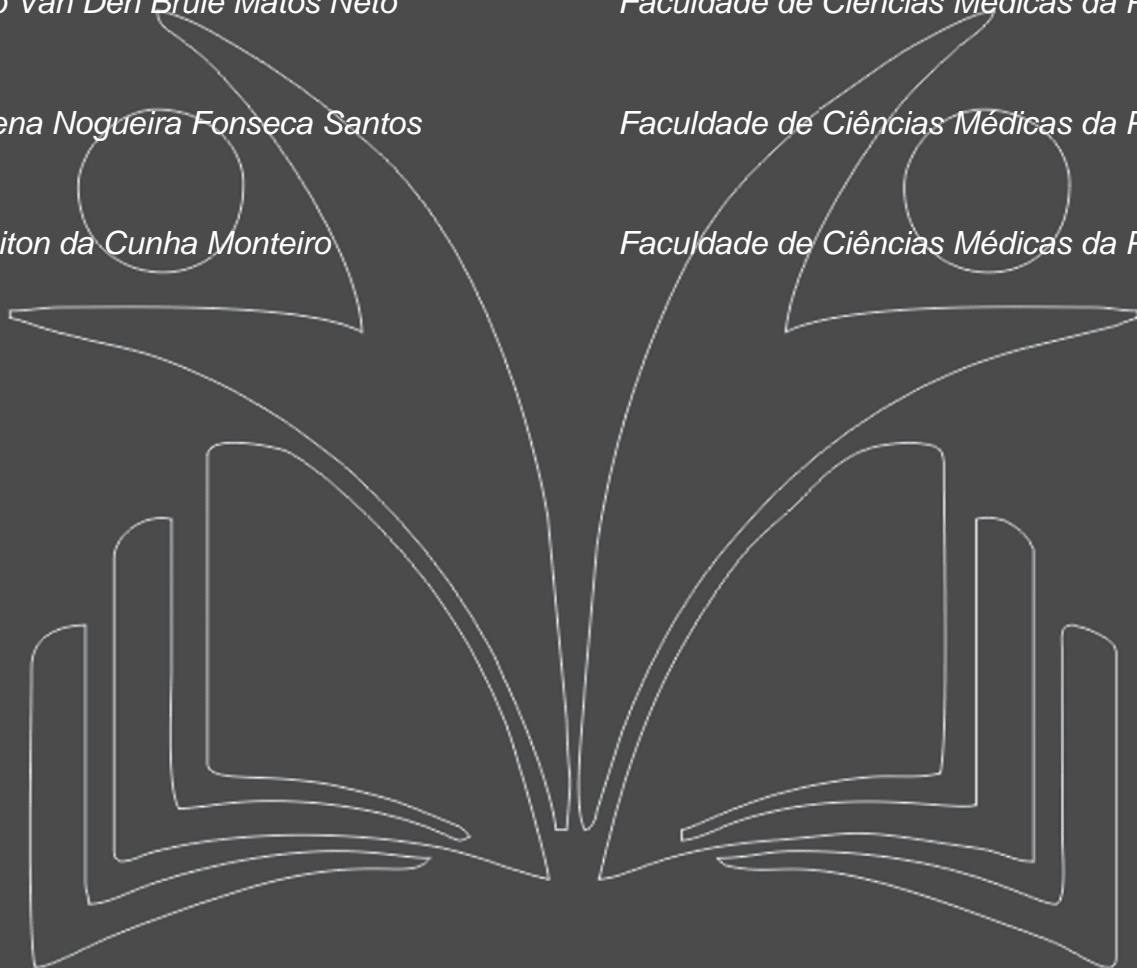
*Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba*

*Gabriela Sena Nogueira Fonseca Santos*

*Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba*

*Alisson Cleiton da Cunha Monteiro*

*Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba*



**Resumo:** Este estudo objetivou promover visibilidade sobre o impacto na saúde causada pelo COVID-19 EM idosos, pois essa parcela da população é a que mais tem crescido e necessitado de uma visão integrada da saúde. A pesquisa caracteriza-se por uma revisão sistemática da literatura após análise de textos científicos indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Filtros foram utilizados para critérios de inclusão e exclusão, o que resultou em um acervo de nove obras para compor a amostra de revisão. Os resultados foram artigos integrantes das bases de dados LILACS e BDENF, produzidos em 2015 e 2016 e publicados em revistas de Medicina e de Enfermagem. Os assuntos discutidos que permeiam os artigos foram: qualidade de vida e sintomatologia do covid-19 nessa parcela da população. Por fim, concluiu-se que esse tema é ainda pouco tratado na sociedade e que os profissionais de saúde devem ser capacitados para a melhor conduta terapêutica acerca do tema impacto do covid e idosos na atualidade, visto que, além do fator biológico, ela abrange o fator social e psíquico da população infectada pela doença.

**Palavras-chave:** Saúde do Idoso, Coronavírus, Qualidade de vida.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos meses o mundo tem assistido à evolução de uma pandemia que tem como causa infecciosa denominada Coronavírus Disease 2019 (COVID-19), cujo agente etiológico é o severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2). Os primeiros relatos ocorreram em dezembro de 2019 em Wuhan, Província de Hubei, China como um conjunto de doenças respiratórias agudas e, posteriormente, com disseminação global. Até o dia 10 de maio de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) consolidou um total de 3.925.815 casos confirmados e 274.488 óbitos em decorrência da doença em 215 países. Hoje em dia os Estados Unidos, Espanha, Rússia, Reino Unido, Itália, Alemanha e Brasil são os países com maior quantitativo de casos. Sua transmissão ocorre principalmente com o contato de gotículas respiratórias vindas de pacientes contaminados. A doença em questão afeta principalmente os sistemas respiratório, cardiovascular, gastrointestinal e neurológico. Pode-se apresentar desde a forma assintomática até formas graves com importante comprometimento do sistema respiratório (NUNES,2020).

Seu cortejo sintomatológico é composto principalmente por febre, tosse seca e dispneia com possibilidade de complicações, principalmente pneumonia, síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e óbito. Trata-se de uma doença complexa e com poucas evidências da melhor forma de tratamento. A presença de múltiplos problemas crônicos de saúde parece estar inter-relacionada com a patogênese da COVID-19, fato também observado em epidemias prévias por outros coronavírus (MERS7e SARS). Apesar da evolução clínica não ser clara, estudos têm demonstrado relação direta e importante da faixa etária do paciente e a sua carga de morbidades (número e gravidade) com aumento do risco para incidência de desfechos clínicos desfavoráveis tais como internação hospitalar, necessidade de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e óbito. Esses fatores associados à baixa contagem de linfócitos e altos níveis de desidrogenase láctica na admissão hospitalar foram fatores de risco importantes e independentes para progressão clínica desfavorável nesses pacientes. Aproximadamente, 72% dos pacientes internados em UTI por COVID-19 apresentavam doenças crônicas pregressas em comparação àqueles que não necessitaram desses cuidados intensivos (37%). Uma metanálise com oito estudos e dados de mais de 46.000 pacientes chineses mostrou que hipertensão (17%), diabetes (8%), doenças cardiovasculares (5%) e doenças respiratórias crônicas (2%) eram as morbidades mais presentes e com risco aumentado, essa população mais presente em UTIs costumam ser idosos por causa que a maioria dessas morbidades provém da idade avançada (NUNES,2020).

Além do fator sintomatológico, é importante que olhemos o indivíduo como um todo e portanto sabemos que como essa parte da população apresenta mais riscos frente a sintomatologia causado pela doença é de extrema importância isolar para assegurar sua saúde, portanto, junto com o isolamento social há também os comportamentos depressivos Causados por ele, estudos apontam que a maioria dos idosos que estão em isolamento se tornam mais depressivos pelo sentimento de solidão e de “prisão” causado por essa pandemia, sendo importante equilibrar a segurança física com a emocional(JOHNSON,2020).

A partir disso, é notório a necessidade de materiais que abordem essa realidade. Por isso, esse trabalho, pautado na qualidade de vida em idosos frente a pandemia do COVID-19, objetivou trazer mais visibilidade ao assunto. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura agrupando as informações contidas nas publicações da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que são voltadas ao tema. Tendo como finalidade facilitar o acesso às informações do mesmo para o público científico e leigo. Assim, durante o estudo resultaram dados descritivos após a leitura de artigos presentes nas bases de dados LILACS, SCIELO, discutiu-se sobre os assuntos que permeavam o material coletado e concluiu-se que há uma necessidade de maior abordagem sobre o tema na sociedade. Pois, durante o estudo, tornou-se perceptível que a temática não é suficientemente explícita para públicos além da comunidade científica, problemática que limita a qualidade de vida dos idosos por permitir como consequência a morte desses indivíduos.

## METODOLOGIA

Este material constitui uma revisão sistemática da literatura, estudo que se propõe em analisar produções científicas com tema em comum com o objetivo de reunir as informações centrais das mesmas em um único local e facilitar a explicitação da importância do impacto causado pelo COVID na qualidade de vida dos idosos. A confecção dessa obra seguiu a seguinte ordem: pergunta norteadora, coleta de dados, avaliação dos dados, análise das publicações e discussão dos resultados. A primeira fase, pergunta norteadora do trabalho, foi: “a qualidade de vida dos idosos está sendo afetada pela pandemia em questão?”. E, a partir desse questionamento foi possível dar continuidade às fases seguintes. Nesse âmbito, a coleta de dados, segunda fase, foi feita dentro da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no dia 22/06/2020, tendo como ponto de partida a análise dos DeCS Descritores em Ciência de Saúde, na busca rápida, para verificar a existência das seguintes sequências lógicas: Saúde, COVID, Idosos. Tendo em vista a existência desses termos, deu-se continuidade à procura do material fazendo o uso da opção busca avançada. Nela, foram inseridos os descritores analisados associados a

operadores booleanos de soma e negação. Sendo assim, pesquisou-se: Saúde AND Idosos AND COVID e foram encontrados 358 documentos.

Dessa forma, para refinar a especificidade do acervo obtido, houve a utilização dos seguintes filtros: texto completo disponível, idioma (português, inglês e espanhol) e ano de publicação (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020), base de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO. Após essa ação, restaram 288 textos.

Na terceira fase, momento de avaliar os dados, após a leitura na íntegra das produções obtidas foi possível aplicar o critério de exclusão para: dados que não condiziam com o tema proposto por apresentarem explicitações sobre a terceira idade relacionadas a assuntos que fugiam do âmbito da infecção do covid, textos que possuíam duplicidade de suas réplicas e trabalhos que não apresentavam o idioma selecionado, resultando, em 10 artigos. Esses foram selecionados pelo critério de inclusão por possuir média e alta relevância para esse trabalho.

Em sequência, a quarta fase foi o momento utilizado para avaliar as publicações disponíveis a fim de certificar que as mesmas continham todos os critérios selecionados e a qualidade esperada. Aqui, houve sucesso de 100% e iniciou-se o estudo afincado das 10 publicações encontradas, realizando a extração de dados dos artigos de forma independente.

A quinta e última fase, discussão dos resultados, foi o espaço propício para descrever a importância em evidenciar o impacto dessa doença na população idosa, como um tema de caráter global que interessa a todos os seres humanos, tendo em vista o fato da velhice ser uma fase do ciclo de vida do homem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 12 de março de 2020 o surto infeccioso humano causado pelo novo Coronavírus, o SARS-Cov-2, surgido em Wuhan na China no ano de 2019, foi caracterizado como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde (LIMA et al., 2020). Devido à alta taxa de transmissão e ao avanço dos casos de COVID-19, autoridades sanitárias passaram a definir medidas de controle para postergar a disseminação do SARS-Cov-2, a exemplo do isolamento social (COS-TA, 2020). Nesse sentido, muitos impactos foram produzidos, em especial na vida dos idosos, como aqueles residentes de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), visto que o distanciamento reduz as visitas de familiares e amigos, afetando o bem estar psicossocial (MILLS; KAYE; MODY, 2020).

Sendo assim, para um melhor entendimento a cerca das consequências e repercussões decorrentes da pandemia do Coronavírus na vida dos indivíduos de terceira idade, priorizando o olhar sobre os



cuidados para com os idosos, foi constituído o presente estudo, visando analisar os impactos do COVID-19 na qualidade de vida desse grupo etário. Com isso, foi realizada uma pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde no dia 22 de Junho de 2020, selecionando-se 10 obras, as quais são descritas no Quadro 1 quanto aos autores, ano de publicação e objetivos.

**QUADRO 1. Apresentação dos artigos selecionados quanto aos seus respectivos autores, anos de publicação e objetivos.**

Autoria/ano	Objetivos
1. LIMA, A. R. A. et al., 2020	Organizar e fortalecer as políticas públicas de saúde, seguindo as orientações nacionais e estabelecer as diretrizes para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em Goiás, a fim de minimizar os impactos da COVID-19.
2. NUNES, B. et al., 2020	Medir a ocorrência de multimorbidade e estimar o número de indivíduos na população brasileira com 50 anos ou mais em risco para COVID-19 grave.
3. COSTA, M. F., 2020	Utilizar as vantagens de uma escala de razão por ancoragem verbal para medidas da percepção de risco de contágio pelo novo coronavírus, em um questionário baseado no modelo de crença em saúde, assim como avaliar sua validade e reprodutibilidade.
4. VIEIRA, C. M. et al., 2020	Explorar os impactos do COVID-19 e as medidas de prevenção adotadas para o bem-estar de populações vulneráveis, dentre delas, os idosos.
5. MILLS, J. P.; KAYE, K. S.; MODY, L., 2020	Inferir a importância dos cuidados paliativos para uma assistência holística e humana para com os idosos hospitalizados e evidenciar a importância do isolamento social na diminuição da transmissibilidade do COVID-19.
6. PEDROZO-PUPO, J. C.; PEDROZO-CORTÉS, María José; CAMPO-ARIAS, A., 2020	Avaliar a prevalência e as variáveis relacionadas à percepção de estresse associado à pandemia do COVID-19 em uma amostra de adultos, usando uma pesquisa transversal on-line projetada.
7. BRASIL, 2020a	Apresentar informações sobre o uso da vitamina D na prevenção e no tratamento de pacientes com COVID-19, analisando as evidências científicas.

8. BRASIL, 2020b	Orientar os serviços de vigilância epidemiológica e unidades assistenciais em relação aos Surtos de Síndrome Gripal (SG) nas ILPIs, dando maior atenção para a influenza e o SARS- CoV 2.
9. TEGUCIGALPA, 2020	Elucidar sobre os aspectos gerais, biologia do novo Coronavírus, fisiopatologia da doença, transmissão do vírus, sinais e sintomas, fatores de risco, diagnóstico, achados laboratoriais e de imagem, além do tratamento clínico da doença.
10. JOHNSON, María Cecilia; SALETTI-CUESTA, L.; TUMAS, N.	Explorar os sentimentos e expectativas que o COVID-19 gera na Argentina durante o primeiro estágio da pandemia.

Ao avaliar o construto anterior, entende-se a respeito dos objetivos das obras espectrais. A princípio, pode-se observar que a finalidade mais comum entre os artigos é relacionar e orientar quanto as medidas de prevenção na transmissibilidade do Coronavírus, a fim de minimizar os impactos causados por ele (LIMA et al., 2020; VIEIRA et al., 2020; BRASIL, 2020b). Um dos documentos selecionados traz uma análise sobre o uso da vitamina D na prevenção e no tratamento das infecções com SARS-Cov-2, também em busca de evidências para reduzir os impactos do COVID-19 na qualidade de vida (BRASIL, 2020a).

Sequencialmente, outros artigos têm como propósito correlacionar a obtenção de casos graves de COVID-19 com a presença de doenças crônicas e de comorbidades, e, ainda, perceber os demais riscos relacionados ao Coronavírus (NUNES et al., 2020; COSTA, 2020). Uma das obras espectrais evidencia, ainda, a importância do paliativismo no cuidado dos idosos hospitalizados, visto que a visão holística, ou seja, integral do paciente é crucial para uma boa qualidade de vida (MILLS; KAYE; MODY, 2020).

Além disso, a fim de se obter uma melhor visão do conteúdo selecionado é necessário discutir a cerca dos principais argumentos a respeito dos impactos do COVID-19 na vigência da atual pandemia, esses associados aos títulos dos artigos a partir da construção do Quadro 2.

**QUADRO 2. Definição das obras espectrais quanto aos seus títulos e suas principais discussões sobre os impactos do COVID-19 na qualidade de vida dos idosos.**

Títulos das obras espectrais	Principais argumentos sobre os impactos do COVID-19 na qualidade de vida dos idosos
<p><b>1. Plano estadual de contingência para o enfrentamento da doença pelo Coronavírus (Covid-19)</b></p>	<p>Esclarece que todos os serviços de saúde devem garantir que políticas e práticas internas minimizem a exposição a patógenos respiratórios, incluindo o novo coronavírus (SARS-CoV-2). Essas medidas devem ser implementadas antes que o paciente, incluindo os idosos, chegue ao serviço de saúde, após a chegada, durante a triagem, durante os períodos de espera e durante todos os cuidados e assistência prestados. Ademais, ao realizar quaisquer atividades relacionadas à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças infecciosas, deve-se realizar educação em saúde.</p>
<p><b>2. Envelhecimento, Multimorbidade e risco para COVID-19 grave: ELSI-Brasil</b></p>	<p>Afirma que embora o progresso clínico não seja claro, estudos mostraram que existe uma relação direta e importante entre a faixa etária do paciente e a carga da doença, além da incidência de resultados clínicos desfavoráveis aumentada, como hospitalização, necessidade de cuidados intensivos (UTI) e morte. Sendo os determinantes sociais da saúde, como homens e velhice relacionados à taxa de mortalidade dos pacientes hospitalizados com COVID-19.</p>
<p><b>3. Health belief model for coronavirus infection risk determinants</b></p>	<p>Demonstra por meio do modelo de crença em saúde, uma ferramenta desenvolvida para explicar o comportamento do paciente diante de sua doença ou risco de adoecer, que o tipo de transporte utilizado para se locomover diariamente, a renda muito baixa e os indivíduos que apresentam principalmente doenças do sistema imunológico afetam significativamente a percepção de risco diante do COVID-19.</p>

<p><b>4. COVID-19: The forgotten priorities of the pandemic</b></p>	<p>Explora os impactos do COVID-19 e as medidas de prevenção adotadas para o bem-estar de populações vulneráveis, dentre delas, os idosos. A partir disso, afirma a necessidade de fortalecer vínculos entre ações políticas e a ciência, além de enfatizar o combate coletivo em escala global, para se obter como resolução o fim da pandemia.</p>
<p><b>5. COVID-19 in older adults: clinical, psychosocial, and public health considerations</b></p>	<p>Comprova que muitos impactos foram produzidos na vidas dos idosos em virtude da atual pandemia, a exemplo do maior isolamento entre os idosos residentes em asilos, atividade física reduzida e falta de visitantes amigáveis como forma de melhorar o bem-estar psicossocial. Além disso, infere-se a importância dos cuidados paliativos para uma assistência holística e humana para com os idosos hospitalizados com COVID-19.</p>
<p><b>6. Perceived stress associated with COVID-19 epidemic in Colombia: an online survey</b></p>	<p>Avalia a prevalência e as variáveis relacionadas à percepção de estresse associado à pandemia de COVID-19 em uma amostra de adultos usando uma pesquisa transversal on-line projetada, concluindo-se, pois, que os níveis elevados de estresse associados ao Coronavírus eram prevalentes, devido às estratégias ineficazes adotadas pelas autoridades.</p>
<p><b>7. Vitamina D na prevenção e tratamento de pacientes com COVID-19</b></p>	<p>Apresenta informações sobre o uso da vitamina D na prevenção e no tratamento de pacientes com COVID-19, revelando que não foram identificadas evidências quanto a sua eficácia. Aponta, também, que a gravidade, as características clínicas e a progressão do COVID-19 variam muito e não foram totalmente elucidadas, no entanto parte do motivo dessa variabilidade possa ser explicada por condições pré-existentes e outros fatores de risco.</p>

<p><b>8. Surto de síndrome gripal em Instituições de Longa Permanência para Idosos: pandemia COVID-19</b></p>	<p>Elucida sobre o manejo clínico, desde a identificação até a notificação dos casos de Coronavírus e Influenza, além de dar as devidas orientações a serem tomadas nas instituições de longa permanência para idosos (ILPI) frente ao COVID-19.</p>
<p>9. Protocolo de manejo clínico de paciente adulto con COVID-19 segun las etapas de la enfermedad en las redes de servicios de salud</p>	<p>Retrata a resposta do Secretário da Saúde frente à pandemia decretada pelo Organização Mundial da Saúde e, mais tarde, à emergência nacional decretado pelo governo da República de Honduras, preparando, assim, o “Protocolo para manejo clínico do paciente adulto com covid-19 nas redes de serviços de saúde”, a fim de se estabelecer e padronizar o gerenciamento clínico oportuno pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19</p>
<p><b>10. Emociones, preocupaciones y reflexiones frente a la pandemia del COVID-19 en Argentina</b></p>	<p>Expõe a aplicação de uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde adaptada ao contexto local, em que perguntas abertas foram incluídas para investigar os sentimentos das pessoas sobre o COVID-19 e uma análise de conteúdo foi realizada. Como resultado, pode-se observar que a população pesquisada sente incerteza, medo e angústia, mas também surge um sentimento de responsabilidade e cuidado diante do COVID-19. Da mesma forma, sentimentos positivos pela sociedade se destacam como uma avaliação da interdependência social. Os resultados obtidos mostram que o impacto na saúde mental é desigual de acordo com gênero, nível educacional alcançado e conforto percebido em casa.</p>

Nesse ínterim, entende-se que a principal via de contaminação do SARS-Cov-2 ocorre a partir de gotículas respiratórias em contato com mucosas, afetando principalmente o sistema respiratório, tendo como principais sintomas febre, tosse seca e dispnéia (NUNES et al., 2020). Em idosos a febre pode estar ausente e deve-se considerar, também, alguns critérios específicos que indicam complicação clínica, como síncope, confusão, sonolência excessiva, irritabilidade e perda de apetite (BRASIL, 2020b). Entretanto, o quadro sintomatológico dos pacientes com Coronavírus e a evolução da doença podem variar muito, visto que dependem do seu manejo clínico e da classificação de risco

do indivíduo, que pode estar associada à idade avançada e à presença de comorbidades (LIMA et al., 2020; BRASIL, 2020a).

Nesse contexto, Nunes e colaboradores (2020), inferem que a multimorbidade, ou seja, a presença de múltiplas doenças crônicas, tais como hipertensão arterial, doença renal crônica, diabetes, obesidade e câncer, tem um vínculo significativo com a evolução clínica do COVID-19, uma vez que a combinação de diferentes problemas de saúde causa um processo inflamatório, aumentando, assim, a sensibilidade do paciente às infecções e reduzindo a sua imunidade. Em consequência disso, a multimorbidade, já considerada um problema de saúde pública no Brasil, frente a pandemia do Coronavírus agrava os impactos nos sistemas de saúde e na sociedade, sobretudo em relação aos idosos, visto que são mais frequentes em tal faixa etária.

Outrossim, corrobora-se o entendimento a cerca da percepção de maior susceptibilidade frente a pandemia ser um agravamento nos impactos sociais do COVID-19, uma vez que indivíduos ligados a grupos previamente associados a severidade dos sintomas do Coronavírus, tal como pessoas com baixa renda ou com doenças do sistema imunológico, podem se expor desnecessariamente, quando, por exemplo, procuram precocemente o sistema de saúde (COSTA, 2020). Ratificando esse posicionamento, Nunes e colaboradores (2020), argumentam que o uso de serviços de saúde está diretamente relacionado a características pessoais, como ensino superior e seguro de saúde, sendo tal desigualdade um determinante para a evolução grave do quadro de COVID-19.

Ademais, afirma-se, ainda, que países de média e baixa renda possuem sistemas de saúde mais fragilizados, devido à diminuição do número de leitos de terapia intensiva, ao número limitado de ventiladores mecânicos e à prevalência de morbidade. Isso aflige autoridades sanitária mundiais, uma vez que há um maior impacto da pandemia do COVID-19 em tais país, afetando diretamente na qualidade de vida dos senescentes (NUNES et al., 2020).

Sendo assim, na vigência da pandemia do COVID-19 foram adotadas medidas preventivas em todos os serviços de saúde no intuito de controlar a disseminação do SARS-Cov-2, essas abrangendo investigação e diagnóstico, notificação dos casos e orientação das medidas de controle, as quais devem ser implementadas antes que o paciente chegue ao serviço de saúde, após a sua chegada, no decorrer da triagem, no tempo de espera e durante todos os cuidados e assistência prestados (LIMA et al., 2020; BRASIL, 2020b). O isolamento social é uma das principais medidas de prevenção contra o COVID-19, pois evita contato entre os contaminados e as pessoas saudáveis, no entanto, essa

precaução tem afetado significativamente a vida de idosos, em especial daqueles que residem em ILPIs ou asilos e foram afastados de seus familiares e visitantes (texto 5).

Portanto, além de seguir tais protocolos preventivos e de manejo clínico, comprova-se a importância dos cuidados paliativos na assistência humanizada aos idosos hospitalizados, do fortalecimento do vínculo entre as autoridades políticas e a ciência, a fim de combater o CO-VID- 19, e, ainda, da educação em saúde relacionada à promoção, prevenção e controle das doenças infecciosas ou não, para, assim, diminuir-se os impactos sociais do Coronavírus na vida dos senescentes ( MILLS; KAYE; MODY, 2020; VIEIRA et al., 2020; LIMA et al., 2020).

## CONCLUSÃO

Por conseguinte, o isolamento social é uma importante e fundamental medida de prevenção no combate ao COVID-19, em especial para aqueles que se encontram no grupo de risco, a exemplo dos idosos. Todavia, os prejuízos causados devido a esse distanciamento social devem ser reconhecidos e minimizados.

Assim, faz-se necessário a melhor capacitação dos profissionais de saúde para que seja ofertado uma assistência holística a esses vulneráveis, afinal, é preciso assegurar um serviço pautado na clínica ampliada centrada na pessoa, levando em consideração o aspecto biopsi-cossocial e espiritual do senescente.

Ademais, ressalta-se a relevância dos cuidados paliativos para os idosos hospitalizados e em estado grave, sendo necessário que a equipe seja competente e solidária nessa ligação entre o paciente e sua família. Por fim, infere-se a necessidade de realização de mais estudos que tratem dessa questão, pois esse grupo de risco tem o direito de acesso à saúde integral e eficiente mesmo em momentos de pandemia.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Vitamina D na prevenção e tratamento de pacientes com COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2020a.

BRASIL. SURTOS DE SÍNDROME GRIPAL EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PER-MANÊNCIA PARA IDOSOS: PANDEMIA COVID-19. Secretaria do Município de São Paulo, 2020b.

COSTA, M. F. Health belief model for coronavirus infection risk determinants. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, n. 47, p. 1-12, 2020.

JOHNSON, María Cecilia; SALETTI-CUESTA, L.; TUMAS, N. Emociones, preocupaciones y reflexiones frente a la pandemia del COVID-19 en Argentina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2447-2456, 2020

LIMA, A. R. A. et al. Plano estadual de contingência para o enfrentamento da doença pelo Coronavírus (Covid-19). p. 1-40, 2020.

MILLS, J. P.; KAYE, K. S.; MODY, L. COVID-19 in older adults: clinical, psychosocial, and public health considerations. *JCI insight*, v. 5, n. 10, 2020.

NUNES, B. et al. Envelhecimento, Multimorbidade e risco para COVID-19 grave: ELSI-Bra-sil. 2020.

PEDROZO-PUPO, J. C.; PEDROZO-CORTÉS, María José; CAMPO-ARIAS, A. Perceived stress associated with COVID-19 epidemic in Colombia: an online survey. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.

TEGUCIGALPA, Protocolo de manejo clínico de paciente adulto con COVID-19 segun las etapas de la enfermedad en las redes de servicios de salud. Secretaría de Salud; mayo 2020. 45 p. graf, ilus

VIEIRA, C. M. et al. COVID-19: The forgotten priorities of the pandemic. *Maturitas*, 2020.

# Capítulo 8



10.37423/210403850

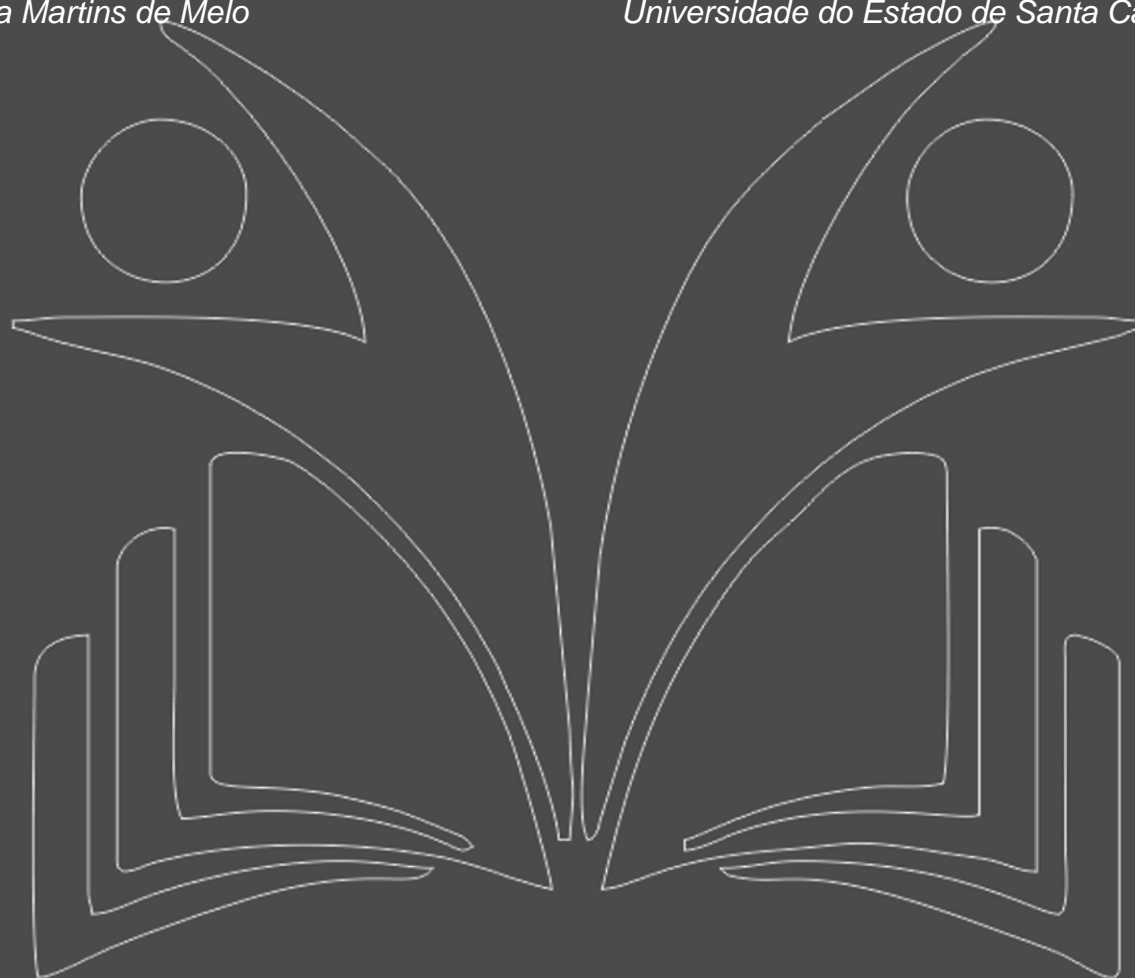
## PROGRAMA EDUCAÇÃO SEXUAL EM DEBATE NA RÁDIO UDESC-FLORIANÓPOLIS (SC): ESPAÇO INTENCIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA.

*Marcia de Freitas*

*Prefeitura Municipal de Florianópolis*

*Sonia Maria Martins de Melo*

*Universidade do Estado de Santa Catarina*



**Resumo:** A sexualidade é dimensão inerente ao ser humano pois todos somos seres sexuados e sempre educamos sexualmente uns aos outros nas relações sociais vividas. A Universidade do Estado de Santa Catarina, em sua Rádio UDESC-Florianópolis, há oito anos possui um programa semanal ao vivo, criado, produzido e apresentado pelo Grupo de Pesquisa EDUSEX-Formação de Educadores e Educação Sexual CNPq/UDESC, intitulado “Educação Sexual Em Debate”, com o objetivo de possibilitar aos ouvintes momentos de sensibilização para a possibilidade de vivências de uma educação sexual emancipatória. Nessa perspectiva no programa são entrevistados educadores e educadoras que trabalham em ensino, pesquisa e extensão sobre essa dimensão humana, em sua várias interfaces tais como como: gênero, sexualidade infantil, adolescência e sexualidade, sexualidade e velhice, educação sexual, sexualidade e deficiência, direitos sexuais como direitos humanos, dentre outros. Com essa diversidade de temas, o presente trabalho, por meio de uma metodologia de análise documental, catalogou, a partir das categorias preponderantes no conteúdo de programas já realizados no período de 2007 a 2014, aqueles cuja temática fosse especificamente a questão de gênero, buscando com isto socializar a existência e a possibilidade de acesso aos mesmos como materiais pedagógicos disponíveis para contribuir com as reflexões e os debates sobre essa categoria teórica.

**Palavras chave:** Sexualidade, Educação sexual emancipatória, Gênero, Programas de rádio

Por meio de observações realizadas no dia a dia em todos os tipos de organizações educativas formais e informais, percebemos o quanto é difícil ainda para algumas pessoas, dentre elas muitos profissionais da educação, falar intencionalmente sobre sexualidade e seus temas correlatos, dentre eles as questões de gênero. Para essas pessoas é difícil até mesmo compreender que o não falar compõe um poderoso currículo oculto concretamente vivenciado, sendo esse currículo oculto parte viva do processo de educação sexual permanente que é estabelecido nas relações sociais entre as pessoas. Entendemos que esse processo de educação sexual sempre existente entre os seres humanos, construído em suas relações na caminhada de produção de suas vidas, muitas vezes é visto de maneira acrítica, pois apenas reproduzimos o que escutamos, o que nos é imposto em nossas vidas, sem que questionemos o porquê dessa maneira de pensar e agir, mesmo que esse agir nos cause sofrimento e infelicidade. Para nos assumirmos como sujeitos reflexões constantes são imprescindíveis também no que diz respeito a dimensão humana da sexualidade, sobre como nossa compreensão sobre ela foi sendo constituída ao longo do tempo, para assim compreendermos o que constrói nossa maneira de pensar e agir, e, dessa forma, buscarmos decidir criticamente nossos caminhos diante das situações que vivenciamos no dia a dia. Melo e Pocovi (2002) apontam que temos que buscar reconstruir nossas verdades provisórias, até que outras venham a ser elaboradas pelas gerações que nos sucederem. Tudo sempre visando a uma vida plena, feliz e digna para todos. Enfim, uma vida cidadã. (p.17).

Hoje, na maioria das vezes, a sexualidade humana é ainda tratada em um viés repressor, alienante, causando o estranhamento do ser humano em relação a essa sua dimensão, apesar da mesma ser inseparável de seu existir. Também nessa perspectiva os papéis sexuais atribuídos à homens e mulheres são estereotipados, numa construção social que reforça as diferenças impostas e naturalizadas como verdades. Com registram Melo e Pocovi (2002):

Ao longo de nossa existência, em todas as nossas relações sociais, fomos construindo e sendo construídos, elaborando histórica e culturalmente discursos, regras, modelos, posturas, exigências, cerimoniais, permissões e interdições, códigos em torno do sexo, tornando a sexualidade muitas vezes permeada de tabus, mitos e preconceitos que se perpetuam até nossos dias e que dizem respeito a determinados interesses das diferentes épocas, muitas vezes desconsiderando as relações sexuais como sendo também relações sociais.(p.18)

O grupo de pesquisa EDUSEX Educação Sexual e Formação de Educadores-UDESC-CNPq, existente na Universidade do Estado de Santa Catarina há mais de 20 anos, inseriu intencionalmente em 1986 uma disciplina optativa de educação sexual no currículo do curso de Pedagogia na modalidade presencial

no Centro de Ciências Humanas e da Educação- FAED, seguida no ano seguinte da inserção de outra disciplina obrigatória no mesmo currículo, entendidas ambas como espaço de sensibilização de educadores e educadoras em formação regular sobre a temática. Essa disciplina obrigatória também foi mantida no currículo do curso de Pedagogia na modalidade a distância no Centro de Educação a Distância do CEAD-UDESC, mantendo o mesmo objetivo em ambas modalidades: sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a possibilidade de construção de projetos intencionais de educação sexual emancipatória, integrando ensino-pesquisa-extensão. Atualmente o Grupo EDUSEX prioriza sua caminhada no desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos potencializando o uso de várias tecnologias e recursos midiáticos existentes que possibilitem ampliar o alcance de reflexões sobre a temática da educação sexual e suas interfaces a um número cada vez maior de pessoas.

Nessa perspectiva é que o Grupo EDUSEX criou e desenvolve o Programa de Extensão Formação de Educadores e Educação Sexual: interface com as tecnologias, hoje em seu oitavo ano, realizado em parceria CEAD-FAED, onde está inserida uma ação concretizada na criação de um programa de rádio chamado “Educação Sexual Em Debate” que vem ao encontro de um dos objetivos traçados pelo grupo, qual seja o de sensibilizar intencionalmente educadores e educadoras, e demais interessados/interessadas, na temática de Educação Sexual, ação esta que já resultou em 185 programas que foram realizados ao vivo, semanalmente e hoje encontram-se transformados em materiais pedagógicos, já que gravados e disponíveis online, com acesso livre e gratuito a quem quiser dele fazer cópias em qualquer tipo possível de material para utilizá-los como e onde quiser.

Mesmo com o advento de outras mídias consideradas mais avançadas nesse século 21, o rádio é parte importante da vida das pessoas, pois segundo pesquisa do censo do IBGE-2014, ele está presente em 46.671.934 lares brasileiros<sup>1</sup>.

A Rádio UDESC Florianópolis, da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde o programa Educação Sexual Em Debate é apresentado semanalmente, é uma emissora educativa universitária FM que opera na frequência 100.1MHZ, disponível para o uso da comunidade universitária e público da região. Além da recepção por ondas eletromagnéticas, essa rádio também está disponível por meio da internet, o que lhe proporciona um alcance maior, pois pode ser acessada de qualquer lugar que apresente um computador conectado à internet. Melo et al., (2010, p.122) afirmam que uma rádio universitária numa instituição pública, é mídia despojada e não dispendiosa, pode e deve ser utilizadas em ações intencionais [...] que permitam à comunidade acadêmica o desenvolvimento de projetos de extensão de cunho educativo, em uma programação que alcance diversos tipos de público.

É nesta perspectiva que buscamos neste texto apresentar o resultado de uma análise documental que realizamos em um recorte do acervo gravado de 185 programas Educação Sexual em debate, buscando, dentre todo o arquivo disponível de 2007 a 2014, aqueles programas que apontassem decisivamente para a temática gênero. Temos como objetivo dessa análise apresentá-los como um espaço de sensibilização para as diversas nuances apresentadas pelos entrevistados sobre a categoria em questão, na perspectiva de contribuir com as possibilidades de construção de projetos intencionais de Educação Sexual onde se ressignifique a questão do gênero nas suas mais ricas e variadas possibilidades teóricas de cunho emancipatório. Entendemos ser possível essa aproximação entre educação e comunicação, no caso os programas de rádio, porque concordamos com Manuel Morán, apud Lima, (2006, p.2) em sua afirmação de que comunicação e educação andam juntas. Quanto mais a primeira se valer da segunda, melhor será o ambiente e, portanto, melhores serão as práticas educativas.

Para ele “o educador é um comunicador que precisa fazer uma interação, uma ponte como forma de lidar com o conhecimento, diferente do que vem fazendo”. (p.2)

Portanto foi com esse entendimento da importância do rádio como dispositivo de comunicação e informação que o Grupo EDUSEX, todas as sextas- feira desde 2006, disponibiliza ao vivo, nas ondas da Rádio UDESC Florianópolis, o programa de rádio Educação Sexual Em Debate. O convite inicial para essa veiculação foi realizado pela PROEX- Pró-Reitoria de Extensão, sendo que no início o programa não tinha regularidade, era esporádico, dependendo de espaços na programação cedidos pela PROEX. Mas mesmo assim essas intervenções foram muito produtivas, pois foram também usadas suas gravações como ferramentas pedagógicas de apoio ao grupo em seus projetos de extensão de formação continuada oferecido aos educadores e educadoras em geral. Mas já em 2007 os programas passaram a ser regulares, semanais, com 30 minutos de duração, oferecendo sempre em seus conteúdos, entrevistas com convidados nacionais e internacionais que trabalhassem estudando várias nuances da dimensão humana da sexualidade, oportunizando inclusive intervenção dos ouvintes via telefone ou e-mail, para questionamentos sobre a temática, pois, segundo Melo et al (2010, p.122)

Devemos pensar no potencial das emissoras de rádio para auxiliar a extensão universitária brasileira e também considerá-la importante ferramenta para disseminar uma proposta de educação sexual emancipatória, na direção da transformação social que vislumbramos e acreditamos ser do “reino das possibilidades” e não das probabilidades.

Enfim o programa, depois de oito anos continua no ar, hoje com transmissão todas as sextas-feiras das 11h 30’ às 12 horas e segue a mesma linha desde primeiro programa, com rica diversidade de

entrevistas com variados temas, diversidade essa que transita desde a manifestação da sexualidade infantil, adolescência e sexualidade, sexualidade velhice e educação sexual, sexualidade e deficiência e direitos sexuais como direitos humanos, gênero entre outros, trazendo como convidados acadêmicos de graduação, pós graduação e pesquisadores da área que atuam em âmbito nacional e internacional, líderes de movimentos sociais e organizações não governamentais, gestores públicos etc.. Desde 2010 o programa ao vivo é reprisado nas quartas feiras às noites, às 11:30 horas, para oferecer mais uma opção de horário aos ouvintes. Como ação planejada o grupo distribui gratuitamente os programas gravados em mídias de portabilidades tais como CDs, *pen drives etc.* para os profissionais da educação e demais pessoas interessadas, além de divulgar em vários espaços que todo esse material está disponível em endereço eletrônico encontrado no site da rádio, no setor do programa Educação Sexual Em Debate, ou seja, <http://www.cead.udesc.br/?id=490>

Portanto, a sensibilização para esse diálogo sobre educação sexual via programas de rádio está sendo vivenciada há oito anos nessa proposta do grupo EDUSEX. Segundo Freire (1985, p. 28), o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o o humanizam para a humanização de todos. Esta preocupação com essa dialogicidade é clara quando nos referimos ao programa Educação Sexual Em Debate, quando o tema de cada programa é escolhido para dar espaço qualificado a uma diversidade de vozes de educadores e educadoras, que, nos mais diferentes espaços e organizações formais e não formais, estão estudando e trabalhando no cotidiano para contribuir com o desvelamento da indissociabilidade da dimensão da sexualidade do existir humano, resgatando os direitos sexuais como parte inseparável dos direitos humanos..

Não poderíamos tratar desses direitos sexuais como direitos humanos em nosso programa se não incluíssemos nesse espaço semanal as reflexões e debates sobre a categoria gênero, em suas ricas vertentes teóricas, muitas delas apresentadas abaixo, tabela construída após a análise documental de programas selecionados, como contribuição para os estudos da temática, bem como um convite para que ouçamos as vozes que se manifestaram no Educação Sexual Em Debate e com elas estabelecamos um rico diálogo pedagógico:

Tabela 1. Um convite ao diálogo.

Programas Educação Sexual Em Debate: temáticas com interfaces com a categoria Gênero

<i><b>Título</b></i>	<i><b>Entrevistada/Entrevistado</b></i>
Seminário Internacional Fazendo Gênero UFSC/UDESC	Profª Drª Nardilene Pereira Gomes UFBA Profª Drª Vera Márcia Marques Santos CEAD/UDESC
O tempo dos ginásios: o ensino secundário em Santa Catarina- final do século XIX e meados do século XX	Prof. Dr. Norberto Dallabrida PPGE/UDESC
A invisibilidade da violência psicológica contra a mulher na relação conjugal	Profª Drª Gleidismara dos Santos Cardozo de Castro Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho 12ª Região.
Análise de algumas histórias infantis da Ruth Rocha que abordam a questão de gênero.	Profª MSc Monica Terezinha Marçal CEAD/UDESC
Gênero, Infâncias e mídia	Profª Drª Juliane de Paula Odino CEAD/UDESC
Brinquedos e sexismos	Acadêmica de Pedagogia FAED/UDESC Isadora Duwe Cória. Bolsista Iniciação Científica CNPq/UDESC.
Sexualidade Feminina	Prof. Dr. Jaime Bezerra do Monte CEAD/UDESC
Música e gênero. O entendimento das letras das músicas por parte de quem está ouvindo...	Prof. Dr. Ari Fernando Maia UNESP
Gênero e cultura midiática infantil	Profª Drª Juliane de Paula Odino CEAD/UDESC
Sexualidade gênero e mídia	Profª Drª Filomena Teixeira



	Universidade de Aveiro / Portugal
Gênero e diversidade sexual na formação docente	Prof. MSc. Juvêncio Manoel Nota Universidade Pedagógica de Moçambique
Projeto Aprendendo a conviver com as diferenças: um pouco de nós nessa colcha de retalhos.	Orientadora Educacional MSc Enemari Salette Poletti e Profª de Biologia Jane Magagnin Escola de Ensino Médio Jacó Anderle
Direitos Sexuais	Profª MSc Patrícia Pereira Mendes CEAD/UDESC
As representações de gênero por meio dos jogos eletrônicos no âmbito escolar	Profª Drª Débora da Rocha Gaspar UFSC
Educação sexual e gênero	Profª Drª Marlene de Fáveri PPGH/UDESC
Projeto EQUALITY: Seminário institucional das questões de gênero na UDESC.	Profª Drª Sonia Pereira Laus UDESC
Identidade de gênero e normatização do nome social	Acadêmico do curso de Educação Física CEFID/UDESC Teo Frederico Coordenador do IBRAT
Diversidade Cultural Infância e Gênero: o uso das mídias para o intercâmbio cultural das escolas.	Profª Drª Juliane de Paula Odininio do CEAD/UDESC
Estudo da compreensão das professoras sobre a influência de filme da boneca Barbie na educação sexual das crianças.	MSc. Raquel da Veiga Pacheco Egressa do PPGE/UDESC

Jogos <i>online</i> e educação sexual. O que as crianças aprendem jogando.	MSc Cristina Monteggia Varela Egressa do PPGE/UDESC
--	--

Tabela elaborada por Freitas e Melo, 2015.

Registrando que mantivemos na tabela a titulação e situação funcional dos entrevistados e das entrevistadas que lhes eram pertinentes nas datas de suas entrevistas, fica evidenciado que a categoria gênero, em diversas e ricas abordagens, é presença constante no programa Educação Sexual Em Debate, seja em relatos de pesquisas em andamento ou em resultado final de dissertações e teses, muitas outras vezes como projetos de ensino sendo vivenciados em escolas públicas, bem como tema de eventos de extensão, enfim, vários foram os caminhos trilhados pelos que buscaram tratar desse tema na luta pelos direitos humanos plenos, aí incluída a categoria gênero, caminhos esses expressos vividamente na participação de todos e todas os listados na tabela por nós criada. Muitas também foram as instituições de onde vieram esses educadores e educadoras, assim como diversos foram os seus países de origem, pois tivemos na rádio dialogando conosco nessa questão de gênero educadores e educadoras do Brasil, Portugal e Moçambique, além de estudiosos e estudiosas com formação realizada em vários estados brasileiros. Temos certeza que todos contribuíram com essa luta pelos direitos sexuais como direitos humanos, em suas nuances ligadas a categoria gênero, participando do nosso espaço na Rádio UDESC- Florianópolis porque entendem como Paulo Freire que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.<sup>2</sup>

Para nós do EDUSEX todos e todas que lá estiveram e os que lá estarão apontam para o que denominamos ser, como o faz Kornatzki (2013), uma educação sexual emancipatória que se realiza quando as pessoas se compreendem sujeitos de sua própria existência, capazes de constituírem diferentes formas de sentido, respeitando o princípio da convivência.

Ao nos referirmos ao paradigma de educação sexual emancipatória, entendemos que é na busca de um entendimento de sexualidade amplo que o mesmo se constrói, sem ser baseado em uma reprodução do que está posto, ou seja, repensando essa temática de maneira crítica e não apenas repetindo o que vem sendo apontado pela sociedade, sem antes realizarmos uma reflexão sobre a sexualidade como uma construção sócio-histórica. É uma busca constante de um despertar da consciência crítica, ajudando as pessoas a escolherem seus caminhos sem amarras, sem medos, e com conhecimento de sua importância nas diversas relações sociais que estabelecem ao longo de suas vidas.

Com a participação de pesquisadores e pesquisadoras sobre esse tema e outros que façam parte da temática da riqueza da dimensão humana da sexualidade, o programa pode alcançar um rico e diversificado público com a transmissão de informações pautadas na ciência pedagógica e não apenas nos conhecimentos empíricos, buscando contribuir assim para a formação autônoma e crítica dos sujeitos, frente às mídias e no caso em questão, pelo uso crítico desse meio que é o rádio, sensibilizando as pessoas, via um programa intencional específico que trata da dimensão da sexualidade e suas nuances, a buscar uma vida plena e feliz para todos e todas, que deve ser a base de toda proposta de cidadania.

Sensibilização essa que se multiplica com a socialização e democratização do conhecimento produzido, pela facilitação ao acesso aos programas gravados bem como pela distribuição gratuita de suas cópias por vários recursos midiáticos às pessoas interessadas.

Fica, portanto, aqui o nosso convite para que quem nos lê para que ouça e estabeleça diálogos com os entrevistados e entrevistadas destacados pois, “onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (Paulo Freire)<sup>3</sup>.

## REFERÊNCIAS

<sup>1</sup>BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Vamos conhecer o Brasil. 2010. Disponível

em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/familias-e-domicilios>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

KORNATZKI, Luciana. Educação sexual intencional em livros para a infância: um estudo de suas vertentes pedagógicas. 2013. 268 p.: Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.tede.udesc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3219](http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3219)>. Acesso em: 21 março de 2015.

LIMA, G. Comunicação/ educação: a atualidade do tema. Disponível em: <[http://portalgens.com.br/baixararquivos/textos/comunicacao\\_educacao\\_a\\_atualidade\\_do\\_tema.pdf](http://portalgens.com.br/baixararquivos/textos/comunicacao_educacao_a_atualidade_do_tema.pdf)> Acesso em 10 março de 2015.

MELO, S.et al. Educação Sexual Em Debate: conversando com educadores pelas ondas da rádio UDESC. Linhas, SC. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas> Acesso em 27 março de 2015

MELO, S. M. M. DE; POCOVI, R. M. DE S; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Educação e sexualidade: caderno pedagógico I. Florianópolis: CEAD, 2002. 98 p.

<sup>2,3</sup>UOL. O pensador. Disponível em: <[http://pensador.uol.com.br/paulo\\_freire\\_frases\\_educacao/](http://pensador.uol.com.br/paulo_freire_frases_educacao/)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA; cursos e eventos de extensão em andamento. Disponível em: < <http://www.cead.udesc.br/?id=490>.> Acesso em 20 de março de 2015.

# Capítulo 9



10.37423/210403859

## GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO COMO PRÁTICA COMPLEMENTAR NA SAÚDE PARA USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

*Déborah Grasyella Pachêco de Moraes Lins Santos*

*Universidade Federal de Pernambuco*

*Mayara Inácio de Oliveira*

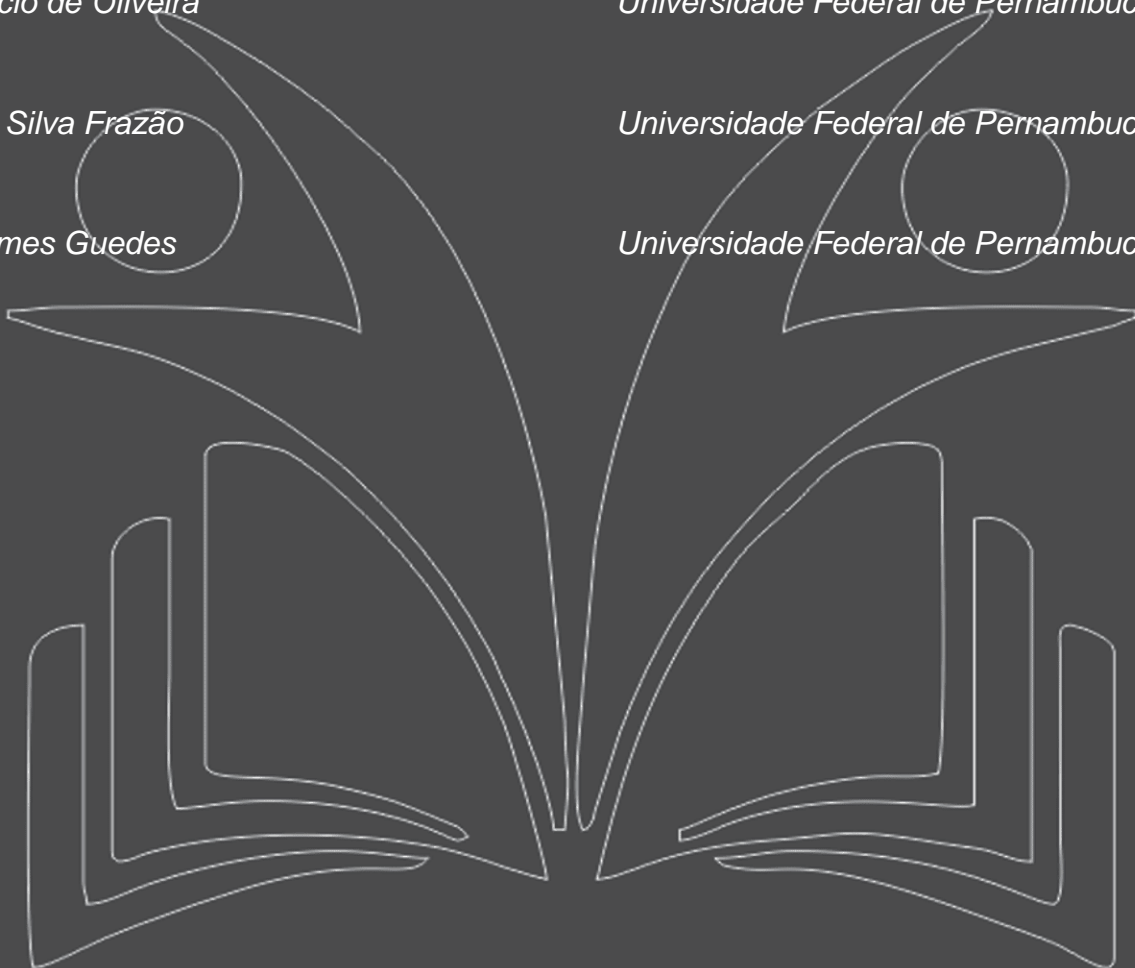
*Universidade Federal de Pernambuco*

*Iracema da Silva Frazão*

*Universidade Federal de Pernambuco*

*Tatiane Gomes Guedes*

*Universidade Federal de Pernambuco*



## INTRODUÇÃO

Apesar das conquistas das leis da Reforma Psiquiátrica e dos serviços de Atenção Psicossocial, a vivência do cotidiano dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) indica a perspectiva medicalizante do cuidado e a hegemonia da abordagem biomédica-psiquiátrica (TESSER; SOUZA, 2012). Na contramão da medicalização, a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) propõe estratégias que visam o fortalecimento e a expansão da autonomia dos usuários dos serviços comunitários de saúde mental, oportunizando uma posição ativa em relação ao seu tratamento e a gestão participativa e coletiva nos projetos terapêuticos (ONOCKO CAMPOS, et al, 2012).

Os princípios que norteiam a GAM apoiam-se na melhoria da qualidade de vida, no respeito às pessoas e sua subjetividade e na experiência singular do usuário, como meio de incluir o ponto de vista de quem vivencia os efeitos de psicofármacos, a partir de uma abordagem reconhecadora do valor ético desta experiência e que aposta numa avaliação qualitativa na gestão do tratamento (ONOCKO CAMPOS, et al, 2013).

O Guia GAM é, assim, trabalhado em grupo e constituído de seis passos. Cada passo trabalha questões como: conhecendo a si mesmo; rede de apoio; as formas de cuidado além da medicação; o uso de psicofármacos; direitos dos usuários e planejamento de ações. Estas questões visam estimular a autonomia e a cogestão no tratamento. A autonomia é definida como a pluralidade de vínculos que se é capaz de estabelecer: quanto mais vínculos e redes de relações uma pessoa constrói, mas autônoma ela se torna. Já a cogestão visa trabalhar de forma mais aberta com os usuários sendo os principais interessados (ONOCKO CAMPOS, et al, 2012).

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Humanização (PNH), no eixo que trata da saúde mental, expõe as experiências e os debates que o processo da reforma psiquiátrica vêm produzindo no País, a fim de alcançar, a todos cidadãos, a garantia de serviços de saúde com qualidade, atendimento integral e inclusivo. Nessa perspectiva, a GAM foi reconhecida como prática humanizadora em saúde mental (BRASIL, 2015a).

Do exposto, a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) contempla recursos terapêuticos que visam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, mediante a escuta acolhedora, o desenvolvimento do vínculo terapêutico e a integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (BRASIL, 2015b; MAGALHÃES; ALVIM, 2013). Para tanto, objetivou-se descrever a

experiência como facilitadora de um grupo terapêutico com o uso do Guia GAM à luz das práticas integrativas e complementares em saúde.

## MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência que visa contribuir através de uma análise crítica do uso do Guia GAM como recurso terapêutico para um grupo de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O grupo com o uso do Guia GAM ocorreu no CAPS- Espaço Livrementemente, no período de abril a junho de 2017, participaram deste grupo a facilitadora que era uma profissional de saúde e os usuários que estavam em tratamento no serviço e que faziam uso de medicação psicotrópica. O universo da experiência se caracterizou nas observações e registros de diário de campo realizadas pela facilitadora dos grupos com o Guia GAM. Os grupos tinham a periodicidade de ser semanal, a duração de cada encontro era numa média de 50-60 minutos e foram necessários dezoito encontros para contemplar todos os passos propostos pelo Guia GAM.

O campo empírico foi o CAPS -Espaço Livrementemente, classificado como CAPS Geral, tipo III, que realizam atendimentos as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, por demanda espontânea e/ou referenciadas por outras unidades. O serviço localiza-se na cidade do Recife, núcleo da região metropolitana, pertencente a I Gerência Regional de Saúde (Geres) do Estado de Pernambuco, situa-se no litoral nordestino e ocupa uma posição central, a outras metrópoles regionais do Nordeste.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de operacionalização dos grupos com o uso do Guia GAM foram necessárias reuniões com a equipe de profissionais atuantes no CAPS para incluir tal atividade nas ações terapêuticas realizadas no serviço, assim como a apresentação da proposta para os usuários do CAPS e o convite para a participação dos grupos com o uso do Guia GAM. Nos primeiros encontros foram estabelecidos contratos terapêuticos entre todos os participantes do grupo a fim de estabelecer pactos e acordos de convivência, numa proposta de *contratação* que se faz como produto de um processo coletivo e progressivo para promover a participação de todos de forma gradual e gerar um sentimento de pertencimento com o grupo.

Os grupos tinham a característica de serem “abertos” a todos os usuários que se interessassem em participar; a linguagem utilizada visava ser de fácil e simples compreensão, acessível a todos; o ambiente era organizado para ser acolhedor, com as cadeiras da sala dispostas em roda para que todos pudessem se olhar, compartilhar suas experiências e horizontalizar os saberes. Para tanto, a fim de

trabalhar cada passo proposto pelo Guia GAM eram utilizadas dinâmicas, que geravam discussões a fim de problematizar as questões advindas com o Guia.

Estes grupos se configuraram por trazer uma abordagem de valorização da experiência singular de cada usuário para o seu empoderamento enquanto sujeito de direitos e com liberdade para intervir nas condições do tratamento que seguem. Os usuários puderam refletir sobre a importância de reconhecer seus direitos, de ter mais acesso à informação e de poder assumir uma postura mais ativa frente ao tratamento.

Desta forma percebe-se que a PNPIC traz como um de seus objetivos, no SUS, o investimento em estratégias voltadas para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde (BRASIL, 2015a). Nesse sentido, a humanização, visa trabalhar entre outras coisas, o acolhimento, a gestão participativa e a ambiência que são os espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis (BRASIL, 2015b). Essas fundamentações teóricas equivalem aos princípios trabalhados no Guia GAM que visam valorizar o respeito às pessoas e sua subjetividade, incluindo o ponto de vista de quem vivencia os efeitos de psicofármacos.

Durante a observação dos grupos terapêuticos com o uso do Guia GAM foi possível identificar que tal atividade era reconhecida pelos seus participantes como provocadoras de reflexão para o autoconhecimento, além de oportunizadora para a aprendizagem e o conhecimento de questões referentes ao tratamento e aos direitos dos usuários dos serviços de saúde. Segundo Jorge et al. (2012), a utilização do Guia GAM constitui uma proposta participativa de discussão e reflexão sobre o uso de psicofármacos, com a finalidade de trabalhar o processo de autoconhecimento e autonomia dos seus participantes, a fim de construir experiências significativas em sua vida social e individual.

Utilizar o Guia GAM como um recurso terapêutico objetiva desfazer a visão biológica hegemônica do uso da medicação para enveredar por caminhos que se sustentem numa atitude mais democrática e dialógica, valorizando experiências e crenças dos usuários frente aos profissionais de saúde. Esses resultados corroboram com aquilo que preconiza a PNPIC no SUS, instituída em 2006, que recomenda organizar e fortalecer as metodologias participativas, considerando o saber popular e tradicional para ampliar o leque de possibilidades de cuidados existentes na assistência em saúde (BRASIL, 2015b; JORGE, et al, 2012).

A PNH e a PNPICS resgataram princípios da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, na cidade de Ottawa, que definem a saúde como algo vivido e elaborado pelas pessoas dentro do que elas dão valor no seu cotidiano (MAGALHÃES; ALVIM, 2013). Nessa experiência com o uso do



Guia GAM a saúde é discutida a partir das relações vivenciadas com sua rede de apoio, observando a si mesmo e as pessoas a sua volta, exercitando os seus direitos. O fato de aproximar as pessoas há um tratamento que o faz bem, entrelaça-se com as práticas complementares em saúde, permitindo a humanização da assistência e a aproximação do indivíduo às ações de cuidado à sua saúde, tornando-o corresponsável pelo tratamento (JORGE, et al, 2012; BRASIL, 2017).

Nota-se, assim, que as experiências dos usuários compartilhadas num coletivo grupal, permitem dentro do campo da saúde mental, mais empoderamento, que se faz no fortalecimento do poder, da participação e da organização na gestão de cuidado nos serviços de atenção psicossocial, pois acarreta reflexões sobre a importância na tomada de decisões em relação às questões que afetam suas vidas (ALVES, et al, 2013). Diante disto, apesar do Guia GAM não estar especificado na PNPIC, torna-se pertinente a análise realizada por meio das diretrizes e princípios que norteiam tal política, visto ser um recurso terapêutico fortalecedor da integralidade da assistência à saúde e no processo de humanização.

## CONCLUSÕES

Este estudo alcançou o objetivo proposto ao descrever a experiência como facilitadora de um grupo terapêutico com o uso do Guia GAM à luz das práticas integrativas e complementares em saúde. Com a experiência de utilização do Guia GAM, percebeu-se a importância desta intervenção para a promoção do empoderamento dos usuários dos CAPS, para assim contribuir na busca do autoconhecimento, bem como na reflexão crítica sobre as questões que envolvem seu tratamento, suas necessidades e seus desejos enquanto sujeitos de direitos.

Para que assim, o usuário ocupe o lugar de protagonista no seu processo de cuidar. O Guia GAM como estratégia de tornar o usuário mais próximo da assistência, trabalhando a autonomia e o envolvendo com a equipe de saúde, fortalece o vínculo terapêutico e cria um espaço favorável para implementação da humanização na assistência à saúde, podendo assim, ser considerado como recurso terapêutico complementar para os usuários dos CAPS.

**Palavras chaves:** Práticas Integrativas e Complementares; Humanização; Gestão Autônoma da Medicação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. TESSER, C.D.; SOUZA, I.M.C. Atenção Primária, Atenção Psicossocial, Práticas Integrativas e Complementares e suas Afinidades Eletiva. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.2, p.336-350, 2012.
2. ONOCKO CAMPOS, R.T. et al. Multicenter adaptation of the guide for autonomous management of medication. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.16, n.43, p.967-80, out./dez. 2012.
3. ONOCKO CAMPOS, R.T. et al. A Gestão Autônoma da Medicação: uma intervenção analisadora de serviços em saúde mental. Ciência & Saúde Coletiva, v.18, n.10, p. 2889-2898, 2013.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos humanizaSUS/ saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2015a. 548 p.: il. (Caderno HumanizaSUS; v. 5).
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS : atitude de ampliação de acesso. Brasília : Ministério da saúde, 2015b. 96 p.
6. MAGALHÃES, M.G.M; ALVIM, N.A.T. Práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético. Esc Anna Nery (impr.), v.17, n.4, p. 646-653, out – dez, 2013.
7. ALVES, T.C.; OLIVEIRA, W.F.; VASCONCELOS, E.M. A visão de usuários, familiares e profissionais acerca do empoderamento em saúde mental. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 51-71, 2013.
8. JORGE, M.S.B.; ONOCKO CAMPOS, R.; PINTO, A.G.A.; VASCONCELOS, M.G.F. Experiências com a gestão autônoma da medicação: narrativa de usuários de saúde mental no encontro dos grupos focais em centros de atenção psicossocial. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.22, n.4, p. 1543-1561, 2012.
9. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria 633 - Atualiza o serviço especializado 134 Práticas Integrativas e Complementares na tabela de serviços do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Brasília: Ministério da saúde, 2017.

# Capítulo 10



10.37423/210403860

## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE BIOPSISSOCIAL

*Francisca Elidivânia de Farias Camboim*

*Centro Universitário de Patos - UNIFIP*

*Brenda Raquel Cavalcanti Mamede Alves*

*USF Acaú Mucuí, Pitimbu- PB*

*José Cleston Alves Camboim*

*Escola de Ciências da Saúde de Patos -Ecisa*

*José Caroca da Silva Monteiro*

*Graduando pelo Centro Universitário de Patos-UNIFIP*

*Danielle Marinho Brasil*

*Centro Universitário de Patos - UNIFIP*

*Michelle Marinho Brasil*

*Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB*

*Paulo José de Assis Cunha*

*Faculdade Asper*

*Maria do Socorro Nóbrega Lopes*

*Centro Universitário de Patos-UNIFIP*

*Elaine Cristine Alves pegado*

*Centro Universitário de Patos-UNIFIP*

**Resumo:** O processo do envelhecimento é uma fase muito complexa na vida do ser humano, onde ele se depara com inúmeras situações difíceis de lidar, como a perda da autonomia e gerando assim a dependência, e dessa forma ficando mais susceptível a violência, onde a mesma é considerada um ato impiedoso, uma vez que o expõe a um estado de fragilidade emocional podendo acarretar problemas psicológicos, físicos e sociais. Assim, a pesquisa teve como objetivo discutir os fatores biopsicossociais relativos à violência contra o idoso. Trata-se de uma revisão bibliográfica mediante a busca de literaturas científicas encontradas no Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), compilando publicações na base de dados da Literatura Latino-americanas e do Caribe (LILACS), no Banco de Dados SciELO - Scientific Electronic Library Online, no mês de Outubro de 2017. Utilizaram-se os descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência, Maus tratos ao idoso, Saúde do idoso. Para análise dos dados, adotou-se a técnica da análise de conteúdo, modalidade temática. A partir da análise da literatura, emergiram duas categorias temáticas: a) Violência contra o idoso; e b) Fatores biopsicossociais relativos à violência contra a pessoa idosa. Levando em consideração os aspectos expostos, é extremamente relevante compreender o conceito de violência, de modo que, através desse conhecimento possamos compreender a gravidade e os malefícios que a violência acarreta na vida dos indivíduos, principalmente para a pessoa idosa.

**Descritores:** Violência, Maus tratos ao idoso, Saúde do idoso.

## INTRODUÇÃO

A população idosa vem apresentando um crescimento considerável nos últimos tempos tanto no Brasil como a nível mundial. Isso ocorre devido à queda do número de mortalidade e de fecundidade com a diminuição da quantidade de crianças<sup>1</sup>. Com esse perfil populacional se faz necessário repensar no padrão de vida, com políticas que favoreçam os idosos propondo serviços e equipamentos de forma geral com qualidade e pessoas capacitadas, bem como preparadas para os cuidados necessários, tudo isso garantindo uma assistência adequada de acordo com seus direitos.

Segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>2</sup>, no ano de 1980 existia cerca de 7,2 milhões de idosos, já em 2010 atingiu a quantidade de 20,6 milhões de pessoas com faixa etária a partir de 60 anos. Ademais, em 2030 o crescimento dos idosos chegará a 41,6 milhões, evidenciando assim que a população brasileira chegará em 18,7%.

As modificações em todo o mundo devem-se ao crescimento no número de idosos, essas alterações também ocorrem no âmbito socioeconômico, além de grandes impactos causados pela atualidade científico e tecnologicamente, agregando condições na melhoria de vida. Não obstante, essa aquisição, também reproduz uma carga negativa tais como a violência, crueldade e negligência<sup>3</sup>.

A probabilidade da expansão no que tange a vida verificou-se que o envelhecimento é vista a partir de uma nova perspectiva a ser observada pela população, chegando ao ponto de precisar ser criado um estatuto do idoso cujo principal objetivo é garantir a dignidade e o respeito para com as pessoas com idade acima de 60 anos<sup>4</sup>.

Nesse processo de envelhecer e suas vertentes, são notórias as dificuldades pelas quais passam os idosos, e a violência, seja ela de qualquer tipo, é considerada uma realidade constante na vida destes, de forma direta ou indireta, internamente ou externamente. A violência contra as pessoas de idade avançada não se retém somente a violência no lar, mas, sobretudo pode ser presenciada em qualquer lugar, devendo-se assim preservar a integridade e a moral dos idosos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) atribui a violência o significado como ato de crueldade seja ela contra si, outrem ou sociedade, podendo ser intencional ou não, utilizando-se de uma força brutal ou psicológica ocasionando danos intelectuais, físicos, e motores<sup>5</sup>.

Indubitavelmente nota-se que o dificultador dos principais fatores para o aumento crescente da violência contra o idoso está correlacionado com as desigualdades sociais impostas pela ineficácia das leis assim como a falta de respeito para com o próximo, tal qual a negligência dos cuidadores ou

responsáveis. Assim, o processo de envelhecimento nem sempre é fácil, tendo em vista, a fragilidade, as dificuldades impostas ao longo da vida, assim como o abandono dos familiares acaba resultando a retirada do idoso do meio social<sup>6</sup>.

Os fatores que contribuem para a ocorrência dos maus-tratos em desfavor da pessoa idosa no meio familiar são diversas, no entanto verifica-se em grau maior e de grande relevância: vínculos conflituosos na família, outrossim acontecimentos resultantes do atrito de pais para com seus filhos mal resolvidas, ademais de cônjuge, instabilidade financeira, exaustão provocada pela excessiva atividade de cuidar, falta de recursos adequados para facilitar o exercício do cuidador, de problemas de saúde física ou psicológica do idoso ou do seu responsável, que permeiam o convívio familiar<sup>7</sup>.

Infelizmente o idoso sofre com as situações provenientes a esse processo de envelhecimento, um dos fatores não menos importante e que vale salientar é a perda da autonomia, o que ocasiona a dependência, esse fator afeta de maneira intrínseca na vida destes, prejudicando o seu estado biopsicossocial de forma geral ou especificamente.

Diante do exposto, ora mencionado anteriormente é pertinente enfatizar que os seres humanos os quais constroem sua própria história, tendo como alicerce as experiências pessoais e sociais unidas ao longo da vida. De maneira idêntica acumulamos diferentes sentimentos, a saber: como medo da morte, inutilidade, solidão, desprezo, além de outros sofrimentos podem transpassar expressões afetivas, dificultando o percurso tornando tenebroso. É imprescindível reconhecer, refletir e admitir que a realidade de hoje já não mais guarda a dignidade do idoso, isto por que, burla-se e não se aceita o quanto a violência se torna presente nesta perspectiva, inegavelmente a sociedade espera mecanismos que viabilizem o bem estar durante toda a vida e essencialmente na velhice<sup>6</sup>.

A pesquisa apresenta-se pertinente tendo em vista as mais diversas violências que ocorrem cotidianamente contra a pessoa idosa, quer seja pelos familiares, trabalho, nos lares de longa permanência, ou mesmo a população em geral. Ser idoso, desperta muitas vezes o sentimento de inutilidade, e muitas vezes, tal sentimento gera dependência, o que piora ainda mais o risco para a violência, em virtude da impaciência dos seus cuidadores e/ou familiares. Desta forma, o estudo teve como objetivo discutir os fatores biopsicossociais relativos à violência contra o idoso.

Diante desse contexto, torna-se indispensável um estudo mais aprofundado na busca do conhecimento e a discussão sobre os fatores biopsicossociais relativos a violência contra o idoso, e conseqüentemente, favorecer qualidade de vida de forma digna e respeitada de acordo com os direitos da pessoa idosa.

## METODOLOGIA

Para o estudo, foi feita uma revisão bibliográfica mediante a busca de literaturas científicas encontradas no Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), compilando publicações na base de dados da Literatura Latino-americanas e do Caribe (LILACS), no Banco de Dados SciELO - Scientific Electronic Library Online, no mês de Outubro de 2017. Para a coleta, utilizou-se os descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência, Maus tratos ao idoso, e Saúde do idoso. Como critérios de inclusão adotou-se: artigos publicados nos últimos cinco anos, em língua portuguesa e que apresentaram como objeto de estudo a temática central: violência contra o idoso. Como critérios de exclusão considerou-se os artigos publicados em mais de uma base de dados, bem como os que não foram publicados na íntegra. Para análise dos dados, adotou-se a técnica da análise de conteúdo, modalidade temática<sup>8</sup>. A partir da análise, emergiram duas categorias temáticas: **a) Violência contra o idoso; b) Fatores biopsicossociais relativos à violência contra a pessoa idosa.**

## VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO

De acordo com o Ministério da Saúde<sup>9</sup>, no Brasil, a notificação de violência pela área de Saúde foi criada no ano de 2006 por meio do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – VIVA e introduziu-se compulsoriamente em 2011, com efeitos relevantes. No ano anterior foram protocoladas cerca de 14.478 ocorrências de violência contra idosos, com acréscimo de 261%, comparando com 2011. Vale salientar que esse crescimento é espelho do processo de elaboração do VIVA. Conquanto o número, assim seja significativo, não é condizente com a veracidade. Há 27 milhões de pessoas idosas no país (13.7% da população, conforme dados do IBGE). Além disso, pode-se constatar que em todo o mundo aproximadamente 5% a 10% dos idosos sofrem violência física visível ou invisível. Apesar do aumento da violência nota-se que não são registradas as ocorrências no Brasil.

De acordo com “o estatuto do idoso” Lei N.º 10.741, DE 1.º de outubro de 2003<sup>10</sup>, o Art. 4.º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. Ainda assim, de acordo com a Lei N.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, o Art. 19 diz que, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objetos de notificação compulsória pelos serviços públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:

I - autoridade policial; II - Ministério Público; III - Conselho Municipal do Idoso; IV - Conselho Estadual do Idoso; V - Conselho Nacional do Idoso.

§ 1.º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

§ 2.º Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista no caput deste artigo, o disposto na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975”.

É notório que a sociedade evoluiu conforme o passar dos anos, entretanto, esta evolução trouxe consigo grandes problemas. A violência cada dia mais tem aumentado em companhia das agressões contra o idoso. Muitas dessas atitudes desumanas são frutos de situações muitas vezes vivenciadas no âmbito familiar. A terceira idade vem sofrendo silenciosamente isto porque a violência parte daqueles que humanamente deveria retribuir tudo aquilo que lhes fora dado, ou seja, filhos e entes queridos.

Observa-se a evolução da sociedade, da mesma forma que é perceptível o número de idosos. Destarte, é visível que as pessoas da terceira idade estão cada vez mais enfraquecidas com tanta brutalidade neste país. A agressão ao contrário do que muitos pensam ou acreditam, transcende a realidade ela está ligada não somente a parte mental causando um abalo emocional representado pelos sentimentos de tristeza, solidão angustia, entre tantos outros. Por outro lado, temos também a violência física, esta por sua vez provoca no idoso cicatrizes e às vezes irreparáveis<sup>11</sup>.

Em se tratando de violência, esta por sua vez não é restrita a um tipo específico e não tem lugar certo para acontecer, podendo ocorrer em instituições, no ambiente familiar e por profissionais de diferentes áreas. Os profissionais, principalmente os da área da saúde, tem uma parcela de contribuição neste enfrentamento contra a violência, muito embora também sofram com a retaliação<sup>12</sup>.

Conforme protocolo de registro de todo o País, no período de 2011 a 2015, o Disque Direitos Humanos obteve cerca de 100 mil denúncias de transgressão de direitos da população acima de 60 anos. A maioria das queixas se refere à negligência com a assistência prestada a pessoa idosa, sucessivo de violência psicológica e extorsão financeira<sup>13</sup>.

A violência no contexto familiar vem avançando e tomando proporções avassaladoras, prejudicando pessoas que se encontram em situações de fraqueza e nesse sentido o idoso é o mais lesado. Com o crescimento exacerbado da população com mais de 60 anos aconteceu de modo rápido mundialmente. Esse desenvolvimento acarretou diversos incômodos implícitos como, maus-tratos, exploração e negligência contra essas pessoas<sup>14</sup>.



Segundo Minayo<sup>15</sup> a classificação e a conceituação aqui descritas estão oficializadas no documento de Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências do Ministério da Saúde (2001). Internacionalmente se estipularam alguns padrões e modelos para indicar os variados tipos de violências mais praticadas contra a população idosa: Violência física são atitudes que se referem ao uso da força física para impor que o idoso faça algo contra a sua vontade e em extremos casos levando até a morte. Violência psicológica refere-se a vocábulos ou gestos ofensivos com intuito de humilhar, amedrontar, fragilizando emocionalmente o idoso limitando e ate mesmo proibindo o convívio social. Violência sexual são abusos que almejam obter a relação sexual ou atos libidinosos fazendo o uso da força física sem o consentimento do idoso (a). Abandono muito embora seja um tipo de violência que não deixe cicatrizes visíveis, deixa o idoso fragilizado emocionalmente, isso ocorre quando os familiares e/ou governantes se abstém da sua responsabilidade. Negligência é o ato de omitir-se ou não cumprir com as obrigações da assistência de acordo com as necessidades do idoso. Abuso financeiro e econômico equivale-se a aquisição de vantagem imprópria através de grave ameaça ou a utilização de recursos financeiros sem o consentimento de quem de fato tem o direito, o idoso. Autonegligência é o ato de abdicar dos seus próprios direitos, tais como a saúde.

## FATORES BIOPSIKOSSOCIAIS RELATIVOS À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Inquestionavelmente são vários os fatores biopsicossociais, mensurá-los é uma tarefa complexa, tendo em vista que os principais danos os quais os idosos são acometidos são de origem psicológica, enfatiza-se, portanto, os fatores emocionais que se apresentam por vezes fragilizados.

Por conseguinte, toda essa experiência vivenciada negativamente pelo idoso alimenta sentimentos incongruentes, tais como, incapacidade, remorso, arrependimento, episódios de depressão, transtorno de ansiedade, fobia, atitudes vexatórias, à medida que se somatiza, pode-se levar a morte<sup>14</sup>.

Camacho e Alves<sup>16</sup>, acentuam-se que é indispensável ficar antenado ao diálogo do idoso, bem como as atitudes, gesticulações e movimentos faciais. Isso pode contribuir em uma observação mais apurada a fim de evitar possíveis lesões e/ou prevenir déficits ou incapacidades que porventura, possa chegar a um possível diagnóstico quando necessário.

Os maus tratos igualmente a rejeição, violência psicológica, negligência, são condutas que provocam cicatrizes enormes sejam elas visíveis ou não, que dificilmente são apagadas<sup>3</sup>.

Dando continuidade, é de suma importância ressaltar que a maioria das violências sofridas pelos idosos é ocultada por eles próprios, pois o medo de desestruturar a família aprisiona o idoso com seu silêncio, além disso, o temor de ser abandonado em instituições de longa permanência amedronta aqueles que se encontram na velhice. Facilita assim a reincidência dos agressores<sup>7</sup>.

Neste contexto, no qual a sociedade tem evoluído desenfreadamente ao mesmo tempo dos avanços tecnológicos o outro passa a ser cada vez mais despercebido. O mesmo vem ocorrendo com as pessoas da terceira idade, que já não tem mais a atenção dos seus entes. Esta faixa etária é vista como um fardo a ser carregado por outros uma vez que velhice é sinônimo de inutilidade.

Por mais desenvolta que a sociedade seja, as melhorias no que tange ao idoso não acontecem, de modo que fica estagnado apoiando-se em opiniões primitivas perpetuando-se uma concepção errônea do envelhecimento humano, aliás, outro fator condicionante é o sociocultural, mas seus limites são a nível mundial<sup>7</sup>.

As políticas de prestação de serviços na área da saúde carecem de atendimento prioritário aos idosos principalmente os que experimentaram a amargura da violência. Embora existam políticas públicas acessíveis, necessita-se da efetivação das mesmas e simultaneamente instruir os profissionais da saúde de maneira que possibilitem intervir e valorizar as pessoas com mais de 60 anos que são vítimas da violência<sup>16</sup>.

Em síntese é relevante salientar a importância dos profissionais da área da saúde em meio às atrocidades explanadas diante do texto, visto que esses profissionais acabam tendo uma relação próxima desses idosos, sendo assim, é possível que a capacitação não apenas do enfermeiro, mas de todos os atuantes na área da saúde facilite tanto no cuidado como na prevenção. No obstante, nada valerá se o estatuto do idoso assim como a constituição federal não forem aplicadas com eficácia, deixando assim de existir somente no papel. Por fim, cabe a nós enquanto cidadãos, ajudar no combate a violação dos direitos dos idosos, vigiando e denunciando ao presenciar atos de violência contra o idoso.

## CONCLUSÕES

O referido estudo teve como foco, a violência contra a pessoa idosa e sua relação com os aspectos biopsicossociais, os quais foram elencados de forma sucinta, porém, pertinentes, e lamentavelmente, presentes no dia a dia do idoso. Tais aspectos, por estar intrinsecamente ligada a demanda emocional do indivíduo, favorecem o surgimento de problemas de ordem psíquica, o que leva muitas vezes, ao

comprometimento social e biológico. Desta forma, evoca-se a atenção dos profissionais não apenas da área da saúde, que se preocupam em cuidar do indivíduo do ponto de vista patológico, mas também, dos que atuam na área jurídica, afim de buscarem o cumprimento do Estatuto do idoso, zelando pela justiça, e conseqüentemente, pela segurança da pessoa idosa. Chama-se a atenção ainda, para a adoção de práticas multidisciplinares, que envolvam os mais diversos serviços que compõem a Rede de Atenção a Saúde (RAS), de forma que favoreçam a inclusão deste indivíduo de forma holística, inclusive, na sociedade.

## REFERÊNCIAS

1. Alves BRCM et al. Afeto familiar: sentimento de idosos institucionalizados frente ao abandono da família. Congresso Nacional de Envelhecimento Humano. 2016. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/cneh/trabalhos/TRABALHO\\_EV054\\_MD2\\_SA4\\_ID905\\_15082016141741.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/cneh/trabalhos/TRABALHO_EV054_MD2_SA4_ID905_15082016141741.pdf)>. Acesso em: Outubro de 2017.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Cidades. Recuperado em abril 9, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em Outubro de 2017.
3. Aguiar M PC et al. Violência contra idosos: descrição de casos no Município de Aracaju, Sergipe, Brasil. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, 19(2):343-349. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1277/127739655022.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2016.
4. Silva C. Violência contra a pessoa idosa na cidade de Embu das Artes. Revista Portal de Divulgação, 49:2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/619-890-3-PB.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.
5. Lettiere A, Nakano MAS, Bittar DB. Violência contra a mulher e suas implicações na saúde materno-infantil. Acta Paul Enferm., 25(4):524-9, 2012. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v25/n4/v25n4a7.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2017.
6. Oliveira AAV et al. Maus-tratos a idosos: revisão integrativa da literatura. Revista Brasileira de Enfermagem, 66(1):2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2670/267028450018/>>. Acesso em: Outubro de 2017.
7. Nery VAS et al. Uma análise integrativa acerca da violência contra o idoso na sociedade. Memorialidades, 11(22):2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/682-2464-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.
8. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2009.
9. Ministério da Saúde. Notificação compulsória de violência contra o idoso tem evolução positiva 2016. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sas/sas-noticias/24102-notificacao-compulsoria-de-violencia-contra-o-idoso-tem-evolucao-positiva>>. Acesso em: Outubro de 2017.
11. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde - 3. ed., 2. reimpr. - Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 70 p. ISBN 978-85-334-1845-5. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto\\_idoso\\_3edicao.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf)>. Acesso em: Outubro de 2017.
12. Melo WF et al. A situação de risco dos idosos no Brasil. Informativo Técnico do Semiárido, 10(2):01-04, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/4542-15580-1-PB.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

13. Oliveira ACD et al. Guia de Atendimento à Pessoa Idosa Vítima de Violência: Violência Doméstica, Sexual e outras Violência na Atenção Primária à Saúde. Belo Horizonte, 2015:33.
14. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR. Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. Brasil; 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/junho/dia-internacional-deenfrentamento-a-violencia-contra-apessoa-idosa>>. Acesso em: Outubro de 2017.
15. Garbin CAS et al. Idosos vítimas de maustratos: cinco anos de análise documental. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 19(1):87-94, 2016. Disponível em:  
  
< [http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v19n1/pt\\_1809-9823-rbagg-19-01-00087.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v19n1/pt_1809-9823-rbagg-19-01-00087.pdf)> . Acesso em: Outubro de 2017.
16. Minayo MCS. Violência contra idosos. 2017. Disponível em:  
  
<[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_manual/4.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/4.pdf)>.Acessoem: Outubro de 2017.
17. Guimarães DBO et al. Caracterização da pessoa idosa vítima de violência. Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963,10(3):1343-1350, 2015. Disponível em:  
  
< file:///C:/Users/Admin/Downloads/11074-24470-1-PB.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.
18. Camacho ACLF, Alves RR. Maus tratos contra os idosos na perspectiva da enfermagem: revisão integrativa. Revista de enfermagem UFPE on line-ISSN: 1981-8963,9(2):927-935, 2014. Disponível em:<file:///C:/Users/Admin/Downloads/10418-21342-1-PB.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

# Capítulo 11



10.37423/210403884

## INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

*Victoria Maria de Almeida Lima*

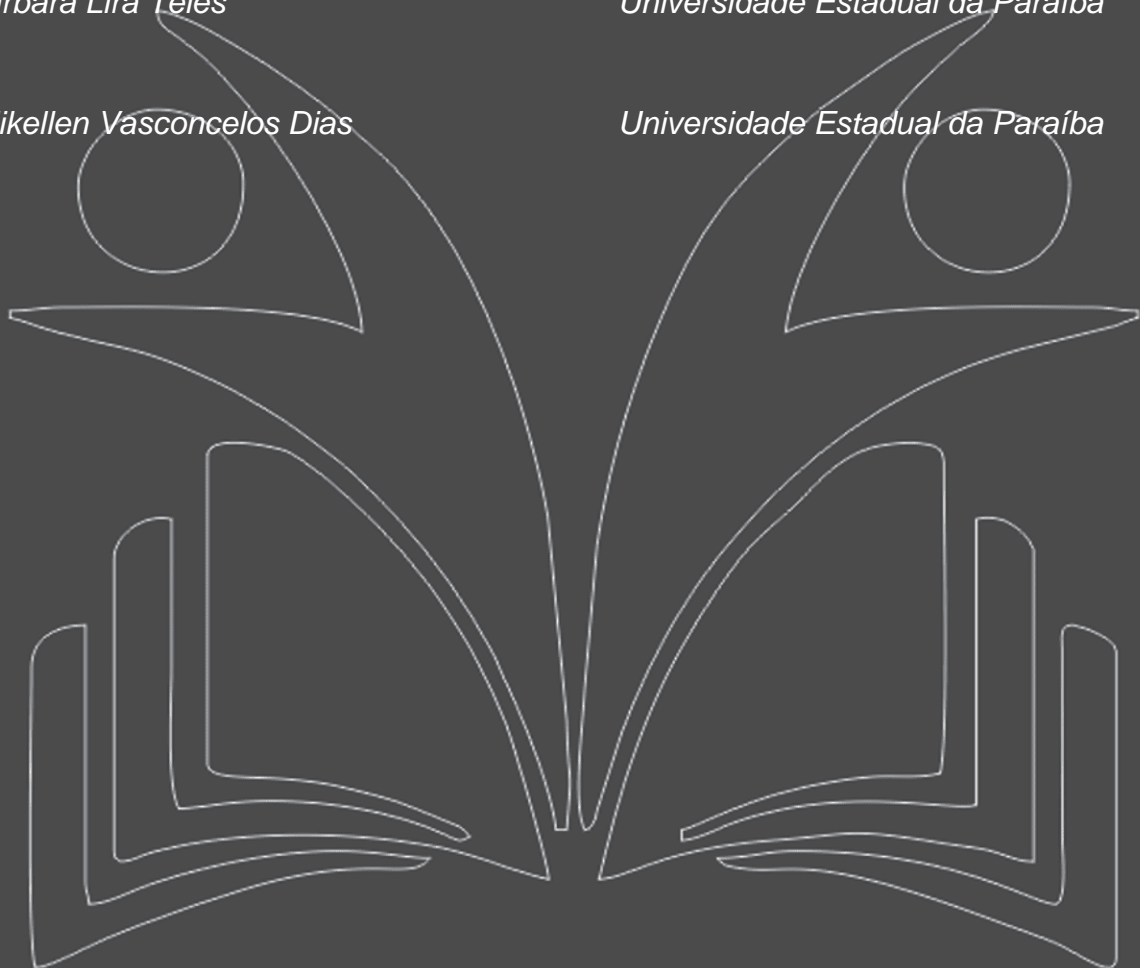
*Universidade Estadual da Paraíba*

*Mariana Bárbara Lira Teles*

*Universidade Estadual da Paraíba*

*Jakelline Mikellen Vasconcelos Dias*

*Universidade Estadual da Paraíba*



## INTRODUÇÃO

A expansão da tecnologia comunicativa e informacional das redes sociais representa um marco histórico na evolução da espécie humana. Entende-se por rede social digital uma plataforma online que possibilita uma maior interação e conexão entre indivíduos, caracterizando-se como um espaço informal, cujo objetivo encontra-se na facilidade de acesso às informações (JANTSCH *et al.*, 2012).

A busca pelo interesse em adaptar-se às invenções tecnológicas, permitiu às pessoas idosas romper com o estereótipo de inatividade sobre a velhice e o processo de envelhecimento. Nesse sentido, por ser de uso flexível, tais meios possibilitam aos idosos relacionarem-se virtualmente com familiares e amigos próximos ou distantes, de maneira que esses indivíduos sintam-se incluídos. Além disso, o uso de redes sociais, por exemplo, tem possibilitado o enfrentamento da solidão de pessoas idosas em distanciamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19.

Não obstante, na realidade brasileira, muitos idosos não tem acesso a mídias digitais, o que é potencializado entre idosos com baixa renda e escolaridade. Nesse sentido, a inclusão digital pode ser definida como um elemento central para exercer a cidadania num espectro social globalizado e conectado, cuja premissa é a vivência de uma cultura pautada na lógica das redes (TEXEIRA, 2010). Ademais, na contemporaneidade, a inclusão digital tem sido considerada um direito humano.

O processo de inclusão digital da pessoa idosa proporciona diversos benefícios, tais como: práticas autônomas, difusão de informações acerca da saúde, bem-estar e qualidade de vida, bem como o desenvolvimento de habilidades por meio de aquisições de novas descobertas e trocas de experiências (CASTRO; CAMARGO, 2017). Além das redes sociais, o uso de tecnologias digitais tem possibilitado o acesso a benefícios sociais, acesso às políticas públicas, dentre outros.

A partir das referências teóricas utilizadas para compor este trabalho, Franco e Souza (2015) e Castro (2017) elencam um apanhado geral de aspectos benéficos proporcionados pelo uso da internet, em especial dos meios de comunicação. Ao aplicarem questionários a esse público sobre as vantagens e os benefícios, foi evidenciado que a inclusão digital possibilitou os seguintes aspectos: ter confiança, conseguirem ficar mais próximos das pessoas, autoestima elevada e ainda uma facilidade no acesso à informações. Mesmo sendo evidentes os impactos positivos da inclusão digital, Jantsch *et al.* (2012) e Sales *et al.* (2014) destacaram a latente falta de visibilidade e dificuldade de acesso de uma parcela da população idosa, sendo necessário a inclusão digital de forma ampla e sistemática.

Entende-se que apesar de haver avanços relacionados diretamente à imersão dos idosos nas mídias digitais, ainda torna-se imprescindível uma busca maior da inserção de idosos em práticas inclusivas no cenário atual do espaço digital. Nesse cenário de pandemia da Covid-19, que demandou o uso de mídias digitais como ferramenta, por exemplo, de interação social e acesso a serviços de saúde, torna-se relevante analisar o que a literatura tem apontado sobre a inclusão digital das pessoas idosas.

Este estudo se justifica por sua relevância acadêmico-científica e social. No que se refere à relevância acadêmica, a análise bibliográfica sobre a inclusão digital de pessoas idosas possibilitará a demonstração de evidências científicas que possibilitem, futuramente, intervenções mais eficazes. Além disso, este estudo colabora para a ampliação de informações e aprimoramento de estudos nesta área, possibilitando auxílio à professores e alunos pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento, bem como áreas voltadas às ciências humanas, como a Sociologia, História, Antropologia e Psicologia. Como relevância social, esta pesquisa permite discorrer sobre a inclusão digital dos idosos e suas possibilidades de aplicação, o que colabora para desconstruir estereótipos relacionados à velhice. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar os benefícios da inclusão digital de pessoas idosas a partir de revisão sistemática da literatura.

## METODOLOGIA

Este trabalho tem um referencial metodológico de natureza qualitativa e de caráter expositivo, sendo realizado por meio de uma análise sistemática da literatura. Para a coleta de dados e seleção dos artigos, foram utilizados os seguintes descritores: envelhecimento, inclusão digital, benefícios, impactos positivos.

A busca dos artigos foi realizada em bases de dados dos artigos e periódicos de publicações científicas, a saber: Scielo, Redalyc, e ferramentas de pesquisa acadêmica como o Google Acadêmico. Como critério de inclusão, foram selecionados artigos científicos, e apenas 1 tese de doutorado, com acesso ao texto completo, nos últimos quinze anos (2005 a 2020) e publicados na língua portuguesa. Não foram incluídos os artigos que não estavam disponibilizados em sua íntegra.

Após a pesquisa, foram encontrados, inicialmente, 9 artigos e 1 tese de doutorado. Após a aplicação dos critérios de inclusão, fizeram parte da análise 6 artigos e 1 tese de doutorado. Os artigos e a tese foram analisados em relação aos seus objetivos e principais achados sobre a inclusão digital de pessoas idosas.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados evidenciou que, em geral, os achados dos artigos empíricos compartilham de resultados semelhantes, referindo-se aos benefícios que são fornecidos pelo uso das ferramentas digitais por as pessoas idosas, como forma de inclusão dessa população no meio social. Dentre os benefícios da inclusão digital das pessoas mais longevas, destaca-se o fato de que o uso da tecnologia esteve associado a um olhar positivo para si mesmo, melhorando a autoestima, assim como maior conhecimento. Em parte, tal evidência decorre do maior acesso a informações, contato com outras pessoas, compartilhamento de vivências, dentre outros achados (FRANCO; SOUZA, 2015).

Os idosos, ao aprenderem a usar um dos meios digitais, em específico o computador, desenvolveram uma melhor socialização, da mesma forma que ocasionou uma mudança positiva na qualidade de vida e trocas de experiências (CASTRO; CAMARGO, 2017). Em relação ao uso das redes sociais, verificou-se que tais plataformas digitais oferecem benefícios para a população idosa, mas que ainda existe pouca visibilidade e poucos estudos sobre o tema. Contudo, dentre os achados existentes, é evidenciado que as redes sociais têm sido utilizadas como ferramenta de socialização para os idosos, contribuindo para o bem-estar, visto que as redes sociais aproximam os idosos à sociedade, bem como de amigos e familiares

(JANTSCH *et al.*, 2012). Por isso, apesar de subutilizada pela parcela populacional idosa, é necessário que os idosos estejam cientes da existência das tecnologias digitais e saibam a forma correta de utilizá-las (SALES *et al.*, 2014). Além disso, o uso reduzido de mídias digitais tem relação com aspectos relativos à escolaridade, à renda e, conseqüentemente, ao acesso de dispositivos que possibilitem a utilização.

Petersen *et al.* (2013) relataram, em seu estudo, sobre a necessidade do ensino e ações voltadas para a inclusão digital de pessoas idosas, especificamente sobre a necessidade de inclusão para o uso da internet, dado que diversos serviços e informações estão cada vez mais sendo digitalizados. Além disso, reforçam que a idade não deve ser um obstáculo para que essa população tenha a oportunidade de estar inserida nos benefícios que são resultantes do uso dessa ferramenta.

Na contemporaneidade, através da internet, é possível o acesso a músicas, jogos, interação com pessoas distantes, e acesso a conhecimentos antes não alcançados. Dessa forma, considera-se que todas essas atividades promovem aos idosos uma melhora significativa das habilidades cognitivas, da saúde física e emocional. Segundo Kachar (2001) citada por Luzzi (2006), o seu estudo sobre idosos e

a relação de aprendizagem com o computador demonstrou que a relação de aprendizagem das novas tecnologias é bem aceita pelos idosos, ainda que apresentem algumas dificuldades. Verificou-se, ainda, que parte das dificuldades apresentadas pelas pessoas idosas no processo de aprendizagem podem ser superadas através de estratégias didáticas adequada ao público etário.

Luzzi (2006) explana, em sua pesquisa, a desvalorização, os preconceitos e estereótipos construídos socialmente em relação aos idosos, o que torna a busca dessa população por ferramentas tecnológicas uma grande dificuldade, visto que a maioria dos idosos internalizam essa visão social e sentem uma autodesvalorização. Dessa maneira, o estudo citado demonstrou que oficinas pedagógicas voltadas para esse público, com a intenção de incluí-los no mundo digital, traria impactos positivos para a vida dos usuários. Tais aspectos trariam benefícios para a saúde mental das pessoas idosas, como na diminuição expressiva de quadros depressivos decorrentes do isolamento dessa população na sociedade moderna.

As chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) (como computadores, telefones celulares ou tablets) agem como ferramentas poderosas e engajadoras, cujas principais funções benéficas encontram-se nas atividades sociais que fazem parte do cotidiano do idoso, como ir à unidades de saúde, ir ao banco sacar dinheiro e fazer compras, por exemplo (SALES *et al.*, 2014). Tais atividades, na contemporaneidade, são ações que apresentam um nível alto de dependência tecnológica. Por essa razão, esse grupo social não deve se posicionar como sujeitos alheios a sua utilização e sim como sujeitos ativos e participantes do processo de inclusão digital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto através da análise sistemática da literatura, considera-se que os objetivos foram alcançados. Foram destacados e evidenciados os aspectos positivos da inclusão digital da pessoa idosa em diferentes perspectivas da vida, o que aponta a inclusão digital como um direito humano que deve ser garantido na sociedade do Século XXI. Dessa forma, a criação e efetivação de programas de acesso à formação tecnológica voltados para adultos e idosos devem ser estimulados, dado que os meios digitais já se encontram em diversos espaços sociais e respeitando o interesse e condições de entendimento do indivíduo, possibilitando, assim, a inclusão digital, aumentando a autonomia, independência e o bem estar das pessoas idosas.

Nesse viés, torna-se imprescindível e necessário que o uso acessível e a adesão de práticas inclusivas das tecnologias digitais sejam uma realidade latente no cotidiano da população idosa, tendo em mente

a extrema relevância da social, acadêmica e intrapessoal da temática abordada. Ainda assim, dada a pertinência temática, é indubitável a necessidade de torná-la ainda mais reconhecida e enfocada no âmbito de literaturas científicas.

Como limitações, destaca-se que o estudo foi realizado a partir de um corte específico de artigos científicos e 1 tese de doutorado. Em estudos futuros, sugere-se considerar artigos publicados em outros idiomas. Embora sejam poucos os estudos, na realidade brasileira, sobre a inclusão digital de idosos, espera-se que ocorra um aumento dos estudos sobre a temática no contexto da pós-pandemia da Covid-19.

## REFERÊNCIAS

- CASTRO, Amanda; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais da velhice e do envelhecimento na era digital: revisão da literatura. *Psicol. Rev.* (Belo Horizonte) vol.23 no.3 Belo Horizonte set./dez. 2017.
- FRANCO, Juliana Aparecida; SOUZA, Dércia Antunes. Inclusão digital para pessoas de terceira idade: a importância do acesso à informação. *In: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia*, núm. 12, 2015, Resende- RJ. Associação educacional Dom Bosco.
- JANTSCH, Anelise. ET al.. As redes sociais e a qualidade de vida: os idosos na era digital. *IEEE-RITA*, Vol. 7, Núm. 4, p. 173-178, Nov. 2012.
- KACHAR, Vitória. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. *Revista Kairós Gerontologia*, 13(2), INSS 2176-901X, p.131-148. São Paulo, novembro, 2010.
- LUZZI, Lérida Zuccarelli. Efeitos da participação em oficinas de inclusão digital sobre o desempenho intelectual e depressão em idosos ativos residentes na comunidade. 2006. 73 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Geriatria e Gerontologia Biomédica, Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica. PUCRS. Porto Alegre, 2006.
- PETERSEN, Denise Aparecida Wandersse; KALEMPA, Vivian Cremer; PYKOSZ, Leandro Correa. Inclusão digital na terceira idade. *Revista Extensio*, p.120-128. Vol. 1º, núm.15, 1º semestre de 2013.
- SALES, Márcia Barros. ET al.. Inclusão digital de pessoas idosas: relato de experiências de utilização de software educativo. *Revista Kairós Gerontologia*, 17(4), p.63-81. ISSN 1516-2567. ISSNe 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, dezembro, 2014.
- TEXEIRA, Adriano Canabarro. Redes conceituais de partida. *In: Inclusão digital: Novas Perspectivas para a Informática Educativa*. Passo Fundo - RS: Editora Unijuí, 2010. p. 23-40.

# Capítulo 12



10.37423/210403897

## PROJETO DE ATENDIMENTO CLÍNICO EM GERONTOLOGIA E ATENÇÃO AO IDOSO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN

*MARINEIDE CLEMENTE BARBOSA DE ARAUJO*

*UBS - CENTRO DE SAÚDE JOSÉ TEIXEIRA  
DE SOUZA / SERRINHA - RN*

*MARIA APARECIDA VICENTE DE LIMA SOUZA*

*UBS - CENTRO DE SAÚDE JOSÉ TEIXEIRA  
DE SOUZA / SERRINHA - RN*

*MÔNICA TERTO DE MEDEIROS*

*UBS - CENTRO DE SAÚDE JOSÉ TEIXEIRA  
DE SOUZA / SERRINHA - RN*

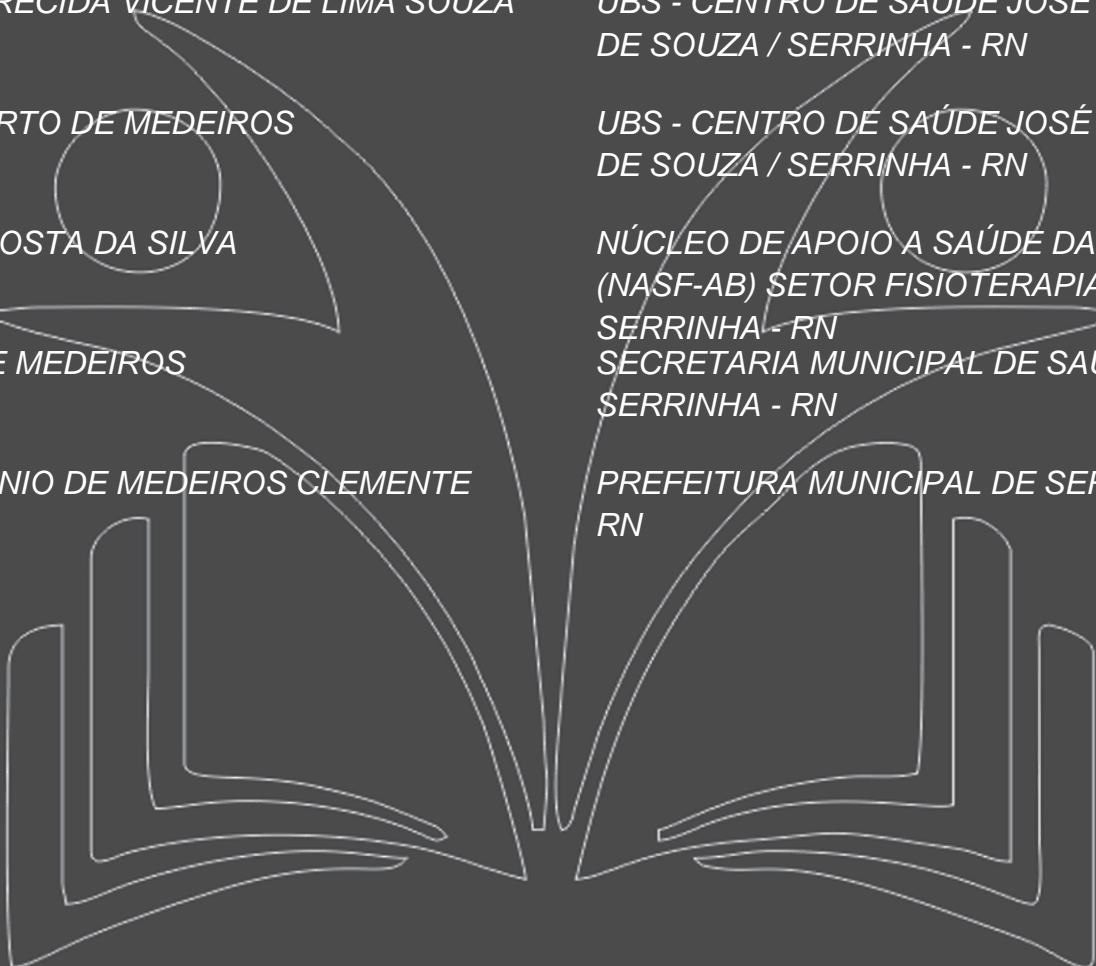
*JOSEANE COSTA DA SILVA*

*NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA  
(NASF-AB) SETOR FISIOTERAPIA /  
SERRINHA - RN  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
SERRINHA - RN*

*JOILSON DE MEDEIROS*

*JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE*

*PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA -  
RN*



## INTRODUÇÃO

O Brasil destaca-se pelo alto índice de crescimento da população acima de 60 anos, sendo os idosos o segmento que mais cresce as projeções para 2050 indicam 19% da população brasileira nesse grupo etário, devido ao principal fenômeno demográfico do século XX, conhecido como envelhecimento populacional, que ocorre em diferentes momentos ao redor do mundo. Essa transição demográfica também acarreta uma transição epidemiológica, com a predominância das doenças crônicas não transmissíveis e a ampliação da população de idosos. Esse crescimento da população idosa está relacionado às melhores condições materiais de sobrevivência, aos avanços das práticas de saúde, dos métodos de diagnóstico e tratamento e ao acesso à informação e meios de comunicação. O envelhecimento, na maioria das vezes, está associado a conviver com uma ou mais doenças crônicas e disfunções adquiridas nos últimos anos de vida, que levam ao declínio da capacidade funcional e da autonomia, devido às perdas significativas das capacidades físicas e a presença de distúrbios patológicos

A Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade na área da saúde coloca como de sua competência a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso. Na área da gerontologia é previsto o incentivo e criação de programas que venha a ofertar ações para atender esse público nas áreas de promoção, prevenção e orientações acerca da saúde e qualidade de vida da pessoa idosa que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade . A noção de qualidade de vida está relacionada com diversos fatores que abrangem as condições e estilo de vida, bem como se relaciona ao campo dos direitos humanos e sociais. Assim, para a melhoria na qualidade de vida nessa fase da vida, é essencial que os direitos sejam garantidos. O conceito “qualidade de vida” tem sido alvo de pesquisa por muitos autores, bem como o uso de instrumentos padronizados para mensurá-lo. Tal conceito tem caráter subjetivo, ou seja, depende da percepção de cada pessoa sobre o seu estado e envolve diversas dimensões da vida. Além disso, o conceito de qualidade de vida está relacionado à autoestima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive. No âmbito da velhice a qualidade de vida está relacionada à

manutenção da autonomia, a qual pode ser percebida no desempenho das atividades diárias, nos idosos que mantêm sua capacidade funcional adequadamente.

## OBJETIVOS

Elaborar propostas de intervenções visando ao desenvolver tecnologias para a promoção do envelhecimento saudável esse projeto vem desenvolver um conjunto integrado de técnicas focadas na área da gerontologia voltados ao cuidado integral na sua totalidade da pessoa idosa, possibilitando o desenvolvimento de um diálogo abordando as emoções e as sensações, tendo em vista que o atendimento é considerando algo inerente ao ser humano e fundamental à vida. O atendimento envolve a relação corpo-mente, o que propicia o autoconhecimento. Movimentar-se sem sobrecarregar as estruturas do corpo é necessário para a manutenção da capacidade funcional do indivíduo. A frequência dos idosos nos grupos é de extrema importância, porque o convívio social leva a que troquem experiências, adquiram novos conhecimentos e mantenham e ampliem seu grupo de amizades, o que poderá lhes transmitir maior segurança e suporte social. Nesse sentido, enfatiza Erbolato (2002).

## METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se de um relato de experiência descritivo que faz parte de um projeto implantado na Secretaria municipal de Saúde do município de Serrinha-RN, no qual têm como um dos objetivos elaborar propostas de intervenções visando a desenvolver tecnologias de ações para a promoção do envelhecimento saudável, promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas e atividades cotidianas. A Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (PNSI) tem como objetivos “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Na área da saúde, coloca como de sua competência a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso, por meio de medidas e programas preventivos e de reabilitação. Para isso são utilizados alguns procedimentos durante o atendimento (medidas antropométricas e medidas da panturrilha) e dos domínios (capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental, estado vacinal). Para alguns desses faz-se necessários os equipamentos, tais como: balança digital, fita métrica, aparelho de aferição de pressão arterial, glicômetro, Eletrocardiógrafo, procedimento de eletrocardiograma- ECG, sendo esse, em seguida encaminhado ao atendimento clínico ambulatorial

para avaliação e /ou conduta medica /ou ao serviço de cardiologia ou demais segmentos da rede que assim forem necessários.

Esses atendimentos têm também como retorno dos usuários os relatos das práticas realizadas em casa, discussões sobre organização da rotina e esclarecimentos de dúvidas, o compartilhamento da experiência vivenciadas após atendimento gerontológico pelos mesmos do serviço prestado.

Utiliza-se o preenchimento da carteira e caderneta do idoso com as respostas obtida dos mesmos. Os participantes desses atendimentos, grande maioria participam do grupo do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde Familiar) denominado “GRUPO DO AMOR” e estão ativos na comunidade, pois desempenham atividades da vida diária, como ir ao mercado, igrejas, bancos, hospitais, casas lotéricas e praticar alguma atividade física como caminhada, alongamento, dança, fisioterapia,, entre outros, e atividades no domicílio.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os atendimentos sempre tem predominância de mulheres. Isso pode ser explicado pelo fato de que mulheres idosas, em comparação com homens idosos, têm maior procura pelos serviços de saúde, devido essa população feminina apresentar uma maior preocupação com a saúde e qualidade e estilo de vida e nas comorbidades associadas. Além disso, se verifica um maior padrão de consumo de cuidados de saúde pelas mulheres. A feminilização da população idosa gera transformações sociais e no perfil da saúde, sendo necessárias ações que respondam às suas necessidades, no sentido de contribuir com sua qualidade de vida e de sua atividade social. Ao mesmo tempo, verifica-se por parte dos homens uma menor procura de serviços de saúde e por ações de autocuidado.

Observando que a manutenção da capacidade funcional está relacionada com a capacidade de ocupar-se com o trabalho e/ou com atividades agradáveis até idades mais avançadas. Isso traduz a ideia de uma vida ativa, o que contribui para a manutenção da funcionalidade. Os atendimentos constituem-se em uma possibilidade de estimular uma vida associativa mais saudável e servem como um veículo para a educação em saúde, já que propiciam um espaço para a socialização do indivíduo, para o cuidado e o compartilhamento de necessidades de mudanças, o que favorece a compreensão sobre as diversas formas de lidar com o processo de envelhecimento.

Destaca-se que a continuidade da assistência de gerontologia e fundamental no âmbito da atenção básica e poderá ter êxito com os cuidados de idosos, esses realizam atividades de autocuidado que estão interligadas com as perdas nas atividades de vida diária dos idosos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual de envelhecimento populacional, e a crescente necessidade de melhorar a qualidade nessa fase da vida, a utilização das práticas de atendimento gerontológico, mostra-se como uma alternativa eficiente, como também apontado neste relato de experiência. A utilização do método de atendimento voltado a prevenção, promoção e orientações sobre a saúde da pessoa idosa demonstra ser benéfica na medida em que os resultados apontaram que os usuários- idosos aplicam o aprendizado no dia a dia. Isso possibilitou a autopercepção das tensões físicas e emocionais, melhora na capacidade de mobilidade, diminuição de dor e desconforto, relaxamento, maiores condições de cuidado de si e melhor compreensão dessa fase da vida. O aprendizado estimulou maior motivação para a continuidade das práticas no dia a dia, potencializando o aprendizado, proporcionando aos idosos a identificarem-se uns com os outros e promovendo a construção do autocuidado. No entanto, se ressalta a importância de futuros investimentos com foco na promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos, em conformidade com as políticas de saúde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V et al. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 58-71.

ERBOLATO, Regina M. P. Leite. Gostando de si mesmo: a auto-estima. In NERI, Anita Liberelasso. Envelhecer num país de jovens. Significados de velho e velhice. Segundo brasileiros e não idosos. Campinas: Unicamp, 2000.

VASCONCELOS, Maria de Fátima. Sexualidade na 3ª Idade. In: SOCIEDADE Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Caminhos do envelhecer. Rio de Janeiro: Revinter, 1994.

SANTOS, Geraldine Alves; VAZ, Cícero Emídio. Grupos de Terceira Idade, interação e participação social. Psicologias e práticas sociais. Porto Alegre: ABRAPSO, 1997.

LIMA - Costa MF, Barreto SM. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. Epidemiol Serv Saúde. 2003 [acesso 3 Jun 2013];12(4):189-201. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v12n4/v12n4a03.pdf>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742003000400003>.

NASRI. F. O envelhecimento populacional no Brasil. Einstein. 2008;6(Supl 1):4-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006 [acesso 10 Mar 2013]. Política Nacional da Pessoa Idosa. Disponível em:

<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-2528.htm>

SEIDL EMF, Zannon CMLC. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Cad Saúde Pública. 2004 [acesso 15 Jun 2013];20(2):580-8. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102--311X2004000200027](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102--311X2004000200027). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2004000200027>

RATEY JJ. O cérebro – um guia para o usuário: como aumentar a saúde, a agilidade e a longevidade de nossos cérebros através das mais recentes descobertas científicas. Rio de Janeiro: Objetiva; 2002.

GALISTEU. KJ, Facundim SD, Ribeiro RCHM, Soler ZASG. Qualidade de vida de idosos de um grupo de convivência com a mensuração da escala de Flanagan. Rev Arq Ciênc Saúde. 2006;13(4):209-14.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM no 2.528, de 19 de outubro de 2006 Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSI. Ministério da Saúde. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso.

GERONTOLOGIA. 2a.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006

# Capítulo 13



10.37423/210403903

## DICAS E CONSELHOS PRÁTICOS PARA A DIVISÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS, 1960/1970

*Camila Parente da Costa*

*Universidade Estadual do Ceará*



**Resumo:** O presente artigo toma como objetivo principal desenvolver um estudo acerca do entendimento dos manuais de comportamento/guias *Biblioteca do Lar*, *Enciclopédia do Lar e da Arte Culinária* e *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar*, sobre a divisão, entre os membros da família, dos afazeres domésticos na esfera doméstica, na sociedade brasileira, 1960/1970. Durante a década de 1960, a mulher era pensada para o reduto do lar, e sua felicidade era associada ao casamento, maternidade e afazeres domésticos. As prendas domésticas eram de fundamental importância para que a mulher fosse considerada uma boa dona de casa. Busca-se problematizar as implicações que essas atividades cotidianas teriam no relacionamento da família, especialmente entre marido e esposa. Seria a mulher a única associada aos afazeres domésticos ou poderia contar com a ajuda do marido e filhos para realizá-los? Será abordada, também, a utilização dos manuais de comportamento/guias como fonte para o campo da pesquisa histórica. Os guias práticos designados essencialmente para o público feminino, contendo temáticas relacionadas ao âmbito doméstico e relacionamento com a família e consigo mesma, apresentam-se como uma fonte para o campo da pesquisa histórica visando analisar o processo de construção da relação entre a mulher e o ambiente da casa, na segunda metade do século XX, no Brasil. A sua leitura pode auxiliar a compreensão de quais eram os comportamentos, os valores, a educação, esperados para o sexo feminino e o sexo masculino, na sociedade brasileira, na referida época.

**Palavras-chave:** Mulher. Afazeres Domésticos. Guias.

## INTRODUÇÃO

As atividades domésticas – que “podem variar de acordo com a posição de classe da mulher” (FARIAS, 1983, p. 78) –, as quais as mulheres estariam encarregadas de cumprir, envolviam o preparo/escolha de alimentos, a limpeza da casa e do vestuário, o cuidado com marido, filhos, idosos e doentes.

Kofes (2001) ressalta que a atribuição da execução dos afazeres domésticos é entendida como feminina. Apesar de ser uma experiência vivenciada por algumas<sup>1</sup> mulheres, as relações que nela se estabelecem apresentam diferentes sentidos, entre eles, a distinção entre dona de casa e dona da casa.

Conforme a mencionada autora, a dona da casa é a mulher que tem com a família, no reduto do lar, relação de mãe, esposa e dona de casa; a qual contrata o serviço de outra mulher – dona de casa – para executar as tarefas domésticas. Ambas são entendidas como donas de casa, responsáveis pelo cumprimento/organização dos afazeres domésticos; todavia, a relação estabelecida entre elas, a despeito do referido “ponto em comum”, marca diferenças entre as mesmas, por conta do lugar que ocupam no doméstico.

“[...] não há apenas diferenças. Há um valor desigual nestas diferenças. Este valor desigual irá se mostrar também nos hábitos, nos arranjos espaciais e nos objetos, na intensa preocupação com a limpeza da empregada, na linguagem, nas concepções e na corporalidade.” (KOFES, 2001, p. 35)

Dessa forma,

“O doméstico (como categoria) é então, estratégico. Pois, além de remeter a um lugar e a seu funcionamento, refere-se tanto às relações familiares quanto às relações de outra ordem que nele se desenrolam.” (KOFES, 2001, p. 86)

Observa-se, concomitantemente, a desvalorização do trabalho doméstico, onde Koffes (2001) questiona: o trabalho doméstico é desvalorizado por ser uma atividade relacionada essencialmente ao sexo feminino? Ou o trabalho doméstico é desvalorizado por ser realizado em âmbito doméstico? Ou, ainda, o trabalho doméstico é desvalorizado por ser doméstico e feminino?

## METODOLOGIA

Chartier (s/d) ressalta que a leitura pode originar significados diversos para quem está lendo determinado livro (por exemplo), em decorrência de fatores como faixa etária, finalidade e expectativas depositadas no texto. Concomitantemente, a forma como o livro chega ao seu leitor

também interfere no seu modo de entender o que ali está escrito. A exemplo dos guias, fontes de pesquisa deste trabalho, é interessante questionar: foram comprados? Foram dados? Qual é o objetivo dessas respectivas ações? Qual é o perfil do(a) leitor(a)? Quem está lendo o guia está interessado no seu conteúdo como um todo ou somente em partes específicas, como as dicas para organizar a casa?

Esses pontos auxiliam o entendimento da importância em não pensar a leitura como portadora de um significado único, uma vez que um mesmo guia, no caso, pode provocar diferentes sentidos, em diferentes indivíduos. Dessa forma, é interessante atentar para as relações que podem ser construídas em torno de um mesmo guia, tais como: leitor e guia, autor e guia, leitor e autor, autor e autor, leitor e leitor.

“Por um lado, a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livro [...] Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correcta, a uma leitura autorizada.” (CHARTIER, s/d, p. 123)

Enquanto o leitor pensa seus próprios significados durante o ato da leitura, simultaneamente, o autor e/ou os envolvidos no processo de criação/construção de um guia buscam enquadrar esse mesmo leitor dentro de contornos que contêm seus objetivos.

“[...] são considerados todos os envolvidos no mundo da escrita: autores, editores, livreiros, impressores, críticos, leitores, espectadores. Todos tomam parte no processo de construção do sentido, entendido tanto numa perspectiva histórica quanto sociológica.” (CHARTIER, 2003, p. 12)

Os guias práticos designados essencialmente para o público feminino, contendo temáticas relacionadas ao âmbito doméstico e relacionamento com a família e consigo mesma, apresentam-se como uma fonte para o campo da pesquisa histórica visando analisar o processo de construção da relação entre a mulher e o ambiente da casa, na segunda metade do século XX, no Brasil. A sua leitura pode auxiliar a compreensão de quais eram os comportamentos, os valores, a educação, esperados para o sexo feminino e o sexo masculino, na sociedade brasileira, na referida época, onde é possível perceber a coexistência de conflitos dentro do mesmo espaço, articuladas a demandas e contextos sociais (LUCA, 2012, p. 465).

Nessa perspectiva, é interessante observar questões como: de que modo está sendo erigido o discurso pretendido pelos guias? A quem ele é destinado? Como é construído o embasamento das propostas? Qual(is) poderá ser a intenção de propagar tais valores? Dessa forma, é interessante observar os

manuais de comportamento/guias, das décadas de 1960/1970: *Biblioteca do Lar*, *Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária*, e *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar*.

Convém, neste momento, fazer uma breve ressalva acerca do formato dos três guias trabalhados. *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar* possui um formato de livro de bolso, com tamanho reduzido e espessura fina. Devido às suas dimensões, é facultado à mulher a escolha do seu transporte, por exemplo, dentro da bolsa, a qualquer lugar e consultá-lo quando o momento for propício; depreende-se, dessa maneira, o anseio do mencionado livro em ser "o companheiro da mulher" em todos os momentos. Já *Biblioteca do Lar* e a *Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária* apresentam um formato de 23,5cm x 16 cm, com capa dura e espessura grossa. Devido às suas dimensões, infere-se, que a sua utilização seria para consulta no próprio lar, uma vez que suas proporções colocam certa dificuldade para a mulher carregá-los dentro da bolsa, por exemplo.

Tanto a *Biblioteca do Lar* quanto a *Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária* e *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar* buscam se apresentar para as suas leitoras como fundamentais para auxiliar a resolver questões – concernentes a vida doméstica e ao relacionamento conjugal e familiar – do dia a dia da mulher. A procura pela aproximação com o público leitor, pretendida pelos guias, pode ser indício do anseio dos manuais em propagar para o sexo feminino modos de se comportar, de agir e de pensar, nos quais a vida da mulher é circunscrita em âmbito doméstico e dedicada aos cuidados com marido, filhos e casa.

A leitura pretendida pelos três manuais de comportamento intenta que a leitora absorva os conhecimentos propostos pelo autor e/ou os envolvidos no processo de construção/criação dos mesmos. Além disso, busca-se ressaltar que a leitura do guia apresenta um ritmo mais rápido e prático, e tem a intenção de instruir.

Analisar os guias contribui, entre outros pontos, para que se possa problematizar as motivações que os levaram a propagar certos conselhos – que se pretendiam corretos a serem seguidos – ao público feminino.

De acordo com Gonçalves (2006,

p. 110), "a utilização dessa fonte [manuais de comportamento] [...] requer que não se tome o discurso como norma, equívoco presente em várias obras que lançaram mão desse tipo de documentação.". É preciso atentar para aspectos como os comportamentos alternativos, visto que, entre a indicação de

comportamentos e o seu efetivo cumprimento, há distintos posicionamentos em relação ao que é proposto.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Bassanezi (1996), durante a década de 1960 a felicidade da mulher ainda era associada à tríade casamento, maternidade e afazeres domésticos. Os papéis dos homens e mulheres eram nítidos e ambos eram avaliados pelo o bom cumprimento dos mesmos: o homem deveria prover o sustento do lar e a mulher deveria realizar as tarefas domésticas, cuidar do marido e dos filhos, emocional e fisicamente.

As prendas domésticas eram de fundamental importância para que a mulher fosse considerada uma boa dona de casa. O bom desempenho das mesmas influenciava a harmonia do lar, e englobava aspectos como a limpeza da casa (que deveria ser feita sem incomodar o marido), o preparo de uma boa comida, a preocupação em proporcionar um ambiente organizado e aconchegante para o homem.

A mulher era pensada para o reduto do lar, uma vez que a participação da mesma no mercado de trabalho, conforme Bassanezi (1996), era entendida como perigosa para o cumprimento eficaz dos deveres relacionados à maternidade, ao casamento e aos afazeres domésticos. Quanto mais a mulher tivesse habilidades domésticas, mais valorizada era pela sociedade da época.

A idealização da mulher pela *Biblioteca do Lar*, *Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária*, e *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar*, convergem para a mesma interpretação. A mulher pretendida por eles apresentava-se pronta para estar ao lado do marido em todas as situações, mesmo que suas opiniões divergissem; zelava por sua boa reputação e aparência; mostrava bom desempenho na execução dos afazeres domésticos. Percebe-se dessa forma que, dentro da família modelo<sup>2</sup>, a mulher ocupava um lugar especial como rainha do lar, o qual reforçava o papel central da família na vida da mulher e, parece claro, sua dependência em relação aos laços conjugais (BASSANEZI, 1996, p. 627).

Conforme Mello (2011), a mulher é a principal associada às responsabilidades da execução dos afazeres domésticos no âmbito do lar. Segundo Bruschini (1990), o trabalho doméstico é entendido como atributo essencial do papel feminino. A possibilidade de fazer parte do mercado de trabalho ou de contratar<sup>3</sup> ajuda de outra mulher para os serviços da casa, não isenta o sexo feminino do cumprimento das atividades diárias, seja “compensando” o período fora de casa aumentando as horas de trabalho com as tarefas domésticas seja administrando o lar, a fim de garantir o bom



funcionamento do mesmo. E, mesmo que a mulher se dedicasse exclusivamente ao cuidado com o lar, ainda assim a jornada de trabalho em âmbito doméstico seria longa.

Em relação aos afazeres domésticos, Bassanezi (1996) aponta que não era freqüente que o marido ajudasse sua esposa na realização dos mesmos – ele ficava a cargo de pequenos consertos e/ou tarefas que exigissem muita força física. Caso a ajuda ocorresse, essa não era entendida como obrigação, mas como uma “gentileza”; citando caso análogo ao que acontecia com a ajuda financeira por parte da mulher: não era entendida como obrigatória, e, na maioria das vezes, não era cogitada.

“De modo geral os maridos acreditam que o trabalho doméstico é mesmo atribuição feminina; por isso, quando dividem com as companheiras esses encargos, fazem-no sempre de maneira circunstancial, a título de ajuda ou cooperação. [...] A ajuda do marido, quando a necessidade impõe, é prestada com atitudes semelhantes em qualquer segmento social e pode se dar, nesse caso, em qualquer tipo de atividade.” (BRUSCHINI, 1990, p. 121)

No entanto, apesar de sugerir a colaboração do marido em qualquer tipo de atividade doméstica, se houvesse necessidade, Bruschini (1990) comenta que, de forma mais freqüente, essa participação é feita em contornos mais seletivos. O homem executaria tarefas dentro do âmbito doméstico que mais lhe apetessem, a exemplo de atividades com os filhos, o preparo de refeições e o pagamento de contas.

Além da questão da necessidade, outro ponto que influencia a participação do marido nas tarefas domésticas, de acordo com Bruschini (1990), é a sua disponibilidade, medida por intermédio, por exemplo, do tempo que ele passa exercendo atividades remuneradas no mercado de trabalho. Entretanto, ter disponibilidade para executar tais afazeres não significa, necessariamente, que o homem realmente se voluntariasse para realizá-los.

Dessa forma, como aponta Mello (2011), observa-se uma relação desigual

“[...] entre o homem e a mulher dentro de casa, onde, mesmo que ambos cheguem do trabalho no mesmo horário, as obrigações domésticas recaem unicamente sobre a mulher. Essas obrigações domésticas incluem, nesse caso, além dos cuidados com a casa em geral, servir o homem que chegou “exausto” do trabalho.” (MELLO, 2011, p. 64)

Nesse sentido, é interessante observar uma passagem da *Biblioteca do Lar*, a qual enfatiza essa questão da não obrigatoriedade da ajuda do homem nas tarefas da casa. No mencionado guia é proposto que a mulher solicite ajuda do marido para a execução das tarefas domésticas:

“É óbvio que [a dona de casa] não deve habituar seu marido a depender em tudo e por tudo da sua abnegação; induza-o, desde o início, a cooperar com você. Os afazeres domésticos, alguns deles pelo menos, não inferiorizam o homem como muitos pensam.” (Biblioteca do Lar, p. 22)

Entretanto, ao mesmo tempo em que apresenta a opção de ser feita a divisão dos afazeres domésticos entre a mulher e o homem, a *Biblioteca do Lar* não isenta o sexo feminino da responsabilidade total e intransferível dos cuidados com a casa:

“Mas as suas atribuições pessoais [da dona de casa] não devem depender do auxílio incessante de seu marido. É obrigação sua, indeclinável, desincumbir-se delas, se não estiver doente ou impossibilitada de executá-las.” (Biblioteca do Lar, p. 23)

A *Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária* também propõe que houvesse divisão dos afazeres domésticos na família (não são especificados quais membros da família deveriam ajudar e nem quais tipos de serviços), especialmente se essa fosse numerosa: “todos ajudam um pouco e ninguém fica sobrecarregada, nem mesmo a dona de casa” (Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária, p. 10).

Todavia, o mencionado guia coloca a responsabilidade total da organização da casa e do cumprimento das tarefas domésticas para a dona de casa:

“O governo da casa compete à mulher e esta é uma das tarefas mais difíceis, mormente quando se trata de famílias numerosas. Em uma casa organizada há ordem e tranquilidade, nunca desordem e raramente se encontram objetos fora de seus lugares primitivos. Quando não encontramos as coisas nos seus devidos lugares, estes denotam desleixo e falta de capricho da dona de casa que muitas vezes também acarretam a desarmonia dos familiares, que sempre estarão se desentendendo.” (Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária, p. 13-14)

Ou seja, a despeito de sugerir (explicitamente ou não) a participação do homem na execução das tarefas domésticas, “poupando” a mulher de alguns serviços do lar; é ressaltado, pelos dois guias citados, que ela não podia contar com a ajuda do marido para cumprir o seu papel de dona de casa. Infere-se, portanto, que cabia ao homem a decisão de auxiliar ou não a esposa no cotidiano doméstico. Caso o auxílio acontecesse, existiam tarefas específicas para o homem (os guias não especificam quais); caso não, a mulher tinha que se conformar e realizar todos os afazeres sozinha, sem reclamar ou insistir em receber ajuda.

*Dicas e Conselhos Práticos para o Lar*, por sua vez, adota uma postura um pouco diferente da *Biblioteca do Lar* e da *Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária*. Ao invés de sugerir que o marido ajudasse nos afazeres domésticos, no capítulo intitulado “Participação da Família” (primeiro volume), cujo enredo é sobre a divisão dos afazeres domésticos, coloca que as crianças é que deveriam assumir essa função: “Não é possível (nem de muita boa política) transformar os maridos, mas está nas nossas mãos orientar melhor as crianças.” (DICAS E CONSELHOS PRÁTICOS PARA O

LAR, primeiro volume, p. 63).

Bruschini (1990) aponta que a presença de crianças no ambiente da casa pode ter significados diferentes para a dona de casa. Ao mesmo tempo em que pode representar trabalho doméstico extra para as mulheres, por terem que dedicar atenção aos filhos em cuidados físicos e afetivos; e influenciar seu ingresso ou não no mercado de trabalho; também pode denotar certa maleabilidade para a dona de casa executar outras tarefas que não fossem, necessariamente, relacionadas ao âmbito doméstico:

“[...] a presença de crianças de certa idade na família pode significar [...] a possibilidade da mulher ir buscar fora do lar melhores oportunidades de trabalho, deixando a uma filha mais velha, por exemplo, a responsabilidade pela casa e até mesmo pelos irmãos menores.” (BRUSCHINI, 1990, p. 82)

No entanto, a leitura dos três volumes de *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar* não demonstra que a intenção da dona de casa em ter ajuda dos filhos nos afazeres domésticos fosse para que ela pudesse procurar oportunidades de uma ocupação remunerada no mercado de trabalho, uma vez que a participação da mulher no ambiente citado não é cogitada pela coleção – apesar de, em algumas passagens, os três volumes apresentarem exemplos de mulheres norte-americanas que tanto trabalham fora do lar quanto executam as tarefas domésticas. Depreende-se, assim, que a despeito de mostrar o exemplo norte-americano, as mulheres brasileiras não eram incitadas a fazer o mesmo.

O mencionado guia ressalta que apesar das mulheres desejarem ajuda dos maridos nas tarefas diárias, eles “têm uma longa e arraigada “falta de prática”, herdada do Homem das Cavernas” (Dicas e Conselhos Práticos para o Lar, primeiro volume, p. 9), para a execução das mesmas. No entanto, o sexo masculino é convidado a participar da elaboração de receitas gastronômicas. Segundo *Dicas e Conselhos Práticos para o Lar*, o espaço da cozinha é associado à mulher, entretanto, o homem deve ser estimulado a participar e “experimentar à vontade” (Dicas e Conselhos Práticos para o Lar, primeiro volume, p. 9) a arte culinária. A despeito de ser a mulher quem despense mais tempo na cozinha, é o homem quem recebe os maiores e melhores títulos, e os elogios pelo seu bom desempenho na preparação de receitas gastronômicas. Infere-se, dessa forma, que o trabalho na cozinha para a mulher é obrigatório, e para o homem é algo esporádico e digno das mais altas honras.

## CONCLUSÃO

Durante a segunda metade do século XX, observa-se no Brasil a luta das mulheres pela conquista de direitos não só sociais e políticos – sendo vista também em fins do século XIX –, mas também por direitos concernentes à sexualidade, ao corpo, à violência contra a mulher, questões do trabalho. “Como exemplos [de luta] podemos citar: o direito de “ter filhos quando quiser, se quiser” –, a luta

contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas [...]” (PEDRO, 2005, p. 80). Questionava-se a condição de universal que o masculino havia adquirido.

“[...] a grande questão que todas [as participantes dos movimentos feministas] queriam responder [...] era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diversos graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam.” (PEDRO, 2005, p. 83)

Mello (2011) destaca que, apesar de ser uma responsabilidade entendida como feminina, em seus estudos, não encontrou informações, antes da década de 1970, acerca da problematização do trabalho doméstico pelos movimentos feministas. Após o mencionado período, os fatores que auxiliaram a erigir questionamentos sobre o tema são relativos, entre outros, ao aspecto de clausura com que o trabalho doméstico passou a ser simbolizado, as próprias reviravoltas culturais da época (MELLO, 2001, p. 60)

Nesse sentido, vale salientar a observação de MELLO (2011) sobre a valorização do trabalho doméstico:

“[...] dar visibilidade ao trabalho doméstico não [é] simplesmente porque é um trabalho ruim e o é para as mulheres que o fazem, mas porque é um trabalho importante e necessário para a sociedade, e que precisa ganhar mais atenção e ser reconhecido como trabalho.” (MELLO, 2011, p. 70)

Conforme Mello (2011), a questão da invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres é um dos pontos principais para se pensar as condições de trabalho das donas de casa. O fato de não se admitir tarefas como varrer e limpar a casa, cozinhar, cuidar dos filhos, fazer reparo em roupas, na qualidade de trabalho doméstico auxilia “a desvalorização dessas mulheres [dona de casa] e [o surgimento] de ideias como a que acredita que a dona de casa não faz nada.” (MELLO, 2011, p. 73). Bruschini (1990, p. 138) complementa: “[algumas donas de casa enfatizam que as tarefas domésticas aparecem como] um serviço sem finalidade ou compensação alguma, que só aparece quando não foi feito ou foi mal feito.”.

Dai a importância, apontada por Mello (2011, p. 73) – citando Danda Prado –, em explicar “que existe de fato uma aprendizagem dos afazeres domésticos, e que a realização das tarefas domésticas exige conhecimentos específicos.”.

## FONTES

Biblioteca do Lar. Orientação Indispensável à Família.

Íside M. Bonini.

Supervisão de Dr. Charles J. Fairbanks. São Paulo: Gráfica e Editora "EDIGRAF" S.A.

Dicas e Conselhos Práticos para o Lar. Volume 1. Rio de Janeiro: Renovada Livros Culturais Ltda.

Dicas e Conselhos Práticos para o Lar. Volume 2.

Rio de Janeiro: Renovada Livros Culturais Ltda. Dicas e Conselhos Práticos para o Lar. Volume 3.

Rio de Janeiro: Renovada Livros Culturais Ltda. Enciclopédia Ilustrada do Lar e da Arte Culinária.

Volume 1. – A Mulher e as Suas Funções no Lar. 7ª edição. São Paulo: Edições Fortaleza Crédito Brasileiro de Livros S/A, 1974.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANEZI, Carla Beozzo. Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CHARTIER, Roger. A história Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d.

\_\_\_\_\_. Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução: Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

GONÇALVES, Andréa Lisly. História & gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FARIAS, Zaira Ary. Domesticidade: 'cativeiro' feminino?. Rio de Janeiro: Achiame, 1983.

KOFES, Sueli. Mulher, mulheres – identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: BASSANEZI, Carla (org.); PEDRO, Joana Maria. Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

MELLO, Soraia Carolina de. Uma profissão invisível: Dona de Casa (1970-1989). Perseu: História, Memória e Política, v. 7, p. 59-83, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Available from

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script>

=sci\_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso>.acceson 19 Jan.2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.

# Capítulo 14



10.37423/210403921

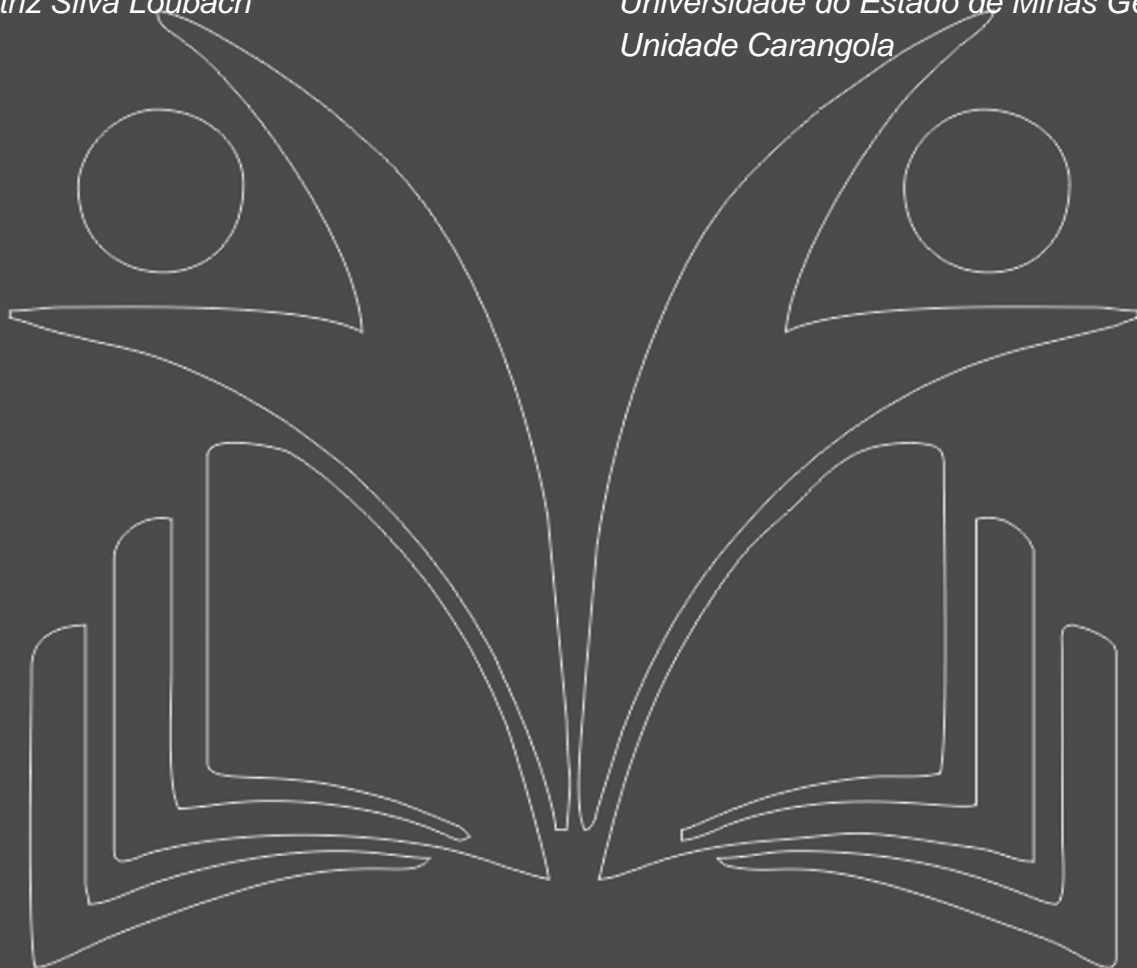
## TURISMO ENQUANTO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO CONTRIBUIDOR PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA FORMAÇÃO DOS EDUCANDOS

*Pollylian Assis Madeira*

*Universidade do Estado de Minas Gerais -  
Unidade Carangola*

*Milena Beatriz Silva Loubach*

*Universidade do Estado de Minas Gerais -  
Unidade Carangola*



**Resumo:** O presente estudo tem como tema Turismo Pedagógico, justificando-se este estudo após observar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na Organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no que tange aos temas transversais, em que permite que o turismo ou uma concepção deste, compreendida como Turismo Pedagógico, seja utilizado nas escolas como instrumento pedagógico contribuidor para a formação do educando. O objetivo deste trabalho é apresentar o Turismo enquanto instrumento pedagógico contribuidor para a educação patrimonial na formação dos educandos. Especificamente, pretende mostrar a importância do Turismo Pedagógico como segmento inovador, auxiliando no processo didático das atividades extraescolares; apresentando os projetos de extensão do Curso de Turismo da Universidade do Estado de Minas Gerais realizados com alunos do ensino fundamental de um município específico (Carangola-MG), comprovando a eficácia deste segmento turístico enquanto contribuidor de conhecimentos; abordando a importância da educação patrimonial como contribuidora para a preservação e valorização cultural. Utilizou-se como procedimentos metodológicos pesquisas bibliográficas, assim como apresentação dos resultados (análise dos dados de pesquisa de campo utilizando questionários como instrumento para coleta de informações) de dois projetos de extensão, realizados anos de 2015 e 2016, que objetivaram incentivar a preservação e a conservação dos patrimônios históricos locais. Concluiu-se que o turismo enquanto instrumento pedagógico pode contribuir para a educação patrimonial na formação dos educandos colaborando de modo efetivo com as práticas pedagógicas tradicionais do âmbito escolar, pois observou-se que este modelo didático resulta em benefícios gerando novos conhecimentos, interação social, conscientização, preservação e valorização da cultura através da educação patrimonial.

**Palavras-chave:** Turismo Pedagógico. Educação Patrimonial. Valorização Cultural.

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é definido por Óscar De La Torre (1992, p.19 apud BARRETTO 2001, p. 13) como um fenômeno social que representa o deslocamento temporário e voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas que, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, originando inter-relações de importância social, cultural econômica.

Dentre os vários segmentos que a atividade turística oferece, uma delas se classifica como Turismo Pedagógico. O Turismo Pedagógico pode ser entendido como um momento em que o aluno está aprendendo a teoria ensinada na sala de aula de forma prática, assim, pode se afirmar que “[...] o trabalho de campo é o momento de busca de conhecimentos mediados, de onde se extraem as informações para questionamentos teóricos e construção de conceitos” (ALVES, 2012, p. 38).

No instante em que o indivíduo se apresenta para a realidade, fora da escola, ele fica em contato direto com outras culturas e com o meio ambiente, e a sua experiência neste momento pode ser direcionada pelo Turismo Pedagógico, contribuindo com o aprendizado do educando in loco. O turismólogo pode ser o profissional colaborador e facilitador para o desenvolvimento desta atividade extraclasse, tendo a chance de alocar o que os alunos aprenderam na sala de aula com o que eles aprendem na realidade em sociedade, devido sua formação multidisciplinar e prática nas ações com os deslocamentos.

O presente trabalho tem como tema Turismo Pedagógico, buscando responder ao questionamento: “Como o Turismo, enquanto instrumento pedagógico, pode contribuir para a educação patrimonial na formação dos educandos?”.

Verificando a Organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.38), as propostas apontam para grandes diretrizes na perspectiva democrática e participativa, e que o ensino fundamental deve se comprometer com a educação necessária para a formação de cidadãos atuantes, críticos e autônomos. Porém, a maioria delas apresenta divergências entre os objetivos anunciados e o que é proposto para alcançá-los, entre os pressupostos dos conteúdos, a teoria e a definição dos aspectos metodológicos. Sempre destacando que, a qualidade da atuação da escola depende da vontade de todos os educandos com a participação conjunta dos profissionais para a construção dos aspectos da prática didática e sua execução, mas depende do ambiente local e da formação dos professores.



Justifica-se este estudo após observar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na Organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no que tange aos temas transversais, em que permite que o turismo ou uma concepção deste, compreendida como Turismo Pedagógico, seja utilizado nas escolas como instrumento pedagógico contribuidor para a formação do educando, fazendo com que ele tenha uma nova leitura do mundo, das paisagens, dos lugares, compreendendo a importância da valorização, conservação e preservação do meio ambiente e da cultura na realidade, na sociedade a qual pertence.

A proposta do estudo é apresentar o Turismo enquanto instrumento pedagógico contribuidor para a educação patrimonial na formação dos educandos. Especificamente, mostrar a importância do Turismo Pedagógico como segmento inovador, auxiliando no processo didático das atividades extraescolares; apresentar os projetos de extensão do Curso de Turismo da Universidade do Estado de Minas Gerais realizados com alunos do ensino fundamental do município de Carangola-MG, comprovando a eficácia deste segmento turístico enquanto contribuidor de conhecimentos; abordar a importância da educação patrimonial como contribuidor para a preservação e valorização cultural.

Utilizou-se como procedimentos metodológicos inicialmente pesquisas bibliográficas fundamentando-se em autores que conceituam o tema abordado como Kerley dos Santos Alves (2012), Mailane Bonfim (2010), Helen Rodrigues Cardoso (2015) e Maria de Lourdes Soares Gattiboni (2015). Para confirmar a proposta do estudo fez-se necessário também expor, através de apresentação dos resultados (análise dos dados de pesquisa de campo utilizando questionários como instrumento para coleta de informações) de dois projetos de extensão realizados pela mesma autora deste trabalho. Os projetos intitulados “A importância da Conservação e Preservação dos Patrimônios Históricos como forma de conscientização e valorização da identidade do indivíduo e do desenvolvimento da atividade turística” (2015) e “Valorização da identidade cultural do indivíduo através do turismo patrimonial” (2016) objetivaram incentivar a preservação e a conservação dos patrimônios históricos locais.

Carangola, município o qual foram realizados os projetos de extensão, conta com 32.296 habitantes (2010)<sup>1</sup> e localiza-se ao leste na região da Zona da Mata Mineira, integrante do Circuito Turístico Pico da Bandeira. A localidade possui um vasto acervo histórico em seu Museu e Arquivo Histórico Geográfico Carangolense (atualmente encontra-se fechado) e muitos patrimônios histórico-culturais que também são atrativos turísticos.

O Turismo enquanto instrumento metodológico poderia ser realizado nas escolas no momento das atividades extraescolares como contribuidor para a formação do educando, e o Turismólogo sendo o

profissional parceiro, colaborador e facilitador para o desenvolvimento destas ações, estaria sendo o executor destas atividades, pois sua formação multidisciplinar o permite desenvolver esta prática de ensino de modo inclusivo, tendo a chance de alocar o que os alunos aprenderam na sala de aula com o que eles aprendem na realidade em sociedade, devida sua formação multidisciplinar e prática nas ações com os deslocamentos.

## 2 TURISMO: TURISMO PEDAGÓGICO, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E VALORIZAÇÃO CULTURAL

O turismo representando o deslocamento temporário e voluntário de indivíduos ou grupos de pessoas por diversos motivos, não exercendo nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, oferece em seus segmentos inter-relações de importância social, cultural e econômica. No instante que o indivíduo se encontra em contato direto com outras culturas e com o meio ambiente, e a sua experiência neste momento pode ser direcionada pelo Turismo Pedagógico, contribuindo com o aprendizado do educando in loco.

### 2.1 TURISMO PEDAGÓGICO

O turismo, conforme Jafari (1981, p.15), é entendido como o “estudo de deslocamento humano para fora de seu hábitat usual, da indústria que responde por suas necessidades e dos impactos que ambos, ser humano e indústria, exercem nos ambientes sociocultural, econômico e físico”. Partindo dessa definição, e pensando na concepção da transversalidade como modo para a inclusão de saberes extraescolares atinge-se a via em que potencializa a participação de outros profissionais que podem contribuir para a realização das atividades do educando fora da escola, o turismólogo. Barretto (1992, p.36), ao relacionar a prática turística à prática didática educativa, relata que:

Turismo e a Educação têm estado vinculados por longo tempo. A história do turismo moderno começa no século XVI e sua motivação principal não está associada ao puro lazer, conforme sugerem não só os escritos da época, mas uma análise da sociedade daquele tempo. A partir do final do século XVI detecta-se um aumento nas viagens particulares, inicialmente com finalidade educativa (BARRETTO, 1992, p.36).

O passeio educacional é uma prática de turismo relativamente nova no Brasil, e Fonseca Filho (2010, p.15) conta que esta iniciou-se no início da década de 1990 na escola básica. A ideologia da criação da mesma era ensinar turismo nas escolas, para despertar o envolvimento dos estudantes com a atividade turística.

Rodrigues e Velasquez (2017, p.82) informam sobre a necessidade do educador apresentar novas formas de ensino, aplicando métodos inovadores para garantir um aprendizado eficaz e diferenciado:

“As boas práticas pedagógicas necessitam, com urgência, ser inseridas no cotidiano escolar propiciando um bom desempenho, tanto ao profissional educador, quanto ao seu alunado”. Aqui então, sugere-se o Turismo enquanto instrumento pedagógico contribuidor para a educação patrimonial na formação dos educandos.

O Turismo Pedagógico é conceituado por Bonfim (2010, p.122) como “[...] uma educação diferenciada, voltada principalmente aos interesses de um mundo melhor, da busca pela qualidade de vida e da conservação de bens e recursos naturais, culturais e ambientais”. Este segmento do turismo contribui diretamente para a interação social dos educandos, e o autor Dias (2005, p. 117) cita que “quando as pessoas fazem turismo, aumentam seu grau de sociabilidade [...], pois estas, quando viajam, se encontram numa condição psicológica altamente favorável a novos contatos sociais”.

A prática do Turismo Pedagógico permite a realização do aprendizado de forma prazerosa, e assim, mais compreensível para o entendimento do aluno. Rodrigues e Alves (2014, p.142) compreendem que este tipo de turismo “materializa a educação não-formal, uma vez que em locais cotidianos, ou não, favorece construir e apreender conhecimento e informação, contribuindo para a construção do conhecimento de maneira participativa, lúdica e divertida”. Milan (2007, p.13) apresenta o Turismo Pedagógico como um segmento contribuidor, facilitador do processo de aprendizado do ensino nas escolas:

A proposta de aula presente no turismo pedagógico, concebida a partir dos conteúdos curriculares e sua tradução em objetivos de aprendizagem, apresenta-se supostamente como atividade facilitadora no processo do aprendizado, pois visa a romper com a monotonia dos modelos e práticas pedagógicas atuais, bem como ser um agente integrador do indivíduo com a realidade original dos fatos (MILAN, 2007, p.13).

A conscientização social também é evidenciada no contexto do Turismo Pedagógico, pois é capaz de proporcionar aprendizagem a partir dos costumes da comunidade, além de causar o entendimento e a contemplação do passado e da história, aliando este conhecimento a didática, conforme afirmam Silveira, Martins e Vieira (2008, p.5). Atinge não apenas ao residente local sobre a conscientização do turismo em si ou como a população deve recepcionar os turistas, mas apresenta também para a população a importância dos ambientes locais, que são extremamente relevantes para uma qualidade de vida mais satisfatória (BONFIM, 2010, p.127). A prática do Turismo Pedagógico não é realizada com frequência nas escolas de ensino público, sendo mais oportunizado para os alunos de escolas privadas, como afirma Afonso (2016, p.11):

[...] o início do turismo pedagógico está relacionado à vivência no mundo – diferente dos seus limites conhecidos, como os da sala de aula, porém restrito a uma elite capaz de financiar tais eventos. Em outras palavras, a educação pelo turismo nasce para poucos. Atualmente, as agências de turismo pedagógico realizam esta tarefa para as escolas particulares (AFONSO, 2016, p. 11).

Observa-se então a necessidade de ampliar esta prática educativa para melhor conhecimento dos alunos, inserindo nos currículos uma proposta pedagógica que faça com que o educando se torne um sujeito participativo no meio em que vive. Cardoso (2015, p.86) afirma que a escola, o ensino e os professores precisam passar por transformações e reconhecer que alguns procedimentos metodológicos do passado já não são suficientes para uma aprendizagem realmente significativa.

Afonso (2016, p.14) descreve o Turismo Pedagógico como a prática exterior ao ambiente escolar em que se descobre um novo universo e se aplica no ambiente interno da escola, exigindo do educador um planejamento que faça junção dos conceitos e a ação das experiências, de modo a resultar em uma compreensão em comum, fazendo com que o conhecimento do estudante se concretiza. Este processo da educação é apresentado por Barretto (1992, p.37) como a transmissão dos conhecimentos acumulados de uma determinada cultura, em que o mestre ensina e o educando apreende o mundo que o circunda e a história que contextualizou os seus antepassados.

Abordaremos no próximo tópico a educação com foco no ensino do patrimônio, momento em que o indivíduo aprende a valorizar a sua história através do fortalecimento da identidade cultural, interligando a cidadania e resultando no envolvimento social.

## 2.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O ensino do patrimônio estando ligado aos movimentos educacionais, como afirmam Perinotto, Sousa e Borges (2016, p.52), buscam conhecer a cultura patrimonial em toda sua amplitude territorial, incentivando a preservação para que as próximas gerações conheçam os acontecimentos passados. E o Turismo Pedagógico pode contribuir para um conhecimento expressivo em relação a Educação Patrimonial pois, de acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6):

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p.6.).

Os mesmos autores (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p.4) evidenciam ainda que a Educação Patrimonial como forma de agregação na educação formal “[...] é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão

do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4). Consequentemente este processo leva ao reforço da autoestimados indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira.

No momento em que o indivíduo aprende a valorizar a sua cultura, ele também observa que esta faz parte da história de um povo, resultando no envolvimento social e na construção da cidadania. Para Castro (2006, p.2), a Educação Patrimonial é uma ferramenta importante na construção da cidadania, pois o educando desempenha um papel ativo no processo de construção do conhecimento quando realiza esta prática pedagógica. Gomes, Mota e Perinotto (2012, p.91) afirmam que:

[...] a Educação Patrimonial contribui para a formação de um adulto participativo e mais consciente do seu momento histórico. A necessidade do desenvolvimento da educação patrimonial na escola liga-se à formação de cidadania com qualidade, preocupada com o fortalecimento da identidade cultural e desenvolvida de forma criativa, sendo positiva sua inserção entre as atividades extracurriculares (GOMES; MOTA; PERINOTTO, 2012, p.91).

Reforçando a ideia de trabalhar o turismo enquanto instrumento pedagógico, pode-se citar os autores Alves, Amorim e Guilherme (2012, p.524) quando afirmam que “o turismo é uma área que consegue absorver diversas outras, fornecendo-lhes novas configurações. O ramo educacional não é diferente, pois contribui para que o ensino se dê de forma mais atraente para os alunos que diariamente anseiam por novidades”.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Buscando comprovar a eficácia do turismo enquanto instrumento pedagógico contribuidor para a educação patrimonial na formação dos educandos fez-se necessário apresentar algumas pesquisas já realizadas que relacione o tema proposto. Deste modo, utilizou-se como procedimentos metodológicos inicialmente pesquisas bibliográficas fundamentando-se em autores que conceituam o tema abordado, como os já mencionados durante a revisão bibliográfica; e para confirmar a proposta do estudo expõe-se também os resultados de dois projetos de extensão realizados pela mesma autora deste trabalho. Os projetos intitulados “A importância da Conservação e Preservação dos Patrimônios Históricos como forma de conscientização e valorização da identidade do indivíduo e do desenvolvimento da atividade turística” (2015) e “Valorização da identidade cultural do indivíduo através do turismo patrimonial” (2016) objetivaram incentivar a preservação e a conservação dos patrimônios históricos locais. Como instrumento utilizado para coletar as informações aplicou-se questionários que após analisados contribuíram para a confirmação da proposta deste trabalho. Abaixo serão apresentados quais objetivos, como foram desenvolvidos e quais resultados.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

### 4.1 A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS COMO FORMA DE CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO E DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Este Projeto de Extensão realizado em 2015 visou à conscientização e preservação dos patrimônios históricos de Carangola – MG, através da educação patrimonial no município. Carangola possui muitos patrimônios históricos e atrativos turísticos, como exemplo o Morro do Cruzeiro, o Pontilhão de Ferro, o Jango ou Caxambu do Sudeste, Coreto de Alvorada, Estação Ferroviária, Estação Rodoviária, Fórum de Justiça, Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, Imagem de São Geraldo, Igreja Matriz de Santa Luzia, Estádio Roseny Soares, Sítio Arqueológico Fazenda Córrego do Maranhão, Sociedade 21 de Abril e Boi Pintadinho (como patrimônios históricos imateriais), a Escola Estadual Melo Viana, prédio UEMG – Unidade Carangola (antiga FAFLE – Faculdades Vale do Carangola), Museu Municipal de Carangola, entre outros diversos que enriquecem a cultura e a história dos carangolenses.

O projeto atuou nas escolas do município ministrando palestras para os alunos de 6º e 7º anos, objetivando conscientizar a comunidade quanto à importância da preservação dos Patrimônios Históricos. Objetivou também a valorizar da identidade cultural da comunidade, buscando o desenvolvimento da atividade turística, despertando os setores público e privados para o incentivo da preservação do patrimônio histórico do município, envolvendo o corpo discente da Universidade junto à comunidade local através de parcerias com as escolas, divulgando o Curso de Turismo e UEMG – Unidade Carangola, e desenvolvendo atividades práticas com os alunos junto ao Laboratório Experimental do Curso de Turismo.

Após a palestra ministrada nas escolas, foi realizado também um *City Tour* pela cidade com a parceria da Secretaria Municipal de Educação que emprestou o ônibus para o deslocamento dos alunos para conhecerem alguns patrimônios em caráter físico. Neste momento os alunos lembraram os pontos mais relevantes de sua história, com uma breve parada no Museu Municipal de Carangola, para uma visita guiada contando toda a história de cada pertence encontrado ali. Todo o processo foi realizado por duas alunas estagiárias, sendo uma delas bolsista, sob a coordenação de uma professora orientadora.

O projeto foi bem recebido pelas escolas estaduais, municipais e particulares (Escola Estadual João Belo de Oliveira, Escola Estadual Emília Esteves Marques, Escola Servita Regina Pacis, Escola Officina

do Saber, Colégio Equipe de Carangola e Escola Municipal Santa Luzia) sendo aplicado ao final dos trabalhos uma pesquisa de satisfação para os professores dessas escolas que acompanharam as atividades com os alunos das respectivas escolas. Observando as atividades desenvolvidas com sucesso, os diretores de algumas escolas solicitavam a aplicação em outras turmas (8º e 9º anos), além das de 6º e 7º anos. A pesquisa de satisfação aplicada ao final do desenvolvimento do projeto apresentou o seguinte dado:

- A maioria dos professores que acompanharam as atividades aplicadas aos alunos trabalham em escolas particulares e estaduais, sendo apenas um professor que trabalha em escola municipal; todos lecionando para alunos de ensino fundamental II, dois para o ensino médio, e um entrevistado ministrando aulas em educação superior; e todos os professores entrevistados possuem ensino superior completo, estando alguns com especialização e outros com mestrado.
- Todos os entrevistados marcaram como ótimo o nível de satisfação e esclarecimento sobre o assunto ministrado durante a palestra realizada para os alunos, assim como também o nível de aproveitamento destes durante a palestra Conscientização e Preservação dos Patrimônios Históricos da cidade de Carangola-MG e o *City Tour*.
- O nível de conhecimento das palestrantes sobre o assunto nas atividades propostas foi avaliado como ótimo, fator que contribuiu para a satisfação e aproveitamento para a Escola após a aplicação do projeto que também foi avaliado como ótimo. Uma das escolas informou que continuaria com os trabalhos após o projeto realizado, desenvolvendo atividades junto aos alunos.
- Todos os entrevistados conheciam os Patrimônios Históricos existentes na cidade de Carangola-MG e todos já visitaram o Museu Municipal local, inclusive um deles já foi diretor do museu.
- O que mais os chamaram atenção a respeito do projeto: mostra a importância dos patrimônios históricos e culturais da cidade de Carangola e a necessidade da divulgação e conhecimento da população; a parceria e a colaboração das alunas do Curso de Turismo; o passeio de ônibus para o conhecimento dos Patrimônios Históricos divulgando-os para um público que os desconhecem; o resgate cultural e histórico da cidade; além do título bem elaborado, o projeto apresentado possibilitou maior esclarecimento e entendimento sobre o assunto tanto para os alunos quanto para os professores.

- O que mais chamou atenção dos alunos no projeto foram às curiosidades e esclarecimento de cada peculiaridade dos Patrimônios, objetos locais, o conhecimento sobre o tema abordado, slides informativos, a importância da preservação deles e o *City Tour*.

- Todos os entrevistados elogiaram o projeto, desenvolvido de forma abrangente e com grande aproveitamento sobre a importância da conservação e preservação dos Patrimônios Históricos da cidade. Levantaram questões sobre Patrimônio Material e Imaterial, suas características, peculiaridades e importância da preservação e conservação dos mesmos, direcionando o aluno ao conhecimento de determinada manifestação local e referência arquitetônica da cidade, fazendo conhecer melhor as riquezas locais, prendendo a atenção dos mesmos que interagiram fazendo perguntas, comentando sobre os Patrimônios Históricos, percebendo como é importante o conhecimento dos patrimônios para o turismo e para a comunidade, no sentido de conservação, preservação e valorização, dentre outros. Um detalhe muito importante foi a realização do *City Tour* pela cidade que retirou os alunos das salas de aula para observarem de perto os Patrimônios Históricos muitas vezes despercebidos e desconhecidos.

O projeto atingiu aos objetivos propostos e principalmente a conscientização da comunidade quanto a importância da preservação dos Patrimônios Históricos do município de Carangola – MG através dos seus filhos, alunos das escolas do município. Contribuiu para a preservação dos patrimônios históricos de forma a valorizar a identidade cultural da comunidade através das redações escritas pelos alunos como resultado das atividades apresentadas; desenvolveu a atividade turística local através do *City Tour*; despertou os setores público e privados para o incentivo da preservação do patrimônio histórico do município através do empréstimo do transporte para o deslocamento dos alunos em uma das atividades; a visualização dos patrimônios históricos pelos participantes; envolvendo o corpo discente da Universidade junto à comunidade local através de parcerias com as escolas do município. Além destes, divulgou o Curso de Turismo e UEMG/Carangola, desenvolvendo atividades práticas através do Laboratório Experimental do Curso.

#### VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DO TURISMO PATRIMONIAL

Este projeto de extensão foi realizado em 2016, objetivando valorizar a identidade cultural do indivíduo através do turismo patrimonial no município de Carangola-MG. Especificamente, pretendeu-se conscientizar a comunidade local quanto a importância da preservação dos Patrimônios Históricos do município; valorizar os patrimônios históricos do município buscando o desenvolvimento da



atividade turística local; despertar os setores público e privados para o incentivo da preservação dos patrimônios históricos do município; realizar pequeno *City Tour* com os alunos dos 6º anos das escolas públicas, municipais e particulares, para visualização dos patrimônios históricos; aplicar Oficinas para fixação da compreensão das atividades realizadas; envolver o corpo discente da Universidade junto à comunidade local através de parcerias com as escolas; divulgar o Curso de Turismo e UEMG/Carangola; e, desenvolver atividades práticas com os alunos do Curso de Turismo envolvendo este projeto com o Laboratório Experimental do Curso de Turismo.

A relevância do trabalho apresenta-se devido o município envolvido (Carangola-MG) possuir muitos patrimônios históricos e atrativos turísticos, como exemplo o Museu Municipal de Carangola. Após duas visitas técnicas realizadas pelos alunos do Curso de Turismo ao Museu, verificou-se que este encontrava-se sem estruturação e não tem um número considerável de visitação por parte da própria comunidade, não sendo valorizado pelos próprios moradores que fazem parte da história da cidade que se encontra ali registrada. Observou-se então a necessidade de um trabalho de conscientização da comunidade local para a valorização e preservação dos patrimônios históricos do município.

O projeto atuou nas escolas do município, desenvolvendo uma pequena palestra mostrando a importância da Preservação e Conservação dos Patrimônios Históricos como forma de valorização da identidade cultural do indivíduo através do turismo patrimonial, que foi ministrada pelos alunos estagiários do Curso de Turismo, realizando um pequeno *City Tour* visitando alguns pontos turísticos de Carangola e aplicando também Oficinas para fixação das atividades realizadas. Este projeto resultou em um excelente impacto positivo para a formação acadêmica do estudante, pois ele colocou em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, envolvendo-se diretamente com a comunidade local e participando do seu desenvolvimento cultural.

Inicialmente foi realizada uma capacitação com os alunos estagiários do projeto, informando sobre os patrimônios históricos do município de Carangola e a importância da preservação e conscientização destes para a valorização da identidade cultural dos Carangolenses. Esta capacitação foi ministrada pela orientadora do projeto e por uma aluna estagiária do Laboratório Experimental do Curso de Turismo, desenvolvendo uma atividade interdisciplinar de forma a envolver o projeto proposto com outras atividades oferecidas pelo Curso de Turismo. Depois, os próprios alunos estagiários realizaram um roteiro com pequeno trajeto para visitação de alguns dos patrimônios históricos que seriam visitados no *City Tour*. Os alunos estagiários, coordenados pela professora orientadora do projeto, realizaram um levantamento das escolas do município que atendem aos alunos dos 6º anos, e

entraram em contato com estas oferecendo o serviço. As escolas interessadas agendaram o dia disponível para que os participantes do projeto fossem até a referida escola, inicialmente apresentando uma palestra de preservação e conscientização de patrimônios históricos.

Após, os alunos iriam realizar um pequeno *City Tour*, em alguns pontos históricos do município para visualizarem o que ouviram na palestra. Neste passeio, além dos alunos estagiários também estariam presentes dois professores para acompanhamento da atividade dos alunos. Porém, como na época acontecia período de eleição o projeto foi reestruturado nesta atividade, pois a prefeitura não poderia colaborar com o empréstimo do transporte para o deslocamento dos alunos na atividade *City Tour*. Retornando para a escola, os estagiários informaram que os alunos e o professor acompanhante participariam de uma Oficina para fixação da compreensão das atividades realizadas. Nesta, os alunos realizaram imagens por fotografia dos patrimônios históricos e depois desenharam as mesmas.

Os estagiários entregaram ao professor um questionário de avaliação de satisfação quanto as atividades aplicadas para verificar se o projeto foi viável e se haveria necessidade de realizar possíveis melhorias que poderiam ser feitas ao longo de sua aplicabilidade. Eles também registraram as atividades através de fotografias. A pesquisa de satisfação aplicada ao final do desenvolvimento do projeto apresentou o seguinte dado:

- Os professores que acompanharam as atividades com os alunos das escolas trabalhavam em escolas estaduais e particulares, e apenas um em escola municipal; todos lecionando para alunos de ensino fundamental e médio; a escolaridade de todos os entrevistados é ensino superior completo, e um destes possui especialização.
- O nível de satisfação e esclarecimento sobre o assunto durante a palestra foi avaliado em 50% como ótimo e a outra metade como bom; já o nível de aproveitamento dos alunos durante esta atividade foi avaliado totalmente como ótimo.
- Os itens sobre o nível de conhecimento das palestrantes sobre o assunto nas atividades propostas e sobre o aproveitamento para a Escola após a aplicação do projeto foram avaliados em 50% como “ótimo” e a outra metade como “bom”.
- Todos os entrevistados conhecem os Patrimônios Históricos existentes da cidade de Carangola, já visitaram o ponto turístico Museu Municipal, e deram sugestões de como reativá-lo para visitaçao novamente.

- Responderam que o projeto foi importante, ficou compreendido pelos alunos o que é Patrimônio e o porquê de sua conservação, e a oficina com foto e desenho foi boa para maior conhecimento dos Patrimônios Históricos.

O projeto atingiu aos objetivos propostos e principalmente a conscientização dos alunos, professores e a comunidade local com o desenvolvimento do trabalho sobre a importância de se preservar e conservar os patrimônios históricos do município de Carangola-MG; contribuindo para o conhecimento, preservação e conscientização e valorização dos patrimônios históricos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o Turismo enquanto instrumento Pedagógico contribui para a educação patrimonial na formação dos educandos colaborando de modo efetivo com as práticas pedagógicas tradicionais do âmbito escolar, pois como confirmado após apresentação dos dados dos projetos de extensão aplicados nos anos de 2015 e 2016 resultaram em melhoria da compreensão das aulas teóricas apresentadas em sala de aula e numa maior interação dos alunos depois das atividades extraclasse.

O contato com o ambiente da aula prática, fora das paredes da escola, esclarece algumas dúvidas no momento em que o aluno vivencia o mundo real, relaciona o conteúdo com as imagens, interagindo com o meio em que habita. Novas práticas educativas, modelos didáticos como aulas-passeio contribui para um melhor aprendizado dos educandos, resultando de forma positiva. Proporcionar novas descobertas sobre a própria cultura e história, resgatando-as, como nos estudos realizados para a educação patrimonial nas escolas do município de Carangola-MG.

Confirmou-se tanto pelos autores renomados no assunto no momento da revisão bibliográfica, quanto pelos diretores e professores que apoiaram e autorizaram a realização dos projetos aplicados nas escolas do município de Carangola a efetividade do turismo enquanto instrumento pedagógico, pois observou-se que este modelo didático resulta em benefícios gerando novos conhecimentos, interação social, conscientização, preservação e valorização da cultura através da educação patrimonial.

O turismo pedagógico possivelmente ajudará a criança a colocar em prática os valores aprendidos, e em sua fase adulta realizar seu papel cidadão contribuidor da preservação e valorização da sua própria cultura. O turismo agregado a pedagogia pode proporcionar um novo olhar, utilizando de outras didáticas com os alunos, favorecendo o surgimento de indivíduos mais conscientes quanto ao respeito

com o meio ambiente, a história e o patrimônio, cumprindo com os seus direitos e os seus deveres na sociedade em que pertencem.

Mas vale ressaltar que este modelo didático ainda não é oportunizado a todas as escolas, devido algumas limitações ou carências de algumas localidades, ou até mesmo a falta de recursos financeiros. Outro ponto a apresentar é a insuficiência de tempo livre por parte dos educadores que encontram dificuldades no planejamento, organização dos projetos e conteúdos para a interação da aula teórica com a realização das aulas-passeio, pois para se ter sucesso neste modelo didático é necessário que se tenha clareza quanto aos objetivos que se pretende alcançar.

Este trabalho poderá auxiliar futuras pesquisas, observando a realidade de cada comunidade, redes de ensino, além do momento atual que a educação está se adaptando a novos moldes de ensino remoto. Pode-se sugerir que as atividades extraclasse seja realizada de modo virtual, através do turismo digital apresentado por meio da realidade aumentada, momento em que o aluno vivencia o mundo real de modo virtual, relacionando o conteúdo com as imagens. Como exemplo, aconteceu no dia 12 de julho deste ano (2020) uma visita virtual a um dos principais patrimônios da cidade do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, através do Programa Rolé Carioca<sup>2</sup>. Liberaram um link de acesso ao Zoom<sup>3</sup> nos perfis do projeto no Facebook e Instagram, e o tour virtual gratuito foi guiado por um professor de história, apresentando o patrimônio histórico.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. M. Os obstáculos à realização da aula-passeio: negligenciando o turismo como instrumento pedagógico. Monografia Curso de Licenciatura em Turismo. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). 2016.
- ALVES, Kerley dos Santos. O turismo pedagógico na escola: agenciamentos e conexões. Ouro Preto: UFOP, 2012.
- BARRETTO, M. História, educação e cidadania. Revista Turismo em Análise, v. 3, n. 2, p. 34-43, 18 nov. 1992.
- BARRETTO, Margaritta. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 10ª Ed. Campinas/SP – Papirus, 2001.
- BONFIM, Mailane. Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. Turismo – Visão e Ação, v. 12, n.1, p. 114-129, 2010.
- BRASIL (BR) Municípios Brasileiros. Brasil Channel. Disponível em:  
<[http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar\\_municipio.asp?nome=Carangola&uf=MG](http://brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Carangola&uf=MG)>. Acesso em: 03 jun. 2019.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ética: Ensino de primeira à quarta série. I. Título.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério do Turismo. PLANO NACIONAL DE TURISMO (2013-2016): o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília, 2013.
- CARDOSO, Helen Rodrigues; GATTIBONI, Maria de Lourdes Soares. TURISMO PEDAGÓGICO: UMA ALTERNATIVA PARA INTEGRAÇÃO CURRICULAR. Professare, v. 4, n. 1, p. 85-110, 2015.
- CASTRO, Claudiana Y. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. Partes, São Paulo, v. 30, 2006.
- DA SILVEIRA, Cibele Rossana Funck Donato; MARTINS, Patrícia Cristina Statella; VIEIRA, Fernanda Sá. Turismo Pedagógico em Dourados/MS – Uma atividade educacional. Mato Grosso do Sul, 2008. p. 12.
- DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo. São Paulo. Atlas, 2005, 178 p.
- DOS SANTOS ALVES, Kerley; AMORIM, Kenia SA; DA LUZ GUILHERME, Marcio. Turismo na escola: novas alternativas de sensibilização e envolvimento de educadores na elaboração de práticas inclusivas

(re)conhecimento e (re) valorização sócio-cultural em cidades turísticas. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 1, n. 17/18, p. 517-527, 2012.

FONSECA FILHO, Ari da Silva. Educação e turismo: um estudo sobre a inserção do turismo no ensino fundamental e médio. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GOMES, Daiana Silva; MOTA, Karol Monteiro; PERINOTTO, André Riani Costa. Turismo pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil). *Turismo e Sociedade*, v. 5, n. 1, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999.

<sup>1</sup>IBGE. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=3>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

JAFARI, Jafar; RITCHIE, J. R. Brent. (1981). Toward a framework for tourism education: problems and prospects. *Annals of Tourism Research*, 8 (1), 13-34. IN: DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

JÚNIOR, Fary; LÉO, Renato. Turismo pedagógico vivências e aprendizado. *Matinhos*, 2014. 36 p.

MADEIRA, Pollylian Assis. A importância da Conservação e Preservação dos Patrimônios Históricos como forma de conscientização e valorização da identidade do indivíduo e do desenvolvimento da atividade turística. PROJETO DE EXTENSÃO – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, 2015.

MADEIRA, Pollylian Assis. Valorização da identidade cultural do indivíduo através do turismo patrimonial. PROJETO DE EXTENSÃO – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola, 2016.

MILAN, Priscila Loro et al. VIAJAR PARA APRENDER: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais-PR. 2007, 125p.

OLIVEIRA, Danielson da Silva. Turismo pedagógico como instrumento do processo ensino-aprendizagem: o caso da Escola Estadual Tristão de Barros–Currais Novos/RN. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PERINOTTO, André Riani Costa; SOUSA, Aline Ribeiro de; BORGES, Dilene Magalhães. Educação para o turismo: o programa “Mais cultura nas escolas” em uma escola de Parnaíba/Piauí. *Educação, Cultura e Comunicação*, v. 7, n. 14, 2016.

RODRIGUES, Emanuelle; DOS SANTOS ALVES, Kerley. Turismo pedagógico: busca por novos significados para a escola. *Pedagogicaltourism: search for new meanings to school*. *Revista Cenário*, v. 2, n. 3, p. 131-151, 2014.

RODRIGUES, Jocimara de Oliveira Bonfim; VELASQUEZ, Guilherme Garcia. Turismo Pedagógico e Utilização de Tecnologia Como Suporte Metodológicos no Processo Ensino-Aprendizagem em Educação Artística. *Ateliê do Turismo*, v. 1, n. 1, 2017.

<sup>2</sup>Rolé Visita: Museu Nacional - Roteiros - Rolé Carioca. Disponível em: [www.rolecarioca.com.br](http://www.rolecarioca.com.br). Acesso em: 12 jul. 2020.

SCREMIN, Juliane; JUNQUEIRA, Sérgio. Aprendizado diferenciado: turismo pedagógico no âmbito escolar. Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo, v. 1, p. 26-42, 2012.

## NOTAS

### Nota1

É um aplicativo que permite realizar reuniões virtuais tanto pelo celular quanto pelo computador.



# Capítulo 15



10.37423/210403928

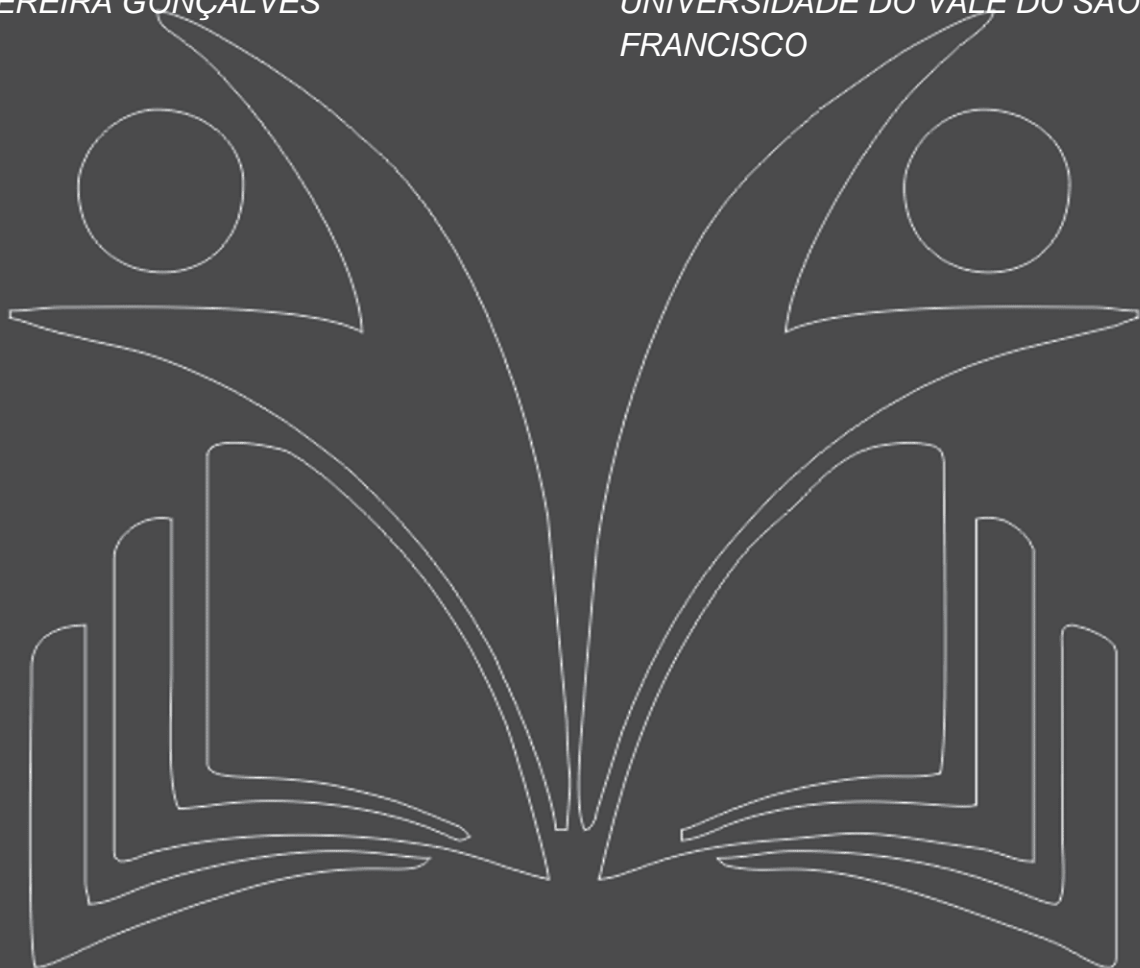
## EFEITO DA PRÁTICA DA CAPOEIRA NO BEM-ESTAR SUBJETIVO DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

*GRAZIELA CAVALCANTE ARAÚJO*

*UNIVERSIDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO*

*MARINA PEREIRA GONÇALVES*

*UNIVERSIDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO*



**Resumo:** Este estudo verificou os efeitos de 12 semanas de aulas de Capoeira no bem-estar subjetivo de idosos residentes em instituição de longa permanência, localizada na cidade de Juazeiro-BA. Doze idosos foram divididos em 2 grupos sendo: 1) Capoeira (n=6) em que estes praticavam aulas da modalidade e 2) Musicalidade (n=6) em que os voluntários apenas cantavam e tocavam instrumentos. Os idosos dos dois grupos responderam a Escala de Afetos Positivos e Negativos e a Escala de Satisfação com a vida para avaliação do bem-estar subjetivo. Para análise estatística o nível de significância adotado foi  $p < 0,05$ . Foi verificado aumento dos escores no bem-estar subjetivo dos idosos dos dois grupos durante (6 semanas) e após a intervenção (12 semanas), sendo a prática da Capoeira e a sua musicalidade importantes para melhoria do bem-estar psicológico e satisfação com a vida dos residentes.

**Palavras-chave:** “Idosos”, “Exercício Físico”, “Capoeira”, “Bem-estar subjetivo”

## INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento tem assumido importância crescente na comunidade acadêmica face aos diferentes indicadores demográficos da população mundial. No Brasil, a discussão sobre envelhecer aparece como preocupação interdisciplinar há décadas, dando lugar a estudos e pesquisas com esse objeto de interesse, para a compreensão desse fenômeno em diversas áreas do conhecimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), entre 2000 e 2030, a mortalidade na faixa de 60 a 90 anos de idade tende a declinar em todos os estados.

Assim, verifica-se que o aumento da expectativa de vida entre os diversos grupos de idade evidencia o consequente aumento da longevidade na população brasileira, o que irá acarretar em novas demandas para as políticas públicas, assim como para a saúde coletiva. Monteiro et al. (2014) afirmaram em sua pesquisa com idosos de ambos os sexos que, embora o envelhecimento demográfico se apresente contínuo e ainda associado ao declínio da fecundidade, é inegável que a medicina avançada também tenha contribuído para favorecer o envelhecimento da população global. Entretanto, é importante reconhecer que a experiência de envelhecer não ocorre para todos os indivíduos da mesma forma. Leva-se em consideração uma combinação de fatores ambientais, genéticos e pessoais, além das condições oferecidas pelo meio social em que o indivíduo está inserido.

Assim, a velhice é considerada uma experiência biologicamente situada, sendo demarcada pelas condições do corpo numa fase cronológica específica, mas ela é também uma vivência que se realiza culturalmente. O envelhecimento da população é percebido em cada sociedade e em cada época de forma distinta, construindo-se modelos particulares do indivíduo idoso. No Brasil, o Estatuto do Idoso<sup>1</sup> aponta que o país necessita adequar-se de modo a garantir uma vida digna e de melhor qualidade para os cidadãos dessa faixa etária.

Papalia (2013) traz que, além das mudanças biológicas do envelhecimento, ocorrem também alterações no aspecto psicológico, visto que as circunstâncias vão se modificando e os idosos têm mais dificuldades em administrar as atividades diárias da vida, surgindo assim, novos problemas para enfrentar.

E conforme Souza et al. (2011), essa etapa da vida é culturalmente associada à fragilidade física, psicológica e de personalidade, afetando diretamente a autoestima do idoso, já que o processo de envelhecer e a não aceitação ao envelhecimento, muitas vezes, gera preocupações com o corpo,

relação de dependência, impotência, ou até submissão aos familiares e/ou cuidadores, sendo essa relação cercada de entendimentos diversos.

Além disso, os idosos já apresentam mais problemas de saúde quando comparados com a população em geral, o que justifica a necessidade de estimular atividades que proporcionem melhorias físicas e psicológicas para esta população, como a prática de exercícios físicos, por exemplo, principalmente quando se trata de idosos institucionalizados.

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) representam um sistema social organizacional que pode ser uma opção para assegurar aos idosos: segurança, cuidados apropriados e até mesmo dignidade aos residentes. Assim, a prática de exercícios físicos parece ser bastante adequada no dia a dia desses idosos, pois pode auxiliar no seu bem-estar, devendo ser considerada como um investimento à saúde do idoso (CARVALHO et al. 2014).

Nesse sentido, percebe-se a importância da implementação de projetos que incluam exercícios físicos regulares nas ILPI's. E dentre uma série de práticas corporais capazes de trazer benefícios físicos e psicológicos para os idosos, a presente pesquisa objetivou verificar o papel da Capoeira na melhoria do bem-estar subjetivo de idosos institucionalizados, uma vez que ainda são escassos os estudos dessa prática corporal de movimento que, além dos benefícios biopsicossociais, traz importantes elementos históricos e sociais da cultura nacional. Por se tratar de uma expressão corporal que corresponde a uma combinação de jogo, luta, ritmo e dança, sendo realizada ao som de instrumentos musicais característicos, a capoeira pode ser praticada por pessoas de diversas idades e de ambos os sexos (FALCÃO, 2005). Ainda relacionando os benefícios da Capoeira, ela pode funcionar como prevenção e complemento terapêutico para recuperar ou até manter a autoestima desses idosos que ainda são pouco valorizados pela sociedade (MARINHO et al. 2016).

Em revisão de literatura acerca do bem-estar subjetivo (BES), Machado e Banderia (2012), definiram esse construto como sendo um conjunto de fenômenos que incluem respostas emocionais, domínios de satisfações e julgamentos gerais acerca da satisfação com a vida. Para Hutz et al. (2014), a satisfação com a vida é considerada um componente cognitivo do BES onde possibilita verificar o nível de contentamento que o sujeito percebe ou pensa sobre sua própria vida de uma maneira geral.

A fim de verificar a relação da prática de atividade física com o BES, Monteiro et al. (2014) verificaram em um estudo com idosos de idade entre os 64 e 99 anos (ambos os sexos), que os praticantes de atividade física organizada e sistemática pareciam exibir níveis globais mais elevados de BES e felicidade do que os idosos sedentários. Dessa forma, a Capoeira tem sido estudada e praticada tanto

no Brasil como em outros países enquanto uma prática corporal capaz de proporcionar maior bem-estar e qualidade de vida aos seus distintos praticantes (SARDINHA et al. 2010).

Embora exista uma fundamentação teórica tradicional na aplicação dessa expressão corporal em diferentes faixas etárias e mesmo alguns ensaios que demonstram que a sua prática pode cronicamente se refletir em benefícios para a saúde, este estudo é considerado pioneiro, pois não foram identificadas pesquisas que investigam os efeitos do treinamento da Capoeira associada ao BES em idosos residentes em instituições de longa permanência, sobretudo na região do Vale do São Francisco, o que justifica a realização deste trabalho, o qual tem por objetivo principal investigar o efeito da prática da Capoeira no bem-estar subjetivo em idosos institucionalizados.

## MÉTODO

### DELINEAMENTO

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, a qual realizou uma sequência de aplicações de questionários e escalas verificando os escores dos participantes nas suas respostas aos itens e de caráter experimental com delineamento em 3 momentos (pré, durante e pós-intervenção).

### LOCAL

Uma Instituição de Longa Permanência pra Idosos (ILPI) foi contatada previamente pela pesquisadora a fim de esclarecer os objetivos e todos os procedimentos da pesquisa. A direção da instituição autorizou a realização do estudo após assinatura da Carta de Anuência, e a participação dos idosos residentes se deu apenas após lerem e assinarem de forma individual o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Assim, a intervenção foi realizada em uma ILPI localizada na cidade de Juazeiro- BA, inaugurada há 42 anos, onde foram coletados todos os dados necessários. Trata-se de uma instituição privada, que tem apoio financeiro da Prefeitura de Juazeiro-BA, assim como do voluntariado de instituições e pessoas físicas.

A instituição possuía no momento da pesquisa 30 idosos cadastrados sendo 18 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. A escolha dessa ILPI foi devido ao fato de nenhuma outra atividade física regular estar sendo oferecida aos idosos residentes durante o período de realização do presente estudo, o que evitou vieses nos resultados.

## PARTICIPANTES

Os participantes do estudo foram selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: apresentar idade acima de 60 anos; não ser portador de doença física grave ou mental; não estar praticando nenhum tipo de atividade física sistematizada; ter liberação médica; apresentar Pressão Arterial (PA) de repouso abaixo de 160 mmHg (sistólica) / 105 mmHg (diastólica); e apresentar integridade ósteo-mio-articular que possibilitasse a participação na intervenção.

Previamente ao recrutamento dos participantes, a pesquisadora realizou algumas visitas à instituição a fim de conhecer a realidade vivida pelos idosos em questão e verificar a possibilidade de aceitação da Capoeira na sua rotina. Assim, após levantamento em campo e liberação de Comitê de Ética e Deontologia em Pesquisa local, puderam participar inicialmente da pesquisa 14 idosos voluntários residentes na ILPI citada. No decorrer do estudo houve 2 desistências. Um deles apresentou um quadro depressivo elevado já nas primeiras semanas de execução do estudo e o outro rejeitou a continuidade na participação das aulas alegando questões culturais e religiosas, restando então 12 idosos participantes.

A amostra foi dividida em dois grupos, em que no primeiro os idosos realizaram o treinamento de Capoeira com frequência de 2 vezes por semana com duração de 1 hora cada aula e intervalos de 24 horas entre elas. O outro grupo participou apenas do protocolo com a musicalidade da Capoeira, em que foi considerado o grupo controle sem realização de exercício (prática de movimentos da Capoeira). Esta divisão foi realizada, com ambos os sexos nos subgrupos e ocorreu de acordo com as capacidades funcionais dos idosos para a prática ou não da Capoeira.

## INSTRUMENTOS

Os participantes responderam duas escalas para avaliar o Bem-estar subjetivo: Escala de Afetos Positivos e Negativos (EAPN): desenvolvida originalmente por Diener e Emmons (1984), e validada para o contexto brasileiro por Chaves (2003). É constituída por 10 afetos avaliados em uma escala do tipo Likert que varia de 1 = Nada a 7 = Extremamente. Ambos os fatores apresentam índices de fidedignidade adequados: afetos positivos com  $\alpha = 0,81$  e afetos negativos com  $\alpha = 0,78$ ; Escala de Satisfação com a Vida (ESV): esta medida foi originalmente elaborada por Diener et al. (1985) e revisada por Pavot e Diener (1993). No contexto brasileiro, apresentou parâmetros psicométricos adequados no estudo de Albuquerque et al. (2007). Trata-se de uma medida unifatorial ( $\alpha=0,72$ ),

formada por cinco itens respondidos em uma escala decrescente variando de 7 = Concordo totalmente a 1 = Discordo totalmente.

Além destas medidas, os idosos também responderam questões de caráter sócio demográfico (registro de dados gerais dos participantes como: sexo; idade; estado civil; se aposentado ou pensionista; principais patologias; medicamentos; tempo de internação).

## PROCEDIMENTOS

Destaca-se que esta pesquisa foi avaliada e aprovada por um Comitê de Ética e Deontologia em Pesquisa, sob o número 1.588.885 de modo que os participantes só iniciaram a intervenção quando assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a intervenção com o treinamento da Capoeira, foi utilizada a área externa da instituição mencionada (ampla, arejada e de fácil acesso), assim como de visibilidade por todos os idosos. Já a aplicação dos questionários foi realizada em locais da instituição com conforto e livre de interferências, como salas de atendimento, terraços ou refeitórios, individualmente. Estes foram aplicados antes do início da intervenção; só após todos os idosos selecionados responderem os instrumentos é que se deu início à intervenção com a Capoeira e sua Musicalidade, onde após 6 semanas de aulas e ao término da pesquisa (12 semanas) reapplicaram-se as escalas do BES e o questionário sócio demográfico.

Na intervenção foram realizadas aulas integrativas de Capoeira (Grupo Capoeira) e aulas com instrumentos musicais específicos dessa prática corporal (Grupo Musicalidade ou controle). O professor que ministrou as aulas de Capoeira é praticante há 17 anos, além de graduado em Educação Física. Em todas as aulas, o professor da Capoeira contou com o auxílio da pesquisadora responsável para deslocar os participantes ao local da aula, organizar o espaço físico utilizado e manter contato frequente com a gestão/funcionários da instituição.

Foram realizados 2 encontros semanais em dias alternados, com intervalo de 48 horas e as aulas aconteceram no pátio (área externa - de lazer) dentro da própria instituição, no turno da manhã, e tiveram duração média de 1 hora. A intervenção ocorreu no período de 12 semanas para que possíveis ajustes e adaptações pudessem ser efetivados. E no decorrer da intervenção (6 semanas/ 12 aulas), e logo após o término desta (12 semanas/ 24 aulas), os idosos participantes responderam novamente as medidas do bem-estar subjetivo e o questionário sociodemográfico.

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

Com intencionalidade de comparar os efeitos da prática da Capoeira/musicalidade (grupo controle) nos níveis do BES (antes, durante e depois da intervenção) foi utilizada a ANOVA mista.

A normalidade da distribuição dos dados foi testada utilizando o Shapiro-Wilk test e a homogeneidade dos dados foi analisada pelo teste de Levene. ANOVA two-way com delineamento misto reportando o “F-ratio”, graus de liberdade e o valor “p” foi utilizada para verificar a interação entre tempo\*grupo e o efeito principal do tempo dentro de cada grupo (Capoeira e Controle/musicalidade). Partial eta squared ( $\eta^2$ ) foi utilizado para determinar o tamanho do efeito. Quando significâncias foram detectadas pela ANOVA, post hoc de Bonferroni foi empregado para identificação dos pares de diferenças, o valor “p” foi reportado. O alfa adotado na pesquisa foi de 5% e o software utilizado foi o SPSS for Windows v. 22.0 (SPSS, Inc., Chicago, IL).

## DISCUSSÃO

Após análise dos resultados foi observado que 58,3% dos participantes são do sexo feminino e 41,7% do sexo masculino, 50% se encontra na faixa etária entre 70 e 79 anos e 50% acima de 80 anos. Com relação a situação conjugal dos idosos, verificou-se que 50% são viúvos, 41,7% são solteiros e 8,3% casados. Em relação à escolaridade formal, 8,3% dos participantes apresentam nível superior incompleto, 66,7% com baixa escolaridade, mas com nível médio concluído e 25% sem educação formal. Quanto à fonte de renda mensal, 75% dos idosos recebem aposentadoria e 25% pensão. Os sujeitos que residem há menos de 1 ano nessa ILPI representam 16,7%, enquanto que 58,3% residem entre 1 e 5 anos e 25% são residentes há mais de 5 anos. Oitenta e seis por cento (12) dos idosos apresentaram assiduidade acima de 75% no decorrer dos 3 meses de aulas, mesmo assim, apenas 40% dos residentes puderam participar da intervenção de acordo com os critérios de inclusão e aceitaram responder os instrumentos.

Para Storch et al. (2012), as alterações psicossociais nos idosos, verificada ao acréscimo da idade, implica inclusive na diminuição da sociabilidade dos mesmos. Há uma maior incidência de depressão nesse público, de alterações no controle emocional e isolamento social.

Ao tratar de idosos institucionalizados, a visão e discussão deve ser direcionada de forma mais holística acerca do envelhecer, já que a rotina dos moradores desses espaços de convivência se torna um pouco mais complicada e complexa. Há certa limitação de relacionamentos, sendo mais restrito aos idosos que vivem na mesma instituição e isso pode dificultar os relacionamentos íntimos com outras pessoas,



o que pode ter influenciado a não aceitação em participar do estudo, por parte de alguns idosos. No que se refere ao construto BES, avaliado por meio dos afetos (positivos e negativos) e da satisfação com a vida, os resultados indicam que para afetos positivos não foi observada interação entre os momentos \* grupo [F(2) = 1,27, p = 0,30,  $\eta^2 = 0,11$ ], sugerindo que o comportamento dos grupos foi semelhante durante a intervenção. No entanto, foi verificado efeito de momento [F(2) = 18,47, p < 0,001,  $\eta^2 = 0,65$ ], indicando

que ambos os grupos apresentaram aumento para os afetos positivos (Tabela 1).

Mesmo não ocorrendo diferença significativa entre os grupos Capoeira e Musicalidade, foi verificada diferença entre os momentos (6 e 12 semanas) para ambos os grupos.

Em seguida, como apresentado no Gráfico 1, quanto às variáveis relacionadas aos afetos positivos ao final do estudo, foi verificado que em ambos os grupos (Capoeira e Musicalidade) apresentaram melhora significativa nesse construto especificamente, porém não houve diferença entre grupos nos 3 momentos.

Este resultado corrobora com a pesquisa realizada por Machado e Bandeira (2012) associado a processos psicológicos positivos relacionados à saúde. Já o resultado verificado com práticas lúdico-recreativas em aulas de Capoeira, corroboram também com o estudo de Prazeres et al. (2016), em que apresenta que práticas corporais associadas ao lazer para idosos pode proporcionar a ressignificação emocional deixando fluir o prazer de viver, redefinindo níveis qualitativos essenciais, aspectos esses condizentes com os afetos positivos do BES.

Para afetos negativos não foi encontrada interação entre momentos \* grupo, [F(2) = 0,073, p = 0,930,  $\eta^2 = 0,007$ ], mas foi verificado efeito entre os momentos [F(2) = 15,90, p < 0,001,  $\eta^2 = 0,61$ ], como observado na (Tabela 2).

Ao analisar as respostas dos participantes com os respectivos “scores” na EAPN, não foi encontrada alterações significativas entre os grupos. Uma justificativa seria que ambos os grupos possuem participantes com o perfil muito próximo, ou para os idosos, independente da prática ser o treinamento da Capoeira ou apenas da sua Musicalidade, houve alguma melhoria nos afetos (aumento nos afetos positivos e diminuição nos afetos negativos), em relação aos momentos da intervenção, sobretudo após a prática de 12 semanas.

Ademais, o Gráfico 2 apresenta os dados para Afetos negativos dos idosos participantes, em que foi verificada melhora significativa, em ambos os grupos, para esse construto especificamente, porém não houve diferença entre grupos nos 3 momentos.

Estes resultados corroboram com o estudo de Resende (2010), em que os participantes relataram um bem-estar subjetivo positivo, apresentando níveis de adaptação psicossocial positiva frente a eventos da vida considerados importantes.

Após a análise dos dados expressos pela Escala de Satisfação com a Vida (ESV) para ambos os grupos, pôde-se verificar no presente estudo que houve melhora nos momentos durante e depois das aulas, em especial para o grupo Capoeira entre momentos antes e durante. Foi verificada ainda interação momentos\*grupo [ $F(2) = 1,71$ ,  $p = 0,206$ ,  $\eta^2 = 0,146$ ], bem como foi observado efeito entre momentos [ $F(2) = 5,32$ ,  $p = 0,014$ ,  $\eta^2 = 0,347$ ]. Tais resultados podem ser observados na Tabela 3 e no Gráfico 3 respectivamente.

A prática de atividades físicas regulares e bem planejadas contribui então, para oferecer oportunidade de envolvimento psicossocial, elevação da autoestima, implementação de funções cognitivas e a minimização do sofrimento psíquico do idoso segundo Storch et al. (2012). Uma das vantagens do exercício físico é exatamente esse efeito positivo na prevenção e tratamento de outros agravos comuns nas pessoas idosas. De acordo com Petry et al. (2014), os movimentos físicos específicos da Capoeira agem de forma a possibilitar uma nova consciência corporal. Isso pode desenvolver uma autoestima positiva e estimular, sobretudo, maior autonomia.

O Gráfico 3, apresenta os efeitos dos grupos e dos momentos quanto a Satisfação com a Vida (ESV) dos idosos participantes. O gráfico apresentou ascensão na reta entre o período inicial da intervenção até as 6 primeiras semanas de forma mais explícita do que ao final das 12 semanas das aulas. Como pode ser observado, houve diferença entre os grupos (Capoeira e Controle), antes e durante a intervenção, indicando que os idosos aumentaram sua satisfação com a vida após o início da intervenção, sendo que o grupo Capoeira apresentou, tanto Antes quanto Durante a intervenção, maiores níveis de Satisfação com a vida quando comparados com o grupo controle. Isto pode ter ocorrido porque os idosos alocados no grupo Controle já possuíam menor autonomia física e independência, o que pode afetar sua satisfação com a vida independentemente da intervenção, mas aponta que de fato o treinamento com a Capoeira pode melhorar a percepção de Satisfação com a vida de idosos institucionalizados.

Tal resultado reforça a ideia de que a prática regular de exercícios físicos, neste caso da Capoeira, é retratada como facilitadora de benefícios físicos e psicológicos aos sujeitos, corroborando com alguns estudos de vida de idosos institucionalizados como o de Petry et al. (2014); Prazeres et al. (2016). Há um retardo dos declínios decorrentes ao envelhecimento ao praticar atividades físicas em grupos, o que torna necessário pensar estratégias para participação dos idosos contribuindo para sua satisfação com a vida e autonomia física (CORDEIRO et al. 2014).

Outros estudos como o de Dias et al. (2013) e Ferreira et al. (2014), indicam importância de intervenções com atividades físicas organizadas e direcionadas aos idosos institucionalizados, corroborando com a presente pesquisa, onde evidencia que ao inserir um programa de exercícios físicos como proposta de melhoria da condição global de vida, têm tido êxito nos seus objetivos.

## CONCLUSÕES

Para Ferreira et al. (2014), a procura nos últimos anos por ILPI's não é apenas uma questão de saúde pública, mas surge como uma necessidade de idosos mais jovens entre 60 e 65 anos, que mesmo independentes, foram de alguma forma excluídos da proteção familiar ou até mesmo do mercado de trabalho, através das inúmeras transformações vividas na sociedade principalmente ocidental.

Além disto, as alterações biopsicossociais no processo do envelhecimento dos sujeitos acarretam de maneira geral, mudanças negativas na vida dos idosos. Nesse sentido, a abordagem da Psicologia Positiva (ao investigar e buscar promover aspectos positivos da vida) vem oferecer horizontes com características positivas dos indivíduos, através do estudo de variáveis que visam promover o bem-estar e a felicidade aos indivíduos. Ademais, a investigação do papel da prática de atividades físicas por idosos institucionalizados se mostra pertinente.

Apesar dos resultados verificados, limitações foram observadas, tais como: o reduzido tamanho amostral, que não permite inferir generalizações na ILPI escolhida para intervenção, já que muitos idosos se encontravam acamados ou impossibilitados de participar efetivamente das aulas; e o fato da pesquisa ter sido realizada em uma única instituição não havendo possibilidade de comparar estes resultados com de outras ILPI. Foi verificada ainda certa dificuldade na aplicação das escalas, devido a ausência de educação formal de alguns idosos, fato que dificultou o entendimento dos itens e foi necessário a leitura dos itens por parte dos aplicadores.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. et al. Physical activity and cognitive function in individuals over 60 years of age: a systematic review. *Clinical Interventions in Aging*, v. 9, p. 661-682, 2014.

CENSO DEMOGRÁFICO, Resultados gerais de amostra pelo IBGE - 2012; Acesso em: jan.2016. Disponível em:

[HTTP://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra.shtm)

CORDEIRO, J.; CASTILLO, B. L.; FREITAS, C. S.; GONÇALVES, M. P.; Efeitos da

atividade física na memória declarativa, capacidade funcional e qualidade de vida em idosos, *Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2014.

DIAS, D. S.; CARVALHO, C. S.; ARAÚJO, C. V.; Comparação da percepção subjetiva de qualidade de vida e bem-estar de idosos que vivem sozinhos, com a família e institucionalizados, *Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2013.

FALCÃO, D. V. S.; ARAÚJO, L. F.; PEDROSP, J. S.; (org.) Velhices: temas

emergentes nos contextos psicossocial e familiar, Campinas, SP, Editora Alínea, - (Coleção velhice e sociedade), 2016.

FERREIRA, F. P.; BANSI, L. O.; PASCHOAL, S. M.; Serviços de atenção ao idoso e estratégias de cuidado domiciliares e institucionais, *Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2014.

HUTZ, C. S., *Avaliação em Psicologia Positiva* – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MACHADO, W. L.; BANDEIRA, D. R.; Bem-estar psicológico: definição, avaliação e principais correlatos, *Estud. Psicol. (Campinas)*, 29(4), 587-595, 2012.

MARINHO, V. T.; COSTA, I. C.; ANDRADE, C. G.; SANTOS, K. F.; FERNANDES,

M. G.; BRITO, F. M.; Percepção de idosos acerca do envelhecimento ativo, *Revista Enfermagem UFPE online*; 10(5): 1571-1578, 2016.

MONTEIRO, C.; DIAS, C.; CORTE-REAL, N.; FONSECA, A. M.; Atividade física,

bem-estar subjetivo e felicidade: Um estudo com idosos; Universidade do Porto, Porto, Portugal; *RPCD* 14 (1): 57-76, 2014.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.; *Desenvolvimento Humano*, 12. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

PETRY, Diogo; NERY, Sheila; GONÇALVES, Clézio; Avaliação Neuropsicológica de Idosos praticantes de Capoeira, *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* – Vol. 20, Nº1- Jan/Fev, 2014.

PRAZERES, M. M.; MENDES, M. T.; SOUSA, I. R.; MAZZOCANTE, R. P.; MACIEL,

D. G.; RIBEIRO, C.; FRANÇA, N. M.; SAMPAIO, T. M., Capoterapia como Lazer e

Atividade lúdica para Idosos: uma percepção dos capoterapeutas, *Licere*, Belo Horizonte, v.18, n.4, dez/2016.

RESENDE, M. C.; Envelhecer atuando: bem-estar subjetivo, apoio social e resiliência em participantes de grupo de teatro, *Fractal, Revista Psicologia* [on line]. 2010, vol.22, n.3, PP.591-608 ISSN 1984-0292.

SARDINHA, S. M.; ALVES, F. A.; TOLEDO, D. C.; PÓVOA, L. S.; SALLUM, R. P.; TEIXEIRA, L. D.; MAGALHÃES, N. B.; ROCHA, N. G.; CAVALCANTE, P.

H.;SCHER, M. C.; Capoterapia: elementos da capoeira na promoção do bem-estar do idoso. Relato de caso, *Com. Ciências Saúde*. 2010.

SOUZA, P. D.; BENEDETTI, T. B.; BORGES, L. J.; MAZO, G. Z.; GONÇALVES, L.

T.; Aptidão funcional de idosos residentes em uma Instituição e Longa Permanência, *Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia*, RJ, 2011.

STORCH, J. A.; BORELLA, D. R.; STOCCO, J.; HAMISCH, G. S.; Análise do limiar

de auto-estima e autoimagem em idosos com deficiência asilados praticantes de atividade física, *Revista Géfyra*, São Miguel do Iguaçu, v. 1, n. 1, jan./jun. 2012.

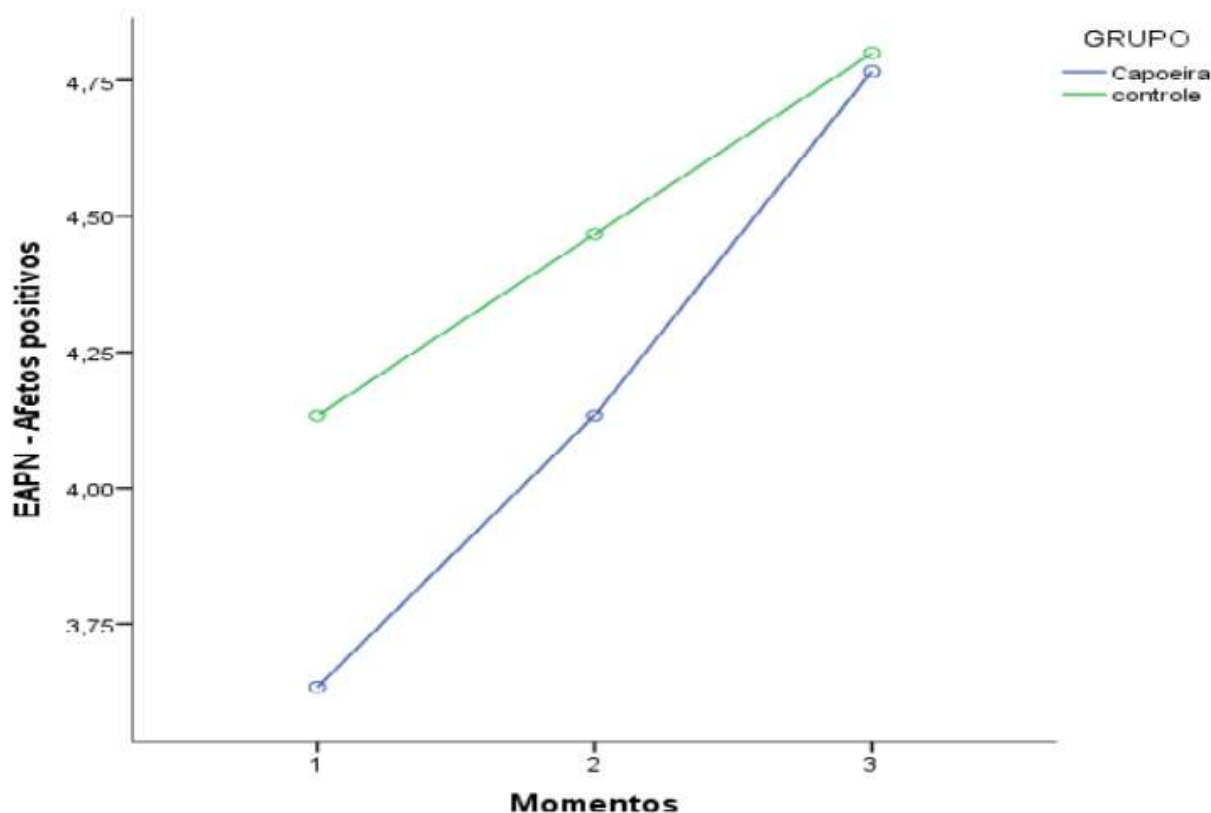
ANEXOS

**Tabela 1** - Média  $\pm$  desvio-padrão dos Afetos positivos nos momentos (antes, durante e depois) dos grupos Capoeira e Controle (n = 12).

Momentos	Grupos	Média $\pm$ dp
Antes	Capoeira	3,63 $\pm$ 1,53
	Controle	4,13 $\pm$ 1,04
Durante	Capoeira	4,13 $\pm$ 1,66
	Controle	4,47 $\pm$ 0,89
Depois	Capoeira	4,77 $\pm$ 1,46
	Controle	4,80 $\pm$ 0,63

Fonte: dados da pesquisadora principal (2017).

**Gráfico 1** - Gráfico dos Afetos positivos, aplicados em idosos participantes dos grupos Capoeira e Controle residentes na ILPI em Juazeiro-Ba (n = 12).



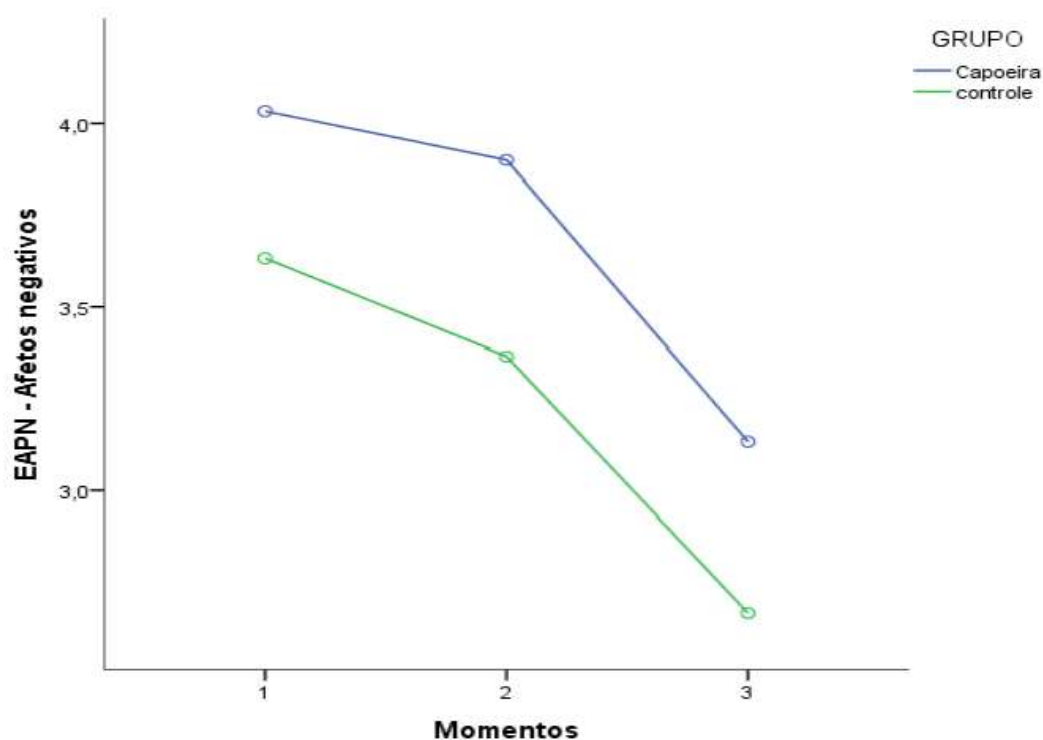
Fonte: dados do próprio autor.

**Tabela 2** - Média  $\pm$  desvio-padrão dos Afetos negativos nos momentos (antes, durante e depois) dos grupos Capoeira e Controle (n = 12).

Momentos	Grupos	Média $\pm$ dp
Antes	Capoeira	4,03 $\pm$ 1,31
	Controle	3,63 $\pm$ 1,21
Durante	Capoeira	3,90 $\pm$ 0,91*
	Controle	3,37 $\pm$ 1,00
Depois	Capoeira	3,13 $\pm$ 1,20*#
	Controle	2,67 $\pm$ 0,74*#

Legenda: \*: diferença significativa em relação ao momento antes.  
#: diferença significativa em relação ao momento durante.

**Gráfico 2** - Gráfico dos Afetos negativos, aplicados em idosos participantes dos grupos Capoeira e Controle residentes em ILPI (n = 12).



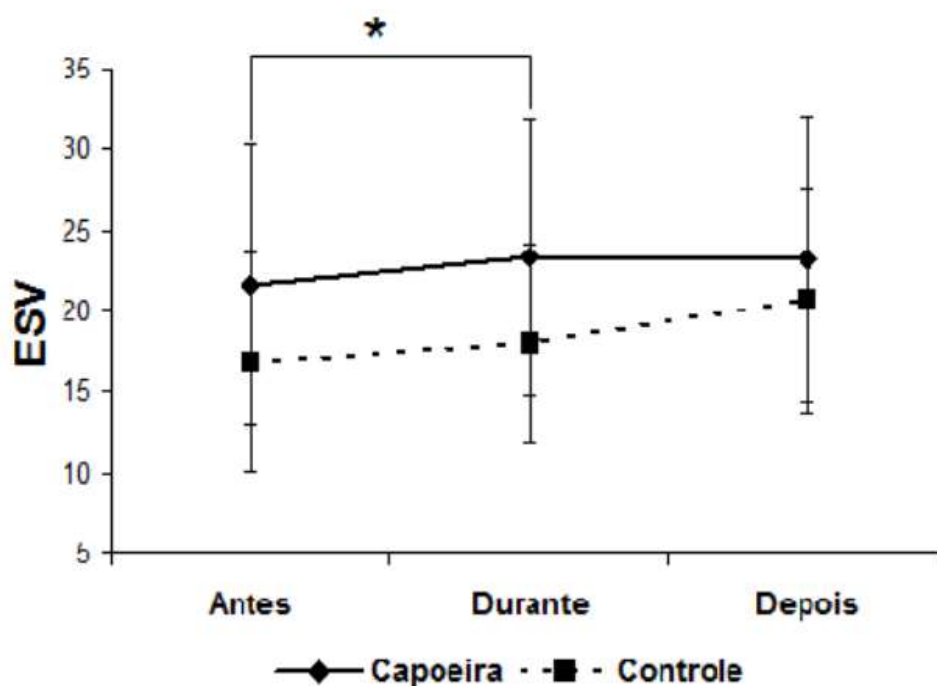
Fonte: dados do próprio autor.

**Tabela 3** - Média  $\pm$  desvio-padrão para aspectos relacionados à Satisfação com a Vida nos momentos (antes, durante e depois) dos grupos Capoeira e Controle (n = 12).

Momentos	Grupos	Média $\pm$ dp
Antes	Capoeira	21,66 $\pm$ 8,61
	Controle	16,83 $\pm$ 6,73
Durante	Capoeira	23,33 $\pm$ 8,61*
	Controle	18,0 $\pm$ 6,19
Depois	Capoeira	23,16 $\pm$ 8,84
	Controle	20,66 $\pm$ 6,91

Legenda: \*= diferença estatisticamente significativa em relação ao momento antes.

**Gráfico 3** - Gráfico dos itens relacionados à Escala de Satisfação com a Vida aplicados em idosos participantes dos grupos Capoeira e Controle em ILPI (n = 12).



Fonte: dados do próprio autor.



# Capítulo 16



10.37423/210403937

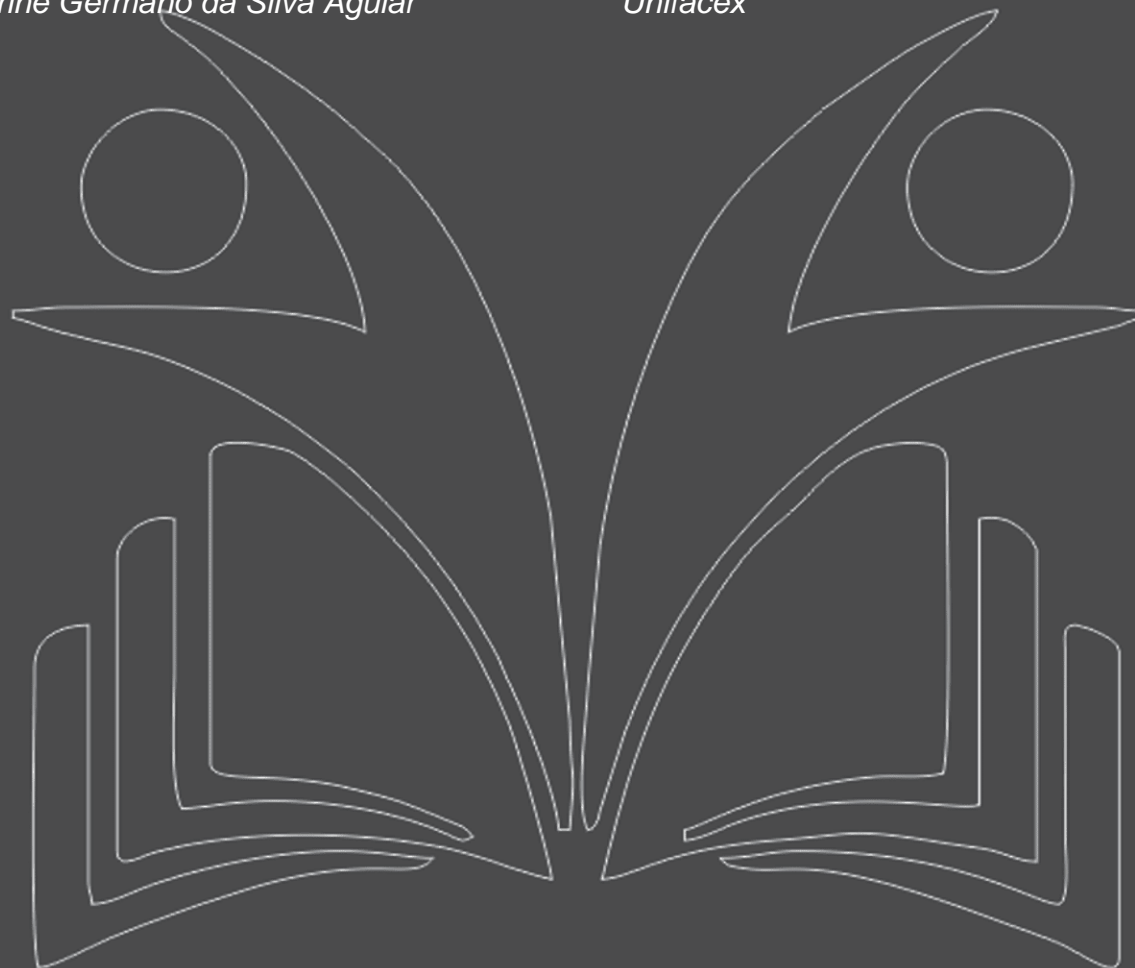
## REVISÃO INTEGRATIVA: CUIDADO DO ENFERMEIRO À PESSOA IDOSA COM NEOPLASIA EM CUIDADOS PALIATIVOS

*Maria Letícia da Silva Viana*

*Unifacex*

*Jéssica Karine Germano da Silva Aguiar*

*Unifacex*



**Resumo:** Objetivo: O presente estudo busca discutir a importância do enfermeiro no cuidado paliativo à pessoa idosa com neoplasia em cuidados paliativos. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa que teve por finalidade evidenciar e discutir os cuidados do enfermeiro a idosos com neoplasia em cuidados paliativos. A busca dos descritores foi feita através dos descritores em ciência da saúde (Decs), a partir desses realizado a coleta de dados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana (LILACS); SciELO (Scientific Electronic Library Online);BDENF (base de dados de enfermagem) e manuais do Ministério da Saúde. Utilizando os Operadores Booleanos AND, com foco em pesquisas realizadas nos anos de 2015 a 2020. Resultados: Na elaboração da revisão integrativa foram utilizados dez artigos aos quais analisavam e discutiam a importância do enfermeiro no cuidado a pessoas idosas com neoplasia e cuidados paliativos, com base na análise de cada artigo foi possível identificar os diagnósticos de enfermagem, bem como destacar a importância do conhecimento nos cuidados paliativos. Conclusão: O estudo teve como objetivo mostrar a importância do conhecimento sobre os cuidados paliativos a pessoas idosas, a importância em um atendimento humanizado neste momento de fragilidade e sensibilidade. Neste estudo foi possível observar a importância que o enfermeiro tem ao exercer tal função e no impacto positivo que causa ao paciente.

**Palavras-chave:** Neoplasia, Saúde do idoso, Assistência de enfermagem, Cuidados.

## INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde neoplasia é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum a proliferação desordenada de células que invadem estruturas do corpo podendo espalhar-se por todo o organismo, sendo classificado este evento como metástase. A causa de câncer é variada e podem ser externas ou internas ao organismo, ambas possuem relação.

O câncer é uma patologia que gera grandes alterações funcionais, psíquicas, espirituais em qualquer idade em que o paciente seja acometido. No entanto, no que se refere à doença relacionada à pessoa idosa, diante das tantas transformações físicas, psíquicas, funcionais e bioquímicas que o envelhecimento proporciona, o câncer gera ainda mais vulnerabilidade à pessoa idosa, ocorrendo ainda restrição da autonomia do paciente devido ao seu quadro clínico (MENEGUIN, et al., 2017).

O processo de senescência é natural e gera no indivíduo alterações biopsicossociais. A medida em que a idade avança, o indivíduo apresenta predisposição ao surgimento de doenças crônicas bem como dependência devido a diminuição da mobilidade física, além de quedas e consequentes hospitalizações e por fim, a morte (CARDOSO, et al., 2019).

Meneguim, Banja e Ferreira (2017), descrevem o envelhecimento como um processo multidimensional que engloba um conjunto de alterações morfológicas, fisiológicas, bioquímicas e psicológicas. Com isso, devido ao processo degenerativo que a senescência traz, existe maior propensão do adoecimento à pessoa idosa, o que exige cuidados específicos e atenção ainda maior. O próprio repouso prolongado no leito durante o período de hospitalização predispõe ao idoso maiores complicações, o que contribui para um possível aumento da dependência da equipe de enfermagem.

Na assistência hospitalar a idade é um importante indicador, pois a partir dela a assistência é determinada. Para o paciente idoso há critérios etários que normatizam a assistência em decorrência da identificação de suas reais necessidades, o que recai às características inerentes à fase de senescência (SANGUINO, et al., 2018).

O profissional enfermeiro é legalmente responsável e capaz de realizar o processo de planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços assistenciais de enfermagem. Sendo assim, é o enfermeiro que presta assistência contínua e humanizada ao paciente idoso com neoplasia, e no âmbito do cuidado paliativo desempenha importante função, pois por meio de sua assistência é capaz de proporcionar alívio, conforto e segurança (ANDRADE, et al., 2019).

A organização mundial da saúde (OMS), fez uma definição do que é cuidados paliativos em 1990, e em 2002 fez atualização da definição, que segundo ela, cuidados paliativos consiste na assistência prestada por uma equipe multidisciplinar que tem como objetivo a melhora na qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante da exposição da vida ameaçada por uma doença, através da prevenção, da diminuição do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e sintomas físicos sociais, psicológicos e espirituais (ANDRADE, et al., 2019).

Cuidados paliativos tratam do doente e não mais da patologia em si, sendo esse cuidado um conjunto de ações que gera condição de vida para o paciente. Nesse contexto, o enfermeiro tem um olhar não somente acerca das necessidade físicas, mas também do ponto de vista emocional, social e espiritual. Essa assistência proporcionada pelo enfermeiro não limita-se apenas à pessoa doente, estende-se ainda para a família que desempenha importante papel no cuidado paliativo frente ao conforto necessário prestado ao indivíduo doente (ANDRADE, et al., 2019).

O enfermeiro tem papel fundamental para a promoção do cuidado paliativo, bem como na aceitação do diagnóstico e auxílio para a aceitação e convivência da patologia, prestando assistência integral ao usuário e a todos os envolvidos no processo de doença. Por meio da escuta, o enfermeiro tem o objetivo de diminuir a ansiedade do paciente devido ao medo que a doença traz e do futuro que os aguarda. É imprescindível a comunicação entre enfermeiro, paciente e família (ANDRADE, et al., 2019).

O profissional enfermeiro além de desenvolver as técnicas necessárias ao cuidado frente a necessidade do idoso com câncer em cuidados paliativos, deve manter uma boa comunicação com o paciente além de proporcionar conforto por meio de um olhar carinhoso, um toque, um sorriso, pois com isso é gerado confiança entre profissional e paciente, sendo a confiança o alicerce fundamental na estrutura do cuidado paliativo. Além do que, desenvolver medidas que vão além do científico é humanização, característica intrínseca ao enfermeiro (ANDRADE, et al. 2019).

A atuação do enfermeiro no cuidado paliativo à pessoa idosa com neoplasia é bastante complexa, vai muito mais além do que somente deixar o paciente em uma posição confortável, aquecido no leito e proporcionar alívio da dor. O cuidado proporcionado, a assistência prestada pelo profissional enfermeiro perpassa as medidas de alívio do sofrimento em decorrência das dores e complicações que o câncer traz, o enfermeiro atende de forma holística as necessidades do idoso. (CARDOSO, et al., 2019).

Nesse sentido, toda a equipe de enfermagem, especialmente o enfermeiro devem prestar cuidados de maneira integral e humanizada, promovendo estratégias que promovam conforto, respeito,

dignidade e alívio do sofrimento, além de garantir princípios e valores da bioética no ato do cuidar (CARDOSO, et al., 2019).

Diante do exposto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os cuidados prestados pelo enfermeiro à pessoa idosa com neoplasia em cuidados paliativos? Em resposta a essa questão de pesquisa, objetivou-se analisar o cuidado de enfermagem na assistência prestada ao paciente idoso com neoplasia em cuidados paliativos.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, cuja prática é baseada em evidências que permite a busca, a avaliação crítica e síntese de evidências. As etapas da pesquisa foram feitas a partir da escolha do tema e problema de pesquisa, fazendo busca na literatura, avaliação dos estudos e interpretação dos resultados e discussões (MENDES et al., 2008).

A procura dos artigos ocorreu a partir dos descritores em ciência da saúde (DeCS): Neoplasia, Saúde do idoso, Cuidados paliativos, Assistência de enfermagem, feito a combinação com o operador booleano AND. A coleta de dados foi feita na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados eletrônicas: Literatura Latino Americana (LILACS);

SciELO (Scientific Electronic Library Online); BVS (Biblioteca Virtual em Saúde); BDENF (base de dados de enfermagem) e site do Ministério da Saúde, no mês julho de 2020.

Como critério de inclusão após a operação de permutação com o operador booleano AND, foram selecionados estudos em português publicados no período de 2015 à 2020 que abordassem de forma objetiva o tema estudado e textos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas. Como critério de exclusão, foram excluídas publicações que não enquadravam-se no tema proposto.

Após os critérios de inclusão e exclusão, obteve-se o resultado de 10 artigos, no qual foi feita a leitura dos seus respectivos resumos, com o intuito de fazer a seleção daqueles que melhor se adapta ao assunto escolhido. A amostra final constitui-se de 10 artigos para compor a revisão integrativa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

**QUADRO 1:** Distribuição dos dados analisados como título, autores, ano de publicação, objetivo, resultados principais. Natal, 2020.

Autor	Objetivo	Principais resultados
SANGUINO, et al., 2018.	Analisar o cuidado de enfermagem ao idoso em diversos cenários de um hospital geral, com ênfase no preparo profissional, limites e particularidades das práticas assistenciais.	Discute a importância da atuação do enfermeiro no âmbito do cuidado ao idoso, visto que o próprio processo natural da senescência gera no indivíduo necessidades particulares. Necessidades essas singulares a cada um, o que exige do profissional enfermeiro sensibilidade e perspicácia ao prestar à assistência. Além de enfatizar a importância do apoio que o enfermeiro deve oferecer ao paciente idoso hospitalizado em cuidados paliativos, ou não.
ANDRADE, et al., 2019.	Conhecer e analisar a produção científica no período de 2005 à 2016 em relação cuidados paliativos e a importância da comunicação na	Demonstra as contribuições do enfermeiro através da comunicação no tratamento do cuidado paliativo, além de explicitar a grande importância do processo de interação entre paciente, profissional enfermeiro e família. Por meio deste processo o enfermeiro contriui para que o paciente saiba lidar com as preocupações e dificuldades que a patologia e hospitalização acarreta.

	estratégia dos cuidados paliativos.	
MENEGUIN; BANJA; FERREIRA, 2017.	Apreender a percepção dos profissionais de enfermagem acerca do significado de ser idoso e identificar facilidades e dificuldades enfrentadas na assistência prestada ao idoso hospitalizado.	Evidencia a importância do enfermeiro em se fazer presente como meio de contribuir para amenizar o sofrimento do idoso durante o período de hospitalização. Além de enfatizar a necessidade de cuidar do idoso em cuidado paliativo em tratamento oncológico em sua integralidade, de forma humanizada, com respeito e valorização do cuidado.
CORDEIRO, 2018.	Identificar nas narrativas de vida do pacientes com câncer de pulmão em tratamento quimioterápico o entendimento sobre promoção da saúde, processo de adoecimento e cuidado; discutir ações de enfrentamento do adoecimento por estes pacientes e as adequações ao novo modo de vida.	Discute a importância do enfermeiro na escuta, acolhimento, cuidado e assistência prestada à pessoa idosa oncológica. Além de explicitar que o profissional enfermeiro desempenha papel importante durante todo o processo da doença em seu tratamento quimioterápico.

<p>SILVA; PACHECO; SOUZA, 2020.</p>	<p>Identificar quais diagnósticos de enfermagem da taxonomia da North American Nursing Diagnosis Association Internacional (NANDA-I) descritos ou indicados nas produções científicas possuem relação com os pacientes em cuidados paliativos e quais são as intervenções de enfermagem mais adequadas segundo a Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC).</p>	<p>Identificar diagnósticos segundo a taxonomia do NANDA que relacionam-se com o conceito de cuidados paliativos, estabelecendo intervenções segundo a taxonomia do NIC, e que por meio dessas intervenções, a assistência seja prestada de forma humanizada ao paciente idoso em cuidados paliativos.</p>
<p>GOMES, 2019.</p>	<p>destacar a importância da comunicação na relação entre família equipe de enfermagem e pacientes em finitude; ressaltar a relevância dos familiares na habilidade e presteza da assistência estabelecida ao doente oncológico em cuidados paliativos.</p>	<p>Discute a importância do estabelecimento da comunicação entre o profissional enfermeiro e paciente em câncer terminal, buscando ainda integrar essa comunicação e cuidado aos familiares. Além de ressaltar a importância da família no processo do cuidado paliativo, como terapêutica de conforto e confiabilidade.</p>



FREITAS; ALVAREZ, 2020.	Compreender, dentro das melhores práticas, as experiências de busca por conhecimento e utilização da experiência profissional dos enfermeiros no cuidado da pessoa idosa.	Discute a percepção dos profissionais da equipe multidisciplinar que o enfermeiro é o profissional capaz de articular e interagir os saberes (conhecer, saber, ser e conviver), o que possibilita uma assistência ampla e humanizada, proporcionando práticas de promoção ao cuidado ao paciente idoso.
CARDOSO, et al., 2019.	Refletir sobre a promoção do bem-estar do idoso hospitalizado a partir da teoria do conforto e dos princípios da bioética.	Discute a promoção do cuidado prestado ao idoso baseado nos princípios da bioética. Além de enfatizar que as estratégias para proporcionar o cuidado ao idoso hospitalizado, devem ser planejadas conforme o desejo do protagonista do cuidado. Discute também que a partir do estabelecimento de uma relação de confiança com o enfermeiro e idoso, ações terapêuticas invasivas podem ser evitadas.
SANTOS, et al., 2020.	Analisar a percepção de enfermeiros acerca da sua vivência em cuidados paliativos.	Destaca a promoção do conforto à pessoa idosa em cuidados paliativos, enfatizando que o mesmo deve ser oferecido de forma individualizada de acordo com sua necessidade, com intuito de proporcionar um ambiente agradável, acolhedor. Essas medidas geram bem-estar físico, emocional, espiritual e psicológico.
QUEIROZ, et al., 2018.	Conhecer o significado de cuidados paliativos ao idoso para a equipe de enfermagem e identificar como ocorrem as interações da família com o idoso na unidade de terapia intensiva.	Evidencia que a comunicação entre a equipe de enfermagem e profissional enfermeiro com a família deve sempre ser mantida. Além de descrever diferentes olhares envolvidos nos cuidados paliativos salientando que o melhor cuidado ao paciente, sobretudo, à pessoa idosa, pode ser oportunizada mediante um olhar compreensivo e interativo com os familiares e pacientes.

FONTE: Dados de Pesquisa

O enfermeiro desenvolve suas práticas assistenciais possuindo respaldo pela resolução COFEN 359/2009, que dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem (SAE), além da implementação do processo de enfermagem nos serviços de saúde. Por meio dessa resolução, podemos identificar que o enfermeiro exerce funções no qual o cuidado a ser prestado ao paciente, é a base para o desenvolvimento de boas práticas.

Sanguino, et al 2018 em seu estudo, enfatizam que o enfermeiro é o profissional legalmente capaz de planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os pacientes na assistência de enfermagem. Em seu

estudo, é descrito ainda que os pacientes idosos apresentam características próprias do processo de envelhecimento e, essas características devem ser analisadas pelo enfermeiro para o planejamento da assistência da internação hospitalar.

Além da identificação da singularidade de cada idoso hospitalizado, Andrade et al., 2019 discutem a dimensão do que é o cuidado paliativo na assistência ao paciente idoso com neoplasia. Em seu estudo, é descrito a importância do enfermeiro na assistência do paciente em cuidados paliativos, destacando que por meio de uma escuta o enfermeiro consegue diminuir a ansiedade que a incerteza do cuidado paliativo traz ao idoso, além de enfatizar a importância da criação de um elo comunicativo entre não somente o paciente, mas também com a família.

É importante frisar que a condição do usuário em não verbalizar, não exime a responsabilidade do enfermeiro proporcionar confiança ao paciente, por meio da demonstração de afeto e compromisso com o idoso hospitalizado. Essa ideia parte do princípio de que o usuário necessita sentir-se cuidado e amparado pelo enfermeiro, proporcionando sensação de proteção, consolo e paz interior (ANDRADE, et al.,2019).

Meneguim; Banja; Ferreira, 2017 falam que o próprio repouso prolongado no leito durante a hospitalização do idoso, predispõe o desenvolvimento de complicações no quadro clínico, o que conseqüentemente gera maior dependência da equipe de enfermagem. Através do seu estudo, foi possível identificar a evidência da importância do enfermeiro em se fazer presente na contribuição da minimização do sofrimento do idoso durante o período de hospitalização.

Percebe-se que a escuta oferecida pelo enfermeiro proporcionada ao paciente oncológico é de grande importância para desenvolver um elo de cuidado e confiança entre o doente e o profissional. Além do que, toda a assistência prestada pelo enfermeiro ao paciente durante o tratamento oncológico é de suma importância, devido ao acolhimento, assistência e medidas de conforto que o profissional proporciona (CORDEIRO, 2018).

Silva; Pacheco; Souza 2020, trazem em seu estudo a importância da taxonomia dos diagnósticos do NANDA e as intervenções de enfermagem que a taxonomia do NIC descreve. É descrito que a história dos cuidados paliativos é diretamente ligada à dor como um sintoma a ser controlado, e o fato da dor ser considerada como um sinal vital, esse diagnóstico deve ser alvo do enfermeiro, não somente nos cuidados paliativos, mas em todos os âmbitos.

É fato que a comunicação entre enfermeiro e paciente idoso oncológico em cuidados paliativos é de extrema importância, tal fato vêm sendo explícito de forma clara durante todo o estudo. Gomes, 2019 afirma que o laço criado envolve de uma comunicação segura prestada pelo enfermeiro, favorece confiança não só para o paciente, mas também para família.

As competências que o enfermeiro possui é reconhecida por profissionais da equipe multidisciplinar, isso é reflexo de uma atuação centrada no cuidado de forma integral. É reconhecido ainda que o profissional enfermeiro é apto e capacitado para desenvolver a articulação e integração dos saberes, possibilitando uma assistência com qualidade ao paciente (FREITAS; ALVAREZ, 2020).

Dentro da assistência prestada pelo enfermeiro, não se pode deixar de citar que no âmbito do cuidado paliativo ou não, a promoção de medidas de conforto é intrínseca à enfermagem. Práticas holísticas e confortadoras que o enfermeiro proporciona, constituem intervenções e estratégias benéficas, individualizadas e consentidas pelo idoso e pela família. Nesse sentido, o objetivo do cuidado paliativo é também favorecer completa satisfação das necessidades do paciente, valorizando suas experiências de vida como ações particulares de conforto (CARDOSO, et al., 2019).

O enfermeiro é o profissional que presta assistência direta ao paciente, sendo assim, acompanha diariamente os progressos ou regressões do estado de saúde do cliente. Nesse sentido, o enfermeiro tem autonomia de proporcionar o cuidado paliativo de forma integral, visto que sabe identificar as reais necessidades levando em consideração a singularidade de cada paciente (SANTOS, et al., 2020).

Queiroz et al., 2018 falam da importância da família no processo dos cuidados paliativos, reconhecendo a família como importante peça nesse processo. A participação familiar gera confiança, afeto, segurança e apoio ao paciente idoso hospitalizado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se concluir que a enfermagem tem papel fundamental em todo o processo assistencial de forma humanizada e contínua, principalmente ao paciente idoso em tratamento oncológico paliativo, em virtude do processo de senescência que requer maior atenção. O enfermeiro é capacitado a elaborar de maneira sistemática a assistência adequada para cada cliente, de acordo com sua necessidade respeitando as particularidades de cada um, proporcionando ao paciente qualidade de vida livre de sofrimento físico e emocional. Dessa forma, evidencia-se que através da atuação do enfermeiro, o paciente é assistido de forma integral, respeitando sua individualidade e princípios. Cuidar do idoso com neoplasia em palição, vai muito além do que apenas oferecer medidas de

conforto, é ter a sensibilidade de reconhecer o paciente como um todo, proporcionando atenção, amparo e cuidado.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A.M; FREITAS, M.A. Melhores práticas de enfermagem na saúde da pessoa idosa. REVISTA DE ENFERMAGEM UFPE on line. v.14. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem>. Acesso em: 13 jul 2020.

ANDRADE, G.B; PEDROSO, V.S.M; WEYKAMP, J.M, et al. Cuidados paliativos e a importância da comunicação entre o enfermeiro e paciente, familiar e cuidador. Revista online de pesquisa: Cuidado é fundamental. v. 11, n.3, abr/jun 2019. Disponível em:

<http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6693>. Acesso em: 13 jul 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. O que é câncer? 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer>. Acesso em: 13 de jul 2020.

CARDOSO, L.B; PACHECO, S.T.A; CALDAS, P.C; et al. Prática confortadora ao idoso hospitalizado à luz da bioética. Revista bioética. v. 27, n.4, out/dez. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/bioet/v27n4/1983-8042-bioet-27-04-0595.pdf>. Acesso em: 13 jul 2020.

CORDEIRO, V.S. O cuidado de enfermagem à pessoa idosa em tratamento quimioterápico: narrativas de vida. 2018. Dissertação (mestrado em enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GOMES, M.I.G. Cuidados paliativos: relação eficaz entre equipe de enfermagem, pacientes oncológicos e seus familiares. Revista rede de cuidados em saúde. v. 13, n.2, dez 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047234>. Acesso em: 13 jul 2020.

MENEGUIN, S.M; BANJA, P.F.T; FERREIRA, M.L.S. Cuidado ao paciente idoso hospitalizado: implicações para a equipe de enfermagem. Revista de enfermagem Uerj. v. 25, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/16107>. Acesso em: 13 jul 2020.

MENDES,SILVEIRA,GALVÃO. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. v.17, n.4, outubro 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 13 jul 2020.

PACHECO, P.Q.C; SILVA, D.E.S; SOUZA, S.G. Cuidados paliativos e sua relação com os diagnósticos de enfermagem das taxonomias NANDA-I y NIC. Revista online de pesquisa: cuidado é fundamental. v. 12, p. 282-291, jan/dez 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047745>. Acesso em: 13 Jul 2020.

QUEIROZ, A.T; RIBEIRO, M.C.A; GUEDES, C.V.M, et al. Cuidados paliativos ao idoso na terapia intensiva olhar da equipe de enfermagem. v. 27, n.1, mar. 2018. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072018000100310&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000100310&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 13 jul 2020.

SANGUINO, G.Z; PREVIATO, F.G; SILVA, A.S, et al. O trabalho de enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado: limites e particularidades. Revista online de pesquisa: cuidado é fundamental. v.10, n.1, p. 160-166, jan/mar. 2018. Disponível em:

[http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6015/pdf\\_1](http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6015/pdf_1). Acesso em: 13 jul 2020.

SANTOS, A.M; NARCISO, A.C; EVANGELHISTA, C.B, et al. Vivência de enfermagem acerca de cuidados paliativos. Revista online de pesquisa cuidado: é fundamental. v.12, p.479-484, jan/dez. 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/8536>. Acesso em: 13 jul 2020.

# Capítulo 17



10.37423/210403943

## LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE ENVASAMENTO DA ÁGUA DO COCO VERDE

*Karen Maria da Costa Mattos*

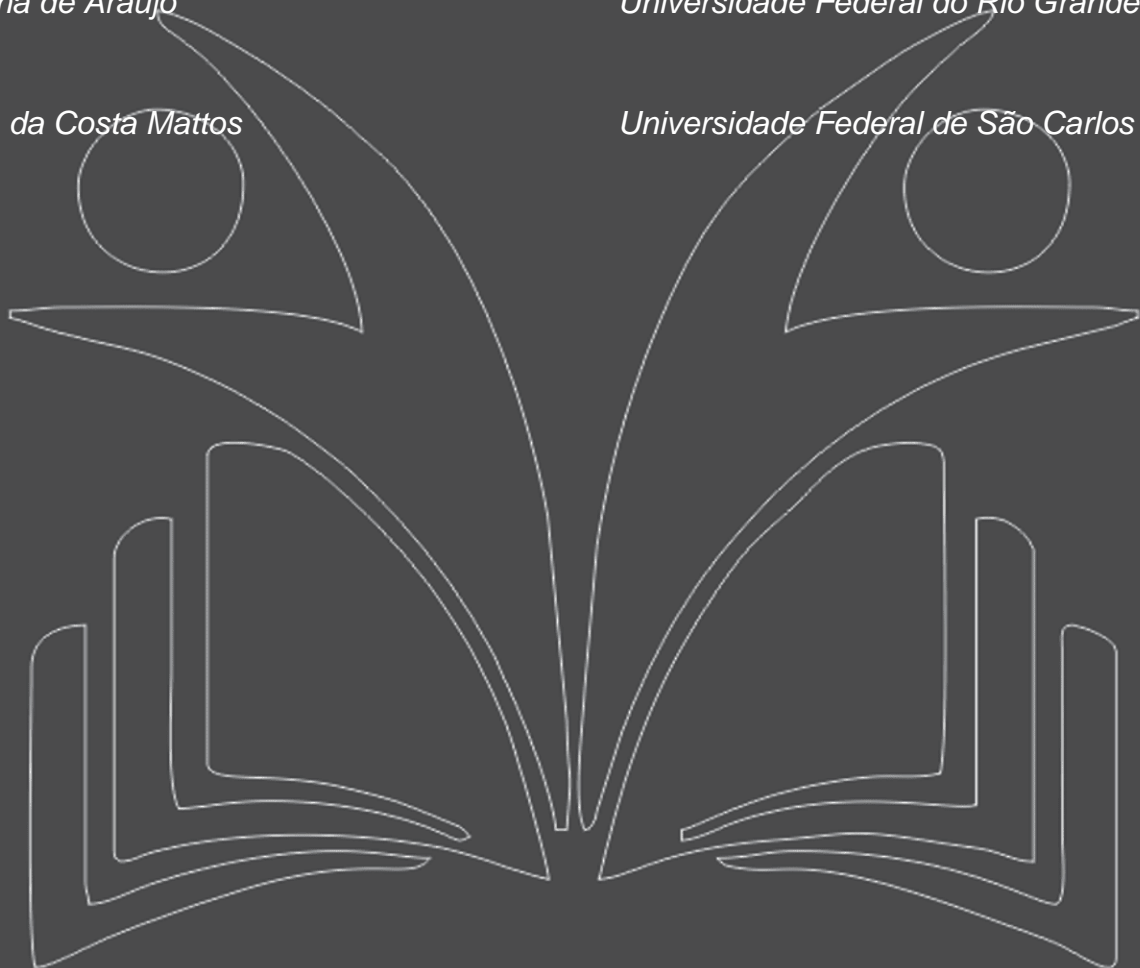
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*Anna Cristina de Araujo*

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

*Katty Maria da Costa Mattos*

*Universidade Federal de São Carlos*



**Resumo:** A repercussão da questão ambiental dentro da organização e o crescimento de sua importância ocorrem a partir do momento em que a empresa se dá conta de que essa atividade, ao invés de ser uma área que só lhe propicia despesas, pode transforma-se em um excelente local de oportunidades de redução dos custos, e que pode ser viabilizado, seja através do reaproveitamento e venda dos resíduos e aumento das possibilidades de reciclagem, seja por meio da descoberta de novos componentes e novas matérias-primas que resultem em produtos mais confiáveis e tecnologicamente mais limpos. Esse artigo aborda este tema ao mostrar a realidade de uma empresa de envasamento do coco verde. Foi realizado um estudo na empresa Polpa10, empresa assim de envasamento da água do coco verde e polpa de frutas a partir de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa e método exploratório e descritivo. Os resultados indicam que a empresa usa a logística reversa como instrumento estratégico e ambiental visando ser manter competitivo, conseguimos detectar cinco entraves na logística reversa do resíduo do coco verde na indústria, são eles, falta de incentivo governamental, poucos trabalhadores direcionados a esse processo, poucas máquinas diante da demanda produzida, falta de tecnologia e infra-estrutura adequada para secagem da fibra e por fim falta de compradores desse subprodutos na região.

**Palavras chave:** Logística Reversa, Coco verde, Meio Ambiente.



## 1 INTRODUÇÃO

Por falta de conhecimento, ou interesse institucional anualmente são despejados em lixões, ou aterros uma grande parte dos resíduos produzidos em indústrias, que em grande parte não recebem o cuidado que deveria, contaminando os recursos naturais, tão escassos. Além da poluição gerada, a falta de reaproveitamento causa um aumento contínuo na extração de matérias-primas. Os danos causados ao meio ambiente, vêm instigando vários estudiosos a procurar meios para prolongar a vida de um produto, seja reciclando, reutilizando podendo assim transformar o que era pra ser “lixo” em subprodutos. Para amenizar cada vez mais esses problemas, uma diversidade de instrumentos vem sendo estudados e implantados em empresas como a substituição de produtos naturais por sintéticos, indústrias mais limpas, aplicação da logística reversa entre tantos outros, vêm sendo colocados em prática. A logística reversa, ou logística verde, é um novo ramo da logística empresarial, que consiste em mais um instrumento para conter prolongar a vida útil de um produto ou matéria prima.

A repercussão da questão ambiental dentro da organização e o crescimento de sua importância ocorrem a partir do momento em que a empresa se dá conta de que essa atividade, ao invés de ser uma área que só lhe propicia despesas, pode transforma-se em um excelente local de oportunidades de redução dos custos, o que pode ser viabilizado, seja através do reaproveitamento e venda dos resíduos e aumento das possibilidades de reciclagem, seja por meio da descoberta de novos componentes e novas matérias-primas que resultem em produtos mais confiáveis e tecnologicamente mais limpos (DONAIRE, 2009, p.90).

Barbieri (2002, p.08) e Dias (2002, p.24) afirmam que a logística reversa pode “auxiliar no desempenho da empresa, o que gera a possibilidade de aproveitamento do que foi gerado e do que seria descartado, sendo assim, esse aproveitamento econômico poderá contribuir para redução dos impactos ambientais e sociais do lixo gerados por estes”.

Com a conceituação da logística reversa que se insere na área “da logística empresarial por possuir uma preocupação com os aspectos logísticos do retorno ao ciclo produtivo tornou-se de significativa importância por preocupar-se com fluxo logístico inverso, ou seja, a logística de trás para frente” (NHAN, 2003, p.07).

A utilização da logística reversa em empresas fornece um suporte para a melhoria e expansão e pode contribuir para o desenvolvimento da economia. As empresas se tornam competitivamente ativas ao utilizar técnicas de gestão que maximizem tanto a utilização de seus recursos quanto à satisfação dos clientes.

A cadeia logística direta do coco verde (*cocos nucifera l*) “origina-se na produção (agricultura) e geralmente termina no mercado consumidor, onde sua água é comercializada in natura ou processada pelas indústrias de envasamento, sendo comercializada em garrafas ou outros recipientes” (SCHWARTZ FILHO, 2006, 10).

O aproveitamento dos resíduos do coco verde (*cocos nucifera l*) através de uma cadeia agroindustrial para a geração de novos produtos, de maneira a criar mecanismos de reciclagem e uma alternativa a mais de lucro para empresas que trabalham com esse produto.

Segundo Senhoras (2003, p.26), “a utilização de toda a potencialidade de geração e uso dos subprodutos do coco se revela como uma genuína política pública eco-eficiente e sócio-ambiental responsável do setor privado”, potencial de geração de oportunidades de trabalho e renda e, conseqüentemente, pode contribuir para o desenvolvimento econômico local.

O fato é que 80% a 85% do peso bruto do coco verde que é processada em uma indústria de água de coco representa lixo. Este material é enviado para lixões e aterros sanitários. Esse problema se agrava principalmente, nos grandes centros urbanos onde esse material é de difícil descarte, sendo enviado para lixões e aterros sanitários provocando problema aos serviços municipais de coleta de lixo em função do seu grande volume. Apesar de levar entre 8 a 12 anos para se decompor, o desenvolvimento de técnicas de reciclagem para o produto não é menos importante, principalmente levando em conta que para cada 250 ml de água de coco 1 quilo de resíduo é gerado (ARAUJO, QUEIROZ e GOMES, 2008, p.03; SOUZA *et al*, p.12;

2010).

Quando despejado, principalmente em logradouros, compõe-se de um problema sócio-ambiental na infra-estrutura urbana de grave preocupação, por ser um produto que, oferece prejuízos à população devido ao seu poder de decomposição lenta. Vamos imaginar uma empresa que por dia envassa/fabrica 500 copos de 300 ml cada de água de coco,  $500 \times 300$  vai ser igual a 1500 (mil e quinhentos) litros de água de coco/dia. Ou seja, se cada coco tem mais ou menos 250 ml como afirma o autor acima, mensurando isso,  $1500/250 = 600$ . Então, 600 resíduos de coco verde são descartados por dia caso a empresa não trabalhe com as ferramentas da gestão ambiental e logística reversa para reciclar esse produto.

Portanto, o presente trabalho procura conhecer melhor a realidade da indústria Polpa10 que trabalha com polpas de frutas e envasamento do coco verde no estado do Rio Grande do Norte e verificar como funciona quais entraves existente na logística reversa do coco verde.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

### 2.1 LOGÍSTICA REVERSA

Estudos referentes à logística reversa começaram a ter importância a partir dos anos 80, onde seu conceito ainda limitava-se a um movimento que faz com que os produtos e informações sigam na direção oposta às atividades logísticas normais, portanto um movimento contrário ao fluxo direto de produtos na cadeia de suprimentos.

Já na década de 90 este tipo de atividade passou a ser mais freqüente, especialmente nos Estados Unidos e Europa, onde novos estudos foram realizados e novos conceitos formulados como a logística do retorno dos produtos, redução de recursos, reciclagem, e ações para substituição de materiais, reutilização de materiais, disposição final dos resíduos, reaproveitamento, reparação e re-manufatura de materiais, enfatizando a preocupação com as questões ambientais, a descrição básica desta ferramenta passou a ser mais consistente e baseada na constante busca pela redução de perdas por parte das empresas e distribuidores (RODRIGUES et al., 2002; CHAVES et al., 2005 e STOCK, 1992).

“A Logística Reversa tem sido citada com freqüência e de forma crescente em livros modernos de Logística Empresarial, em artigos internacionais e nacionais, demonstrando sua aplicabilidade e interesse em diversos setores empresariais” e apresentando novas oportunidades de negócios no Supply Chain Reverso, criado por esta nova área da Logística Empresarial. No Brasil, mais recentemente, seu interesse empresarial tem sido demonstrado por inúmeras palestras, seminários e consultas que temos realizado em associações, empresas e universidades e o interesse acadêmico pela sua inclusão como disciplina curricular em cursos de especialização em Logística Empresarial (LEITE, 2002, p.15).

A utilização da logística reversa em empresas fornece um suporte para a melhoria e expansão e pode contribuir para o desenvolvimento da economia. As empresas se tornam competitivamente ativas ao utilizar técnicas de gestão que maximizem tanto a utilização de seus recursos quanto à satisfação dos clientes. Na tabela 3, podemos observar os três tipos de Logística Reversa.

A Logística Reversa como a “área da Logística Empresarial que planeja, opera e controla o fluxo, e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda e de pós - consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, através dos Canais de Distribuição Reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros (LEITE, 2009, p.2).

A utilização da logística reversa em empresas fornece um suporte para a melhoria e expansão e pode contribuir para o desenvolvimento da economia. As empresas se tornam competitivamente ativas ao utilizar técnicas de gestão que maximizem tanto a utilização de seus recursos quanto à satisfação dos clientes. Na tabela 1, podemos observar os três tipos de Logística Reversa.

Tipos	Descrição
<b>Logística Reversa de pós-venda</b>	Trata do fluxo logístico e das informações logísticas correspondentes de bens de pós-venda, sem uso ou com pouco uso, que são devolvidos. Nessa categoria incluem-se erros nos processamentos dos pedidos, garantia dada pelo fabricante, defeitos ou falhas no funcionamento do produto, avarias no transporte, mercadorias em consignação, liquidação de estação de vendas, de estoque etc. Trata-se de produtos que podem retornar ao ciclo de pontas negócios agregando-lhes valor comercial, serem enviados à reciclagem ou para um destino final na impossibilidade de reaproveitamento.
<b>Logística Reversa de pós-consumo</b>	Operacionaliza o fluxo físico e as informações correspondentes de bens de consumo descartados pela sociedade, em fim de vida útil ou usados com possibilidade de reutilização, e resíduos industriais que retornam ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo pelos canais de distribuição reversos específicos. Esses produtos de pós-consumo poderão originar-se de bens duráveis ou descartáveis que poderão sofrer: Reuso; Desmanche ou Reciclagem. No caso de não haver nenhuma dessas possibilidades mencionadas, o produto deverá ter um “destino final” em aterros sanitários, lixões ou sofrerem incineração.
<b>Logística Reversa de embalagem</b>	Apesar de enquadrar-se na logística reversa de pós-venda ou pós-consumo, sua importância faz com que seja classificada numa categoria separada. Com a distribuição a mercados cada vez mais afastados, verifica-se um incremento com gastos de embalagem o que repercute no custo final do produto – dependendo do tipo de produto e de distribuição têm-se a embalagem primária, secundária, terciária, quaternária, e a de quinto nível que é a unidade containerizada ou embalagens especiais para envio à longa distância. Existe uma tendência mundial de se utilizar embalagens retornáveis, reutilizáveis ou de múltiplas viagens, tendo em vista que o total de resíduos aumenta a cada ano, causando impacto negativo ao meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Liva; et al. (2003).

Tabela 1: Três tipos de logística reversa

Podemos considerar que a logística reversa tende somente a ajudar ao gestor que necessita de uma ferramenta onde ajudem a melhorar o desempenho da empresa perante os problemas ambientais.

Diversos são os fatores citados em literatura sobre os possíveis aspectos da crescente utilização da logística reversa em empresas, o volume de resíduos sólidos que cresce a cada ano, as matérias-primas que se tornam cada vez mais escassas, a sensibilização da sociedade quanto à preocupação e preservação do meio ambiente contra o desperdício e o aumento de consciência ecológica dos consumidores que esperam que as empresas reduzam os impactos negativos de sua atividade ao meio ambiente, são alguns dos fatores que impulsionam os empreendimentos a se utilizarem da Logística Reversa visando a obter uma imagem institucional “ecologicamente correta” (LACERDA, 2002, ; RODRIGUES et al, 2002).

Porém, em pesquisa realizada por Nhan *et al.* (2003) em relação ao contexto da logística reversa no Brasil, 82% dos respondentes, ou seja, a grande maioria dos pesquisados considera que a logística reversa é um processo pouco aplicado pelas empresas no país. O restante dos entrevistados (18%) respondeu que a logística reversa é medianamente aplicada, não havendo resposta dizendo ser um processo bastante aplicado ou não aplicado. Considerando que a aplicação desta ferramenta ainda é restrita no Brasil, o que se reflete na existência limitada de referências sobre o tema bem como ainda um grande desconhecimento do assunto por parte da sociedade.

Vários aspectos da Logística Reversa relativos às empresas podem ainda ser considerados como tendências existindo um vasto campo a ser explorado no Brasil tendendo ao crescimento, as empresas interessadas devem buscar um tipo de estratégia que se torne a base de vantagem que a diferencie das concorrentes. Uma empresa deve criar e sustentar uma vantagem competitiva a partir do conhecimento aprofundado na sua estrutura do determinado setor de atuação, para que, através da elaboração e implementação de uma estratégia, ela consiga atingir uma posição competitiva favorável que a impeça das ameaças de entrantes, do poder de negociação dos fornecedores, do poder de negociação dos compradores, da pressão dos produtos substitutos e da intensidade da rivalidade entre os concorrentes já existentes (SARIAN, 2003, p.1.)

Para ser visualizada e compreendida, a vantagem competitiva não pode ser analisada sob o ponto de vista da empresa como um todo, pois ela se origina nas atividades segmentadas como produção, projeto, marketing, logística, dentre outras.

Então, podemos dizer que a logística contribui para o sucesso das organizações não somente por propiciar aos clientes a entrega precisa de produtos, mas também por promover suporte ao produto após sua venda ou consumo, “tais iniciativas têm trazido consideráveis retornos para as empresas justificando os investimentos realizados e estimulando novas iniciativas” (LACERDA, 2002, p.2).

### 2.3 COCO VERDE (COCOS NUCIFERA L)

O coco (cocos nucifera L) da família Palmae conhecida vulgarmente por coco verde anão, é característico das restingas da orla atlântica, principalmente da região nordeste. “É uma monocotiledônea amplamente cultivada e utilizada comercialmente, diversa em cor, forma e tamanho e possui excelentes propriedades sensoriais, terapêuticas e nutricionais”. (QUEIROZ e NÓBREGA, 2006, p.5).

Nos países Asiáticos, Africanos e na quase totalidade dos países da América Latina o coqueiro é explorado basicamente para produção de copra e óleo. No Brasil utiliza-se os frutos do coqueiro como alimento, tanto no uso in natura (água-de-coco e polpa) quanto na agroindústria, na confecção de leite de coco, coco ralado, água de coco entre outros. “O Brasil é o quarto maior produtor de coco com 2,7 bilhões de frutos/ano representando apenas 5,35% da produção mundial” (FAO, 2003, p.1).

A demanda do coco é crescente e significativa no Brasil e é suprida pela extração da água do fruto in natura. Para comprovação de tal fato, Carrijo (2002, p.11) afirma que em 2000, “já havia no país cerca de 80 indústrias de pequeno porte e três de grande porte destinada à exploração desse produto”. Tal fato pode se tornar um problema, no ciclo de vida deste recurso natural, considerando que o descarte da casca de coco verde, subproduto do uso e da industrialização da água de coco é depositada em lixões.

O consumo do coco verde e maduro e a vocação natural para a industrialização de sua água vêm aumentando, estima-se que 20% ao ano segundo alguns autores. O problema, no entanto, é que o aumento da água-de-coco esta gerando cerca de 6,7 milhões de toneladas de casca/ano, transformando-se em um sério problema ambiental, principalmente para as grandes cidades.

Só para se ter uma idéia, assegura Senhoras (2003, p.3), cerca de “70% do lixo gerado no litoral dos grandes centros urbanos do Brasil é composto por cascas de coco verde, material de difícil degradação e que, além de foco e proliferação de doenças, vem diminuindo a vida útil de aterros sanitários”.

As cascas do coco verde correspondem a 80% do peso bruto do fruto, normalmente são descartadas como mostram as figuras ou destinadas aos aterros ou lixões, provocando problema aos serviços municipais de coleta de lixo em função do seu grande volume. Ao contrário das cascas de coco seco que são utilizadas tradicionalmente para a produção de pó e fibra.

Segundo Nóbrega (2003, p.75), “na cidade de João Pessoa/PB a quantidade de lixo produzido por dia é em média 940 t, do total de resíduos produzidos na cidade e 5,76% são de coco correspondendo a 27,84 t/dia”. Quando despejado, principalmente em logradouros, compõe-se de um problema sócio-ambiental na infra-estrutura urbana de grave preocupação, por ser um produto que, oferece prejuízos à população devido ao seu poder de decomposição lento em cerca de 8 a 12 anos. Além de gerar desperdícios, constitui-se uma ameaça constante à qualidade de vida das populações e a contaminação ambiental, pois incita a proliferação de doenças tropicais transmitidas por insetos. Porém se reciclado ou reposicionado, poderá oferecer benefícios relevantes à sociedade devido a suas características físico-químicas.

Segundo Salazar (2005, p.5), “os resíduos do coco apresenta baixa densidade, baixo consumo de energia, baixo custo, baixa abrasividade, atoxicidade, reciclabilidade, boas propriedades mecânicas, geração de empregos rurais, longa durabilidade sem alteração de suas características físicas, abundância de matéria-prima renovável e alta porosidade podendo reter até 8 vezes seu próprio peso”.

O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), afirma que a produção anual de cocos no Brasil chega a 800 milhões de unidades. Nas cidades litorâneas, em especial aquelas voltadas ao turismo, as cascas de coco chegam a representar até 80% do lixo recolhido nas praias. A casca do coco acaba gerando um problema ambiental, uma vez que as cascas são levadas para lixões e outras áreas consideradas inadequadas.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho utilizamos como ferramenta o estudo de caso, e foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa de característica exploratória e descritiva. Gil (2008, p. 42) explica que pesquisa exploratória “é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. O mesmo ainda diz que tal pesquisa “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

É um estudo de caso. É denominado estudo de caso quando a pesquisa se caracteriza pela investigação de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir um conhecimento sobre o fato ao qual ele faz parte. Essa técnica tem diferentes propósitos, que são eles: explorar situações da vida real que não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita a determinada investigação; formular hipóteses

ou desenvolver teorias e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (Gil, 2008, p.45).

O primeiro método de um estudo de caso consiste em escolher a unidade-caso que será estudada. A unidade de análise escolhida para a referida pesquisa foi a indústria Polpa10 localizada no estado do Rio Grande do Norte. Foi utilizado como técnica a entrevista, questionário e observação. Quem respondeu o questionário foi o Técnico ambiental da empresa.

O questionário e a entrevista aplicado ao técnico ambiental contemplou questões relacionadas a indústria em si, ao sistema de produção, a logística reversa dos resíduos do coco verde, a quantidade de resíduos gerados e sua respectiva destinação final.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 SOBRE A EMPRESA

A indústria Polpa10 está localizada no estado do Rio Grande do Norte. Foi fundada em 2004, mas somente começou suas atividades em 2006, começou envasando coco verde e depois inseriu no seu mix de produtos as polpas de fruta para aproveitar a logística da entrega. O proprietário possui 200 hectares da cultura do coco verde plantados na fazenda que fica ao lado da empresa, onde é feito o reaproveitamento dos resíduos do coco verde gerados. Mesmo intuitivamente a empresa já trabalha com a logística reversa e gestão ambiental.

### 4.2 A LOGÍSTICA DO COCO VERDE (COCOS NUCIFERA L) DENTRO DA EMPRESA.

A indústria tem como objetivo o envasamento de água de coco e sucos naturais e a venda da fibra do coco. Possui uma demanda diária destinada a extração da água de 10 mil 12 mil unidades de coco na alta estação, em baixa estação esse valor cai pela metade.

Somente existem dois trabalhadores nesse processo, e mesmo assim eles não dedicam todo o expediente de 8 horas a somente nessa máquina, eles tiram o coco, levam para empresa fazer a extração voltam com os resíduos para o armazém e só assim começam o processo de desfibrar o coco verde.

Segundo o entrevistado a máquina que faz a extração da fibra do coco só tem capacidade de triturar 1200 (mil e duzentos) unidades de coco por hora.

Então com os dados obtidos podemos verificar que em alta estação a perda dos resíduos é considerável, pois se os dois funcionários mesmo que trabalhassem as 8 horas corridas



dedicados a máquina de desfibrar ainda não daria conta, como podemos observar acima o entrevistado diz que em alta estação a demanda diária da extração de água de coco fica entre 10 a 12 mil, se a máquina só processa 1200 (mil e duzentos) por hora, que dizer que  $1200 \times 8 = 9600$ . Ou seja, mesmo com dedicação exclusiva dos funcionários ao processo de extrair a fibra ainda existe uma perda de 2400 (dois mil e quatrocentos) unidades de coco por dia. Podemos observar essa realidade na figura 7. Então podemos considerar o primeiro e segundo entrave nessa análise, falta de mais funcionários e falta de maquinários.

Segundo o técnico ambiental da empresa somente em baixa estação que pode controlar esse desperdício de resíduo. De acordo com Mattedi (2005, p.9) “o coco verde possui características próprias e, portanto, deve ser reciclado de forma distinta a do coco seco, seja por apresentar muita umidade ou por não ter características tão atraentes”.



Fonte: Pesquisa Direta (2010)

Fonte: Pesquisa Direta(2010)

Fonte: Pesquisa Direta(2010)

**Figura 1, 2 e 3:** Composto Agrícola para venda; Fibra antes da secagem e Ambiente de secagem

Quando perguntado se a empresa sabia mensurar a quantidade de resíduos desperdiçados por falta de insuficiência de maquinários, a resposta não. Podemos observar os resíduos desperdiçados nas figuras 4, 5 e 6.

O endocarpo mais conhecido como a “quenga do coco” que é a parte mais dura do coco, ainda não é reaproveitada na empresa, segundo o entrevistado “ainda não existe na empresa uma máquina específica para retirada desse material, “se fomos retirar manualmente perdemos muito tempo, então colocamos todo o coco na máquina e o endocarpo é triturado” como podemos observar na figura 5. Podemos observar assim um problema, desperdício de matéria prima que pode virar produtos artesanais, existe um projeto na Paraíba somente com o uso do endocarpo, é uma cooperativa onde se faz produtos artesanais.



Fonte: Pesquisa Direta (2010)

Fonte: Pesquisa Direta (2010)

Fonte: Pesquisa Direta (2010)

**Figura 4, 5 e 6:** Desperdício do resíduo do coco; Endocarpo (quenga) triturado e Composto orgânico inutilizado

Perguntamos quais os produtos derivados do coco verde que a empresa trabalhava, segundo o entrevistado, “envasamos a água, produzimos a fibra, da fibra tiramos o composto orgânico que serve para adubação, que inclusive o preço desse adubo é 60,00 reais o m<sup>3</sup> e ainda retiramos o líquido da casca do coco verde –LCCV”. Que infelizmente ainda é desperdiçado, pois segundo o entrevistado não existe comprador na região. O Entrevistado diz que “às vezes utilizamos esse líquido para aguar as plantações de coco”. Podemos observar o composto orgânico na figura 1 e o LCCV na figura 7. Então podemos observar que a empresa tem vários beneficiamentos dos resíduos coco verde, são eles: a fibra, substrato para adubação e o líquido da casca do coco verde. Segundo o entrevistado toda a fibra produzida na empresa é destinada para uma empresa de São Paulo. Podemos ver o carregamento mensal da fibra na Figura 9. Consideramos a falta de compradores no estado o terceiro entrave, pois a falta de compradores para alguns produtos implica em desperdício e o gasto com transporte um desperdício financeiro.

Não existe nenhum incentivo ou projeto do governo com a empresa para reaproveitamento dos resíduos do coco verde. De acordo com o entrevistado, “uma parceria com o governo para compra de maquinários e tecnologia adequada seria muito bom para empresa, uma vez que os maquinários e tecnologias adequadas custa muito caro”. Consideramos esse o quarto entrave, já que apoio governamental afeta sim o desenvolvimento da logística, pois a falta de investimento pode atrasar e afetar significativamente na logística reversa e/ou causar desperdício na empresa, que é a realidade atual da empresa.



Fonte: Pesquisa Direta



Fonte: Pesquisa Direta



Fonte: Pesquisa Direta

**Figuras 7, 8 e 9:** LCCV desperdiçado; Exemplo de secagem da fibra e carregamento de lotes da fibra de coco

Segundo a pesquisa o processo de secagem da fibra ainda não é adequado, pois demora muito a secagem, e segundo o entrevistado ainda não tem galpão suficiente para toda a produção. Então temos que esperar secar o que está exposto para colocar novamente, mas a empresa está com planos de expansão nessa parte do processo. Consideramos o quinto entrave, pois em alta estação como o entrevistado afirmou, as fibras precisam ficar em estoque esperando cada lote de fibra secar por falta galpões ou tecnologias que fazem o processo de secagem mais rápido. Podemos observar a secagem atual nas figuras 3 e 8. “Os resíduos do coco verde, sujeitos a qualquer processo de secagem, não apresentam as mesmas características que as do coco seco. Porém sua utilização é viável economicamente, mesmo que em alguns casos o material tenham que ser tratado por processos industriais” (MATTEDI, 2005, p.7).

#### 4.3 A ÓTICA DA EMPRESA DIANTE DO PRODUTO COCO VERDE

O entrevistado informou que “a tonelada da fibra do coco verde custa entre 690 a 800 reais, mesmo ela ainda “suja” já que também não tem tecnologia suficiente para limpar a fibra como a empresa de São Paulo gostaria. Ou seja, podemos verificar que existe mercado para esse produto. Pois mesmo a fibra não sendo de boa qualidade, ainda sim a empresa compra. Segundo Schwartz filho (2006, p.37) “a fibra de coco apresenta inúmeras vantagens na sua utilização, além de ser um material ecológico e facilmente reciclável. Pertence à família das fibras duras, tem como espoco principais componentes a celulose e o lenho que lhe conferem elevados índices de resistência, durabilidade e resiliência”.

Segundo o técnico ambiental da empresa, o coco verde é um produto onde “tudo é aproveitado, desde que tenha tecnologia e apoio governamental que dê suporte para isso”. Esse fruto é dividido em 4 partes, o exocarpo, o mesocarpo, o endocarpo ou casca,

o endosperma ou albúdem (água). A cultura de Cocos nucifera L, é importante para alimentação e geração de renda pela possibilidade de utilização de suas diversas partes, como raiz, estirpe, inflorescência, folhas e principalmente fruto, razão pela qual também tem sido denominada de “árvore da vida”(WADT, 1997, p.51).

Quando perguntado sobre os planos futuros da empresa, a mesma quer aprimorar o processo da logística reversa no setor da secagem e lavagem da fibra e buscar parcerias governamentais para contratação de mais trabalhadores para esse processo e formar parcerias com a comunidade para reaproveitamento da quenga de coco que é triturada e desperdiçadas, para quem sabe montar uma cooperativa de artesanato com esse resíduos.

De acordo com o entrevistado, as maiores dificuldades para trabalhar com os produtos derivados do coco verde são a falta de incentivo governamental, a falta de compradores, a falta de interesse das comunidades e o custo alto do transporte para enviar a fibra produzida para São Paulo, que segundo o gerente, “encarece o produto final”. “Se esse produto fosse comprado por empresas do RN, tudo facilitaria”.

#### 4.4 ENTRAVES DETECTADOS, EUS RESPECTIVOS PROBLEMAS E ALGUMAS SUGESTÕES PARA MELHORAMENTO DA LOGÍSTICA REVERSA DA INDÚSTRIA POLPA 10.

Entraves	Problemas causados	Sugestões de melhoria
Poucos trabalhadores para muita tarefa	Desperdícios e acúmulo desnecessário a céu aberto do dos resíduos do coco verde.	Contratação de mão de obra e direcioná-las ao processo de reaproveitamento do resíduo coco verde.
Falta de Maquinários	Somente uma máquina para extrair a fibra do coco verde. Desperdício do endocarpo do coco.	Parceria com governo e bancos para financiamento de maquinários para suprir a demanda da indústria. Parcerias com as comunidades vizinha para possíveis cooperativas para produzir produtos artesanais com endocarpo.
Falta de compradores para o líquido da casca do coco ver LCCV	Acúmulo desse líquido ao céu aberto proliferando insetos e a degradação da imagem ambiental do local de reutilização dos resíduos do coco verde.	Parcerias com empresas para comprar esse resíduo ou usar todo líquido para dos coqueiros.
Falta de incentivo Governamental	A empresa não consegue comprar os maquinários necessários para ampliação da empresa uma vez que o investimento é muito alto o retorno lento e além da depreciação rápida dos maquinários.	Parcerias com o governo para abatimento no preço dos maquinários incentivo a outras empresas para compra da fibra no próprio RN.
Falta de infraestrutura e/ou tecnologia adequada para secagem da fibra	A fibra ainda não é adequada, pois o processo de secagem demora muito por não ter muitos galpões, e segundo o entrevistado ainda não tem galpão suficiente para toda a produção.	Investimento na construção de novos galpões ou fazer investimento tecnológico para compra da máquina apropriada para secagem da fibra.

Fonte: Pesquisa direta (2010).

Tabela 2: Entraves, seus respectivos problemas e sugestões de melhoria na indústria Polpa 10.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do tema logística reversa não constituir uma novidade nas organizações, verifica-se que o mesmo passou a ser um fator fundamental nos moldes gerenciais competitivos dela pois de uma forma ou de outra contribui para o meio ambiente. Donaire (2009, p.51) “algumas empresas, porém, têm demonstrado que é possível ganhar dinheiro e proteger o meio ambiente mesmo não sendo uma organização que atua no chamado “mercado verde” desde que as empresas possuam certa dose de criatividade e condições internas que possam transformar as restrições e ameaças ambientais em oportunidades de negócios”.

Entretanto, o Brasil apresenta uma peculiaridade com relação ao coco, enquanto mundialmente seu processamento “é realizado no seu estágio final de maturação para a produção de óleo e outros produtos, no país esse fruto é consumido também imaturo para o aproveitamento da água acumulada no seu interior” (Rosa et al., 2001, p.21).

Apesar do cultivo do coco ser antigo no País, apenas recentemente e face à conscientização ambiental é que se iniciou o estudo e iniciativas para o processamento e uso comercial da fibra de coco, antes basicamente rejeitada. A fibra de coco verde apresenta um grande potencial de exploração comercial, uma vez que pode ser utilizada como fonte alternativa em diversos setores industriais.

Os entraves na logística reversa do produto coco verde na indústria Polpa10, está ocasionado problemas, como de mais falta mão-de-obra e falta de incentivos governamentais ocasionado desperdício de tempo, de dinheiro e resíduos no sistema produtivo do coco verde, podemos observar esses entraves tabela 2.

Por fim, o presente artigo conseguir mostrar a importância da logística reversa dentro de um projeto de reaproveitamento de resíduos, pois essa ferramenta consegue prolongar a vida útil de um produto, as vezes reciclando, reaproveitando ou até mesmo fazendo subprodutos.

Com tudo, averiguamos e concluímos que a indústria tem uma capacidade incrível de crescimento, mas por falta de problemas internos e externos os gargalos ou entraves no sistema produzido provoca vários problemas causando um efeito dominó. O gerenciamento de resíduos pode render um bom lucro para organização que consegue trabalhar a logística reversa sem entraves.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, A.C; QUEIROZ. A.R; GOMES. M.L.B. Gestão Ambiental: um estudo realizado com empreendedores e órgãos gestores sobre o manejo do coco (Cocos nucifera L. in: SEPRONE, Juazeiro, Bahia. 3 à 5 setembro. 2008.

BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004

CARRIJO, O.A; et al. Fibra da casca do coco verde como substrato agrícola. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 20, n. 4. 2002.

CHAVES, G. L. D. et al. Diagnóstico da Logística Reversa na Cadeia de Suprimentos de Alimentos Processados no Oeste Paranaense. In: XLIII congresso da SOBER. Ribeirão Preto, Julho de 2005.

DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.  
DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FAO. World Production. Disponível em:

<<http://apps.fao.org/page/collection?subset=agriculture>>. Acesso em 23 set. 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, L. Logística Reversa: uma Visão sobre os Conceitos Básicos e as Práticas Operacionais Centro de Estudos em Logística. COPPEAD, UFRJ, 2002. Disponível em:

<<http://www.cel.coppead.ufrj.br/fs-public.htm>> Acesso em Out. 2009.

LEITE, P.R. Logística Reversa: meio ambiente e competitividade. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. LEITE, P. R. Logística Reversa: Nona área da logística empresarial. In: Revista Tecnológica – Edit.Publicare. São Paulo, maio / 2002.

LIVA, P. B. G. et al. Logística Reversa. In: Gestão e Tecnologia Industrial. IETEC. 2003.

MATTEDI, F. Z. Estudo de localização na cadeia logística reversa do coco verde. Trabalho de iniciação científica. Departamento de engenharia de produção, Universidade Federal do Espírito Santo.2005.

NHAN, A. N. N. P. et al. Logística reversa no Brasil: a visão dos especialistas. Rio de Janeiro, CEFET/RJ.2002.

NÓBREGA. C. C. Viabilidade Econômica, com Valoração ambiental e Social, de sistemas de Coleta Seletiva de Resíduos Domiciliares:Estudo de Caso. João Pessoa/Pb, Tese de Doutorado, UFCG, Campina Grande/Pb – Brasil, 2003.

QUEIROZ, A. R.; NÓBREGA, C. C. Manejo Sustentável do Coco Verde Anão (Cocos nucifera L.) no município de João Pessoa-PB. Anais do I Simpósio Nordeste de Saneamento Ambiental, João Pessoa, 2006.

RODRIGUES, D. F. et al. Logística reversa: conceitos e componentes do sistema. in: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Curitiba – PR, 23 a 25 de outubro de 2002.

ROSA, M. F. et al. Caracterização do pó da casca de coco verde usado como substrato agrícola. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2001.

SALAZAR, V. L. P. Avaliação dos Produtos de emissão a partir da pirólise de assentos automotivos feitos d fibra de coco e de espuma de Poliuretano. Rev. Eng. San. Ambiental. v.10. N 2..2005. 162-166pp.

SARIAN, G. Logística reversa: os custos do retorno à origem. 2003. Disponível em:

<[www.integration.com.br](http://www.integration.com.br)> Acesso em: 05 out. 2009.

SCHWARTZ FILHO, A .J. Localização de Indústria de Reciclagem na Cadeia Logística Reversa do Coco

Verde. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

SENHORAS, E. M. Estratégias de uma Agenda para a Cadeia Industrial do Coco: Transformando a Ameaça dos Resíduos em Oportunidades Eco-Eficiente. Dissertação de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão e Estratégia de Empresas. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2003.

SOUZA, A.P; et al. Alternativa de Aproveitamento do Pó da Casca do Coco Verde. In: 25ª reunião anual da Sociedade Brasileira de química -SBQ. Disponível em:

< <http://sec.s bq.org.br/cdrom/30ra/resumos/T1583-1.pdf>> Acesso em: 24 mar.2010.

STOCK, J. R. Reverse Logistics. Oak Brook, IN: Council of Logistics Management, 1992.

WADT, L. H. O. Avaliação de divergência genética em coqueiro (Cocos nucifera L.) usando marcadores RAPD em amostras de plantas individuais ou compostas. Tese (Doutorado em Produção Vegetal). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 1997.

# Capítulo 18



10.37423/210403951

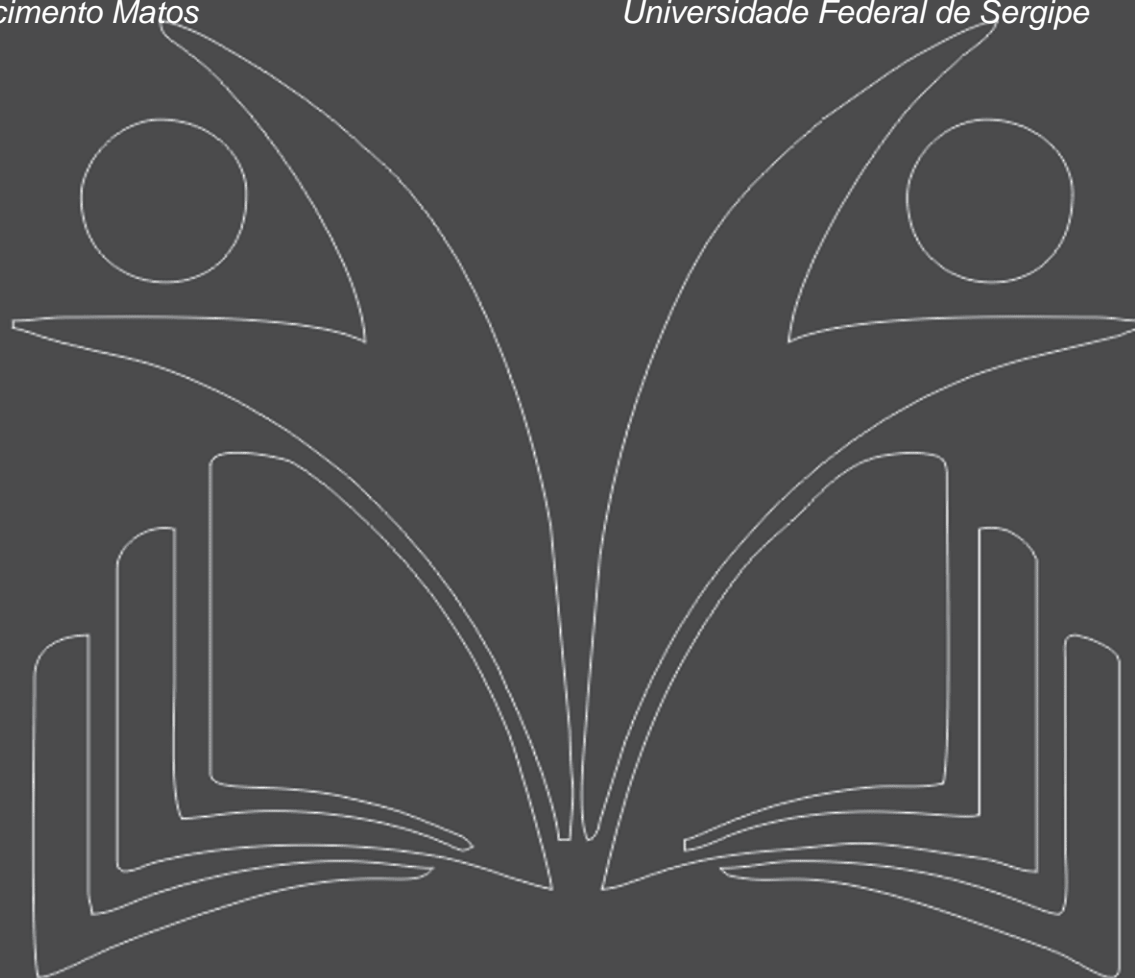
## A EXPRESSÃO REGIONAL DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

*Helma Monteiro Viana Vasconcelos*

*Universidade Federal de Sergipe*

*Elmer Nascimento Matos*

*Universidade Federal de Sergipe*





**Resumo:** O artigo analisa o processo de desindustrialização da economia brasileira sob a ótica do emprego, da renda e do comércio exterior expandindo a observação para as regiões do país. Conclui-se que a desindustrialização do Brasil ocorreu após a adoção das medidas de liberalização na década de 1990, quando a maioria dos setores da indústria nacional mais intensiva em tecnologia não havia atingido nível de maturidade suficientemente competitivo, do contrário, não foi possível evitar o crescimento da utilização de insumos importados na produção, e, além disso, o crescimento das vendas para o exterior de produtos não industriais intensivos em recursos naturais, fatores que cooperam para que a indústria perca prematuramente seu protagonismo na economia do país. Regionalmente, a desindustrialização do emprego se confirma na maioria das regiões brasileiras; quanto à produção os dados também sugerem o mesmo, com exceção do Centro-Oeste.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento regional; Desindustrialização; Indústria de transformação.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de desindustrialização observado no mundo é sempre objeto de discussões econômicas, principalmente quando se parte da premissa de que a indústria é determinante para o crescimento econômico. Já a partir dos anos 70 o assunto passou a ser tratado quando da constatação da perda constante do emprego da indústria nos níveis de emprego total das economias desenvolvidas. O conceito de desindustrialização foi ampliado ao longo dos anos considerando também o grau de industrialização das economias.

Nacionalmente há controvérsia sobre a ocorrência ou não de desindustrialização negativa no Brasil, que juntamente com outros países da América Latina estão entre os países em desenvolvimento que sofrem de desindustrialização prematura. Por ser o Brasil um país territorialmente extenso, com formação econômica regional que contribuiu para acentuar as desigualdades, torna-se importante verificar a desindustrialização expandindo o horizonte espacial de análise. Qual seria o cenário das estruturas produtivas regionais nesse contexto? Essa não é uma escala de análise muito observada, sendo mais comuns estudos que evidenciam a situação de determinado estado da federação, o que embora amplie a percepção do problema não é suficiente para colocá-lo diante da representatividade de cada região no agregado nacional.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de desindustrialização do Brasil bem como das estruturas produtivas regionais tendo em vista a extensão territorial do país e sua heterogeneidade. Especificamente, o trabalho aborda desde o referencial teórico sobre desindustrialização na literatura internacional, o debate sobre a ocorrência ou não desse processo no país, analisando os indicadores utilizados para embasar essa discussão mostrando a tendência que eles sugerem tanto em nível nacional como regional.

O trabalho está dividido em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção são abordados, de acordo com a literatura internacional sobre o tema, os diversos conceitos, possíveis causas e consequências que envolvem um processo de desindustrialização. A terceira seção aborda as principais discussões sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira além da análise dos indicadores para indicação de um processo de desindustrialização. Por sua vez, na quarta seção a análise se volta à desindustrialização sob a perspectiva regional em que são analisados os indicadores que fundamentam as conclusões sobre desindustrialização no país de maneira regional. Enfim, são realizadas considerações finais com as principais conclusões do trabalho.

## 2. A DISCUSSÃO INTERNACIONAL SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Os autores que tratam sobre desindustrialização o fazem a partir de diferentes medidas, inicialmente considerando o fator emprego e posteriormente, os níveis de participação da indústria na produção total e a formação das exportações e importações.

Na análise de Rowthorn e Ramaswamy (1999), a partir da observação do desempenho de economias desenvolvidas nos anos 70, o conceito desindustrialização se refere ao decréscimo constante dos níveis de emprego da indústria no emprego total de um país ou região, resultantes do aumento da produtividade do setor pela utilização de técnicas mais avançadas de produção. Além disso, os autores observaram uma relação de “U invertido” na trajetória do emprego e da renda de alguns países, ou seja, que ao longo do desenvolvimento econômico se verifica aumento da renda até dado nível (turning-point) em que o emprego industrial passa a recuar, havendo, portanto, a tendência sequencial de crescimento, estabilização e queda do emprego industrial. Como a produtividade do setor industrial é mais intensa que os demais setores, há uma perda de participação do emprego industrial principalmente para o setor de serviços, que absorve esse excedente de mão de obra.

Nessa perspectiva, a desindustrialização seria consequência do dinamismo industrial e sua capacidade de avanço tecnológico, uma tendência natural do desenvolvimento econômico desses países, assim como ocorreu quando a agricultura perdeu participação no emprego total a partir da industrialização, o setor industrial também diminuiria sua participação enquanto o setor de serviços cresceria ao longo do desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, o processo de desindustrialização de um país embora inicialmente soe como negativo seria uma tendência natural do desenvolvimento econômico das economias capitalistas; primeiramente os países apresentariam baixos níveis de renda e haveria relevante participação do setor primário no seu produto total ao passo que à medida que obtivesse níveis médios de renda ocorreria um deslocamento dessa participação para o setor industrial, e finalmente quando atingissem elevadas rendas haveria uma transferência de participação para o setor de serviços (NASSIF, 2008).

A partir do argumento de que a indústria alavanca o crescimento e que uma desindustrialização seria problemática para tal, Tregenna (2009) sugere um conceito ampliado de desindustrialização considerando que esse processo está associado a uma combinação da queda da participação do emprego industrial no emprego total e também do valor adicionado da indústria no PIB (grau de industrialização). Para a autora, mesmo que haja crescimento do “quantum” da produção do setor

não significa que não há desindustrialização, uma economia se desindustrializa quando a indústria perde a capacidade de gerar empregos e quando há perda de participação do valor adicionado do setor no PIB, até mesmo quando há maior produção em termos quantitativos.

Embora o grau de industrialização, dimensione melhor o processo de desindustrialização na análise de Tregenna (2009), esse indicador não possibilita averiguar o nível de maturidade industrial em que se dá esse processo, sendo utilizado para essa finalidade o nível de renda per capita em que se verifica a ocorrência desse processo.

Palma (2005) identificou que haveria a queda persistente no decorrer do tempo da relação de “U invertido” nas nações desenvolvidas, uma tendência de declínio do nível de renda per capita onde se verifica a desindustrialização, passando de US\$ 20.645 em 1980 para US\$ 9.805 em 1990, chegando a US\$ 8.691 em 1998. Por sua vez, outra fonte de desindustrialização estaria ligada à chamada “doença holandesa”<sup>1</sup> ou “efeito de produto primário”.

Rodrik (2015) chamou atenção para o processo de “desindustrialização prematura” que sofrem os países em desenvolvimento, aqueles com industrialização tardia. Utilizando as medidas de participação da indústria no emprego, no valor adicionado a preços correntes e constantes de 42 países em desenvolvimento da América Latina, Ásia e África Subsaariana entre 1940 e 2010, ele constatou a relação entre industrialização e renda per capita na forma de “U invertido” de Rowthorn observando que a América Latina e Caribe e a África Subsaariana registraram a partir dos anos 80 queda na participação da indústria no PIB com nível de renda bem abaixo do observado nas economias desenvolvidas quando se desindustrializaram, razão pela qual denominou de prematura essa desindustrialização.

Segundo Castillo e Martins Neto (2016), países como Argentina, Brasil, Chile e México, que representavam em 2014 cerca de 76% do PIB total da América Latina tiveram seu ponto de inflexão em US\$ 5.461, US\$ 5.202, US\$ 4.392 e US\$ 7.275, respectivamente. A queda persistente do emprego e da produção da indústria nesses países não parece relacionada ao crescimento de atividades de serviços de alta tecnologia que atenuaria os efeitos de uma possível desindustrialização prematura. Do contrário, o estudo desses autores mostrou que houve especialização em bens primários no caso do Brasil, do Chile e da Argentina.

Enquanto nos países desenvolvidos a desindustrialização avançou mais nos níveis de emprego, uma vez que a alta produtividade reduziu os preços relativos e mantiveram os níveis de produção, a indústria de países da América Latina e da África por não estar preparada para a abertura comercial

na década de 1990, acabou sofrendo de uma desindustrialização prematura. Nos países desenvolvidos a desindustrialização desloca mão de obra para serviços de alta tecnologia, nos países da América Latina e África esse deslocamento é direcionado para atividades de baixa produtividade no setor de serviços e agropecuário, bem como se verifica maior informalidade das atividades e precariedade do trabalho (RODRIK, 2015).

Portanto, a desindustrialização pode ocorrer tanto numa perspectiva natural do desenvolvimento econômico quanto pode ocorrer num cenário em que não foram explorados todos os benefícios que a industrialização oferece. A primeira seria uma tendência já esperada pelas economias desenvolvidas de renda alta ao longo do processo de desenvolvimento econômico. A segunda forma de desindustrialização, comum nos países em desenvolvimento, teria como causa outros fatores como, por exemplo, a doença holandesa, com a especialização em recursos minerais que promove a entrada de capital internacional em grandes volumes valorizando a moeda nacional e prejudicando a competitividade da indústria levando a uma reprimarização da pauta de exportações, configurando-se aí uma forma negativa de desindustrialização.

### 3. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA EM DEBATE: ANÁLISE DE INDICADORES

Segundo Torres e Cavalieri (2015, p. 864), os trabalhos que propõem um diagnóstico de desindustrialização no Brasil têm suas conclusões influenciadas pelo entendimento dos conceitos desse processo. Quando são realizados sob a perspectiva de perda da dinâmica industrial na economia através de indicadores de adensamento de cadeias produtivas, desempenho da atividade industrial em relação ao PIB e intensidade tecnológica da produção demonstram inevitavelmente um cenário de desindustrialização com perspectivas ruins para o setor apontando como causas desse processo as políticas macroeconômicas adotadas no país e o aumento de preços das *commodities* vendidas ao exterior. Quando o indicador utilizado para identificar um processo de desindustrialização nacional leva em consideração os valores absolutos de produção e exportações de manufaturas as conclusões são distintas, e embora os autores considerem uma tendência à desindustrialização devido à política cambial, concluem que as transformações da estrutura produtiva brasileira contribuíram para o crescimento da produção e exportações de produtos industriais em valores absolutos, e ainda, quando concordam com a perda de participação relativa da indústria argumentam que o peso da indústria do Brasil nos anos 70 estava acima do padrão internacional, sendo essa perda na verdade uma “correção do excesso de peso” do setor no Brasil.

A diferença entre correntes de pensamento de economistas novo-desenvolvimentistas e ortodoxos sobre a questão da desindustrialização brasileira é que os primeiros argumentam que esse processo se verifica no país há cerca de vinte anos, resultado da abertura comercial e financeira da economia do país e da valorização da moeda nacional, enquanto os ortodoxos desconsideram os aspectos negativos das transformações da economia brasileira e afirmam que medidas como a apreciação do câmbio permitiram a modernização da indústria brasileira e o crescimento da produção industrial a partir da importação de bens de capital de tecnologia avançada utilizados na produção (OREIRO E FEIJÓ, 2010).

Autores como Bresser Pereira e Marconi (2008) e Oreiro e Feijó (2010) alertam para a ocorrência da “doença holandesa” como causa da desindustrialização brasileira e, ainda Soares *et al* (2012) e Marconi e Rocha (2012) que também avaliam como a valorização da taxa de câmbio influencia na perda de participação da indústria no valor adicionado, contribuindo para a desindustrialização da economia nacional.

No entanto, para Shymura e Pinheiro (2013), para além da controvérsia sobre a ocorrência ou não de um processo de desindustrialização brasileira, a partir de 2010 essa questão se tornou mais generalizada quando se entendeu que a indústria nacional diminuía consideravelmente seu ritmo de atividade. Os autores destacam que o risco de desindustrialização é preocupante sob dois aspectos, independente da linha de pensamento adotada: o primeiro relacionado aos custos sociais incorridos para que o país se industrializasse, ainda que tenha se formado no país um parque industrial diversificado, o montante de recursos direcionados para o setor sob a forma de subsídios, deixou de ser empregado em áreas também importantes para o país como, por exemplo, a educação e foi maior que o aportado no mesmo setor em outros países em desenvolvimento. O segundo aspecto se refere ao ritmo acelerado com que o setor encolhe, acompanhado de baixa produtividade, em virtude do alto volume de oferta no mercado mundial de manufaturados como resultado da retração da demanda dos países de alta renda e do alto volume de produção dos países asiáticos, bem como de problemas de competitividade (SHYMURA; PINHEIRO, 2013).

Outro indicador utilizado para análise da desindustrialização no Brasil é o de adensamento de cadeias produtivas. Segundo Torres e Cavalieri (2015) o nível de encadeamento na indústria é geralmente medido pelo indicador de adensamento de cadeias produtivas, obtido pela razão VTI/VBPI, em que o Valor Bruto de Produção Industrial (VBPI) corresponde ao resultado das vendas de produtos e serviços da indústria com a dedução dos estoques e o Valor de Transformação Industrial (VTI) resulta do

desconto do Custo das Operações Industriais (COI) do VBPI, ou seja, o indicador revela o quanto da produção do país agrega do que é produzido nacionalmente; assim, quanto menor for o resultado desta razão maior é a participação de insumos importados na produção. No entanto, essa medida não seria tão eficiente, principalmente pela sensibilidade do COI à taxa de câmbio quando da aquisição dos insumos importados utilizados na produção, podendo resultar numa interpretação errônea da razão.

Sampaio (2015) utiliza a razão VTI/VBPI para observar o quanto agregada é a indústria brasileira, mas também chama atenção para as limitações da utilização deste indicador, como sua incapacidade de indicar em que elos a cadeia produtiva está sofrendo desencadeamento, sua insensibilidade tanto ao aumento da terceirização como para setores mais verticalizados que tendem a ter maior nível de agregação da cadeia produtiva.

Assim, a análise sobre a hipótese de desindustrialização brasileira é realizada com base em diversos indicadores além dos considerados nos conceitos tradicionais de desindustrialização. A partir dos conceitos enumerados sobre desindustrialização analisaremos os indicadores utilizados para embasar as interpretações dos que concordam ou não com a hipótese de desindustrialização brasileira demonstrando como se comportaram nas últimas décadas, verificando a tendência que eles revelam para a indústria nacional.

## 3.1 EMPREGO E PRODUÇÃO

Sob a perspectiva do emprego formal fica evidente a partir da Tabela 1 que a participação da indústria de transformação, que é o subsetor que mais emprega na indústria como um todo, diminuiu quase 40% entre os anos de 1985 e 2015. A indústria como um todo também teve sua participação declinada em mais de 10 p.p. (pontos percentuais) entre 1985 e 2015.

Por sua vez, o setor de serviços, desconsiderando os dados do comércio e da administração pública, aumentou sua participação de 29,51% para 35,69%, ou seja, um aumento não tanto significativo quanto a queda da participação da indústria nos níveis de emprego formal, evidenciando que não houve relevante transferência de trabalhadores entre as duas atividades como verificado em um processo de desindustrialização positiva ou natural. No entanto, o emprego formal no comércio cresceu de quase 13% em 1985 para 19,84% em 2015, um crescimento pouco mais significativo que o do subsetor de serviços. Por sua vez, a agropecuária registrou aumento de sua participação de 1,63% em 1985 para 3,12% em 2015.

Tabela 1 - Participação (%) das atividades econômicas no emprego formal, Brasil (1985-2015)

Setor	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1,63</b>	<b>1,61</b>	<b>4,24</b>	<b>4,09</b>	<b>3,94</b>	<b>3,20</b>	<b>3,12</b>
<b>Indústria</b>	<b>31,83</b>	<b>29,64</b>	<b>27,21</b>	<b>24,33</b>	<b>23,67</b>	<b>24,98</b>	<b>22,21</b>
Extrativa mineral	0,76	0,56	0,46	0,42	0,44	0,48	0,50
Indústria de transformação	25,44	23,56	20,62	18,63	18,45	17,89	15,74
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,43	1,39	1,59	1,11	1,03	0,91	0,93
Construção Civil	4,20	4,13	4,54	4,17	3,75	5,70	5,04
<b>Serviços</b>	<b>63,77</b>	<b>61,22</b>	<b>67,47</b>	<b>71,59</b>	<b>72,39</b>	<b>71,82</b>	<b>74,67</b>
Serviços diversos	29,51	27,80	30,43	32,94	31,62	32,60	35,69
Comércio	12,80	12,84	14,06	16,21	18,07	19,02	19,84
Administração Pública	21,46	20,58	22,98	22,43	22,70	20,25	19,14
Não classificados	2,77	7,53	1,08	0,01	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: RAIS/MTE, 2017. Elaboração própria.

Assim, sob a perspectiva da participação tanto do emprego industrial como da indústria de transformação no emprego total ficou evidente que houve entre 1985 e 2015 uma trajetória de desindustrialização do emprego, ainda que ligada mais ao comércio que aos demais serviços, situação que pode indicar que não houve no Brasil, como nos países desenvolvidos, uma liberação de mão de obra para os serviços de tecnologia avançada, mas sim para o comércio, que é intensivo em mão de obra de baixa remuneração e baixo nível de qualificação.

Como exposto anteriormente, o conceito ampliado de desindustrialização trazido por Tregenna (2009) sugere que a desindustrialização ocorre quando há combinação da perda de participação do emprego e da produção da indústria no emprego total e no PIB, respectivamente. A Tabela 2 apresenta a participação das atividades econômicas no PIB a preços básicos do Brasil no período de 1985 a 2015, a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) - Referência 2010 do IBGE, compilados pelo IPEA. Convém ressaltar, que as séries de dados passaram por retropolação<sup>2</sup> em virtude das mudanças na metodologia de cálculo com o objetivo de atender indicações de organismos internacionais, de maneira que a comparação entre os dados dos anos anteriores a 1995 com os demais deve considerar esse fator.

A indústria de transformação perdeu mais de 30% de seu nível de participação no PIB nacional entre 1995 e 2015 (série após alteração metodológica), registrando neste último ano uma tímida participação de 11,4%. Em 1985, quando ainda prevalecia o modelo de substituição de importações, a indústria de transformação registrou participação de 31,62% no PIB nacional. Em 1990, no início da liberalização, a indústria de manufatura fez uma participação de 22,66% já demonstrando declínio da atividade.



Enquanto todos os grandes setores das atividades econômicas registraram queda de participação no PIB nacional entre 1995 e 2015 o setor de serviços cresceu 4,87 p.p. passando sua participação de 67,18% para 72,05%, respectivamente. Entre os subsetores do setor de serviços, o comércio cresceu 3,14 p.p. entre 1995 e 2015, enquanto que as atividades financeiras reduziram a participação no PIB nacional em mais de 28%.

Tabela 2 - Participação (%) das atividades econômicas no PIB Brasil a preços básicos (1985-2015)

Atividades Econômicas	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Agropecuária</b>	<b>11,12</b>	<b>6,91</b>	<b>5,79</b>	<b>5,52</b>	<b>5,48</b>	<b>4,84</b>	<b>5,21</b>
<b>Indústria</b>	<b>42,27</b>	<b>33,03</b>	<b>27,03</b>	<b>26,75</b>	<b>28,47</b>	<b>27,38</b>	<b>22,74</b>
Indústria extrativa	3,04	1,46	0,72	1,38	3,15	3,33	2,15
Indústria de transformação	31,62	22,66	16,81	15,27	17,36	14,97	11,40
Eletricidade e gás, água, esgoto etc.	2,17	2,28	2,45	3,14	3,37	2,81	2,75
Construção	5,44	6,63	7,05	6,96	4,59	6,27	6,43
<b>Serviços</b>	<b>46,61</b>	<b>60,06</b>	<b>67,18</b>	<b>67,73</b>	<b>66,05</b>	<b>67,78</b>	<b>72,05</b>
Comércio e rep. de veic. aut. e motocicletas	8,52	9,32	9,12	8,11	10,76	12,60	12,26
Transporte, armazenagem e correios	3,99	3,39	3,40	3,67	3,49	4,29	4,22
Serviços de informação	1,01	1,18	2,43	4,28	4,56	3,83	3,18
Intermediação financeira e seguros	11,66	15,09	10,54	6,83	7,14	6,80	7,55
Serviços imobiliários e aluguéis	3,31	5,47	9,86	12,23	9,32	8,31	9,95
Adm., educ., saúde, pesq. e des. pub., def. seg. social	7,15	15,93	16,69	15,69	16,02	16,28	17,75
Outros	10,98	9,68	15,15	16,91	14,77	15,67	17,15
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IPEA com base no IBGE/Sistema de Contas Nacionais Referência 2010.

Até aqui foi possível verificar uma desindustrialização da economia brasileira tanto sob a perspectiva do emprego industrial quanto em relação à produção, uma vez que ambos indicadores registraram perdas de participação da indústria no emprego formal e na produção como um todo. Ainda nesse contexto, destaca-se a questão da inserção internacional do Brasil, relevante para a análise da ocorrência da “doença holandesa” e da “reprimarização da pauta de exportações”, que veremos a seguir.

## 3.2 INSERÇÃO EXTERNA

Quando verificamos as exportações a partir da classificação por nível de fator agregado<sup>3</sup> como disposto na Tabela 3, observamos que os produtos básicos aumentaram consideravelmente sua participação nas exportações brasileiras, de 27,77% em 1989, antes da abertura comercial, para quase 44,9% em 2016, sendo que grande parte desse resultado é atribuído ao crescimento da demanda da China por produtos intensivos em recursos naturais, após se tornar membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e expandir suas relações de comércio exterior. O contrário ocorreu com

a participação dos produtos manufaturados que declinaram quase 16 p.p. na análise dos mesmos anos.

Essas duas observações validam a tendência brasileira de especialização ao longo dos anos em produtos de menor nível de fator agregado ou baixo conteúdo tecnológico destinados à exportação.

Por sua vez, na análise da classificação das importações por nível de fator agregado demonstrada na Tabela 4, ficou evidente que a maior parte das importações brasileiras entre 1998 e 2016 foi de produtos manufaturados, demonstrando a dependência do país em relação ao exterior na aquisição desses produtos e a incapacidade de atendimento dessa demanda pela indústria nacional. Dos anos selecionados para análise apenas em 2005 a participação desses produtos ficou abaixo de 80%, nos demais anos essa participação sempre superou esse patamar.

Tabela 3 - Participação (%) das exportações por fator agregado, Brasil (1989-2016)

Ano	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados	Op. especiais
1989	27,77	16,89	54,20	1,14
1990	26,84	15,96	55,99	1,21
1995	22,61	20,57	55,49	1,21
2000	20,84	16,64	60,66	1,86
2005	25,93	14,95	57,20	1,91
2010	41,34	13,79	42,49	2,37
2015	44,73	14,76	37,75	2,76
2016	44,89	14,45	38,39	2,27

Fonte: SECEX/MDIC, IPEA. Elaboração própria.

Tabela 4 - Participação (%) das importações por fator agregado, Brasil (1998-2016)

Ano	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados
1998	14,49	2,76	82,75
2000	13,96	3,81	82,23
2005	18,36	4,17	77,47
2010	14,29	3,95	81,76
2015	10,80	3,47	85,73
2016	10,77	4,05	85,17

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Outra forma de observar as exportações e importações é a partir do nível de intensidade tecnológica que estas possuem, sendo essa análise realizada normalmente através da classificação desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>4</sup>. No que se refere à inserção internacional, fica evidente pela análise das Tabelas 5 e 6 que a participação do Brasil no comércio internacional foi pautada pelo crescimento das exportações de produtos básicos e de uma regressão nos níveis de participação dos produtos manufaturados na pauta.

# A expressão regional da desindustrialização no Brasil

Os produtos não industriais têm sido responsáveis por mais de um terço das exportações do país desde 2010; os produtos de baixa, média-baixa e média-alta tecnologias registraram queda de participação nas exportações ao longo dos anos e os produtos de alta tecnologia ainda que tenham registrado aumento de sua participação, esta se concentra em produtos da indústria aeronáutica e aeroespacial. Do lado das importações o cenário é o inverso, com aumento das compras de produtos de média-baixa, média-alta e alta tecnologia e declínio das importações de produtos básicos e de baixa tecnologia.

Tabela 5 - Participação (%) das exportações por intensidade tecnológica dos produtos, Brasil (1996-2016)

Intensidade/item	1996	2000	2005	2010	2015	2016
<b>Não industriais</b>	<b>16,43</b>	<b>16,55</b>	<b>20,49</b>	<b>36,42</b>	<b>35,52</b>	<b>33,05</b>
Agricultura, pecuária, pesca, extrativa florestal e mineral	15,93	16,30	20,34	36,02	35,14	32,63
Desperdícios e resíduos	0,50	0,25	0,15	0,22	0,32	0,30
Demais (bens usados, reciclados e outros)	0,00	0,00	0,00	0,18	0,06	0,12
<b>Baixa</b>	<b>35,47</b>	<b>29,04</b>	<b>27,65</b>	<b>25,81</b>	<b>26,36</b>	<b>27,62</b>
Alimentos, bebidas e tabaco	20,44	13,81	16,65	18,46	18,23	19,43
Madeira e seus produtos; papel e celulose; gráfica	6,25	7,30	5,48	4,32	5,22	5,32
Têxtil, couro e calçados	7,43	6,43	4,33	2,36	2,31	2,26
Produtos manufaturados não especificados	1,35	1,50	1,19	0,67	0,60	0,61
<b>Média-baixa</b>	<b>19,45</b>	<b>16,80</b>	<b>17,51</b>	<b>12,81</b>	<b>14,88</b>	<b>15,12</b>
Borracha e produtos plásticos	1,79	1,74	1,45	1,41	1,35	1,32
Metais ferrosos	9,25	6,94	7,98	4,66	5,32	4,70
Metais não ferrosos	4,84	4,39	3,19	3,21	3,82	3,95
Produtos minerais não-metálicos	1,43	1,54	1,50	0,90	1,08	1,08
Produtos metálicos	0,58	0,51	0,50	0,70	0,99	0,99
Refino de petróleo	0,84	1,34	2,44	1,57	1,01	0,74
Construção e reparação naval	0,39	0,01	0,16	0,09	1,04	2,07
Produtos manufaturados diversos	0,34	0,33	0,28	0,29	0,28	0,27
<b>Média-alta</b>	<b>23,86</b>	<b>24,66</b>	<b>25,64</b>	<b>18,76</b>	<b>16,78</b>	<b>17,51</b>
Produtos químicos e farmacêuticos	6,00	5,80	5,64	5,17	5,01	4,88
Veículos automotores	8,65	10,33	11,68	7,30	6,17	6,90
Outro material de transporte	0,55	0,44	0,80	0,73	0,40	0,47
Máquinas e equipamentos	5,30	4,52	5,13	3,61	3,46	3,63
Máquinas, equipamentos e material elétrico	1,90	1,71	1,67	1,51	1,38	1,32
Material de escritório e informática	0,15	0,21	0,09	0,04	0,02	0,01
Material e aparelhos eletrônicos e de comunicações	1,08	1,37	0,41	0,19	0,15	0,12
Instrumentos diversos (médicos, ótica, reloj., precisão, etc.)	0,23	0,29	0,22	0,20	0,19	0,18
<b>Alta</b>	<b>3,45</b>	<b>10,9</b>	<b>6,87</b>	<b>4,33</b>	<b>4,89</b>	<b>5,55</b>
Aeronáutica e aeroespacial	0,96	6,49	3,04	2,16	3,22	3,77
Armamentos	0,15	0,13	0,09	0,16	0,19	0,18
Computadores e máquinas de escritório	0,58	0,66	0,31	0,10	0,08	0,11
Eletrônica e telecomunicações	0,28	2,22	2,44	0,78	0,32	0,25
Farmacêutica	0,20	0,16	0,10	0,29	0,30	0,29
Instrumentos científicos	0,16	0,33	0,22	0,21	0,26	0,29
Máquinas elétricas	0,04	0,07	0,07	0,04	0,07	0,07
Máquinas não elétricas	0,12	0,07	0,05	0,02	0,03	0,05
Químicos	0,96	0,86	0,54	0,57	0,41	0,54
<b>Demais produtos</b>	<b>1,34</b>	<b>1,95</b>	<b>1,84</b>	<b>1,87</b>	<b>1,57</b>	<b>1,15</b>

Fonte: FUNCEX a partir de dados da Secex/MDIC com metodologia baseada na OCDE. Elaboração própria.

# A expressão regional da desindustrialização no Brasil

A valorização da moeda nacional provocou aumento das importações, e também de insumos importados na produção dos setores da indústria de transformação, a Tabela 7 mostra que os setores que mais passaram a utilizar insumos importados em sua produção entre 2003 e o estimado para 2016 foram os de equipamentos de transporte, têxteis e farmoquímicos farmacêuticos.

A Tabela 8 mostra através do indicador de adensamento das cadeias produtivas que entre 1996 e 2014. Na indústria de transformação como um todo houve declínio da relação VTI/VBPI de 46,92% em 1996 para 41,54% em 2014; à exceção das atividades de confecções, couro e calçados, coque, derivados do petróleo e biocombustíveis, móveis e manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos, que registraram crescimento do indicador, as demais atividades aumentaram a utilização de insumos importados na produção, diminuindo o valor agregado dos produtos e demonstrando a fragmentação das cadeias produtivas ao longo dos anos.

Tabela 6 - Participação (%) das importações por intensidade tecnológica dos produtos, Brasil (1996-2016)

Intensidade/item	1996	2000	2005	2010	2015	2016
<b>Não industriais</b>	<b>15,69</b>	<b>12,06</b>	<b>17,46</b>	<b>12,46</b>	<b>12,23</b>	<b>9,86</b>
Agricultura, pecuária, pesca, extrativa florestal e mineral	15,55	11,94	17,26	12,34	12,04	9,68
Desperdícios e resíduos	0,10	0,09	0,18	0,11	0,14	0,13
Demais (bens usados, reciclados e outros)	0,04	0,03	0,02	0,02	0,05	0,05
<b>Baixa</b>	<b>13,05</b>	<b>8,36</b>	<b>6,37</b>	<b>7,42</b>	<b>8,79</b>	<b>9,04</b>
Alimentos, bebidas e tabaco	6,43	3,47	2,45	2,77	3,30	4,22
Madeira e seus produtos; papel e celulose; gráfica	2,75	2,25	1,44	1,22	0,97	0,93
Têxtil, couro e calçados	2,78	1,92	1,86	2,73	3,61	3,07
Produtos manufaturados não especificados	1,10	0,73	0,62	0,69	0,91	0,82
<b>Média-baixa</b>	<b>13,00</b>	<b>15,73</b>	<b>14,19</b>	<b>18,94</b>	<b>17,08</b>	<b>16,18</b>
Borracha e produtos plásticos	2,22	2,31	2,62	2,69	2,86	2,89
Metais ferrosos	1,28	1,63	2,23	3,95	2,83	2,09
Metais não ferrosos	1,65	2,06	2,32	2,32	2,13	2,00
Produtos minerais não-metálicos	0,88	0,74	0,78	0,86	0,91	0,81
Produtos metálicos	1,09	0,66	0,67	0,70	0,76	0,75
Refino de petróleo	5,28	7,96	4,95	7,48	5,82	6,05
Construção e reparação naval	0,03	0,02	0,03	0,12	0,89	0,66
Produtos manufaturados diversos	0,57	0,35	0,58	0,83	0,89	0,94
<b>Média-alta</b>	<b>44,38</b>	<b>44,83</b>	<b>44,57</b>	<b>45,65</b>	<b>45,19</b>	<b>47,30</b>
Produtos químicos e farmacêuticos	14,45	16,39	17,38	14,98	17,63	19,86
Veículos automotores	9,25	8,68	8,30	11,23	9,61	9,13
Outro material de transporte	0,49	1,58	1,65	1,57	1,58	1,50
Máquinas e equipamentos	10,97	8,80	8,55	10,05	8,79	9,33
Máquinas, equipamentos e material elétrico	3,65	4,47	3,71	4,17	4,27	4,37
Material de escritório e informática	0,31	0,29	0,19	0,07	0,06	0,09
Material e aparelhos eletrônicos e de comunicações	3,82	3,55	3,67	2,44	1,79	1,51
Instrumentos div. (médicos, ótica, reloj., precisão, etc.)	1,42	1,07	1,11	1,14	1,45	1,52
<b>Alta</b>	<b>13,88</b>	<b>19,01</b>	<b>17,40</b>	<b>15,52</b>	<b>16,71</b>	<b>17,62</b>
Aeronáutica e aeroespacial	1,01	2,25	1,61	1,63	2,21	2,33
Armamentos	0,01	0,14	0,01	0,06	0,05	0,07
Computadores e máquinas de escritório	2,59	2,90	2,30	2,05	1,63	1,33
Eletrônica e telecomunicações	4,95	7,84	6,61	5,39	5,39	6,07
Farmacêutica	1,22	1,46	1,62	2,14	2,43	2,91

# A expressão regional da desindustrialização no Brasil

Instrumentos científicos	2,04	2,14	2,74	2,29	1,87	2,00
Máquinas elétricas	0,64	0,80	0,43	0,38	0,55	0,52
Máquinas não elétricas	0,60	0,44	0,48	0,36	0,41	0,28
Químicos	0,82	1,05	1,58	1,22	2,17	2,11
<b>Demais produtos</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: FUNCEX a partir de dados da Secex/MDIC com metodologia baseada na OCDE. Elaboração própria.

Até aqui ficou evidente a ocorrência de um processo de desindustrialização nacional, com tendência à reprimarização da pauta de exportações bem como declínio da atividade e do emprego industrial e desagregação das cadeias produtivas da indústria; importa saber para este trabalho a tendência que esses indicadores revelam em nível regional. A próxima seção analisará como as regiões brasileiras se inserem no processo de desindustrialização da economia brasileira, revelando se esse processo ocorre de mesma maneira nas regiões do país.

## 4. A OCORRÊNCIA REGIONAL DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Sendo o Brasil um país territorialmente extenso, com regiões tão diferentes, com formação econômica historicamente determinante para suas desigualdades, é oportuno analisar as estruturas produtivas regionais sob a perspectiva da desindustrialização nacional. As regiões do país passaram de um modelo econômico agroexportador, em que cada região atuava de maneira “independente” para uma fase, após a eclosão da crise mundial de 1929, que direcionou a produção ao mercado interno e consolidou o estado de São Paulo como centro da indústria nacional havendo posteriormente, o esforço para a desconcentração produtiva.

Tabela 7 - Coeficientes de Insumos Importados (%), Brasil (2003-2016)

Setores da CNAE 2.0	2003	2005	2010	2015 <sup>1</sup>	2016 <sup>1,2</sup>
<b>Indústria de transformação<sup>3</sup></b>	<b>16,50</b>	<b>19,50</b>	<b>25,90</b>	<b>24,60</b>	<b>23,60</b>
Produtos têxteis	13,90	17,60	27,70	28,90	27,00
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6,90	9,70	18,90	19,40	17,30
Couros, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	7,10	9,20	11,60	11,70	11,20
Produtos de madeira	3,60	4,60	8,10	7,60	7,00
Celulose, papel e produtos de papel	8,90	10,90	14,90	13,40	12,50
Impressão e reprodução de gravações	12,20	15,20	20,50	17,50	16,20
Derivados do petróleo biocombustíveis e coque	35,30	36,90	33,90	32,20	31,20
Produtos químicos	25,40	26,40	35,80	35,20	34,80
Produtos farmoquímicos farmacêuticos	29,80	32,20	39,50	41,90	42,60
Produtos de borracha e de material plástico	13,70	16,10	22,90	23,80	22,80
Produtos de minerais não metálicos	9,00	10,70	15,50	14,00	13,40
Metalurgia	16,10	20,10	31,30	26,80	25,30
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6,50	8,20	14,70	13,00	11,80
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	29,50	37,10	45,20	34,70	32,80
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15,40	17,90	26,20	25,80	24,30

# A expressão regional da desindustrialização no Brasil

Máquinas e equipamentos	10,50	13,80	23,40	21,90	20,10
Veículos automotores, reboques e carrocerias	11,60	15,20	22,60	24,00	22,90
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	15,70	21,50	32,60	32,30	33,30
Móveis e indústrias diversas	9,00	12,30	19,90	21,20	19,90

Fonte: FUNCEX a partir de dados do IBGE, FGV e Secex/MDIC.

Notas: Preços constantes de 2007. <sup>1</sup>Estimativa realizada pela FUNCEX.

Tabela 8 - Relação (%) VTI/VBPI da indústria de transformação, Brasil (1996-2014)

CNAE 2.0	1996	2000	2005	2010	2014
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>46,92</b>	<b>44,93</b>	<b>42,27</b>	<b>43,38</b>	<b>41,54</b>
Produtos alimentícios	38,83	32,59	35,37	37,15	35,66
Bebidas	56,25	55,51	53,13	55,48	51,93
Produtos do fumo	59,55	57,46	42,08	46,03	53,11
Produtos têxteis	43,54	42,18	39,77	42,03	40,80
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	44,53	44,57	41,99	54,64	53,46
Couros e fab. de artef. de couro, art. para viagem e calçados	45,47	38,89	40,46	49,74	48,31
Produtos de madeira	49,04	51,22	44,99	49,59	47,17
Celulose, papel e produtos de papel	49,27	53,20	45,66	47,19	47,55
Impressão e reprodução de gravações	65,19	63,84	59,76	57,03	58,73
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	47,86	71,15	64,45	63,94	59,31
Produtos químicos	43,09	35,85	31,66	35,04	32,45
Produtos farmacêuticos e farmacêuticos	64,47	60,75	61,74	62,59	57,53
Produtos de borracha e material plástico	49,90	38,99	39,21	42,02	41,48
Produtos de minerais não metálicos	51,62	52,71	48,91	49,42	47,55
Metalurgia	43,61	44,92	42,03	36,27	34,36
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	52,75	46,10	45,18	49,43	47,05
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	46,88	38,56	33,04	33,96	31,43
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	49,39	42,37	37,40	39,86	40,82
Máquinas e equipamentos	54,08	47,52	40,52	43,09	42,22
Veículos automotores, reboques e carrocerias	39,38	36,99	31,55	37,56	34,75
Outros equip. de transporte, exc. veículos automotores	45,79	41,79	35,25	40,67	40,38
Móveis	42,33	37,54	37,36	44,49	46,82
Produtos diversos	57,28	56,72	53,06	58,53	59,21
Manutenção, rep. e instalação de máquinas e equipamentos	52,77	54,69	63,38	66,36	63,09

Fonte: 1996 a 2000 retirados de SAMPAIO (2013); 2010 e 2014 a partir da Pesquisa Industrial Anual (PIA)/IBGE. Elaboração própria.

Na análise à luz da participação das atividades econômicas no emprego formal de cada região, é possível observar que:

Na região **Norte** (Tabela 9) a indústria no sentido amplo encolheu sua participação ao longo dos anos deixando o patamar de 27,1% de 1985 para 17,5% em 2015, sendo que só a indústria de transformação perdeu mais de 41% da participação no emprego da região no período analisado; por sua vez, o setor terciário da região cresceu 11,25%, saindo de 71,01% em 1985 para 79% em 2015, crescimento impulsionado principalmente pelo comércio.

Tabela 9 - Participação (%) das atividades econômicas no emprego formal, Norte (1985-2015)

Região/Atividades Econômicas	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Norte</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1,11</b>	<b>1,28</b>	<b>2,10</b>	<b>2,16</b>	<b>3,33</b>	<b>3,05</b>	<b>3,50</b>
<b>Indústria</b>	<b>27,10</b>	<b>23,64</b>	<b>20,49</b>	<b>20,28</b>	<b>19,37</b>	<b>19,75</b>	<b>17,50</b>
Indústria extrativa mineral	2,38	1,21	0,68	0,42	0,57	0,80	0,92
Indústria de transformação	16,56	16,48	13,51	13,43	14,01	11,31	9,74
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,94	2,10	2,59	1,80	0,98	0,96	0,96
Construção civil	6,22	3,85	3,71	4,63	3,81	6,68	5,88
<b>Setor Terciário</b>	<b>71,01</b>	<b>68,54</b>	<b>75,49</b>	<b>77,56</b>	<b>77,30</b>	<b>77,21</b>	<b>79,00</b>
Serviços	24,20	22,00	25,94	24,24	21,38	22,02	24,83
Comércio	11,18	11,29	11,42	15,22	16,79	17,61	19,29
Administração Pública	35,63	35,25	38,13	38,10	39,13	37,58	34,88
Não classificado	0,78	6,54	1,94	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Na região **Nordeste** (Tabela 10), também houve crescimento dos setores agropecuário e terciário, em detrimento do setor secundário. O emprego formal da indústria vem perdendo participação no emprego formal desta região ao longo dos anos, notadamente na indústria de transformação que era responsável por 16,76% dos empregos formais em 1985 e em 2015 registrou 11,55%, ou seja, perdeu mais de 31% de sua participação; a construção civil, embora tenha diminuído sua participação, a teve em menor escala que os outros subsectores, de 0,07 p.p. entre 1985 e 2015, no entanto, em relação ao ano de 2010, quando despontavam na região investimentos em infraestrutura dentre os quais programas como PAC e Minha Casa Minha Vida, intensivos em mão de obra, essa participação diminuiu 1,5 p.p..

Tabela 10 - Participação (%) das atividades econômicas no emprego formal, Nordeste (1985-2015)

Região/Atividades Econômicas	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Nordeste</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1,66</b>	<b>1,51</b>	<b>4,38</b>	<b>3,89</b>	<b>4,00</b>	<b>2,95</b>	<b>2,72</b>
<b>Indústria</b>	<b>25,12</b>	<b>23,63</b>	<b>20,43</b>	<b>19,95</b>	<b>18,96</b>	<b>21,68</b>	<b>18,63</b>
Indústria extrativa mineral	0,67	0,47	0,53	0,46	0,41	0,44	0,46
Indústria de transformação	16,76	16,44	13,78	13,38	13,38	13,14	11,55
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	2,00	1,77	1,90	1,34	1,15	0,98	1,00
Construção civil	5,69	4,95	4,22	4,77	4,02	7,12	5,62
<b>Setor Terciário</b>	<b>72,81</b>	<b>69,94</b>	<b>73,41</b>	<b>76,16</b>	<b>77,04</b>	<b>75,37</b>	<b>78,65</b>
Serviços	25,92	24,31	27,68	26,91	26,63	27,23	31,61
Comércio	11,69	11,31	12,06	14,37	15,51	17,08	18,81
Administração Pública	35,20	34,32	33,67	34,88	34,90	31,06	28,23
Não classificado	0,41	4,92	1,80	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

O emprego formal da região **Sudeste** também percorreu trajetória semelhante às das regiões anteriormente analisadas, com crescimento da participação da agropecuária e do setor terciário e

declínio da participação da indústria, conforme a Tabela 11. A participação da indústria de transformação no emprego formal da região foi perdendo espaço no decorrer dos anos, recuando 13,89 p.p. ou 46,45% entre 1985 e 2015; ainda assim, a construção civil nessa região conseguiu manter sua participação no emprego formal e até registrar crescimento entre 1985 e 2015, de 4,1% para 5,13%, fator relevante uma vez que essa atividade foi duramente atingida pela crise econômica que assola o país desde 2013. O setor terciário também cresceu quase 13 p.p. entre 1985 e 2015, saindo de 61,65% para 74,62%, impulsionado pelos serviços e comércio.

Tabela 11 - Participação (%) das atividades econômicas no emprego formal, Sudeste (1985-2015)

Região/Atividades Econômicas	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Sudeste</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1,66</b>	<b>1,59</b>	<b>4,17</b>	<b>4,04</b>	<b>3,64</b>	<b>2,82</b>	<b>2,73</b>
<b>Indústria</b>	<b>35,99</b>	<b>33,10</b>	<b>29,41</b>	<b>24,99</b>	<b>24,33</b>	<b>25,35</b>	<b>22,65</b>
Indústria extrativa mineral	0,73	0,60	0,47	0,46	0,52	0,55	0,58
Indústria de transformação	29,90	27,06	22,59	19,31	18,87	18,43	16,01
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,26	1,23	1,51	1,08	1,03	0,91	0,93
Construção civil	4,10	4,21	4,84	4,14	3,91	5,46	5,13
<b>Setor Terciário</b>	<b>61,65</b>	<b>58,68</b>	<b>65,50</b>	<b>70,97</b>	<b>72,03</b>	<b>71,83</b>	<b>74,62</b>
Serviços	32,25	29,90	32,79	37,24	35,79	37,20	40,10
Comércio	12,88	13,15	14,57	16,79	18,71	19,43	20,09
Administração Pública	16,52	15,63	18,14	16,94	17,53	15,20	14,43
Não classificado	0,70	6,63	0,92	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Na região **Sul**, também seguindo movimento das demais regiões até aqui citadas, o emprego formal cresceu na agropecuária e no setor terciário contrariamente ao registrado na indústria como um todo; a indústria de transformação recuou de 29,65% para 23,78%; a construção civil, no entanto, conseguiu crescer 1,21 p.p. na análise dos mesmos anos. O crescimento do setor terciário foi de quase 5 p.p. entre os mesmos anos de análise, de 62,98% para 67,96% (ver a Tabela 12).

No **Centro-Oeste** houve expressivo aumento da participação da agropecuária no emprego formal da região com nível de participação de 1,83% em 1985 para 6,55% em 2015, impulsionada em grande parte pela expansão da produção da soja, da cana de açúcar e da pecuária, segundo a Tabela 13. Tanto a indústria total como a indústria de transformação registraram crescimento de participação entre 1985 e 2015: no primeiro caso, cresceu de 14,66% para 16,50%, no segundo caso passou de 7,38% para 11,09%. A queda da participação do setor terciário foi de 5,85 p.p. entre os mesmos anos de análise, de 82,8% para 76,95%.



Tabela 12 - Participação (%) das atividades econômicas no emprego formal, Sul (1985-2015)

Região/Atividades Econômicas	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Sul</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1,74</b>	<b>1,79</b>	<b>4,42</b>	<b>4,01</b>	<b>3,58</b>	<b>3,02</b>	<b>2,82</b>
<b>Indústria</b>	<b>34,92</b>	<b>33,01</b>	<b>32,81</b>	<b>31,80</b>	<b>31,64</b>	<b>32,42</b>	<b>29,23</b>
Indústria extrativa mineral	0,76	0,48	0,34	0,32	0,27	0,28	0,25
Indústria de transformação	29,65	27,80	27,07	26,79	27,34	26,55	23,78
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,44	1,40	1,46	1,00	0,98	0,96	0,92
Construção civil	3,07	3,33	3,94	3,69	3,05	4,63	4,28
<b>Setor Terciário</b>	<b>62,98</b>	<b>59,68</b>	<b>62,13</b>	<b>64,19</b>	<b>64,78</b>	<b>64,56</b>	<b>67,96</b>
Serviços	27,97	27,31	27,20	28,93	28,77	29,55	32,68
Comércio	15,49	14,76	15,43	16,96	19,34	20,48	20,89
Administração Pública	19,52	17,61	19,50	18,30	16,67	14,53	14,39
Não classificado	0,37	5,52	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 13 - Participação (%) das atividades econômicas no emprego formal, Centro-Oeste (1985-2015)

Região/Atividades Econômicas	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Centro-Oeste</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</b>	<b>1,83</b>	<b>2,08</b>	<b>5,13</b>	<b>6,03</b>	<b>6,81</b>	<b>6,56</b>	<b>6,55</b>
<b>Indústria</b>	<b>14,66</b>	<b>14,41</b>	<b>15,13</b>	<b>14,61</b>	<b>15,22</b>	<b>17,94</b>	<b>16,50</b>
Indústria extrativa mineral	0,65	0,50	0,41	0,29	0,32	0,35	0,36
Indústria de transformação	7,38	7,38	8,57	9,67	10,35	11,43	11,09
Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,78	1,81	1,34	0,69	0,92	0,63	0,78
Construção civil	4,85	4,72	4,81	3,96	3,63	5,53	4,27
<b>Setor Terciário</b>	<b>82,80</b>	<b>76,85</b>	<b>78,76</b>	<b>79,33</b>	<b>77,97</b>	<b>75,50</b>	<b>76,95</b>
Serviços	31,04	28,85	28,60	30,15	28,29	28,79	32,25
Comércio	12,90	12,60	12,72	15,04	17,50	18,69	18,83
Administração Pública	38,86	35,40	37,44	34,14	32,18	28,02	25,87
Não classificado	0,71	6,66	0,98	0,04	0,00	0,00	0,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Ao verificarmos a participação das atividades econômicas no VAB das regiões brasileiras podemos mensurar a importância dessas atividades para a economia de cada região nos anos de 2002, 2005, 2010 e 2014<sup>5</sup>.

Na região **Norte**, entre 2002 e 2014, a indústria como um todo perdeu participação no VAB de 27,6% para 26%; os serviços registraram crescimento de sua participação de 62% para 63,8%. Especificamente a indústria de transformação recuou 4,4 p.p. na participação do VAB da região no mesmo período (Tabela 14).

No **Nordeste**, entre 2002 e 2014 a indústria perdeu participação no VAB de 23% para 19,4%. A perda de participação da indústria foi impulsionada pela indústria extrativa, indústria de transformação e pelos SIUP. Enquanto isso, o setor de serviços que possui expressivo peso na economia da região, cresceu 7,2 p.p. no mesmo período, alavancado principalmente pelo comércio (Tabela 15).

Tabela 14 - Participação (%) das atividades econômicas no VAB a preços básicos, Norte (2002-2014)

Região/Atividades Econômicas	2002	2005	2010	2014
<b>Norte</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>10,40</b>	<b>9,10</b>	<b>8,50</b>	<b>10,20</b>
<b>Indústria</b>	<b>27,60</b>	<b>28,50</b>	<b>32,10</b>	<b>26,00</b>
Indústria Extrativa	3,10	3,90	9,10	6,10
Indústria de transformação	14,10	16,20	12,60	9,70
Eletricidade e gás, água, esgoto (SIUP)	3,50	3,10	2,90	2,60
Construção civil	7,00	5,30	7,50	7,70
<b>Serviços</b>	<b>62,00</b>	<b>62,40</b>	<b>59,50</b>	<b>63,80</b>
Comércio, manut. e rep. de veic. automotores	7,70	11,80	12,10	12,70
Transporte, armazenagem e Correios	2,80	2,80	3,10	3,40
Alojamento e alimentação	2,10	2,10	2,20	2,20
Informação e comunicação	1,60	1,80	1,20	1,20
Atividades financeiras e seguros	2,00	1,80	1,70	2,10
Atividades imobiliárias	11,70	10,10	8,30	8,60
Serviços prestados às empresas	3,40	3,40	3,50	4,40
Adm., educ., saúde, pesq. e desenvolvimento	24,80	23,80	23,20	24,70
Educação e saúde privadas	2,40	1,50	1,70	2,00
Outros serviços	3,50	3,20	2,50	2,50

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE.

Na região **Sudeste**, também houve crescimento da participação dos serviços, de 69% para 72,3% entre 2002 e 2014. Enquanto isso, a indústria perdeu 2,4 p.p. de sua participação e especificamente, a indústria de transformação passou de 15,6% para 12,5% de participação (Tabela 16).

A Tabela 17 mostra a participação das atividades econômicas no VAB da região **Sul** também entre 2002 e 2014, ficando evidente que houve no período crescimento da participação dos serviços de 60,1% para 65,6%, respectivamente. A indústria, por sua vez, registrou recuo de 3,3 p.p. no mesmo período, impulsionado principalmente pelo resultado dos SIUP que recuaram 2,1 p.p. e da indústria de transformação que perdeu quase 1,2 p.p. de participação.

Tabela 15 - Participação (%) das atividades econômicas no VAB a preços básicos, Nordeste (2002-2014)

Região/Atividades Econômicas	2002	2005	2010	2014
<b>Nordeste</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>10,00</b>	<b>8,90</b>	<b>6,70</b>	<b>6,30</b>
<b>Indústria</b>	<b>23,00</b>	<b>23,10</b>	<b>22,90</b>	<b>19,40</b>
Indústria Extrativa	1,90	2,70	2,10	1,60
Indústria de transformação	9,70	11,30	9,70	7,70
Eletricidade e gás, água, esgoto (SIUP)	3,50	3,70	3,30	2,20
Construção civil	7,90	5,40	7,80	7,90
<b>Serviços</b>	<b>67,10</b>	<b>68,00</b>	<b>70,40</b>	<b>74,30</b>
Comércio, manut. e rep. de veic. automotores	8,40	11,90	14,40	15,00
Transporte, armazenagem e Correios	3,20	3,20	3,60	3,60
Alojamento e alimentação	2,30	2,30	2,70	3,10
Informação e comunicação	3,10	3,20	2,00	1,90
Atividades financeiras e seguros	3,90	3,10	3,10	3,20
Atividades imobiliárias	10,90	9,70	8,70	10,00

Serviços prestados às empresas	4,60	5,00	5,90	6,80
Adm., educ., saúde, pesq. e desenvolvimento	23,60	23,40	24,40	24,30
Educação e saúde privadas	3,70	2,90	2,60	3,50
Outros serviços	3,40	3,30	3,10	3,00

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE.

Tabela 16 - Participação (%) das atividades econômicas no VAB a preços básicos, Sudeste (2002-2014)

Região/Atividades Econômicas	2002	2005	2010	2014
<b>Sudeste</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>3,10</b>	<b>2,80</b>	<b>2,40</b>	<b>2,20</b>
<b>Indústria</b>	<b>27,90</b>	<b>31,10</b>	<b>29,10</b>	<b>25,50</b>
Indústria Extrativa	2,70	4,40	4,40	5,70
Indústria de transformação	15,60	19,00	16,30	12,50
Eletricidade e gás, água, esgoto (SIUP)	3,10	3,30	2,50	1,60
Construção civil	6,40	4,50	5,90	5,80
<b>Serviços</b>	<b>69,00</b>	<b>66,10</b>	<b>68,50</b>	<b>72,30</b>
Comércio, manut. e rep. de veic. automotores	7,40	9,90	11,70	12,80
Transporte, armazenagem e Correios	3,90	3,80	4,70	5,30
Alojamento e alimentação	2,10	1,50	2,20	2,60
Informação e comunicação	5,30	8,70	5,10	4,40
Atividades financeiras e seguros	9,90	9,10	8,80	8,20
Atividades imobiliárias	10,80	9,00	8,20	9,40
Serviços prestados às empresas	8,00	7,50	8,80	9,60
Adm., educ., saúde, pesq. e desenvolvimento	13,40	12,50	12,50	12,70
Educação e saúde privadas	4,10	3,30	3,30	4,30
Outros serviços	4,20	3,90	3,20	3,10

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE.

Tabela 17 - Participação (%) das atividades econômicas no VAB a preços básicos, Sul (2002-2014)

Região/Atividades Econômicas	2002	2005	2010	2014
<b>Sul</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>10,80</b>	<b>8,30</b>	<b>8,30</b>	<b>8,60</b>
<b>Indústria</b>	<b>29,10</b>	<b>30,10</b>	<b>29,20</b>	<b>25,80</b>
Indústria Extrativa	0,20	0,30	0,20	0,20
Indústria de transformação	19,00	22,30	19,70	17,80
Eletricidade e gás, água, esgoto (SIUP)	4,30	3,50	3,50	2,20
Construção civil	5,50	4,10	5,70	5,50
<b>Serviços</b>	<b>60,10</b>	<b>61,60</b>	<b>62,50</b>	<b>65,60</b>
Comércio, manut. e rep. de veic. automotores	9,10	12,90	14,90	15,70
Transporte, armazenagem e Correios	3,90	3,80	4,40	4,30
Alojamento e alimentação	1,80	1,20	1,60	1,90
Informação e comunicação	3,20	3,40	2,70	2,80
Atividades financeiras e seguros	5,60	4,90	4,60	4,50
Atividades imobiliárias	11,20	10,20	8,60	9,50
Serviços prestados às empresas	4,90	5,30	6,40	6,50
Adm., educ., saúde, pesq. e desenvolvimento	12,50	12,80	13,10	13,80
Educação e saúde privadas	4,30	3,60	3,30	3,90
Outros serviços	3,80	3,60	3,00	2,80

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE.

Por fim, na região **Centro-Oeste**, assim como nas demais regiões, os serviços demonstram que possuem importância na estrutura produtiva, sendo que entre 2002 e 2014, houve crescimento de 1,7

p.p. na participação dessa atividade no VAB da região, variando de 72,2% para 73,9%. A indústria perdeu participação no VAB da região, embora uma perda mais tênue de 16,3% em 2002 para 16,1% em 2014; a indústria de transformação cresceu na região de 6,5% para 7,2%, embora tenha recuado em relação a 2005 (8%) e 2010 (8,2%) (Tabela 18).

Tabela 18 - Participação (%) das atividades econômicas no VAB a preços básicos, Centro-Oeste (2002-2014)

Região/Atividades Econômicas	2002	2005	2010	2014
<b>Centro-Oeste</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>11,50</b>	<b>10,40</b>	<b>8,60</b>	<b>10,00</b>
<b>Indústria</b>	<b>16,30</b>	<b>16,80</b>	<b>17,90</b>	<b>16,10</b>
Indústria Extrativa	0,40	0,40	0,50	0,50
Indústria de transformação	6,50	8,00	8,20	7,20
Eletricidade e gás, água, esgoto (SIUP)	3,40	3,70	2,90	2,40
Construção civil	6,00	4,70	6,20	6,10
<b>Serviços</b>	<b>72,20</b>	<b>72,70</b>	<b>73,50</b>	<b>73,90</b>
Comércio, manut. e rep. de veic. automotores	6,50	10,30	11,90	13,30
Transporte, armazenagem e Correios	3,00	2,10	3,20	3,10
Alojamento e alimentação	1,80	1,60	1,80	2,20
Informação e comunicação	3,10	3,10	2,70	2,20
Atividades financeiras e seguros	8,90	7,80	7,20	7,00
Atividades imobiliárias	9,20	8,60	7,70	8,30
Serviços prestados às empresas	5,00	4,60	5,60	6,10
Adm., educ., saúde, pesq. e desenvolvimento	28,40	28,40	27,90	25,90
Educação e saúde privadas	2,70	2,30	2,30	2,90
Outros serviços	3,70	3,70	3,10	2,90

Fonte: Sistema de Contas Regionais/IBGE.

No que se refere às exportações regionais por intensidade tecnológica a Tabela 19 mostra o desempenho destas nos anos de 2005, 2008, 2010, 2014 e 2015, segundo dados do BACEN.

Entre 2005 e 2010, na região Norte, que engloba a Zona Franca de Manaus<sup>7</sup>, as exportações de produtos de alta tecnologia diminuiram mais de 77%, porque, segundo o BACEN (2010), a principal exportadora fixada na Zona Franca, adotou uma política que direcionou para sua unidade instalada no México o atendimento às demandas de vendas para a América do Norte de produtos como equipamentos de rádio, televisão e comunicação, diminuindo sobremaneira a venda da região desses bens para o exterior. Nos anos que se seguiram as vendas desses produtos continuaram a perder participação nas exportações da região, chegando a 0,5% em 2014 e 2015. Enquanto isso, a participação dos produtos não industrializados nas vendas da região para o exterior cresceu 72,6% entre 2005 e 2015, de 35,4% para 61,1%.

Tabela 19 - Exportações regionais (%) por intensidade tecnológica (2005-2015)

Região/Nível de intensidade tecnológica	2005	2008	2010	2014	2015
<b>Norte</b>					
Alta	19,60	4,40	4,40	0,50	0,50
Média-alta	6,10	3,20	2,30	10,10	13,60
Média-baixa	22,70	27,50	21,00	9,20	9,00
Baixa	16,10	13,70	11,40	12,10	15,80
Produtos não industrializados	35,40	51,10	60,90	68,10	61,10
<b>Nordeste</b>					
Alta	0,40	0,20	0,10	0,10	0,10
Média-alta	21,50	15,20	16,90	22,60	22,50
Média-baixa	28,50	32,50	23,20	22,30	18,30
Baixa	29,50	32,40	33,50	32,10	33,00
Produtos não industrializados	20,00	19,70	26,30	22,80	26,10
<b>Sudeste</b>					
Alta	9,10	8,80	6,20	5,20	6,10
Média-alta	27,40	23,30	20,90	18,20	20,00
Média-baixa	24,30	22,70	16,90	18,80	21,00
Baixa	19,90	17,30	20,00	17,40	18,50
Produtos não industrializados	19,40	27,90	35,90	40,40	34,30
<b>Sul</b>					
Alta	1,60	1,00	1,10	0,80	0,70
Média-alta	30,30	25,80	24,10	21,50	20,60
Média-baixa	6,50	9,00	6,70	5,60	5,80
Baixa	49,90	45,70	43,60	48,90	48,60
Produtos não industrializados	11,80	18,40	24,60	23,30	24,30
<b>Centro-Oeste</b>					
Alta	0,30	0,10	0,20	0,10	0,20
Média-alta	0,60	0,60	0,60	0,60	0,60
Média-baixa	2,00	3,20	3,10	3,80	3,70
Baixa	45,90	42,70	43,80	39,90	39,00
Produtos não industrializados	51,20	53,30	52,30	55,70	56,60

Fonte: BACEN (2010, 2016), a partir de dados do MDIC/SECEX com base na classificação OCDE.

Na região **Nordeste**, entre 2005 e 2015, houve arrefecimento das vendas para o exterior de produtos de alta tecnologia com recuo na participação no mesmo período, de 0,4% para 0,1%. Por sua vez, a participação dos produtos não industrializados nas vendas externas da região cresceram 6,1 p.p. no período, passando de 20% para 26,1%.

A região **Sudeste**, sentiu os efeitos da crise financeira internacional de 2008 em relação às exportações de produtos de alta tecnologia que apresentou queda de participação nas exportações da região de 9,1% em 2005 para 6,2% em 2010, nesse contexto, a indústria aeronáutica e aeroespacial foi bastante prejudicada, segundo o BACEN (2010) houve queda nas encomendas além de dilatação de prazos de entrega ou desistência de compras da maior vendedora de aviões no Brasil, a Embraer S.A., localizada nessa região; o patamar de participação dos produtos de alta tecnologia nas vendas externas dessa região em 2014 (5,2%) e 2015 (6,1%) não conseguiu atingir o nível de 2005 (9,1%). As exportações dos

produtos não industriais cresceram de 19,4% em 2005 para 34,3% em 2015; segundo o BACEN (2010), o crescimento no período de 2005 a 2010 foi impulsionado pelo setor sucroalcooleiro da região.

Na região Sul também se observou a defasagem da participação das exportações dos produtos de todas as categorias de intensidade tecnológica em detrimento do avanço das exportações dos produtos não industrializados, que representavam em 2005 quase 12% das exportações da região e em 2015 passou a corresponder 24,3% das vendas ao exterior da região.

Por fim, na região Centro-Oeste as vendas externas dos produtos de baixa tecnologia recuaram de 45,9% em 2005 para 39% em 2015. As exportações de produtos não industrializados também cresceram 5,4 p.p., passando de 51,2% em 2005 para 56,6% em 2015.

Quando a análise se volta para o indicador de adensamento das cadeias produtivas VTI/VBPI a Tabela 20 mostra que entre 1996 e 2014, à exceção das regiões Norte e Centro-Oeste, todas as demais regiões demonstraram perda de elos nas cadeias produtivas de suas indústrias ou maior desagregação das mesmas.

A região Nordeste até chegou a registrar em 2000 um resultado de VTI/VBPI (47,27%) que superasse o atingido em 1996 (46,56%), porém nos demais anos de análise o indicador recuou não conseguindo se aproximar desse patamar novamente. Na região Sudeste, o indicador VTI/VBPI dos anos de 2000 (46,68%), 2005 (44,86%), 2010 (46,79%) e 2014 (46,16%) também não conseguiu superar o registrado em 1996 (48,40%), demonstrando também tendência contínua de desagregação das cadeias produtivas da indústria.

Na região Sul o indicador mais uma vez declinou, passando de 44,3% em 1996 para 41,3% em 2014. As regiões Norte e Centro-Oeste, no entanto, demonstraram maior agregação em suas cadeias produtivas industriais, o indicador VTI/VBPI na primeira, passou de 45,92% em 1996 para 49,88% em 2014, já na segunda região havia registrado 37,93% em 1996 chegou a 38,24% em 2014.

Tabela 20 - Relação (%) VTI/VBPI da indústria nas regiões brasileiras (1996-2014)

Regiões/Estados	1996	2000	2005	2010 <sup>1</sup>	2014 <sup>1</sup>
<b>Norte</b>	<b>45,92</b>	<b>44,37</b>	<b>43,74</b>	<b>53,03</b>	<b>49,88</b>
<b>Nordeste</b>	<b>46,56</b>	<b>47,27</b>	<b>42,87</b>	<b>46,36</b>	<b>44,96</b>
Maranhão	42,29	43,65	40,01	39,18	36,99
Piauí	46,93	36,33	44,74	44,26	40,54
Ceará	47,50	48,59	42,46	48,49	48,20
Rio Grande do Norte	58,00	62,28	56,16	57,89	60,66
Paraíba	45,36	43,28	46,27	47,45	49,98
Pernambuco	51,50	43,37	37,96	45,68	45,31
Alagoas	54,70	53,45	45,64	47,14	52,83
Sergipe	45,80	55,55	61,47	49,02	50,32
Bahia	41,59	45,97	41,37	45,01	41,50
<b>Sudeste</b>	<b>48,40</b>	<b>46,68</b>	<b>44,86</b>	<b>46,79</b>	<b>46,16</b>
Minas Gerais	43,62	44,09	43,18	47,15	47,40
Espírito Santo	45,70	52,81	51,22	53,12	57,80
Rio de Janeiro	56,21	59,08	60,47	59,78	55,87
São Paulo	48,27	45,00	42,11	43,61	42,83
<b>Sul</b>	<b>44,30</b>	<b>42,11</b>	<b>37,76</b>	<b>41,68</b>	<b>41,30</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>37,93</b>	<b>32,37</b>	<b>36,70</b>	<b>38,14</b>	<b>38,24</b>

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Nota: <sup>1</sup>São consideradas as unidades locais industriais de empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de desindustrialização do Brasil e expandir a observação desse processo à dimensão regional, uma vez que o debate tem geralmente se concentrado no contexto macroeconômico nacional.

Ficou evidente que o Brasil se ressentiu de um processo de desindustrialização que avançou significativamente nos últimos anos. Se a discussão sobre a desindustrialização nacional foi polarizada entre economistas que atribuíam esse processo à política macroeconômica adotada desde a liberalização ou ocorrência da doença holandesa e outra vertente que considerava a abertura comercial importante para a modernização do setor e para melhoria da competitividade, o fato é que nos últimos vinte anos ficou evidente a ocorrência de desindustrialização da atividade e do emprego na indústria de transformação com aumento de utilização de componentes importados na produção e reprimarização da pauta de exportações.

Pela vasta dimensão territorial do país e pela formação econômica regional que historicamente produziu diferenças entre as mesmas, analisamos o processo de desindustrialização sob a perspectiva das regiões brasileiras.

Do exposto podemos observar que a indústria de transformação perdeu sua capacidade de criar novos postos de trabalho nas regiões brasileiras entre 1985 e 2015, à exceção do Centro-Oeste, sendo o comércio a atividade que absorveu em grande parte essa mão de obra.

No que se refere às estruturas produtivas regionais, a série de dados com início em 2002, demonstra que houve entre aquele ano e 2014 uma tendência de perda da participação da indústria de transformação no VAB das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, somente no Centro-Oeste a indústria de transformação cresceu no período. No entanto, quanto às exportações por fator agregado ficou evidente que houve recuo das vendas externas dos produtos de alta tecnologia, ainda que nas regiões Norte e Nordeste crescessem as exportações dos produtos de média-alta tecnologia. Por sua vez, todas as regiões aumentaram suas vendas de produtos não industrializados, confirmando a tendência de reprimarização das exportações. Quanto ao indicador de agregação das cadeias produtivas nas regiões ficou evidente que houve desagregação nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, somente as regiões Norte e Centro-Oeste obtiveram crescimento do indicador, o que revela maior nível de agregação de suas indústrias.



## 6. REFERÊNCIAS

BACEN. Banco Central do Brasil. Evolução das Exportações Brasileiras por Grau de Intensidade Tecnológica: uma abordagem regional da crise. Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Outubro 2010. Disponível em:

< <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/10/br201010b2p.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

BACEN. Banco Central do Brasil. Recuperação das Exportações de Produtos Industriais: uma análise nacional e regional. Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Julho 2016. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2016/07/br201607b3p.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 5 de Fevereiro de 2009. Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 fev. 2009, p. 1.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, v. 4, 2007 (versão de 30 de março de 2008). Disponível em:<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CASTILLO, Mario; MARTINS NETO, Antonio. Premature deindustrialization in Latin America. ECLAC – Production Development Series nº 205. June 2016.

FUNCEX. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. FuncexData. Disponível em: < <http://www.funcexdata.com.br/>>. Acesso em: jan. e fev. 2017.

FUNCEX. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Boletim do Comércio Exterior, Ano XXI, nº 1, janeiro de 2017. Disponível em:

< <http://www.funcex.org.br/publicacoes/boletins/destaque.asp>>. Acesso em: jan. e fev. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Regionais. Disponível em:< [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: jan. e fev. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais. Disponível em:< [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: jan. e fev. 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Séries de Estatísticas Conjunturais. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/series-estatisticas-conjunturais-2/>>. Acesso em: jan. e fev. 2017.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Indústria, desindustrialização e território. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 3, p. 408-429, 2013. Disponível em:

<[http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/126/pdf\\_3313\\_LamosoLisandra](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/126/pdf_3313_LamosoLisandra)>. Acesso em: 05 out. 2016.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012. Disponível em:<

[http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.12.Taxa\\_cambio.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.12.Taxa_cambio.pdf). Acesso em: 18 set. 2016.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, Abril 2003. Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICEWEB). Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso entre jan. e mar. 2017.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, vol. 28 nº. 1 (109), p. 72-96, jan-mar/ 2008. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/109-4.PDF>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 2 (118), p. 219–232, abr-jun/ 2010. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/118-3.PDF>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em:

<<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: jan. e fev. 2017.

RODRIG, Dani. *Premature Deindustrialization*. School of Social Science Institute for Advanced Study Princeton, Jan. 2015.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, trade, and deindustrialization. *IMF Staff papers*, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999. Disponível em:

<<http://link.springer.com/article/10.2307/3867633>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

SAMPAIO, Daniel Pereira. *Desindustrialização e Estruturas Produtivas Regionais no Brasil*. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, SP, 2015.

SCHYMURA, Luiz; PINHEIRO, Maurício Canêdo. *Política industrial brasileira: motivações e diretrizes. O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Edmar Bacha e Monica Baumgarten de Bolle (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 81-94, 2013.

SOARES, Cristiane et al. *Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996-2008)*. Departamento de Economia da UnB, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/9f8c65b7924014805ee303ec05d72ad6bdaa0369.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

SOUZA, José Antonio de. *Um estudo sobre a produtividade total dos fatores em setores de diferentes intensidades tecnológicas*. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo, 2009.

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº. 4 (141), p. 859-877, out-dez/ 2015. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/141-10.PDF>>. Acesso em: 05 out. 2016.

TREGENNA, Fiona. *Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally*. *Cambridge Journal of Economics*, v.33, p. 433-466, 2009. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org/content/33/3/433.full.pdf+html>> . Acesso em: 18 nov. 2015.

# Capítulo 19



10.37423/210403958

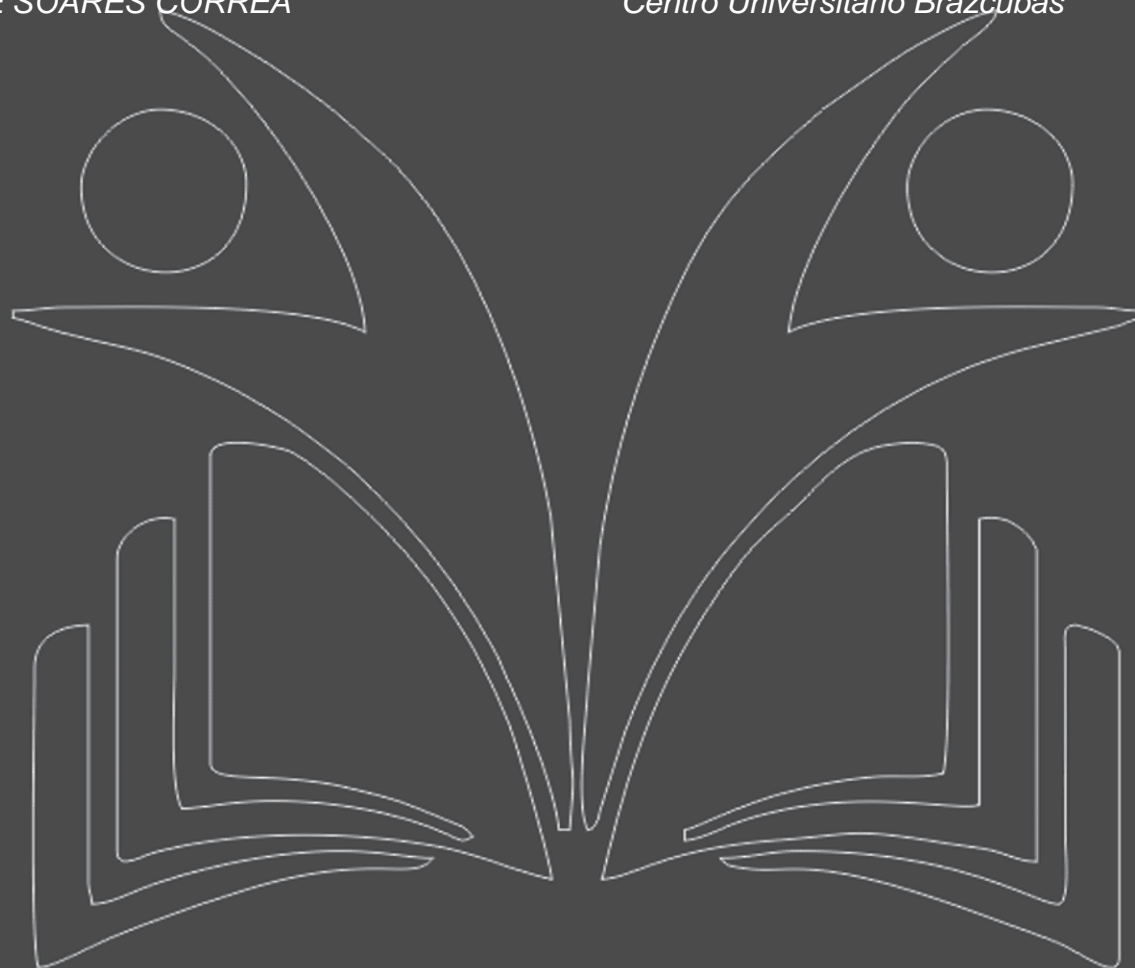
## O ABANDONO AFETIVO INVERSO COMO FUNDAMENTO EXCLUSIVO PARA DESERDAÇÃO

AMANDA GOMES ALVES

*Escola Brasileira de Direito - EBRADI*

MAXILENE SOARES CORRÊA

*Centro Universitário Brazcubas*



**Resumo:** O envelhecimento populacional é uma realidade. Partindo disso, o Direito tem se preocupado, cada vez mais, com a proteção dos idosos não só no âmbito constitucional, mas também no âmbito do Direito de Família. A nossa norma suprema estabelece que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Ocorre que, mesmo com essa prescrição, centenas de idosos no Brasil sofrem abandono afetivo e material por parte de seus filhos. Partindo desse contexto, a pesquisa se fundou na seguinte problemática: o abandono afetivo inverso é fundamento suficiente para a deserdação? A fim de responder esse questionamento, se utilizou metodologia bibliográfica quali-quantitativa explicativa, tendo como fonte de dados doutrinas de Direito e a legislação vigente. O método de abordagem utilizado para a pesquisa foi o dedutivo. Em um primeiro momento, tratou de elementos conceituais do abandono afetivo inverso, à luz do princípio da solidariedade familiar. Depois, partiu para uma abordagem do tema a partir do Direito das Sucessões e do instituto da deserdação. Por fim, verificou a possibilidade jurídica de um filho que abandonou seu pai na velhice perder, em razão disso seu direito à herança. O escrito concluiu que sim, existe essa possibilidade jurídica a partir de um enfoque hermenêutico dos artigos que versam sobre a deserdação no Código Civil Brasileiro, carecendo, porém, de regramento específico para pacificar tal entendimento.

**Palavras-Chave:** Abandono Afetivo Inverso. Deserdação. Idosos. Herança.

## INTRODUÇÃO

É mundial a preocupação com o envelhecimento populacional. Discussões e estudos acerca da inversão da pirâmide etária têm ocupado espaço não só entre juristas, mas também sociólogos, profissionais da saúde, políticos, etc. Dados apresentados em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) indicam que 9,56% da população brasileira é formada por pessoas com mais de 65 anos, e as projeções estimam que tal porcentagem atinja 25,49% em 2060. Em contrapartida, a população de até 14 anos, considerada jovem, é de 21,10% hoje, prevendo-se queda para 14,72% no mesmo período. (BRASIL, 2019)

Em razão dessa realidade, o Direito vem se ocupando da proteção do idoso no bojo do Direito de Família e do Direito Constitucional. A nossa Carta Magna ainda estabelece que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (artigo 229), ou seja, de lhes serem solidários. No entanto, apesar do dever da família em amparar o idoso, bem como da tipificação do crime de abandono, existe um abismo entre a proteção legal e a prática. O Poder Judiciário tem enfrentado demandas em um número expressivo relacionadas à ausência de amparo aos idosos.

Trata-se do abandono afetivo inverso: quando os filhos deixam de cumprir com deveres da ordem moral, como afeto, cuidado e amor, e também provimento material, originando danos psicológicos e físicos ao idoso.

É partindo desse contexto que o presente trabalho posiciona sua problemática de pesquisa: o abandono afetivo inverso é fundamento suficiente para a deserdação? Ou seja, um filho que abandonou seu pai na velhice, poderia, em razão disso, perder seu direito à herança?

Para responder ao presente questionamento, a pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia bibliográfica quali-quantitativa explicativa. Para os levantamentos bibliográficos, foram utilizadas doutrinas de Direito e a legislação vigente. O método de abordagem utilizado para a pesquisa foi o dedutivo.

Em um primeiro momento, tratou-se da base constitucional e legal de proteção aos idosos no Brasil, a fim de compreender os elementos conceituais do abandono afetivo inverso, à luz do princípio da solidariedade familiar. Posteriormente, no bojo do Direito das Sucessões, o escrito traz o estudo do instituto da deserdação, as previsões legais para sua aplicação e comentários doutrinários. Por fim, a partir de uma interpretação do Código Civil e de uma visão pautada nos princípios da afetividade e da

solidariedade familiar, o artigo chega ao ápice de sua discussão, verificando a possibilidade jurídica da perda da herança, em razão do abandono afetivo inverso.

## 1 O ABANDONO AFETIVO INVERSO: ELEMENTOS CONCEITUAIS À LUZ DO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMILIAR

Uma vez sendo considerada a base da sociedade, a família recebe proteção especial do Estado, nos termos do artigo 226 da Constituição Federal (CF). Esta proteção é implementada não só à família como instituição, mas também a cada um de seus membros, nos termos do parágrafo 8º do mesmo artigo:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Uma família, enquanto célula social, pode conter indivíduos considerados vulneráveis: crianças, pessoas com deficiência e idosos. Assim, em relação a esses indivíduos, a proteção do Estado é ainda mais intensa. No que concerne o objeto de estudo do presente trabalho, o artigo 230 da CF coloca o amparo ao idoso como dever da família, da sociedade e do Estado, tendo todos a obrigação de defender sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhe o direito à vida.

Foi justamente para trazer mais concretude às determinações constitucionais de proteção ao idoso, que no ano de 2003 a Lei nº 10.741 entrou em vigor, conhecida como Estatuto do Idoso. Ele protege de forma específica os direitos e interesses desse grupo etário e define como idoso (artigo 1º) o indivíduo com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

No que toca à habitação, por exemplo, o Estatuto dispõe que o idoso tem direito à moradia digna, junto à sua família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando for de seu desejo ou, ainda, em instituição pública ou privada. O Estado tem o dever de garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, através de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade, obedecendo ao art. 9º do Estatuto do Idoso.

Ampliando a proteção dessa população etária, o abandono de idosos em hospitais, casas de saúde e entidades de longa permanência foi tipificado como crime punível com detenção de 6 meses a 3 anos e multa. O artigo 98 do Estatuto do Idoso prevê como crime não prover as necessidades básicas do idoso, quando a pessoa for obrigada por lei ou mandado.

Ainda, nossa Carta Magna estabelece também que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade, nos termos do artigo 229, ou seja, de lhe serem solidários.

Nesse sentido, uma visão constitucional do Direito de Família leva ao princípio basilar da solidariedade familiar, o qual se constitui no auxílio mútuo, assistência, proteção e amparo, de natureza material e moral, entre todos os seus integrantes (CARVALHO, 2017). Segundo Madaleno (2019, p. 94): “a solidariedade é princípio e oxigênio de todas as relações familiares e afetivas, porque esses vínculos só podem se sustentar e se desenvolver em ambiente recíproco de compreensão e cooperação, ajudando-se mutuamente sempre que se fizer necessário.” Mais do que uma afetividade necessária entre os membros de uma família, esse princípio traduz “uma especial forma de responsabilidade social aplicada à relação familiar” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2017 p. 1085).

Apesar do dever da família em amparar o idoso, bem como da tipificação do crime de abandono, existe um abismo entre a proteção legal e a prática. O Poder Judiciário vem se deparando com demandas em um número expressivo relacionadas à ausência de amparo aos idosos.

Esse abandono pode ser de ordem material, por exemplo, nas palavras de Viegas e Barros (2016, p.182) “quando o idoso é privado de acesso a itens básicos de sua subsistência, seja água, comida e roupa adequada, contrariando dispositivos legais e comprometendo a expectativa de vida digna do idoso.” E pode ainda ser de ordem imaterial: o chamado abandono afetivo inverso.

O abandono afetivo inverso se dá, ainda segundo os autores, quando os filhos deixam de cumprir com deveres da ordem moral, como afeto, cuidado e amor, originando danos psicológicos ao idoso (VIEGAS; BARROS, 2016).

Assim sendo, os princípios da afetividade e da solidariedade estabelecem que o vínculo familiar deve se fundar no amor e na responsabilidade afetiva e material entre os membros. Nas palavras da Ministra Nancy Andrighi “amar é faculdade, cuidar é dever”, em seu voto no REsp 1.159.242/SP. A partir do momento que os filhos rompem essa base fundante através do abandono do idoso em situação de vulnerabilidade, consequências jurídicas são impostas.

## 2 O INSTITUTO DA DESERDAÇÃO NO DIREITO DAS SUCESSÕES

O livro que versa acerca do Direito das Sucessões fecha o Código Civil brasileiro. Não poderia ser diferente, uma vez que a morte encerra a vida civil de um indivíduo. No entanto, isso não significa que não há proteção jurídica aos seus direitos após o falecimento. Pelo contrário, o Direito continua a proteger seu patrimônio, seu nome, sua honra, dentre outros bens jurídicos. Como dizem os

ensinamentos de José de Oliveira Ascensão (2000), o Direito das Sucessões concretiza a finalidade institucional de dar a continuidade possível ao descontínuo causado pela morte. E essa continuidade deixa marca forte na figura do herdeiro.

Assim sendo, o Direito das Sucessões ultrapassa a mera continuidade patrimonial ou a mera manutenção dos bens na família chegando até a noção de proteção, coesão e de perpetuidade da família (HIRONAKA, 2018).

É partindo desse contexto que o artigo 5º da Constituição Federal em seu inciso XXX estabelece a garantia do direito de herança como um direito fundamental. A fim de efetivar essa garantia individual, o artigo 1.786 do Código Civil estabelece duas modalidades de sucessão: a legítima, que decorre da lei a qual traz uma ordem de vocação hereditária; e a testamentária, que se origina na última vontade do *de cuius*, por testamento, legado ou codicilo, institutos para efetivação da autonomia privada do autor da herança.

Na sucessão legítima, os descendentes (filhos, netos, bisnetos, etc.) são considerados herdeiros necessários, ou seja, têm direito a parte da legítima herança. No entanto, é necessário esclarecer que o fato de a lei estabelecer a ordem dos que são convocados a herdar visa destinar o patrimônio de acordo com uma suposta vontade presumível do autor da herança, já que ele não deixou sua vontade concretizada em testamento. Logo, uma regra básica desse sistema é a que prega que o sucessor mais próximo exclui o mais remoto.

Apesar disso, a lei traz algumas situações nas quais o herdeiro ou legatário é excluído do seu direito de suceder. Trata-se dos conceitos de indignidade sucessória e de deserdação. Ambas são consideradas penas civis aplicáveis a herdeiros ou legatários como desprovidos de moral para receber a herança diante de uma atitude.

A exclusão por indignidade se dá por simples incidência da norma e por decisão judicial, podendo atingir qualquer herdeiro. As situações de indignidade são trazidas pelo artigo 1.814 do Código Civil, o qual tem a seguinte redação:

São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;



III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Na deserdação, por sua vez, há um ato de última vontade do autor da herança que afasta o herdeiro necessário, sendo, porém, imprescindível a confirmação por sentença. Não é suficiente a mera menção no testamento da vontade de deserdar. Há de haver o ajuizamento de ação de deserdação, com a citação e a produção de prova. As circunstâncias que autorizam a deserdação dos descendentes por parte de seus ascendentes são as seguintes, trazidas pelo artigo do 1.962 do Código Civil:

Autorizam a deserdação dos descendentes por seus ascendentes:

I - ofensa física;

II - injúria grave;

III - relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto;

IV - desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

A esse ponto do presente escrito, resta claro que o foco desta investigação é a interpretação do artigo 1.962 CC, ou seja, a deserdação do descendente por seu ascendente.

Segundo Gagliano e Pamplona Filho (2017, p.1414), a deserdação é “uma medida sancionatória e excludente da relação sucessória, imposta pelo testador ao herdeiro necessário”. O que se buscou entender foi se o ascendente que sofreu abandono afetivo inverso poderia, através de uma disposição de última vontade, excluir o descendente autor do abandono dos benefícios da herança.

É evidente o problema jurídico que aqui se impõe, tendo que vista que, conforme dito, a garantia da herança é um direito fundamental cravado no artigo 5º da Carta Magna brasileira e sua flexibilização deve ser cautelosa. No entanto, o inciso IV do já mencionado artigo 1.962 permite a deserdação em caso de desamparo do ascendente em alienação mental ou grave enfermidade.

Ressalta-se a objetividade da redação do artigo ao estabelecer a alienação mental e a grave enfermidade como condição para a aplicação do instituto. Assim sendo, ainda há que se questionar a possibilidade jurídica de deserdação em caso de abandono afetivo inverso na hipótese de o ascendente, apesar de idoso, estar no gozo de suas faculdades mentais e não estar acometido de qualquer doença grave. Os argumentos favoráveis e contrários a essa possibilidade jurídica serão mais bem trabalhados no tópico seguinte.

Apenas a título de semântica, cabe esclarecer que se adotou no presente trabalho a terminologia deserdação, variante do verbo deserdar. Porém, é comum encontrar na doutrina e na jurisprudência também o termo deserção, com o mesmo sentido de privar os herdeiros legítimos de sua herança.

Desse modo, por haver pontos de transcrição doutrinária e jurisprudencial, ambas as terminologias puderam ser encontradas no decorrer do estudo.

### 3 A POSSIBILIDADE JURÍDICA DA DESERDAÇÃO DO DESCENDENTE AUTOR DE ABANDONO AFETIVO INVERSO EM RELAÇÃO AO IDOSO

O abandono afetivo, em qualquer uma de suas modalidades, ainda é campo pouco explorado na doutrina e na jurisprudência, sendo de discussão relativamente recente. Sem dúvidas, o abandono afetivo originário, ou seja, dos ascendentes para com seus descendentes, possui estudo mais avançado se comparado com o abandono afetivo inverso, da prole com seus genitores. Por esse motivo, nos valem da apreciação de ambos os tipos de abandono, traçando os paralelos cabíveis, para chegar ao cerne de nossa discussão maior.

Ao falar de abandono afetivo, aborda-se um bem jurídico não palpável e de difícil mensuração: o carinho no ambiente familiar como garantidor da formação da personalidade do indivíduo. Partindo desse ponto, resta evidente a dificuldade de medição, precificação e questionamento da falta de afeto. A definição de ambiente familiar afetuoso não é unânime e não o poderia ser, já que cada família conta com sua realidade, cultura, religião, com a personalidade de cada um de seus membros e forma de se relacionar.

Ainda assim, parece ser passível de identificação o local no qual o afeto não existiu, aonde o carinho se fez faltoso. E é assim que o Judiciário tem identificado as causas nas quais atribui indenizações por abandono afetivo, escancarando a ausência dos pais na criação de seus filhos e os impactos que isso causam na formação do indivíduo. Vejamos algumas ementas de julgados icônicos:

INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS – RELAÇÃO PATERNO-FILIAL- PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.

A dor sofrida pelo filho, em virtude do abandono paterno, que o privou do direito à convivência, ao amparo afetivo, moral e psíquico, deve ser indenizável, com fulcro no princípio da dignidade da pessoa humana. (TAMG, AC 4085505-54.2000.8.13.0000, 7ª C. Cível, Rel. Juiz Unias Silva, julg. 01.04.2004, pub. 29.04.04).

Responsabilidade civil. Ação de indenização por dano moral que a Autora teria sofrido em razão do abandono material e afetivo por seu pai que somente reconheceu a paternidade em ação judicial proposta em 2003, quando ela já completara 40 anos. Procedência do pedido, arbitrada a indenização em R\$ 209.160,00. Provas oral e documental. Apelante que tinha conhecimento da existência da filha desde que ela era criança, nada fazendo para assisti-la, diferentemente do tratamento dispensado aos seus outros filhos. Dano moral configurado. Quantum da indenização que adotou como parâmetro o valor

mensal de 2 salários mínimos mensais que a Apelada deixou de receber até atingir a maioridade. Indenização que observou critérios de razoabilidade e de proporcionalidade. Desprovimento da apelação. (TJRJ, AC 0007035-34.2006.8.19.0054, 8ª C. Cível, Rel. Des. Ana Maria Oliveira, julg. 20.10.2009).

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE.

1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o conseqüente dever de indenizar/compensar no Direito de Família.

2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88.

3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.

4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social.

5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes - por demandarem revolvimento de matéria fática - não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial.

6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.

7. Recurso especial parcialmente provido. (grifo apostado)

(REsp 1159242/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2012, DJe 10/05/2012)

Ao tratar da criança e do adolescente afetivamente abandonados, se fala em reparação por um dano sofrido. E aqui vemos o extremo oposto da discussão que a presente pesquisa suscita: o idoso afetivamente abandonado não buscaria reparação, mas sim, teria intenção de privar sua prole de desfrutar as benesses do patrimônio que ele, idoso abandonado, construiu em vida.

Ora, sentido mais justo não poderíamos encontrar, já que ao idoso restaria o pensamento de que se sua própria família não quis apreciar com ele sua última etapa de vida, com todas as lutas e vitórias amealhadas ao longo de sua existência, por que haveria de ter o direito de possuir os bens materiais que tal luta construiu?

E aqui tratamos puramente do convívio, do afeto, do carinho, já que a falta de cuidados materiais e de saúde possuem proteção legal, sendo passíveis de ações civis e criminais contra seus causadores. Busca-se a proteção do idoso que, em plenas faculdades mentais, gozando de boa saúde e tendo condições de se manter por esforços próprios, se vê abandonado (com a redundância do verbete aqui discutido), sem sua família, fadado à solidão na última etapa de sua vida.

Assim, partindo do afeto como dever jurídico a ser oferecido pelo ambiente familiar, sua negativa injustificada e desarrazoada caracterizaria um ato ilícito. Nas palavras de Dias (2013), a quebra de afeto entre herdeiros necessários e o autor da herança caracterizaria falta de boa-fé familiar, ensejando motivação suficiente para a deserção.

Sabendo que o rol do Código Civil que trata do assunto não prevê o abandono afetivo como ensejador da deserdação, ao operador do Direito seria necessário interpretar a causa se fundando no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, *in verbis*: “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”. Logo, o juiz poderia fazer interpretações extensivas para atingir os fins sociais e o bem comum – interpretação teleológica.

É possível encontrar pontuais casos jurisprudenciais em que o entendimento pela deserdação baseada em abandono afetivo ocorreu, respeitando, assim, a última vontade do testador:

AÇÃO ORDINÁRIA DE DESERDAÇÃO. TENDO A FALECIDA EXARADO EM TESTAMENTO A FIRME DISPOSIÇÃO DE DESERDAR A FILHA E AS NETAS, POR OFENSA MORAL, INJURIA E DESAMPARO NA VELHICE E, HAVENDO COMPROVAÇÃO DESTES FATOS, HA QUE SER MANTIDA A ÚLTIMA VONTADE DA TESTADORA. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70002568863, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em 31/05/2001).

CIVIL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE CAUSAS DE DESERDAÇÃO - CAUSAS APONTADAS NO TESTAMENTO E COMPROVADAS PELA PROVA TESTEMUNHAL – PEDIDO IMPROCEDENTE - SENTENÇA REFORMADA. EXCLUSÃO DOS HERDEIROS DOS DESERDADOS DO TESTAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO. 1- Tendo o falecido exarado em testamento a firme disposição de deserdar os filhos, apontando as causas da deserdação, e havendo comprovação desses fatos, deve ser mantida a disposição de última vontade do testador. 2- É incabível a discussão afeta à exclusão dos filhos dos deserdados do testamento, porque ausente legitimação dos autores para tal pleito, nos termos do art. 6º do CPC (TJMG, Apelação Cível 1.0707.01.033170-0/001, Rel. Des. Maurício Barros, j. 5/09/2006, 6ª Câmara Cível).

Para o último caso colacionado, destaque ao enredo da lide: o pai, acometido de câncer, não recebeu auxílio e suporte de três dos cinco filhos ao final da vida, sendo que destes, dois sequer compareceram

ao seu sepultamento. O desembargador entendeu pela possibilidade de deserdação para filhos que não dão assistência moral e material e tratam com descaso e insensibilidade, configurando o abandono afetivo inverso. Atenção aos destaques do voto do Desembargador Maurício Barros:

Fazendo uma releitura minuciosa dos autos, constata-se que o testador foi vítima de câncer na garganta, sofrendo com a referida doença por muitos anos. É incontroverso, também, que os autores, ora apelados, não ofereceram qualquer assistência material ou moral ao pai naqueles dias de tanto sofrimento. Filhos que não dão carinho e assistência moral aos pais, em momentos tão difíceis, devem, sim, ser deserdados.

Poder-se-ia argumentar que o pai dos apelados não necessitava de ajuda financeira, sendo capaz de arcar com os custos da doença. Todavia, padecendo o testador de câncer na garganta, vindo a definhando, progressivamente, no decorrer dos anos, até o falecimento, é indubitável que necessitasse apenas do carinho, da atenção e do apoio moral dos filhos, o que não lhe foi oferecido pelos autores. É oportuno salientar, aliás, que dois dos autores sequer compareceram ao enterro do pai, o que revela total descaso e insensibilidade em relação ao genitor, evidenciando o total desamparo moral em relação a este. (grifo apostro)

É possível encontrar, também, jurisprudência que entende pela não taxatividade do rol do art. 1.962 do CC. Vejamos:

DIREITO DAS SUCESSÕES. INDIGNIDADE. Pretendida exclusão de beneficiário de plano de pecúlio, condenado no âmbito criminal por lesão corporal seguida de morte e ocultação de cadáver. Possibilidade de aplicação do instituto da indignidade em outros campos fora da herança. Incidência do artigo 1.595 do Código Civil de 1916, vigente à época da morte. Rol que não é taxativo. Casos de indignidade que consagram uma tipicidade delimitativa, a comportar analogia limitada. Falta de idoneidade moral do alzo para ser contemplado pelos bens deixados pela vítima. Interpretação teleológica. Enquadramento no espectro finalístico da norma jurídica em análise. Indignidade reconhecida. Sentença reformada. RECURSO PROVIDO. (grifo apostro)

(Apelação Cível nº 9215521- 04.2007.8.26.0000, 6ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Relator Desembargador Paulo Alcides, Julgado em 21/08/2013).

Em contrapartida, não podemos nos olvidar que o direito de herança é direito fundamental previsto na Constituição Federal, de forma que uma interpretação extensiva para restringir tal direito fere o princípio básico da hermenêutica. Uma postura ativa do Judiciário para preencher lacunas legais esbarra no ativismo judicial, campo de constante discussão por ser uma possível ofensa à tripartição dos Poderes, um dos pilares de nosso estado democrático.

Por esse motivo, as hipóteses legais de deserdação são consideradas *numerus clausus* por parte da comunidade jurídica, ou seja, encerram em tipicidade fechada, não podendo outras condutas, por mais graves que sejam, fundamentar a exclusão do herdeiro. (TARTUCE, apud Lôbo, 2018)

Assim entendeu o Tribunal Bandeirante em decisão recente:

Apelação cível. Ação de deserção. A deserção consiste na privação da legítima por vontade do autor da herança, mediante disposição testamentária, por algumas das causas taxativamente relacionadas nos artigos 1962 e 1963 do Código Civil. O artigo 1963 do Código Civil estabelece como uma das causas que autorizam a deserção dos ascendentes pelos descendentes o "desamparo do filho ou neto com a deficiência mental ou grave enfermidade" (IV). A deserdação tem caráter excepcional e apenas prevalece quando devidamente comprovada a hipótese legal que a ensejou, conforme rol taxativo previsto em lei (artigos 1962 e 1963 do CC), o qual não admite interpretação extensiva. A autora não logrou trazer aos autos elementos suficientes para demonstrar que a falecida tenha sido acometida de doença grave e que os herdeiros deserdados tenham efetivamente a deixado em situação de abandono e desamparo. Ainda que pudesse existir falta de afetividade entre a falecida, filhos e netos, e isto de fato lhe tenha causado sofrimento e tristeza, não é uma das hipóteses previstas para a causa de deserdação, e não se permite interpretação extensiva. Apelo desprovido. (Grifo aposto)

(TJSP; Apelação Cível 0000954-91.2010.8.26.0100; Relator (a): Silvério da Silva; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 8ª Vara da Família e Sucessões; Data do Julgamento: 30/05/2019; Data de Registro: 30/05/2019)

É clara a divergência doutrinária e jurisprudencial sobre o assunto, mas inegáveis são os precedentes autorizadores da interpretação extensiva do rol de deserdação previsto no CC, bem como aqueles que entenderam cabíveis a deserdação por abandono afetivo inverso dos testadores.

Por certo, o caminho de maior segurança seria aquele em que houvesse previsão legal expressa para a possibilidade de deserdação ao herdeiro causador de abandono afetivo inverso. Para Venosa (2019), o legislador tem a incumbência de formular leis precisas, objetivas e claras. Porém, em razão do despreparo e de interesses parajurídicos, acabam criando leis imprecisas, vagas, prolixas. Essa má elaboração pode trazer incerteza e insegurança social, influenciando no trabalho do intérprete legal.

A possibilidade de mudança legislativa para inclusão dessa possibilidade pode estar próxima. É o que se depreende da análise do Projeto de Lei (PL) nº 3.145/2015, de autoria do Deputado federal Vicentinho Júnior (PSB/TO). Tal projeto busca incluir um inciso no artigo 1.962 do CC, de forma que o abandono de idosos em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência ou congêneres também seja motivo para deserdação. Percebe-se que tal previsão amplia o entendimento de desamparo, extrapolando a seara das doenças graves.

Apesar de ainda não consistir em um artigo de lei tratando de abandono afetivo inverso de forma explícita, representa uma aproximação ao que buscou o presente estudo, demonstrando que qualquer tipo de abandono ao idoso pode ser passível de deserdação, por demonstrar falta de boa-fé familiar.

O referido PL já foi aprovado em todas as comissões, estando pendente de apreciação pelo Senado Federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional a nível mundial demonstra que as discussões jurídicas acerca dos direitos dos idosos serão cada vez mais frequentes. No campo nacional, muito tem sido falado sobre o abandono afetivo inverso e possíveis desdobramentos jurídicos de tal ação, como a busca por indenizações, a possibilidade da senexão (adoção do idoso abandonado), a desconsideração da legítima como fator limitador do direito de testar, e a deserdação dos descendentes que não prestam apoio moral e afetivo aos seus anciãos.

Para o último, o presente trabalho buscou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que dessem amparo à vontade do testador de excluir de sua sucessão a prole que o abandonou em vida. O que se encontrou foi uma grande divergência na comunidade jurídica, especialmente quanto à interpretação do rol do artigo 1.962 do CC, ora visto como taxativo, ora como exemplificativo.

Desse modo, se mostrou crucial a adequação legislativa para encerrar a celeuma, de modo a fixar de maneira explícita o abandono afetivo inverso como causa para deserdação. Tal caminho se mostra coerente com o que se espera da boa-fé em ambiente familiar, reforçando os princípios da solidariedade e amparo.

Embora ainda não haja normativa sobre a assunto, a jurisprudência amalhada indicou ser possível a interpretação extensiva do rol previsto no artigo 1.962 do CC, assegurando a deserdação em casos de desamparo do idoso por seus descendentes. Porém, enquanto não houver tal previsão legal, os testadores ficarão sujeitos à interpretação jurisprudencial sobre sua última vontade disposta em testamento.

Todavia, e por óbvio, não poderão acompanhar o desfecho da lide, uma vez que tal discussão ocorre após a abertura da sucessão. Por esse motivo, fica evidente a necessidade de disposição legal sobre assunto, trazendo ao testador a certeza de que seus desejos finais serão cumpridos e as vontades respeitadas. Caso contrário, o instrumento sucessório não cumprirá sua função precípua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito civil. Reais. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

BRASIL. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. 2019. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3145, de 2015. Acrescenta inciso aos artigos 1.962 e 1.963 da Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, de modo a possibilitar a deserdação nas hipóteses de abandono. Brasília, Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1805805>. Acesso em: 14 fev. 2021.

CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das famílias. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017. 985 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601073/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

DIAS, Maria Berenice. Manual das sucessões. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de direito civil: volume único. São Paulo: Saraiva, 2017.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Antecipação da legítima e colação no sistema brasileiro: estado da arte, depois de 2015. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha; DIAS, Maria Berenice (Coord.). Família e Sucessões. Polêmicas, tendências e inovações. Belo Horizonte: IBDFAM, 2018.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: pra além do numerus clausus. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MADALENO, Rolf. Direito de Família. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1360 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987961/>. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Atlas, 2019.

VIEGAS, C. M. A. R.; BARROS, M. F. Abandono afetivo inverso: o abandono do idoso e a violação do dever de cuidado por parte da prole. Sistema Eletrônico de Editação de Periódicos Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. XI, n. 3, p. 168-201, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/articloe/view/66610/40474> . Acesso em: 20 set. 2019.



# Capítulo 20



10.37423/210403960

## ENTRE CHARMES E LIKES, COLOQUE NO CARRINHO SEU CRUSH PARA DAR UM MATCH – UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DA SEXUALIDADE EM TEMPOS DE DATING APPS .

*Nayara Dias Scrimim*

*Universidade Estadual de Campinas*



**Resumo:** Neste artigo procuramos analisar o fenômeno das redes sociais e seu impacto nos processos de subjetivação. A sexualidade não é algo dado, natural e imutável, mas uma construção histórica, social e cultural na relação do sujeito consigo mesmo e com os outros. Considerando que as redes sociais arrasta uma multidão de pessoas, vamos refletir sobre sua influência na constituição dos sujeitos e na relação destes com sua sexualidade. Para tanto, nos utilizaremos dos conceitos de subjetivação, corpos dóceis e sociedade disciplinar presentes na obra do filósofo Michel Foucault e, analisaremos duas redes sociais conhecidas por proporcionar o encontro daqueles que buscam um par, são elas: Tinder e AdoteUmCara. Entendemos que, pensar as redes sociais é refletir sobre os sujeitos de nosso tempo, por esse motivo, elas são um objeto de estudo de grande relevância.

**Palavras-chave:** Subjetivação; Redes Sociais; Michel Foucault.

## INTRODUÇÃO

As mídias sociais<sup>3</sup>, tão inseridas na cultura dos grandes centros urbanos, em seus breves anos de existência, possibilitaram novas formas de ser e estar no mundo, ou seja, novas formas de constituir sujeito<sup>4</sup>. Destarte, este artigo tem como objetivo voltar-se para a relação entre as mídias sociais e o processo de constituição d@s sujeit@s contemporâneos no que se refere à sua sexualidade.

Há redes sociais para os mais variados tipos de situações e intenções. Todas elas, de certa forma, influenciam na constituição d@s sujeit@s. Em meio a uma gama de possibilidades, eis alguns exemplos: para se interagir com amig@s: *Facebook*; para bate-papos: *WhatsApp* e *Telegram*; para ter um *network*: *LinkedIn*; para interagir com os vídeos de amig@s: *Tik Tok*; para aprender coisas novas, basta ver um tutorial no: *Youtube* e, para flertar: *Tinder*, *Happn*, *AdoteUmCara*, *Grindr*; O que há em comum entre todas elas? @s usuári@s (cada qual com seu perfil) e suas interações.

A influência dessas novas tecnologias é tamanha que não é possível ignorá-las, pois, por meio dessas interações, têm-se modificado as mais diversas áreas da atividade humana, inclusive a sexualidade. Isso atua diretamente na formação de muit@s sujeit@s, nos dias de hoje, tornando-se muito mais do que algo passageiro, ou restrito a uma época. Daí a necessidade de refletir sobre essas mídias e sua influência na constituição d@s sujeit@s contemporâne@s.

Para tanto, buscamos compreender @s sujeit@s de nosso tempo nas ferramentas deixadas por Michel Foucault. Apesar de esse autor ter morrido antes da expansão das redes sociais, ele muito refletiu sobre o processo de subjetivação nas relações de poder. Com essas reflexões, buscou mostrar como se dá de diferentes modos o tornar-se sujeit@ ao longo da história, como bem evidencia em “*O Sujeito e o Poder*”:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos. (...). Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Foucault pensa @ sujeit@ como objeto que é constituído por influências exteriores a ele e, também, como sujeit@ que pensa estas influências e se constrói a si mesm@. De modo que a palavra “sujeit@”, segundo o próprio Foucault, possui um duplo sentido: “Há dois significados para a palavra sujeit@: sujeit@ a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento<sup>2</sup>.”

Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeit@ a.” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Por meio dos conceitos de subjetivação, docilização e mecanismo de poder presentes no livro *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, procuraremos estabelecer relação com essas mídias, como sendo o local em que as pessoas se constituem enquanto ser, pois ali, certos discursos são produzidos ajudando a formatando modos de se comportar, de ser e de se relacionar afetivamente com @s outr@s.

## REDES SOCIAIS ENQUANTO SUBJETIVAÇÃO

Em *Vigiar e Punir*, Foucault desenvolve sua análise sobre as origens do poder, de modo a compreendê-lo não como algo que foi instituído e estruturado, como faz a teoria clássica, mas como algo que não advém apenas do Estado nas sociedades modernas. É por meio de “micropoderes”, que permeiam todas as estruturas sociais, que se dá o poder disciplinar. Desse modo, então, no conceito foucaultiano de poder, não existe um lugar em que não haja relações de poder.

A disciplina é uma técnica de poder que funciona como uma rede que vai atravessar todas as instituições, tais como escolas, hospitais, prisões, fábricas. Esse instrumento de poder que atua nos corpos das pessoas usará o controle como um dos principais mecanismos para adestrar e docilizar @s sujeit@s, pois, a partir dele, as pessoas se adequam a formas comportamentais imperceptivelmente impostas pelas normas, ou seja, àquilo que torna os comportamentos normais.

Segundo o filósofo, a disciplina utiliza diversas técnicas, atuando na distribuição do espaço, no tempo, na vigilância e nas sanções normalizadoras. Na distribuição do espaço, “cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar, um indivíduo” (FOUCAULT, 1987, p. 131), quanto mais for possível evitar as pluralidades e grupos tanto melhor, pois as diferenças geram confusão, mas isso não quer dizer que aconteça no modo de um enclausuramento, o que importa é dividir, vigiar e controlar @s sujeit@s, de modo a torná-l@s úteis.

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT, 1987, p. 131)

Nas redes sociais, um espaço virtual, podemos observar essa relação por meio dos *algoritmos*, uma inteligência artificial que conduz os conteúdos e interações de cada usuário ou, em outras palavras: “instaura as comunicações úteis”. Desse modo, cria-se o chamado “*The Filter Bubble*”, termo firmado por Eli Pariser em *O Filtro Invisível: o que a Internet está escondendo de você*.

Segundo o estadunidense, este filtro é empregado na programação algorítmica de redes sociais como *Facebook*, *Youtube*, *Instagram*, *Linkedin* e *Twitter*, direcionando o tipo de conteúdo e os sites em que o usuário lê as informações, exibindo cada vez mais um conteúdo compatível com seus gostos pessoais e evitando os temas que seriam conflituosos para ele do ponto de vista cultural, científico, político e de diversos outros âmbitos.

Pariser percebeu que todos os aspectos que poderiam ser publicados em seu perfil na rede social *Facebook*, por exemplo, estariam sendo submetidos a um filtro que, pouco a pouco, se aperfeiçoava para espelhar cada vez mais a personalidade do próprio usuário. Na página do *Facebook*, isto fica explícito:

As publicações vistas no Feed de Notícias servem para manter você conectado com pessoas, locais e assuntos importantes, começando com amigos e família. As publicações que aparecem primeiro são influenciadas por suas conexões e atividades no Facebook. O número de comentários, curtidas e reações recebidos por uma publicação e o seu tipo (foto, vídeo, atualização de status) também podem torná-la mais propensa a aparecer primeiro no seu Feed de Notícias. (FACEBOOK, 2018)

Essa é uma característica comum às diversas redes sociais, como podemos observar também nos Termos de uso do *Instagram*:

As pessoas são diferentes. Queremos fortalecer seus relacionamentos por meio de experiências compartilhadas realmente importantes para você. Por isso, desenvolvemos sistemas que tentam entender com quem e com o que você e as outras pessoas se importam, e usamos essas informações para ajudá-lo a criar, encontrar, compartilhar e participar de experiências importantes para você. Parte do que fazemos é destacar conteúdo, recursos, ofertas e contas que possam ser de seu interesse e oferecer formas para você experimentar o Instagram, com base no que você e as outras pessoas fazem dentro e fora do Instagram. (INSTAGRAM, 2018)

Pariser nos dá o exemplo de como isso se deu nas campanhas políticas para a presidência dos Estados Unidos em 2016. Dependendo do modo como @usuári@ do

*Facebook* encarava o direito ao voto, seu *feed de notícias*, personalizado, refletia seus interesses e não as notícias da última campanha presidencial. O que o site estava fazendo era criar algo como uma bolha que mantinha a satisfação daquel@usuári@, ao permitir que el@ visse muito mais o que lhe agradava, em detrimento de o que lhe desagradava.

Nesta perspectiva, entendemos que as redes sociais fazem a divisão de um espaço intangível, atuando de um modo ainda mais sutil em relação às instituições existentes e analisadas por Foucault.

Se, por um lado, é interessante para as redes sociais classificar, dividir e segregar, porque isso facilita a obtenção de informações sobre @s usuáris<sup>3</sup> (o que é muito vantajoso para o mercado, para o Estado, etc.), por outro lado, diferentemente de o que fizeram as ditaduras, que conseguiam dados de maneira coercitiva, por meio de tortura e investigações, as redes sociais não precisam se dar a esse trabalho, porque elas criam anseios para que as pessoas, voluntariamente, forneçam essas informações ao interagir umas com as outras<sup>4</sup>.

Para Foucault, a disciplina atua adestrando @s sujeit@s, tornando-@s mais úteis. É um mecanismo que os transforma tanto em um alvo quanto em um meio do seu fazer: “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p.153).

A disciplina opera moldando corpos e mentes de acordo com os interesses políticos e econômicos. Para isso, cria um fetiche em relação a estar nessas mídias, o que ocorre por causa da democrática exposição e visibilidade de si que elas proporcionam, pois, nas redes sociais, não é preciso ser uma celebridade ou exercer algum cargo de poder para ter seguidor@s. Basta um *post* interessante ou uma bela *selfie*, o que é a instrumentalização voluntária de si mesm@s, em troca de *likes*. Desse modo, busca-se seduzir su@s seguidor@s por meio da imagem que se vende nas redes.

Em vista disso, essas tecnologias se tornaram nossas prateleiras e, se há redes sociais que têm o intuito de expor opiniões e informações, fazer e reunir amigos, buscar e oferecer oportunidades no mercado de trabalho, fornecer caronas, por que não haveria prateleiras também para encontrar parceir@s para relacionamentos amorosos?! Considerando que relacionamentos amorosos são de suma importância na constituição d@s sujeit@s, analisamos como esse processo se dá na era digital, pois cada época apresenta sua especificidade nos rituais de conquista, modificando a sexualidade d@s sujeit@s.

### UM DATE COM SEU CRUSH

As redes sociais transformaram também nossa sexualidade, uma vez que, por meio delas, pode-se buscar encontros com possíveis nov@s parceir@s, além de compartilhar o status de nossos relacionamentos, discutir e denunciar questões de gênero presentes em nosso cotidiano, como o machismo, a homofobia, o assédio e práticas abusivas. Nesse sentido, é possível analisar influência das tecnologias em nossa sexualidade de forma ambígua, isso porque elas podem ser entendidas tanto como uma forma de controle, por meio de padrões de comportamento quanto como uma forma de exercer nossa liberdade sexual.

Em outros tempos, havia uma limitação espacial para encontrar alguém e tentar se relacionar, pois, para vir a se conhecer, as pessoas tinham como única opção estar em um mesmo círculo social (igreja, escola, trabalho, bairro). Com o avanço das tecnologias, isso vai se modificando. Hoje, esta barreira espacial foi rompida pelas redes sociais, porque elas permitem que as pessoas se aproximem virtualmente em tempo real para se conhecer, flertar, trocar confidências, conversar por videochamada e até trocar *nudes*<sup>5</sup> com pessoas que estão em lugares completamente distantes.

Segundo Foucault, a sexualidade também está atrelada aos mecanismos de poder: “a sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar. Ela não é aquilo que o poder tem medo, mas aquilo que se usa para seu exercício” (FOUCAULT, 1984, p. 246). Ou seja, a sexualidade não é algo dado, natural e imutável, mas uma construção histórica, social e cultural na relação do sujeito consigo mesmo e com os outros e nesse contexto de interações via redes sociais, novas formas de ser e estar se manifestam. A seguir, veremos algumas redes sociais que têm o intuito de promover o encontro de pessoas que buscam um relacionamento íntimo, as chamadas plataformas de ‘paquera’ (*dating apps*).

Possuindo atualmente cerca de 430 milhões de downloads<sup>6</sup>, o aplicativo *Tinder* tem como proposta ‘conectar’ usuáris que buscam alguém para conversar, sair e até mesmo estabelecer um relacionamento duradouro. O *Tinder* é como um catálogo de pessoas na palma da mão e oferece três opções de interação: um X (*‘nope’*, ou *‘não curti’*); um coração (*‘like’*, ou *‘curti’*) – ambas de modo anônimo – e uma estrela (o *‘super like’* - essa opção avisa a pessoa que você a *‘curtiu muito’*). Quando dois usuáris se interessam pela imagem um@ d@ outr@, ocorre o chamado *“match”*, ou seja, há interesse mútuo e a partir de agora el@s podem começar a conversar através do aplicativo e, quem sabe, combinar um encontro pessoalmente.

O que está em questão nesta ferramenta não é apenas a praticidade com que encontramos um@ parceir@ para, possivelmente, nos relacionar intimamente, mas também a banalização de como se julga alguém pela imagem que é criada em seu perfil. Julgamos se uma pessoa é digna de um *‘like’* ou de um *‘não like’*, sobretudo, por sua aparência física. Sendo assim, essas redes sociais atuam como um tribunal em que se avalia quem é bel@, interessante e atraente, obviamente, afastando e descartando aquel@s que não o são. Ao mesmo tempo, só é mostrado @s usuáris os resultados positivos do uso do app, el@ não fica ciente quem foram as pessoas que rejeitaram sua imagem com um *‘nope’*, sendo que apenas o sucesso de um *‘match’* ou de um *‘superlike’* é vangloriado.

Refletindo a partir dos escritos de Foucault no que se refere ao controle dos corpos ou, em outras palavras, aos “corpos dóceis”, observamos que, por meio dessa vitrine – as redes sociais – passamos a valorizar a aparência dos corpos e, como em uma espécie de *voyeurismo*, a vigiar e ser vigiado, ou melhor, a ser e a ter seguidor@s/amig@s. Graças a esses mecanismos e discursos tidos como verdadeiros, o poder disciplinar se reforça. Este, por sua vez, faz uso dos atributos destes veículos para controlar a sociedade, de modo que os corpos vão se tornando dóceis devido à ação do poder através dessas técnicas de dominação. Nas palavras de Foucault: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Outra opção de rede social bastante curiosa, que estabelece uma relação de consumo na ‘paquera’, é o site e aplicativo AdoteUmCara. Essa rede funciona como uma loja virtual, com cerca de 22 milhões de usuári@s, focada em atender, por enquanto, apenas o público heterossexual. O diferencial dessa rede social é que, para iniciar a conversa, as mulheres – que são consideradas *clientes* – colocam os homens, chamados de “*produtos*”, no *carrinho* de compras. Vale dizer que as *clientes* que trocam mensagens com o mesmo “*produto*” são chamadas de *rivals*. O AdoteUmCara.com.br pretende atender as necessidades d@s solteir@s heterossexuais. A intenção de suprir tais expectativas é apresentada da seguinte maneira:

Simplicidade, convivialidade e segurança são nossas palavras de ordem. Conforme a sondagem Ipsos, na França, nada menos que 12% das pessoas casadas nestes últimos 5 anos se conheceram... online. E nós não estamos contando todos estes que moram juntos ou que fizeram contrato de união estável. 47% dos usuários presentes no AdoteUmCara.com.br deixam o site porque fizeram uma boa adoção.

Conhecer novas pessoas pela Internet nunca foi tão fácil. Você se sente mais livre e desinibido(a), sem barreiras. Você pode conversar virtualmente com dezenas de pessoas que te interessam e é muito melhor assim! No Adote, a gente deseja o melhor aos nossos usuários. O importante para nós é que você encontre quem poderá melhor responder às suas expectativas: amizade, tico tico no fubá ou um grande amor. (ADOTEUMCARA. REGRAS DE PROTEÇÃO <https://www.adoteumcara.com.br/help#tab-content-3>)

Esse tipo de relações intermediadas por essas redes sociais, como vemos, tem se tornado algo comum entre @s sujeit@s de nosso tempo. Por meio da ‘venda’ imagética dos *perfis* d@s usuári@s, estas redes sociais promovem relações humanas reificadas, uma vez que transformam as pessoas em consumidoras, concorrentes ou, nas palavras do site, em produtos (vide figura 1).





Figura 1. Print Screen da página de login inicial da loja AdoteUmCara.<sup>7</sup>

Para além da coisificação das pessoas, essas redes sociais não só influenciam o modo como su@s usuári@s se relacionam, como também consistem em uma forma de estabelecer comportamentos, uma vez que ess@s sujeit@s se comportam postando fotos e rótulos que devem obedecer aos arquétipos de beleza, de consumo e, sobretudo, aos padrões de modo de ser impostos socialmente pelo poder disciplinar, por isso influenciam tanto na constituição da subjetividade.

Porém, segundo o AdoteUmCara, seu *modus operandi* atua de modo diverso dos padrões socialmente pré-estabelecidos, pois, de acordo com o site oficial, esta rede contribui para o empoderamento feminino. Segundo sua propaganda institucional, o app tem o intuito de ser o primeiro a:

Inverter os papéis tradicionais no jogo da sedução e assegurar às mulheres o poder da escolha. Na plataforma de relacionamento é a mulher que dá o primeiro passo e decide quem pode falar com ela.

Os códigos tradicionais de sedução sempre colocaram a mulher em um papel passivo no jogo da conquista. O AdoteUmCara acaba com esses códigos e inverte essa relação. Porque em 2016, uma mulher que dá o primeiro passo não pode mais ser considerada “fácil”. (ADOTEUMCARA, 2016 Propaganda Institucional)

Segundo @s idealizador@s da plataforma, o intuito é inverter os papéis tradicionais da conquista de forma divertida e descolada. O fato é que essas plataformas de paquera, assim como outras configurações de redes sociais, já alteraram o modo como milhares de pessoas se relacionam, tanto umas com as outras, como consigo mesmas. Ao oferecer a praticidade de buscar parceir@s sem sair de casa, por exemplo, essas redes direcionam o modo como as pessoas devem construir seus perfis para parecerem desejáveis a alguém (obviamente, há individualidade e nuances no modo de ser/fazer, mas dentro de padrões já estabelecidos), a maneira com que vão conversar *online*, os laços que serão constituídos, os assuntos que devem ser tratados ou evitados, etc.

Essa modificação nas relações não ocorre apenas na fase da conquista, pois, quando um casal (ou qualquer outra configuração de relação) se forma, possivelmente, as pessoas que o compõem permanecerão com seus perfis pessoais, postando informações (pessoais ou não) a partir de sua perspectiva de mundo, a qual, agora, é mediada também por esta relação. Desse modo, além de sua individualidade, o relacionamento também poderá ser visto por tod@s amig@s e seguidor@s virtuais.

Um exemplo de que as redes sociais provocam mudanças nas relações para além da etapa da conquista é o fato de que elas são uma grande fonte de tensão entre @s parceir@s romântic@s. Pesquisas recentes apontam que essas mídias podem desencadear crises de ciúmes dependendo das interações que @ companheir@ estabelece com outras pessoas e/ou provocar insegurança n@ parceir@ ao ignorá-l@ enquanto se está conectad@, o que cientistas denominam como *phubbing* – associação das palavras *phone* (celular) e *snubbing* (ignorar) (JAMES & MEREDITH, 2016).

Além disso, dados afirmam que as redes sociais são um meio que pode facilitar a infidelidade, levando casais a monitorarem os perfis d@s parceir@s, o chamado ato de *stalkear* (MOREIRA, 2017), que significa perseguir/investigar alguém, neste caso, @ própri@ parceir@. Esses atos são, hoje, causa de muitos divórcios (RUSSELL; NAGURNEY; SMITH, 2013). Diversos estudos apontam que as redes sociais se tornaram um dos principais motivos da separação dos casais (RAIMUNDO, 2019).

Tais modos de agir surgiram com a utilização das redes sociais, portanto, reforçam a ideia de que, ao proporcionar essa exposição de si, essas mídias também possibilitam a vigilância e afetam, entre outras áreas de nossas vidas, nossa sexualidade, algo intrinsecamente relacionado à nossa constituição enquanto sujeit@s.

## NÃO HÁ RELAÇÕES DE PODER SEM RESISTÊNCIA

Ao longo deste trabalho buscamos trazer à luz a discussão sobre algo bastante presente em nossos dias: as redes sociais. Entendemos que essas tecnologias são mais do que um simples veículo para troca de informações, são também, um meio para a formação de identidade, ou seja, subjetivação. Por meio destes mecanismos de poder, são estabelecidos novos comportamentos, corpos são manipulados e sujeitos são constituídos, podendo, assim, ser caracterizar essas redes como novas formas de subjetivação.

Tendo em vista que a sexualidade é, também, uma construção histórica e social sobre os modos de sentir e experimentar o corpo, os desejos e as relações consigo mesmo e com os outros nesse contexto midiático também sofre alterações reforçando as relações de poder. Porém, enquanto nos controla e domina também favorece a liberdade sexual e a denúncia das questões de gênero.

Isso porque, como nos ajuda a compreender Foucault em sua genealogia do poder, as relações de poder são algo do qual parece ser impossível a@ sujeit@ escapar. Porém, o poder não pode ser visto apenas como algo negativo, que reprime, pois é a partir do próprio poder que formas de resistência e práticas de liberdades são possíveis. Em outras palavras, não há relações de poder sem resistência.

Certamente é preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertem a situação-, não haveria de forma algumas relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 277).

## REFERÊNCIAS

ADOTEUMCARA. Regras de proteção. Disponível em: <https://www.adoteumcara.com.br> . Acesso em: 24 de maio de 2016.

BAUMAN, Zigmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FACEBOOK. Site institucional – Central de Ajuda – Como o Feed de Notícias funciona. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/help/166738576721085>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como prática da Liberdade. IN: Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política. 3º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.258-280

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. 1995a. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_. O uso dos prazeres. In: História da sexualidade. Vol.2. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

INSTAGRAM, Termos de uso. Disponível em: <https://help.instagram.com/581066165581870>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

JAMES A., Roberts; MEREDITH, E. David A. My life has become a major distraction from my cell phone: Partner phubbing and relationship satisfaction among romantic partners. In: Computers in Human Behavior. Volume 54, January 2016, Pages 134-141.

MOREIRA, Jacqueline; DE LIMA, Nádia Laguárdia; STENGEL, Márcia; BENTO, Hugo; DOS SANTOS; Ferreira, Pedro Lucas; COSTA, Gabriela Bouzada. O amor e o stalker: novos recursos para a vigilância nas redes sociais, 2017. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewFile/12733/12636>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

PARISER, Eli. O Filtro Invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

O'NEILL, Kate. Facebook's '10 Year Challenge' Is Just a Harmless Meme—Right?. Wired, New York; 2019. Disponível em : <https://www.wired.com/story/facebook-10-year-meme-challenge/>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

RAIMUNDO, Andreza Lage. A internet e o divórcio. Jornal do comércio. Porto Alegre; 2019. Disponível em:[https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/cadernos/jornal\\_da\\_lei/2019/06/688175-a-internet-e-o-divorcio.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jornal_da_lei/2019/06/688175-a-internet-e-o-divorcio.html) . Acesso em 20/04/2021.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na Internet. Porto Alegre: sulina, 2009.

RUSSELL B. Clayton; NAGURNEY, Alexander; SMITH, Jessica R. Cheating, Breakup, and Divorce: Is Facebook Use to Blame?, 2013. Disponível em: <https://www.cs.vu.nl/~eliens/sg/local/cyber/paper-facebook-breakup.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2017.

SCRIMIM, Nayara Dias. “A Influência das Redes Sociais na Subjetividade d@S Sujeit@S Contemporâne@S” – Campinas -SP, 2019. Disponível em:

[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/334249/1/Scrimim\\_NayaraDias\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/334249/1/Scrimim_NayaraDias_M.pdf). Acesso em 15/04/2021.

TINDER. About Tinder. Disponível em: <https://www.tinderpressroom.com/about>. Acesso em: 20/04/2021.

# Capítulo 21



10.37423/210504011

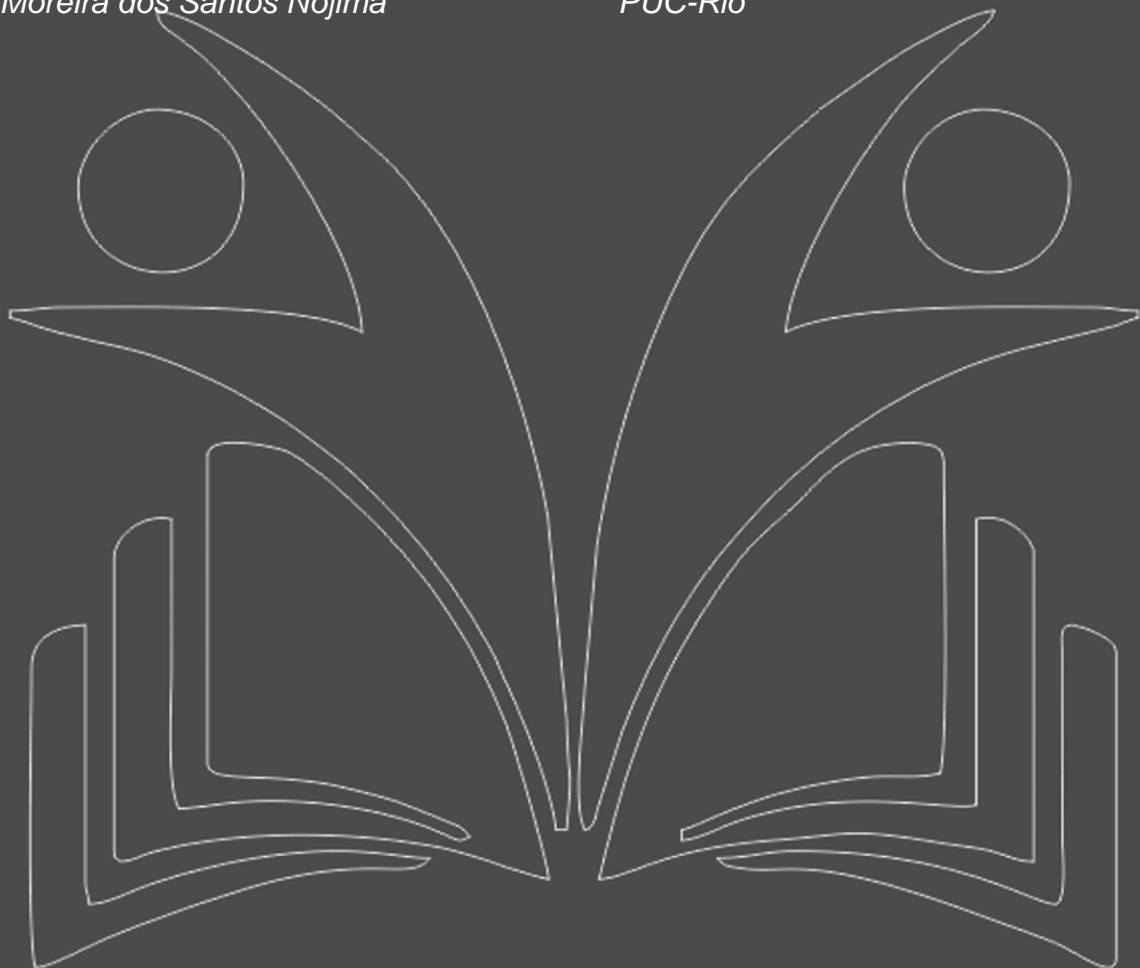
## PROFISSÃO DESIGNER: A ATIVIDADE PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DE BLOGS BRASILEIROS DE DESIGN

*Isabela de Mattos Ferreira*

*PUC-Rio*

*Vera Lúcia Moreira dos Santos Nojima*

*PUC-Rio*



**Resumo:** Quando comparado a outras profissões que possuem pilares conceituais melhor fundamentados, a profissão de designer aparenta certa fragilidade que compromete o delineamento conceitual do campo de atividade em questão. Para refletir sobre essa hipótese, foi realizada uma pesquisa sobre a percepção do profissional pela sociedade e pelo mercado. Para tanto, obteve-se em *blogs*<sup>1</sup> brasileiros sobre Design, informações e opiniões dos internautas e designers sobre a profissão. Primeiro, fez-se uma análise de conteúdo dos comentários de designers sobre textos que demonstravam como era a percepção da identidade profissional do designer perante o mercado e a sociedade. A partir dessa análise, aplicaram-se questionários a designers que são donos dos blogs pesquisados e fez-se uma nova análise das respostas obtidas.

**Palavras-chave:** Designer, Transversalidade, Interdisciplinaridade, Profissão, Identidade.

## 1. INTRODUÇÃO

As dificuldades de encontrar um delineamento conceitual do campo em que o designer atua apontam para a hipótese de que, no Design, a busca de conceito e de status epistemológico para a profissão passa pela verificação de como este profissional é percebido, qualificado e classificado pelo mercado.

O emprego indiscriminado do termo “design” oportuniza, por um lado, que lhe sejam atribuídas diferentes e variadas acepções, como arte, bela forma, projeto, técnica, etc. e, por outro lado, que sirvam de referência a muitos setores da sociedade, como marketing, institutos de beleza, comércio e prestação de serviços. Tanto que, no contexto brasileiro, qualquer pessoa pode se dizer designer, uma vez que a atividade profissional é apenas uma ocupação, dando a perceber que há uma banalização da atividade do designer.

Em *blogs* brasileiros sobre Design foram encontrados textos que discutem a atividade profissional do designer. Uma análise de conteúdo de alguns desses textos ofereceu material para a formulação do questionário que foi aplicado via internet (*e-mail*) aos designers proprietários dos blogs selecionados.

Focalizou-se na natureza epistemológica do Design; na existência ou não da identidade do design brasileiro; na relevância da regulamentação para a valorização da profissão e na relevância de autoria em projetos de design.

## 2. AS OPINIÕES DE DESIGNERS EM BLOGS BRASILEIROS DE DESIGN

Doze blogs brasileiros de Design foram escolhidos, por conterem textos referentes à visão da sociedade e do mercado sobre a atividade profissional do designer. Foram eles: *Blog Ligia Fascioni* - de Lígia Fascioni uma engenheira elétrica, que, depois de onze anos de profissão, começou a se especializar em Design e em Marketing assuntos aprestados no *blog*; *Blog Designers Justiceiros* - formado por cinco designers Guilherme Xavier, Daniel Pinna, Ricardo Artur Carvalho, Daniel Borges e Gabriel Cruz, que, inconformados com a banalização da profissão e com os trabalhos de qualidade duvidosa realizados por “micreiros”, resolveram criar um blog para denunciar e ironizar esses trabalhos e a visão que a sociedade tem dos designers; *IFD blog* - de Íris Freitas Duarte, publicitária de formação que, ao longo de sua experiência profissional, entrou em contato e se encantou pelo universo do Design. *Filosofia do Design* - de Marcos Beccari, designer de formação que tem trabalhos em que relaciona o Design com a Filosofia; *Design Simples - blog*, com o mesmo nome do escritório de Design de Rafael Gatti, que conta com um variado número de colaboradores e disponibiliza matérias sobre as diversas especializações do Design; *Design.nerd*, *Designflakes*, *Chocoladesign*, *Caligrafitti*,



*Design.blog, Needesign e Ser designer é* – que são *blogs* com atualidades sobre o campo do Design, bem como um espaço para divulgação de Portfólios.

Dos textos desses blogs, três foram selecionados sob o critério de que fossem representativos e que apresentassem comentários mais relativos ao tema.

O primeiro texto extraído do *Blog Ligia Fascioni*, de 22 de setembro de 2010, discorre sobre um anúncio publicitário de uma escola de inglês, onde está estampado:

**'SE VOCÊ É ESTUDANTE E SONHA VIRAR DESIGN (sic), MANDE SEU CURRÍCULO E PORTFÓLIO PARA YEABABY.COM.BR. NOVE MESES PARA O ESTUDANTE VIRAR GENTE NO MERCADO'**



Figura 1 – Cartaz extraído do blog Ligia Fascioni



Figura 2 – Detalhe do cartaz extraído do blog Ligia Fascioni

A *blogueira*<sup>3</sup> fez uma crítica ácida ao anúncio, pois quem desenvolveu a peça publicitária não sabe a diferença entre as palavras design (atividade profissional) e designer (o profissional) e faz uso das expressões ‘virar design’ e ‘virar gente no mercado’, como se somente a experiência profissional fizesse o estudante se tornar um designer.

Este anúncio motivou muitos comentários e claras demonstrações de insatisfação de designers, como:

“Depois disso e de um site de um ‘design-publicitário’ com graduação em microiragem que eu acabei de ver, minha manhã de sexta foi pro espaço. Quanta desvalorização existe na profissão pela própria profissão”,

ou

“sem falar nessa coisa de “*virar design*” — como assim, Bial? Dá uma reboladinha e... virou? Pelo jeito, o pileque dos criativos foi tão grande que acharam a ideia genial a ponto de reaproveitá-la na outra frase onde eles prometem que os *estudantes vão virar gente!*”

“queria entender a cabeça do “*design*” que fez isso. Ele deve ficar feliz de tratar a própria profissão com tanto descaso”.

Outro texto selecionado foi do *blog Designers Justiceiros* de 10 de abril de 2010. É a reprodução de um e-mail que um dos autores do blog recebeu contendo uma lista das “50 razões para não casar com um designer”.

No texto os *blogueiros* criticaram uma lista intitulada “50 razões para não casar com um designer gráfico”, publicada em outro blog, espaço.com. A lista apresenta uma visão caricata e negativa dos profissionais e da imagem que a sociedade tem sobre o designer. Os *blogueiros* discordaram de boa parte da lista e afirmam que há uma confusão com outras profissões como o marketing ou a fotografia.

A discussão foi aberta para os internautas se manifestarem. Entre os comentários, por exemplo, surgiram críticas à inclusão do termo ‘*job*’. Segundo alguns internautas esse termo veio da publicidade e por esse motivo não deveria ser utilizado por designers, além de ser um estrangeirismo exacerbado. Outros afirmaram que esse termo deva ser utilizado, pois boa parte do mercado usa e o profissional designer poderia utilizar termos de outras áreas do conhecimento por ser uma profissão que trabalha interdisciplinarmente em conjunto com outras profissões.

O terceiro e último texto selecionado foi “Ser designer gráfico ou ganhar a vida de outro jeito?”, do IFD blog, publicado em 04 de janeiro de 2010, cuja fonte foi a revista online Webinsider<sup>4</sup>. No texto, a autora questiona se a profissão de designer gráfico que, segundo ela é uma profissão em que geralmente se ganha pouco, deve ser exercida ou se deve escolher uma profissão que dê alguma estabilidade.

A conclusão da autora é otimista de que no momento a profissão não ganha bem, mas que em todas as profissões existem ciclos e pode ser que haja futuramente um ciclo de valorização da profissão e de aumento de salário, foi foco de da maioria dos comentários, como:

Não existe paixão ou amor pela profissão que resista uma boa enxurrada de boletos e contas chegando todos os meses. Profissões pragmáticas do tipo "advogado, engenheiro, arquiteto, jornalista, etc) são bem melhores".

ou

A profissão de designer gráfico é extremamente nova, um filhote ou primo pobre dos designers que viviam dentro das agências de publicidade e que resolveram dar um nome e formato a isso. portanto, ser publicitário é bem melhor do que ser designer.

ou

Saiam disso o mais rápido possível, vão ser arquitetos (é possível utilizar um monte de criatividade nessa área), qualquer coisa, menos...designer. é com profundo pesar digo estas palavras, mas o fato é que o mercado nunca se valorizou. O que...quando é que se falou sobre um *boom* na profissão?

E

Esta história de "fazer o que gosta" x "dinheiro" é uma discussão interminável, pra mim a partir do momento que você faz o que gosta e o faz bem, ganhar dinheiro é inevitável é uma consequência, principalmente quando vc tem contatos na área, e sabemos que na área de design como de publicidade ter contato e lógico ser bastante profissional e experiente conta muito para o quesito "salário/dinheiro".

A partir desses textos e dos respectivos comentários foram levantados os termos/ palavras/frases, cuja frequência possibilitou criar duas categorias, dentro de uma relação semântica relacionada ao campo do Design, sobre as quais se chegou a algumas reflexões.

Categories	Aspectos positivos	Aspectos negativos
<b>Design</b>	criação inovação projeto	banalização não regulamentação futilidade desvalorização
<b>A profissão de designer</b>	talento <i>freelance</i> profissionalização paixão	falta de direitos baixa remuneração desvalorização descaso insatisfação falta de estabilidade

Quadro 1 – Categorias resultantes da análise dos discursos dos blogueiros

Depreende-se, dessa classificação, que o Design é quase sempre entendido como uma área relacionada à criação e à inovação e que tem como característica o desenvolvimento de projetos. Encontra-se com muita frequência a noção de que design é uma atividade que só lida com futilidades e de que os profissionais não são recompensados de maneira proporcional ao investimento despendido na formação e especialização. Outros aspectos que dificultam a valorização são a falta de regulamentação da profissão, baixa remuneração, ausência de direitos, etc. o que se refletem na insatisfação dos profissionais que participaram dos blogs.

As reflexões sobre os resultados da análise dos blogs apontaram para questões cruciais no entendimento negativo da identidade conferida ao Design e ao designer. O que realmente constitui a natureza da profissão? A regulamentação se mostra importante na valorização da profissão? A questão da autoria é importante para essa valorização? Existe um design brasileiro que o distinga dos demais e que, de certa forma, possa exercer influência na construção da identidade da profissão?

## DOS QUESTIONÁRIOS

Quatro perguntas compuseram o questionário enviado por meio digital para 25 pessoas envolvidas com os blogs visitados:

1. Como se configura a identidade do Design brasileiro?

2. O Design é uma atividade de natureza artística, estética, científica ou social? Acredita que algum aspecto se sobressaia ao outro?
3. Por que a questão da autoria é importante em um projeto de Design?
4. Quais as vantagens de uma possível regulamentação da atividade profissional do designer?

Nove questionários foram respondidos pelos seguintes blogueiros:

Beto Lima do Needesign é designer, dono e diretor criativo do Beto Lima Design e professor nas Faculdades Integradas Hélio Alonso e Faculdades Integradas Rio Branco. Daniel Pinna, do blog Designers Justiceiros é mestre em Design pela PUC-Rio e professor da UFF no Departamento de Cinema com especialização em Animação. Guilherme Xavier, do blog Designers Justiceiros, doutorando em Design pela PUC-Rio, professor dessa instituição é proprietário do Dinergia, escritório especializado em design de jogos. Ricardo Artur Carvalho, do blog Designers Justiceiros é doutor em Design pela PUC-Rio, professor nessa instituição e na Escola Superior de Desenho Industrial (UERJ). Íris Freitas Duarte, do IFD Blog; Lígia Fascioni, do blog com o mesmo nome. Marcos Beccari do Filosofia do Design é doutorando em educação na USP, mestre em Design e designer gráfico pela UFPR. Maria Renata Morales do Design Flakes é pós-graduada pelo SENAC e graduada em Design e Marketing pela Universidade de Mogi das Cruzes. Uno de Oliveira do Caligrafitti é graduado em Design e Marketing pela ESPM.

Esses relatos apontam para reflexões que valem a pena serem discutidas.

A questão relativa à identidade do design brasileiro obteve respostas que a caracterizaram de acordo com os seguintes requisitos: a qualidade dos trabalhos – reconhecida no exterior, mas não no próprio país –, a antropofagia, o multiculturalismo, as múltiplas visões e identidades, variedade de expertises e manifestações. Essa identidade engloba tanto o design acadêmico quanto o design vernacular – realizado por pessoas que não tem formação acadêmica. A multiplicidade de projetos é reforçada pela pós-modernidade, decorrente da globalização, que trouxe uma fragmentação das identidades. O que é um ponto positivo, pois tal versatilidade propicia ao design brasileiro uma boa adaptação às demandas do mercado. Somado a isso, os designers cada vez mais estão estudando e aprimorando seus conhecimentos. Como consequência, o conceito, a realização e a execução do trabalho tornam-se fortemente alicerçados. A imagem negativa da identidade se relaciona a uma falta de unidade de estilos, que torna difícil sua definição. Contudo, os trabalhos desenvolvidos por design brasileiros são reconhecidos já que esses apresentam uma boa qualidade. Tal fator é de maior relevância do que a

falta de coesão de estilos. Contudo, a desvalorização da profissão dentro do país é algo que dificulta a confluência de forças para a construção de uma identidade profissional positiva e menos diluída. O uso banalizado do termo designer dificulta a compreensão pela sociedade e pelo mercado do que se trata realmente a atividade profissional.

Diante da pergunta sobre a natureza da atividade profissional do designer, muitos responderam que a profissão se caracteriza fortemente pelo aspecto social, pois o projeto de design tem por objetivo suprir as necessidades de um público-alvo, que faz parte de um grupo social. Como tal, engloba a funcionalidade e o uso, a fabricação e a estética, o apelo sensorial e a retórica. O valor social dos objetos (o valor das trocas simbólicas) surge pela maneira como as pessoas se comunicam através dos objetos que usam. O design, portanto, assegura que os discursos ideológicos inseridos nestas trocas estão prontos para serem negociados. A construção desses discursos ocorre no âmbito do pensamento. A profissão também apresenta uma natureza científica, pois os projetos são construídos através de método, que se diferencia de um trabalho informal. Assim, pode-se afirmar que uma forte estruturação científica que relaciona teoria técnica e prática constitui o diferencial de um projeto profissional.

A questão comercial também é levada em consideração em projetos ligados à indústria visto que a persuasão é um aspecto importante para que os produtos e serviços tenham um apelo que seduza os possíveis compradores e gerem lucro às empresas. Esse sucesso depende de um projeto bem estruturado, com pesquisa e método.

Dependendo do setor em que se trabalhe, um aspecto (estético, artístico, ergonômico) pode ser sobressair ao outro. Por exemplo, em projeto de um carro, o aspecto ergonômico e mecânico podem definir limites maiores para a criação, já em um design de cartaz, o aspecto estético e artístico tem maior liberdade de cores e texturas.

A maioria das respostas à questão da autoria, se é ou não importante em um projeto de design, sugere um novo tipo de autoria, que leve em conta a autoria de todos que participaram do processo de idealização, execução e experimentação de protótipos. Já que, em alguns casos, é difícil definir quem seja o autor:

Quem teve a ideia, quem a viabilizou, quem fez a produção, quem fez o teste e contribuiu com sugestões na avaliação, o cliente, o usuário, ou o curioso que estava passando e deu uma ideia boa? [...] é preciso repensar todos os conceitos de autoria antes de apenas repetir o que já existe e não funciona mais (Lígia Fascioni)

A autoria ou coautoria é importante no sentido de assinalar a memória da produção e conferir responsabilidades legais, sociais, econômicas e éticas, a alguém ou a um grupo caso o projeto cause danos às pessoas. O direito autoral ou patente muitas vezes é o reconhecimento de um trabalho, possibilita a remuneração e retorno de investimento feito em pesquisa e possibilita que esta tenha continuidade.

Os designers não têm total liberdade de criação em um projeto de design já que dependem de aprovações de Briefing<sup>5</sup>, orçamento, pré-requisitos, etc., que inevitavelmente influenciam na criação e realização do projeto.

O designer deve ser capaz de articular essa aparente ausência de liberdade no seio de seu processo criativo, de modo que um efeito compensador, jogando a seu favor, resulte em um sentido intencional [...] assim como uma cultura, uma ideologia ou um conjunto de normas ético-sociais, um projeto de Design, em maior ou menor grau, sempre constitui um discurso autoral (Marcos Beccari).

O reconhecimento de uma ou mais autorias evita a cultura do plágio. A cópia ou plágio é realizado sem um trabalho intelectual que lhe dê base, sem uma conceituação bem fundamentada, o que deve ser penalizado. E, ao pensar em direito autoral, deve-se levar em conta uma forma de fazer design que valorize a realização e o processo de construção do projeto.

Há opiniões que discordam da relevância da autoria no sentido de assinatura, pois a “imposição de um estilo sobre as soluções tende a fazer com que a função não seja tão eficaz” (Daniel Pinna). Um projeto de Design considerado bom é aquele que atende as necessidades ou lacunas de determinado público, independente do estilo e sem necessariamente se prender a ele. Por outro lado, a apropriação e reapropriação permite o surgimento de novas ideias, “inovações científicas, econômicas, sociais e artísticas” (Ricardo Artur Carvalho).

Sobre a questão da regulamentação da atividade profissional do designer, as opiniões se dividiram:

Por um lado, a regulamentação poderia ser negativa se sindicatos e associações trouxessem mais burocracia e fechamento à atividade profissional. A autoproteção e a autopremiação de pessoas que têm cargos políticos dentro dessas associações e sindicatos pode dificultar um melhor aproveitamento dessas entidades para benefício da profissão. É possível que o sindicato não funcione direito e não puna trabalhos de má qualidade. Alguns argumentam que quem tem experiência e formação na área, tem reconhecimento de seus clientes e não é ameaçado por micreiros<sup>6</sup>. Outro fator destacado é que a profissão do designer por sua natureza transversal está a todo o momento negociando o limiar entre áreas e que a regulamentação poderia dificultar a participação do designer em outras áreas de

conhecimento. O design enquanto pensamento é visto por alguns designers como a justificativa para não regulamentar a atividade, visto que um pensamento de design deve ser “livre e isento de qualquer censura, proibição ou regulação” (Guilherme Xavier). Outro argumento para defender a não regulamentação é que há autodidatas e profissionais talhados pela própria prática que possuem muita competência e que o diploma não garantiria a competência de um profissional.

Por outro lado, regulamentar a profissão tornaria possível o estabelecimento de um piso salarial e possivelmente uma tabela padrão de cobrança de serviços, o que teria como ponto positivo a precificação justa pelo trabalho do profissional qualificado. A criação de sindicatos e agências de controle seria positiva no sentido de cobrar um pagamento digno e punir a empresa se o profissional estivesse recebendo abaixo do piso salarial e apurar trabalhos de designers que fossem denunciados como prejudiciais à sociedade. Também haveria maior força política para exigir representatividade em concursos públicos. Auxiliaria ainda profissionais que estivessem participando de concorrências. Além disso, a denominação *designer* não seria tão banalizada como é hoje em dia. Evitaria o uso da palavra como é feita nos termos designer de bolo ou *cake designer*, designer de sobrancelhas e *hair designer*. A regulamentação evitaria o uso incorreto da palavra, ao fiscalizar e exigir punição em usos inadequados do termo. A regulamentação proporcionaria maior união e organização dos profissionais e a melhoria da qualidade dos trabalhos. Com ela, a "classe micreira" teria mais dificuldade de atuar no mercado sem qualificação e sem um projeto bem fundamentado. Proporcionaria uma “homogeneização da formação básica do profissional, que é muito diferente e até conflitante nas diversas universidades e escolas do país” (Ligia Fascioni). A regulamentação favoreceria na defesa da identidade da profissão, da qualidade do serviço, da valorização do profissional e a possibilidade de remuneração justa.

### 3. CONCLUSÃO

A abordagem sobre identidade profissional, de um modo geral, implica na discussão a respeito da intersecção em que, conforme Claude Dubar em *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais* (2005) situa-se o trabalho – o emprego – a formação. Ao longo da história social, vê-se que essa articulação se desarranja a despeito da valia e da pertinência conceitual da atividade ou da competência e empenho de quem a pratica, gerando instabilidade e ameaças à identidade profissional.



A demarcação dessa pertinência e valia esbarra na banalização do Design como consequência de sua própria natureza, fluida e multifacetada, caracterizada como multi e interdisciplinar, mediada por uma atitude transversal, marcando a amplitude de relacionamento que faz com diversas áreas do conhecimento.

Se, por um lado, delimitar e classificar ou até regulamentar a profissão faz com que este caráter fundamental perca sua energia vital, por outro lado, a falta de clareza sobre o âmbito de limites e de foco do campo de atividade do Design representa obstáculos significativos para a carreira dos profissionais.

Os designers, muitas vezes, se queixam de que seu trabalho não é reconhecido, de que sofrem com remuneração ou pró-labore que não compensam a constante atualização a que se submetem para vencer num mercado altamente competitivo e em franca mudança diante das inovações tecnológicas. O mapeamento e a discussão das ideias sobre os limites da prática profissional do designer no mercado de trabalho propostos na pesquisa aqui relatada proporcionou a reflexão sobre algumas configurações conceituais da atividade profissional do Design.

A questão da autoria pode ser entendida como garantia dos direitos de quem realizou o projeto e/ou desenvolveu o produto. Nesse caso, a autoria se firma como o reconhecimento do esforço empreendido pelo designers e todos os envolvidos no processo de construção do projeto e essa deve ser valorizada através dos direitos autorais.

Dessa forma, a construção da identidade do profissional do Design não pode como também não é desejável, ser traçada linearmente, pois se trata de um empreendimento altamente complexo. A partir da definição formulada por Axel Honneth (2003, p. 270) de que a construção da identidade é um processo intersubjetivo de reconhecimento mútuo, é possível afirmar que a construção da identidade profissional deve ser entendida como processual e constituída por representações individuais e coletivas, numa relação de complementaridade entre essas dimensões dentro do contexto histórico. A não equiparação da atividade profissional do designer com as demais profissões em vigor dificulta na consolidação da identidade do Design, visto que ainda se encontra na categoria de ocupação.

Vislumbra-se que a criação de um Conselho Profissional, que vise valorizar a profissão e resguardar os interesses sociais e contribuir para o aumento de sua força política, pode auxiliar na melhoria da percepção da sociedade em relação à atividade profissional do design. É bom que fique claro que não se pretende aqui fazer apologia à reserva de mercado, mas sim fortalecer identidade profissional do Design, tão almejada pelos designers que responderam aos questionários.

A tentativa é de aproximar toda a discussão em torno da profissão designer de uma resposta para os motivos reais de reconhecimento da profissão. Acredita-se, assim, ter contribuído para o fomento da discussão dessa questão em aberto.

## 4. REFERÊNCIAS

- ABEDESIGN – Associação Brasileira de Empresas de Design. Disponível em:  
< <http://www.abedesign.org.br/2010/sobre.php>>. Acesso em: 04 out. 2012.
- Caligrafitti. Disponível em: <<http://www.caligrafitti.com.br/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Choco La Design. Disponível em: < <http://chocoladesign.com/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília : MTE, SPPE, 2010. v. 1 828 p.
- Design.Blog. Disponível em: <<http://design.blog.br/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Designers Justiceiros. Disponível em: <<http://designersjusticeiros.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Design Flakes. Disponível em: <<http://www.designflakes.com.br/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Design Simples. Disponível em: <<http://www.designsimples.com.br/blog/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- DUBAR, Claude. A Socialização: A Construção das Identidades Sociais e Profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Filosofia do Design. Disponível em: <<http://filosofiadodesign.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- GERTEINY, Gilbert Gilles. Mundialização, Globalização, Localização e Glocalização. Disponível em: <<http://ucam-poa.com.br/mundializacao-globalizacao-localizacao-e-glocalizacao/>>. Acesso em 3 de novembro de 2012.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- IFD blog. Disponível em: <<http://www.ifd.com.br/blog/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Lígia Fascioni. Disponível em: <<http://ligiafascioni.com.br/blog/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- Needesign. Disponível em: <<http://espaco.com/>>. Acesso em: 26 out. 2010.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. In: MORAES, DIJON. Cadernos de Estudo Avançado em Design, Caderno: Design e multiculturalismo. Belo Horizonte : Santa Clara : Centro de Estudos Teoria, Cultura e Pesquisa em Design. UEMG, 2008, v. 1, jul. 2008.
- WILENSKY, Harold L. The Professionalization of Everyone? American Journal of Sociology, v.70, n.2, sep., p.137-158, Chicago, The University of Chicago Press, 1964.

## NOTAS

### Nota 1

Blog - Em um site Web, um blog, abreviação de arquivo na Web ou weblog, é um diário pessoal frequentemente atualizado e direcionado ao consumo do público em geral. Os blogs geralmente representam a personalidade do autor ou do site Web e seu objetivo. Às vezes, os tópicos incluem breves devaneios filosóficos, comentários sobre a internet e outras questões sociais e se liga a outros sites que o autor favoreça. As características essenciais do blog são seu formato de diário normalmente com um novo registro a cada dia e seu estilo informal (THING, 2003, p.99).

### Nota 2

Blog – Abbreviation of weblog and commonly used. It's a virtual diary that is frequently updated and directed to the public in general. The blogs usually represents the personality of the author. Sometimes the topics are about philosophical matters, comments about the web and other social issues and it connects to other websites that the author recommends. The essential characteristics of the blog are the format of a diary, the day-by-day actualization and the informal style (THING, 2003, p.99, traduced to English by the author).

### Nota 3

Blogueiro(a) é o termo informal que utilizado na internet para designar o proprietário de um blog.

### Nota 4

Webinsider é uma publicação da Z Editores Ltda., um site de artigos e conteúdo analítico sobre marketing, negócios, criação e conteúdo no ambiente online. Disponível em

<<http://webinsider.uol.com.br/2006/01/05/revistas-no-formato-revista/>>. Acesso em 2 de agosto de 2011.

### Nota 5

Briefing é um termo inglês que serve para nomear um documento ou uma reunião que reúne informações preliminares, instruções ou táticas dadas pelo cliente para o desenvolvimento de um projeto.

### Nota 6

Micreiro é um termo popular utilizado por designers para designar pessoas que executam trabalhos utilizando as mesmas ferramentas e suportes que os designers e que trabalham informalmente, sem ter a formação profissional.

# Capítulo 22



10.37423/210504014

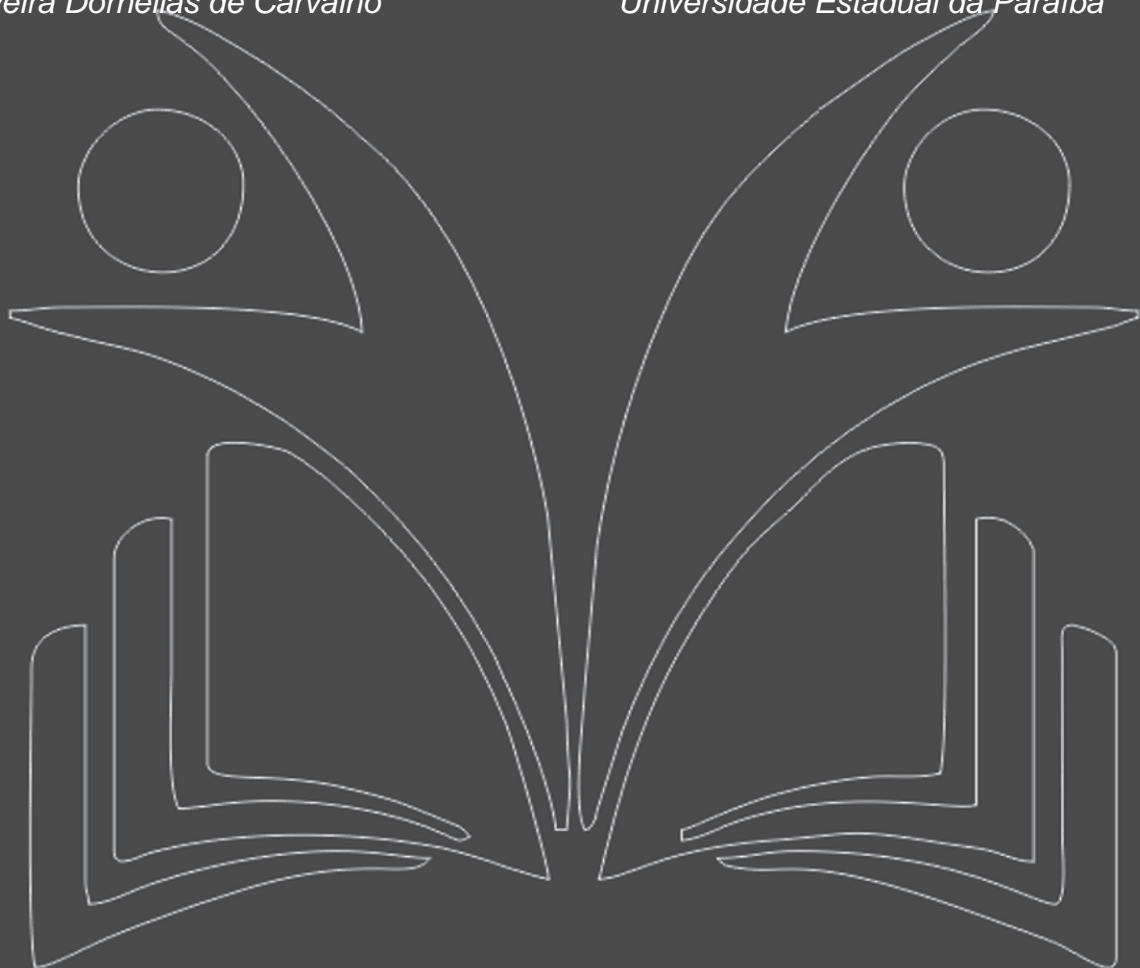
## TEORIA QUEER E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLAR E LEGISLATIVO

*Sandra Carolina de Oliveira Leão*

*Universidade Federal de Campina Grande*

*Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho*

*Universidade Estadual da Paraíba*



**Resumo:** A vivência escolar é responsável por diversas características que são decisivas para a personalidade construída na vida adulta. E a forma como a escola enfrenta as questões de gênero reflete como esse é um assunto ainda tão polêmico, sobretudo em função da nossa cultura patriarcal. No entanto, a escola tem um grande papel na formação dos cidadãos, quando, por exemplo, cultua valores sociais como o reconhecimento e inclusão de diversos grupos, a exemplo do grupo LGBT. Comungando com essa concepção, a teoria *Queer* tenta discutir os diversos papéis impostos culturalmente para o homem e a mulher que se refletem no meio social, na escola, inclusive no campo das legislações, criando assim, espaços de discussão necessários para o bom convívio dos diversos grupos em sociedade.

**Palavras-chave:** Teoria *queer*. Educação. Legislação LGBT.

## INTRODUÇÃO

A discussão empreendida nesse trabalho se pauta pela concepção de que a convivência com as diferenças proporcionada no ambiente escolar contribui para a formação humana e cidadã dos alunos. Nesse sentido, as implicações sociais decorrentes dos conceitos e preconceitos que permeiam o campo da homossexualidade podem ser muito bem focalizadas na escola, tendo em vista ser este o espaço por excelência onde o indivíduo aprende a viver e relacionar-se numa escala social mais ampla. Dessa forma, propõe-se nesse trabalho discutir sobre o aspecto da diversidade de gêneros, o qual tem grande relevância no ambiente escolar, a partir da junção de contribuições teóricas relativas ao campo da educação e do direito. Para a discussão das identidades definidas a partir da heterossexualidade e da homossexualidade, focaliza-se a teoria *Queer* como principal referencial teórico, na medida em que essa permite uma leitura mais fluida, menos normativa em relação às vivências sexuais e de gênero do indivíduo, situando fora do debate aquilo que não é essencial, excluindo a opressão social sob a forma de um comportamento que as crianças e adolescentes desde cedo são induzidas a reproduzir para não saírem de um padrão cultural devidamente aceito e imposto pela sociedade.

### 1. FUNDAMENTOS DA TEORIA *QUEER*

A palavra *queer* faz parte do vocabulário inglês e é facilmente encontrada em dicionários, remetendo para significados negativos presos a um contexto histórico-social específico, marcado pela intolerância ao diferente do estabelecido como norma de conduta social, o dos Estados Unidos, na década de 80. Assim, como resposta contrária à imposição da sociedade de um comportamento sexual, surge a teoria *queer* unificando os estudos gays e lésbicos. Essa conotação negativa foi atribuída ao termo *queer* e assim mantida na designação do movimento, conforme Miskolci (2012, p.24):

*queer* é um xingamento, é um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria. A ideia por trás do *Queer Nation* era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo da contaminação. É assim que surge o *queer*, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela AIDS.

Mas o termo *queer* só foi cunhado por Teresa de Laurentis em uma conferência realizada na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, no mês de fevereiro de 1990, “a fim de teorizar sobre as sexualidades gays e lésbicas” (LAURENTIS,1990). Assim sendo, a teoria se afirmou justamente na contramão de uma perspectiva que busca o mero "encaixe" em padrões, recusando valores morais violentos, enriquecendo, por um lado, os estudos gays e lésbicos com a sua perspectiva feminista

através do conceito de gênero, e sofisticando o próprio feminismo, ampliando o seu alcance. Após a fase inicial, entraram em discussão questões mais amplas como as relativas à identidade nacional e à garantia de direitos de grupos minoritários na sociedade. O questionamento da sexualidade proposto pelos mentores da teoria *queer* passou a englobar a discussão travada mesmo em torno do multiculturalismo. Desta forma, os teóricos *queer* delimitaram um novo objeto de investigação: a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais.

Vale assinalar que a teoria Queer não se resume a uma luta ligada à sexualidade; ela se volta também para um combate contra falsos valores que são usados como justificativas para a discriminação. Trata-se de uma luta que envolve não apenas gays e sim todos os que são vistos como impossibilitados de fazerem parte da escala da normalidade (NINO, PIVA, 2013, p.502).

Pode-se dizer que pensar *Queer* é questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade, já que esse pensamento vem de um contexto que abrange todos os tipos de atividade sexual e identidade de gênero. A ação subversiva e a transgressão das fronteiras de gênero e de sexualidade são alguns dos principais elementos que permeiam esse estudo *queer*.

Dessa forma, a teoria entra em desacordo com o padrão vigente, por exemplo, quanto à identificação do sexo feita no momento do nascimento pelos caracteres anatômicos, registrando-se o indivíduo como pertencente a um ou a outro sexo exclusivamente pela genitália exterior. A sexualidade tem a ver com a simbolização do desejo, não se reduzindo aos órgãos genitais, como defende Chauí (1991, p.18):

porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital.

Assim, a determinação do gênero não decorre exclusivamente das características anatômicas, não se podendo mais considerar o conceito de sexo fora de uma apreciação plural, resultante de fatores genéticos, somáticos, psicológicos e sociais. Segundo Chauí (1991), uma das principais apostas *queer* é ainda abranger uma multiplicidade de identidades. Como a ciência tem reconhecido que os indivíduos que não se enquadram no padrão biológico apresentam conflitos práticos e subjetivos com sua identidade de gênero, decorrentes da não-aceitação de seu sexo biológico e jurídico (registro civil), está ocorrendo uma maior demanda por intervenções cirúrgicas de redesignação sexual. Sob esta ótica, o chamado “sexo psicológico” tem sido mais importante e influente do que o sexo biológico na definição sexual de uma pessoa (FURLANI, 2005, p. 53).



Não é por outro motivo que os debates em relação a esse tema vêm ganhando espaço e colhendo bons frutos. Como exemplo, pode-se citar a vitória da retirada da homossexualidade da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, no Brasil, vários anos antes da Organização Mundial de Saúde (OMS) fazer o mesmo. O Conselho Federal de Psicologia (1999)., por sua vez, determinou que nenhum profissional pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”. Esse conselho estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual (Resolução CFP N°001/99 de 22 de março de 1999). Observa-se também que o tema da sexualidade de forma mais ampla vem ganhando espaço entre os debates que são realizados no ambiente escolar, como posto a seguir.

## 2 SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL NO ESPAÇO ESCOLAR

No âmbito pedagógico, a teoria *queer* vem estimular o conhecimento sobre as identidades relativas à sexualidade, e sua diversidade, algo que está presente entre os que participam da comunidade escolar, mas que raramente é tomado como tema de discussão. Sendo assim, nesse campo, “pensar na diversidade consiste no ato reflexivo e profícuo de se compreender a diferença, afinal, o encontro de práticas culturais plurais gera ressignificações, sem, contudo, transpor-se para o campo da discriminação” (MOLAR, 2011).

Uma reflexão sobre os elementos que são referência para a formação dos alunos no espaço escolar remete para os livros didáticos como um importante veiculador de cultura nesse espaço, pois a partir deles são transmitidos conhecimentos que contribuem para a produção de identidades culturais. “Essa produção se dá em meio a determinadas relações de poder e baseia-se em certas representações dos gêneros e das sexualidades, marcando identidades e diferenças” (REIDEL, 2013). Furlani (2005) destaca o livro didático como um produto cultural e pedagógico importante, espaço onde os significados de gênero e de sexualidade são marcados, contestados e rearticulados. A partir dele, professores e professoras podem refletir sobre as representações de gênero e sexualidade? buscando discutir seus possíveis efeitos, tanto nas produções de identidades culturais, quanto nas discussões sobre educação sexual. A esse respeito, constata-se que, mesmo com tantas possibilidades de discussão através dos livros,

a existência de casais fora do padrão da heterossexualidade é praticamente excluída dos livros escolares, fomentando assim uma valorização da heteronormatividade nas relações e tornando o universo infantil afeito a tais determinações (LOURO, 2000, p.48).

A escola, como instituição de formação e sociabilidade especialmente dos/as jovens, tem se configurado como um espaço de reprodução da homogeneidade sem o respeito às diferenças tão presentes no cotidiano escolar. Como afirma Joca (2009, p.3),

a escola, com sua dinâmica institucional centrada no disciplinamento, insiste em padronizar currículos, práticas educativas, espaço geográfico, arquitetônico e os sujeitos, reafirmando as relações sexuais hegemônicas, principalmente, no âmbito das questões de gênero e de orientação sexual. Um exemplo são as dificuldades demonstradas por educadores/as sobre o convívio com LGBT nos ambientes escolares.

Com essa prática, preconceitos e atos de discriminação contra a população segregada muitas vezes são naturalizados e banalizados, até considerados brincadeiras pelos/as próprios/as educadores/a, que silenciam e dessa forma colaboram na produção e reprodução de atitudes discriminatórias. Miskolci (2012) chama a atenção, em especial daqueles que são profissionais da educação, para a dinâmica da violência contra aqueles que adotam um gênero distinto do esperado:

Essa violência envolveria a todos: quem subjuga, a vítima, quem presencia. No espaço escolar isso se apresenta de forma bastante forte, uma vez que, na escola, quer você seja a pessoa que sofre a injúria, é xingada, é humilhada; quer seja a que ouve ou vê alguém ser maltratado dessa forma, é nessa situação da vergonha que descobre o que é a sexualidade (MISKOLCI, 2012, p.12).

Esse é o exemplo da negação da possibilidade da vivência e convivência de jovens com a diversidade sexual, e, por conseguinte, a negação aos/às jovens homossexuais, do direito à educação escolarizada, pois

a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los a gozações e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que, esses/as jovens só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 1997, p.68).

Diante dessa violência promovida pelo heterossexismo, é preciso assegurar que esses/as cidadãos/as não serão submetidos/as à humilhação, à violência ou algo similar, que possam se expressar como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais a partir de determinadas garantias sociais começando pelo direito à educação. Assim, com base na noção de diversidade sexual, as crenças sobre as sexualidades precisam ser continuamente questionadas. Para isso, é necessário reafirmar o princípio de laicidade do Estado, algo que permita entender a escola de uma forma específica, em que a educação é objetivada para a cidadania democrática. Porque no momento em que se define uma normalização, tem-se o sentido de que:

normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como parâmetro em relação as quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa ou compulsória (SILVA, 2007, p.83).

Dessa forma é possível perceber a importância dessa contenda para a escola e a sociedade. Não sendo por outro motivo que a escola, mais uma vez, deve evocar para si a responsabilidade e tornar-se o principal palco para essa demanda de discussão sobre homofobia e gênero. A perspectiva de diversidade está intrinsecamente presa a um modelo de sociedade travado pelas classes dominantes. Não é difícil perceber que a perspectiva da educação como forma principal de construção social requer muito mais que apenas um diálogo em sala de aula. Esse direito fundamental que é a educação, em especial quando nos referimos à educação básica, é pressuposto para a efetividade de outros direitos fundamentais, visto ser estruturante na construção da cidadania. Nesse diapasão, aduz Souza (2010, p. 25) que a educação é a base da construção da cidadania, atributo da dignidade humana, bem maior, objeto da tutela dos direitos fundamentais. E é com esse impulso de democracia e igualdade de direitos, que é possível nos embasar nas questões legais em relação a essa grande discussão em torno do gênero e sexualidade, como pode ser visto a seguir.

### 3 A QUESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A EDUCAÇÃO

No Brasil, as leis e diretrizes normatizadoras das práticas educacionais historicamente apresentam pouca discussão acumulada sobre o tema da diversidade sexual. Ao estudar as relações de gênero nas políticas públicas, Sousa (2006, p. 65) verificou que as principais legislações em vigor: a Constituição Federal vigente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o atual Plano Nacional de Educação (PNE) fazem pouca menção à diversidade e às identidades de gênero e sexualidade. Félix e Palafox (2009) afirmam que:

apesar da pequena abordagem, não se pode dizer que houve “completa omissão” das questões de gênero, educação sexual e pluralidade cultural nos objetivos e metas do PNE (BRASIL, 2001). Ainda que no PNE tais questões não tenham sido amplamente expressas e sequer estejam associadas a todos os níveis de ensino, apareceram em referência aos conteúdos dos livros didáticos para o ensino fundamental (art.11), na composição dos temas para a formação docente no ensino superior (art. 12) e também nas políticas de financiamento e gestão, indicando a inclusão do tema nas avaliações e sensos escolares (art. 43).

Uma questão central para pensarmos o direito à educação plena está em olhar a educação formal e, conseqüentemente, a instituição escolar como um direito de todos e todas.

No campo legislativo, a perspectiva da educação como um “direito de todo cidadão” está garantida constitucionalmente no Brasil desde a Constituição de 1934. No intuito de alcançar a universalização do ensino público, o acesso a todos e todas à instituição escolar foi e ainda é uma bandeira dos movimentos pela educação no Brasil e sinônimo de exercício da cidadania e de democracia” (JOCA, 2008, p.12).

Sendo assim, a educação é considerada um direito fundamental, levando em consideração o que se entende pelo termo: “São considerados fundamentais aqueles direitos inerentes à pessoa humana pelo simples fato de ser considerada como tal, trazendo consigo os atributos da universalidade, da imprescritibilidade, da irrenunciabilidade e da inalienabilidade” (GARCIA, 2000).

Porém, mesmo diante desses fundamentos, percebe-se que o almejado acesso à escola não garante a todos e todas a permanência e o êxito escolar, isso porque a desejada universalização do ensino não garante a equidade no direito à educação. Nesse sentido, quando se pensa em levar o assunto aos currículos escolares, tornando obrigatória a inclusão da temática de gênero e suas relações intrapessoais e interpessoais nos currículos escolares, objetiva-se incentivar o estudo e o diálogo sobre o tema gênero, promovendo-se uma mudança cultural em favor da igualdade entre os sexos. Também nesse sentido o projeto de lei n°. 7627 (BRASÍLIA, 2014) “altera a Lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e bases da educação, e estabelece a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino, da obrigatoriedade da temática gênero”.

A Comissão de Educação aprovou no dia 24 de outubro de 2013 o Projeto 7627/10 e segundo o relator substituto na comissão, deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o projeto não trata de uma disciplina no currículo e sim da garantia, na lei, de que a temática será abordada entre as disciplinas já ministradas. O objetivo desse projeto é incentivar o estudo e o diálogo sobre o tema gênero, promovendo uma mudança cultural em favor da igualdade entre os sexos, tratando-se da questão da orientação sexual, considerando-se a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte.

De acordo com a lei 9394/96 (LDB), percebemos que o tema diversidade em relação ao processo de identidade de gênero é referido de forma bastante sutil. Alguns poucos artigos e incisos fazem alusão de forma discreta à temática, mas podem ser interpretados para que o ponto em questão seja trabalhado nas escolas de forma sistemática nas diversas matérias que fazem parte do currículo.

Por exemplo, no Art. 2º da LDB, na primeira e segunda parte do *caput* é possível observar a questão do desenvolvimento do educando e o dever da família e do Estado para com esse indivíduo. No artigo 3º, em alguns dos seus incisos, é possível perceber de forma mais clara essa tolerância e a valorização

do aluno de forma individual, levando em conta todo o conhecimento advindo da vida antes da escola e fora da escola.

No artigo 3º, incisos X e XII afirmam que as experiências adquiridas que perpassam a educação formal oferecidas nas escolas são de grande valia para o futuro profissional, educacional e pessoal dos indivíduos. O inciso X valoriza a experiência que transcende os muros da escola e dessa forma, rompe com os conceitos e paradigmas formados e existente na educação, desconstruindo e reconstruindo de forma dinâmica conceitos sociais e morais diante da realidade escolar. Já o inciso XII leva em consideração a relevância da diversidade cultural que permeiam nossa sociedade, garantindo assim uma educação mais pluralizada e fazendo com que os alunos estejam cada vez mais atentos a essa diversidade que compõe nossa sociedade.

Incluído em 2003 pela lei 12796, o inciso XII só torna expresso o que já estava preestabelecido em outros diplomas legais, bem como nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. A diversidade à qual esse inciso se refere deve ser utilizada de forma análoga a todos os tipos de diversidade, inclusive a de gênero e orientação sexual.

O artigo 26, parágrafo 9º da LDB, aborda conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014). A questão dos Direitos Humanos já imbuídos de forma concisa nesse tema de gênero diz respeito à dignidade da natureza humana.

O Estatuto da diversidade propõe um capítulo específico para a educação positivados nos artigos 59 ao 65, englobando desde a capacitação de professores como também material didático e atividades que promovam superação da homofobia.

O programa Brasil sem Homofobia lançado em 2004, depois de vários debates do governo federal junto a diversos grupos da sociedade civil organizada, traz propostas bastante claras em relação ao que se pretende da educação e de todos os que a compõem. No documento sistematizado desse programa, existe também, assim como no Estatuto da diversidade, uma parte específica para a educação, positivada no “Capítulo V: Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual”.

São com esses instrumentos legais que os agentes da educação poderão fazer o seu papel de interlocutores e abrir a discussão para os alunos e a sociedade para tentar impedir o *bullying* e o

preconceito aos LGBT na escola e para além de seus muros, garantindo assim um espaço para que esse debate ganhe amplitude. Esses instrumentos de discussão tornam-se a melhor opção para uma sociedade mais equilibrada em relação ao respeito, solidariedade e oportunidades de todos e todas, considerando que a sociedade é constituída pela pluralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discutir sobre como é possível para a escola criar a cultura de respeito aos que não se enquadram no padrão sexual imposto, bem como apresentar as contribuições legais que tem surgido nesse sentido, e que representam um caminho a percorrer no sentido de garantir direitos fundamentais, como a boa convivência no ambiente escolar.

Consideramos que assumir um papel ativo na promoção do debate em sala de aula, produzir conhecimento que possa constituir-se enquanto instrumento de trabalho para atuais e futuros estudos e subsídios para os grupos ditos de minorias é de extrema importância. Nesse sentido, os estudos *queer* se tornam válidos na medida em que respeitam um compromisso com os princípios de justiça e educação, sendo este um grande problema enfrentado hoje no ambiente escolar: a desumanidade, a injustiça. Fica claro que tal debate político obriga a um esforço redobrado de vigilância constante em relação ao que está sendo posto em questão, já que a escola recebe fortes influências religiosas e é herdeira de uma cultura patriarcalista, conservadora.

Acredita-se que ir além de uma educação meramente sexual, restrita a determinadas disciplinas, possibilita colocá-la na ótica da cidadania, e com isso a comunidade escolar pode analisar a sexualidade da população além do biológico. Isso pode contribuir para uma escola mais pluralista e para a formação de um adulto mais tolerante, considerando-se que, assim como a heteronormatividade, a discriminação é algo também culturalmente construído.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Torna Obrigatória a temática gênero e suas relações intra e interpessoais no currículo escolar. Projeto de lei nº 7627/10, Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. CFP nº001, Brasília. Libertas,1999.

CHAUÍ, Marilena. Repressão sexual: essa nossa(des)conhecida.12ed.São Paulo: Brasiliense,1991.

FÉLIX, Robson; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. Relações de gênero na escola: só não vê quem não quer. Núcleo de estudos em Planejamento e Metodologias da cultura corporal. Revista Iberoamericana de Educación, Universidade Federal de Uberlândia( NEPECC/ UFU).nº50/3, Editora: Organizaíón de Estados Iberoamericanos para la educación, la ciencia y la cultura(OEI). 10 de setembro de 2009.

FURLANI, Jimena. O bicho vai pegar!- um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis.272f. Tese (Doutorado em educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2005.

GARCIA, Emerson. Da legitimidade do Ministério Público para a defesa dos contribuintes. In: Revista de Direito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 11/367, 2000.

JOCA, Alexandre Martins. Diversidade Sexual na Escola: Um “problema” posto à mesa. Dissertação (Mestrado). UFC,2008.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

LAURENTIS, Teresa de. Queer Theory: Lesbian and gay sexualities. California: University of California. Fev/1990. Palestra Ministrada aos professores, alunos e funcionários da University of California.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte, Autêntica Editora/UFPO, 2012. 80 p. (Série Cadernos da Diversidade, 6).

MOLLAR, Jonathan de Oliveira. Alteridade uma noção em construção. Revista do Nupem, Campo Mourão, V. 03, n.05, p.61-72. Ago/10, 2011.

NINO, Aldones; PIVA, Paulo Jonas de Lima. Comunicação: O cotidiano escolar e os impactos da teoria Queer face à pedagogia heterossexista. Belo Horizonte, Sapere aude:Revista de filosofia, v.4-n.7, p. 397-401 – 2013.

REIDEL, Marina. A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transsexuais e travestis na educação brasileira. Dissertação(Mestrado). UFRS,ago/ 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

SOUSA, Luzia Costa de. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. São Paulo, Cortez, 2006

SOUZA, Motauri Ciocchetti de. Direito Educacional. São Paulo, Editora Verbatim, 2010.

# Capítulo 23

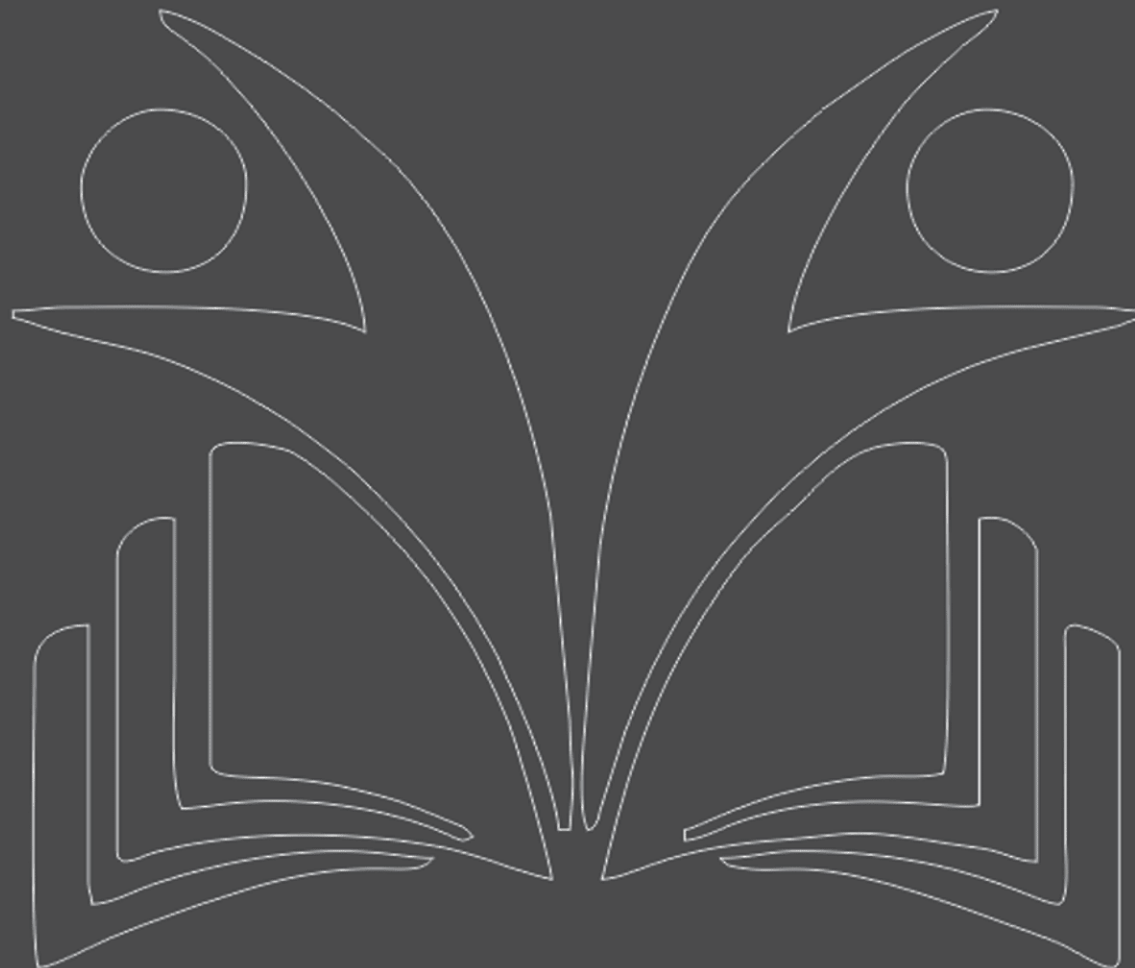


10.37423/210504015

## PROTOCOLO PARA AVALIAÇÃO ESTÉTICA DE SERVIÇOS

*HUMBERTO COSTA*

*Universidade Federal do Paraná*





## 1. INTRODUÇÃO

A maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB), das maiores economias do mundo, é gerada pelo setor de serviços (PINHANEZ, 2009). Também, tal setor é responsável por empregar a maior parcela da população. No âmbito nacional, o setor de serviços gerou no primeiro semestre de 2019, 73,5% do PIB (IBGE, 2019). Em dias atuais, os serviços ocupam cada vez mais a agenda de pesquisadores e empresas, interessados em desenvolver soluções orientadas ao desenvolvimento de serviços. De outro lado, constata-se a necessidade de profissionais aptos a atuar na área, assim como o estímulo à implantação de empresas com especialidade no tema (SANTOS & COSTA, 2014). Um dos gargalos para contemplar tal demanda é a existência de ferramentas e métodos específicos para o contexto do processo de Design para serviços (DS), validadas dentro do contexto brasileiro. Dentre estes gargalos, a presente pesquisa aborda a questão da dimensão estética dos serviços. Há pesquisadores (CANDI; SAEMUNDSSON, 2011; FREIRE, 2011) que também apontam a dimensão estética como uma temática que requer pesquisas para alavancar o conhecimento acerca do tema.

Nesta pesquisa, primeiramente foi considerado a acepção grega do termo Estética, o qual denota sensação, sentimento e estesia. Entende-se que é tarefa da estética analisar os complexos das sensações e dos sentimentos humanos, investigando a “sua integração nas atividades físicas e mentais do homem, debruçando-se sobre as produções (artísticas ou não) da sensibilidade, com o fim de determinar suas relações com o conhecimento, a razão e a ética.” (ROSENFELD, 2009, p.7). Também, entende-se que a estética denota a capacidade do homem e sentir e perceber a si próprio e ao mundo num todo integrado, inspirando e conduzindo as percepções e as sensações para dentro de si (DUARTE Jr., 2004; COSTA; STOLTZ, 2021).

Nesse horizonte, o trabalho de Norman (2008) acerca dos níveis de processamento cerebral foi utilizado para ampliar e propor um novo sentido para o termo Estética, mais voltado para a dimensão da experiência. Assim, entende-se que a Estética volta-se para aquele tipo de experiência que é capaz de produzir um outro tipo de conhecimento: o conhecimento estético. Há um tipo de experiência que, frente a um evento, afeta os sentidos. Uma vez que os sentidos são afetados, mudanças comportamentais acontecem e o processo culmina com a geração de um novo conhecimento. Esse tipo de conhecimento gerado não é fruto unicamente do racional e podemos chamá-lo de um conhecimento estético que é capaz de complementar o conhecimento racional.

Analisando por esta via, vê-se que no âmbito dos serviços, a estética é uma das dimensões da qualidade propostas por Garvin (1987), muito embora o autor proponha uma definição ambígua, a qual dificulta sua operacionalização no âmbito do Design. No caso de serviços em hospitais, objeto de estudo desta pesquisa, uma questão crítica em termos de estética é, seguindo outra dimensão proposta por Garvin (1987), a “conformidade” (nível de atendimento a padrões previamente especificados). Aqui, a integração destas duas dimensões é tratada como “consistência estética”. A importância da consistência estética para os serviços públicos é salientada em estudos. Fadel e Filho (2009) identificaram que a tranquilidade ao utilizar os serviços e a clareza ao esclarecer dúvidas, foram fatores críticos na percepção de qualidade (90%). Na pesquisa de Cerchiaro (2006, p. 103), as conclusões apontam para deficiências estéticas na relação entre indivíduos, em categorias que indicam cuidado ("nem me olhou", "cuidou bem do meu pai porque já o conhecia"), sempre em primeiro lugar, antes de quaisquer referências às instalações físicas, aos médicos, aos demais colaboradores, a limpeza etc.

Se considerarmos o âmbito dos artefatos, a avaliação estética apresenta base teórica, conceitual e ferramental consistente (SANTOS, 2009). No âmbito do DS, há a necessidade de maior compreensão, bem como a criação de um arcabouço de ferramentas específicas. Nessa direção, a presente pesquisa propõe um protocolo de avaliação estética capaz de auxiliar aqueles envolvidos no processo de DS. Sua contribuição é de caráter metodológico, na medida que a maioria das avaliações de serviço que contemplam a questão estética adotam abordagens qualitativas descritiva, destacando-se o método SERVQUAL (PARASURAMAN et al. 1991). Integra-se no protocolo proposto, ferramentas oriundas do universo do DS, permitindo estratégias empáticas e de natureza qualitativa no processo de avaliação estética. O problema central desta pesquisa é consubstanciado na questão: como manter a consistência estética em serviços prestados aos cidadãos? Desta forma, o objetivo é propor um protocolo de avaliação estética, capaz de auxiliar a manutenção da consistência estética em serviços prestados aos cidadãos.

## 2. AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO ESTÉTICA NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS

A experiência estética em serviços tem natureza multidimensional (LIU, 2003; CANDI, 2008), pois é quase impossível que apenas um sentido humano seja afetado. Enquanto no Design de produtos a avaliação estética pode ater-se a relação usuário x artefato, no âmbito dos serviços, a percepção estética é decorrente de múltiplos artefatos, múltiplos pontos de contato, de forma simultânea ou não, que estão presentes na jornada da experiência do usuário enquanto usa o serviço. A percepção

estética ao longo da jornada da experiência do usuário não pode ser tratada como a soma das experiências estéticas. De fato, a percepção estética de um dado artefato será influenciada pela percepção advinda da etapa anterior da jornada do usuário (e sua expectativa quando à etapa posterior). Ainda, outros dois elementos compõem esta avaliação estética: a percepção da relação com as pessoas envolvidas no provimento do serviço e a percepção da organização como um todo (aspecto ligado ao *brand*), conforme postula Lehtinen; Lehtinen (1982). Esta natureza social de (parte) dos pontos de contato dos serviços é relevante para a Estética, na medida em que a motivação, o propósito e a habilidade de interagir com as pessoas pode determinar a qualidade da experiência do usuário (CZEPIEL, 1990). A importância dessa dimensão na experiência do serviço pode variar de acordo com a natureza do serviço e da participação dos artefatos no provimento da satisfação ao usuário final (SOLOMON et al. 1985).

Para efetivar a análise da Estética em serviços em suas principais relações (relação usuário x produto; usuário x provedor do serviço; usuário x organização), utilizou-se as proposições de Norman (2008). Segundo o autor, a afetividade (emoções + sentimentos) e os comportamento do ser humano são resultado de 3 diferentes níveis de estruturas do cérebro: visceral, comportamental e reflexivo. Entende-se que o mundo é primeiramente conhecido mediante os sentidos, daí a relevância do modelo de Norman (2008) para os propósitos desta pesquisa. São os sentidos os responsáveis por colocar o homem em contato com a realidade e este conhecimento tanto necessita ser processado por um outro nível, quanto o altera: o comportamental. A percepção dos sentidos alteram o comportamento humano e isso pode se dar de forma racional (o cheiro do bolo que agrada) ou não (as alterações fisiológicas depois de um susto). Tam modificação no comportamento tem a possibilidade de seguir para o próximo patamar: a dimensão do reflexivo. As mudanças causadas pelos sentidos e as modificações operadas no comportamento, permite ao homem simbolizar o mundo de maneira profunda e abrangente.

Há várias proposições de avaliação da qualidade dos serviços, sendo que a maioria destes critérios tem relação direta ou indireta com a Estética dos serviços. Löwgren (2009 apud CHO, 2013), apresenta o conceito de interação estética em serviços de acordo com quatro conceitos: *pliability* (maleabilidade); ritmo (da interação); estrutura dramática (tensão dramática ao longo do tempo) e fluência (a elegância com que se realiza múltiplas tarefas). Outros conceitos incluem prazer, diversão (BLYTHE et al. 2005), surpresa e encantamento (MCCARTHY; WRIGHT, 2003). O modelo SERVQUAL adota cinco dimensões para avaliar a qualidade de um serviço: Confiabilidade, prestação, segurança, empatia e tangíveis,

incluindo desta forma tanto os aspectos tangíveis como intangíveis dos serviços (PARASURAMAN et al., 1988; MANGOLD; BABAKUS, 1991). A confiabilidade diz respeito a habilidade de prestar o serviço de forma confiável, precisa e consistente. A presteza refere-se à disposição de prestar o serviço prontamente e auxiliar os clientes. A segurança diz respeito ao conhecimento (competência) e cortesia dos funcionários, bem como sua habilidade de transmitir confiança, segurança e credibilidade. A empatia refere-se ao fornecimento de atenção individualizada aos clientes, facilidade de contato (acesso) e comunicação. Por fim, os tangíveis dizem respeito a aparência das instalações físicas, dos equipamentos, dos funcionários e dos materiais de comunicação (GIANESI; CORRÊA, 2010, p.90).

Nos aspectos intangíveis destaca-se a empatia, ou seja, a atenção individualizada que a organização dá ao usuário, assim como a motivação dos funcionários do provedor do serviço em gerar confiança e segurança no cliente (GIANESI; CORRÊA, 2010). Cho (2013) coloca na lista de critérios de qualidade de um serviço os seguintes elementos: respeito, consideração, contato amigável, credibilidade, consideração, educação.

## 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, uma vez que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzida em números (SILVA; MENEZES, 2005). Quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, pois visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo explícito. Foram adotados os como procedimentos técnicos a revisão bibliográfica sistemática (RBS) e um estudo de caso de caráter etnográfico. Dentro de uma lógica abductiva, característica da *Design Science*, a pesquisa propôs o seguinte protocolo para a realização da avaliação estética:

Quadro 1 - Estrutura do Protocolo de Avaliação Estética

ETAPAS	FERRAMENTAS
Etapa 1: Preparação	Revisão bibliográfica sistemática (RBS), <i>desktop research</i> , análise documental, filmagens <i>in-loco</i> , fotografias, <i>shadowing</i> e personas.
Etapa 2: Caracterização da percepção estética do Serviço	Dimensão Visceral: survey de percepção estética visceral. Dimensão Comportamental: jornada do usuário; matriz de pontos de contato e <i>Blueprint</i> . Dimensão Reflexiva: grupo focal com <i>card-sorting</i> .
Etapa 3: Análise das informações	<i>Benchmarking</i> ; <i>brainstorming</i> ; <i>storyboard</i> ; <i>crowd-voting</i> .

Fonte: O autor (2017).

A Revisão bibliográfica sistemática permitiu delimitar um panorama das produções científicas na área.

Foram realizados pesquisa nos seguintes bancos:

- a) Banco de Teses da CAPES com a utilização do termo 'Design de Serviços'. Foram encontradas 1 tese e 7 dissertações.
- b) Banco de teses e dissertações da ProQuest, com a utilização do termo 'Service Design' e 63 trabalhos foram selecionados.
- c) Pesquisa por periódicos e livros científicos.
- d) Pesquisa no Portal de Periódicos Capes/MEC com palavra-chave 'Service Design' e idioma 'inglês', 40 artigos foram selecionados.

O próximo passo contou com a utilização de ferramentas de cunho etnográfico, pois os dados coletados envolviam pessoas que utilizavam um serviço. Foram utilizadas as ferramentas: *desktop research*, análise documental, filmagens *in-loco*, fotografias, *shadowing* e personas. No âmbito da dimensão estética, foram utilizadas survey de percepção estética visceral, com a utilização da ferramenta 'roda de emoções'<sup>1</sup> para mapear as emoções viscerais que eram suscitadas pelo *servicescape* do HIZA nos usuários. Apenas o sentido do paladar não foi mensurado, uma vez que ele não era estimulado no *servicescape*. Para mensurar a dimensão comportamental, utilizou-se as

ferramentas: jornada do usuário; matriz de pontos de contato e blueprint. Para mensurar a dimensão reflexiva, utilizou-se o grupo focal com card-sorting.

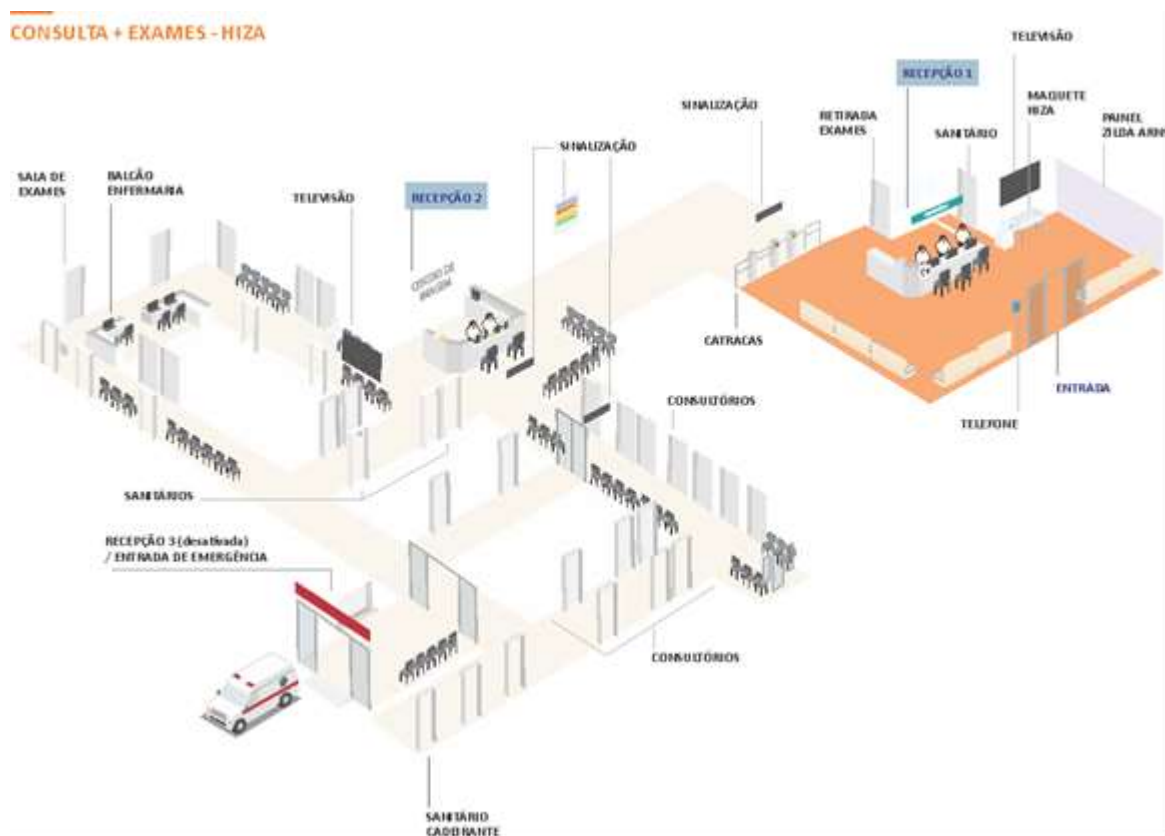
## 2.2 RESULTADOS E ANÁLISE

### 2.2.1 CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO

O estudo de campo foi realizado no 'Hospital do Idoso Zilda Arns' - HIZA, o qual disponibiliza 131 leitos, um centro cirúrgico e atende a 17 especialidades médicas. O modelo de atendimento adotado pelo HIZA está voltado para a humanização do cuidado e a observação das normas internacionais de qualidade e segurança do paciente.

Por uma questão de viabilidade, uma vez que o servicescape do HIZA é muito extenso, esta pesquisa limitou-se a realizar uma avaliação estética apenas da área de recepção do HIZA.

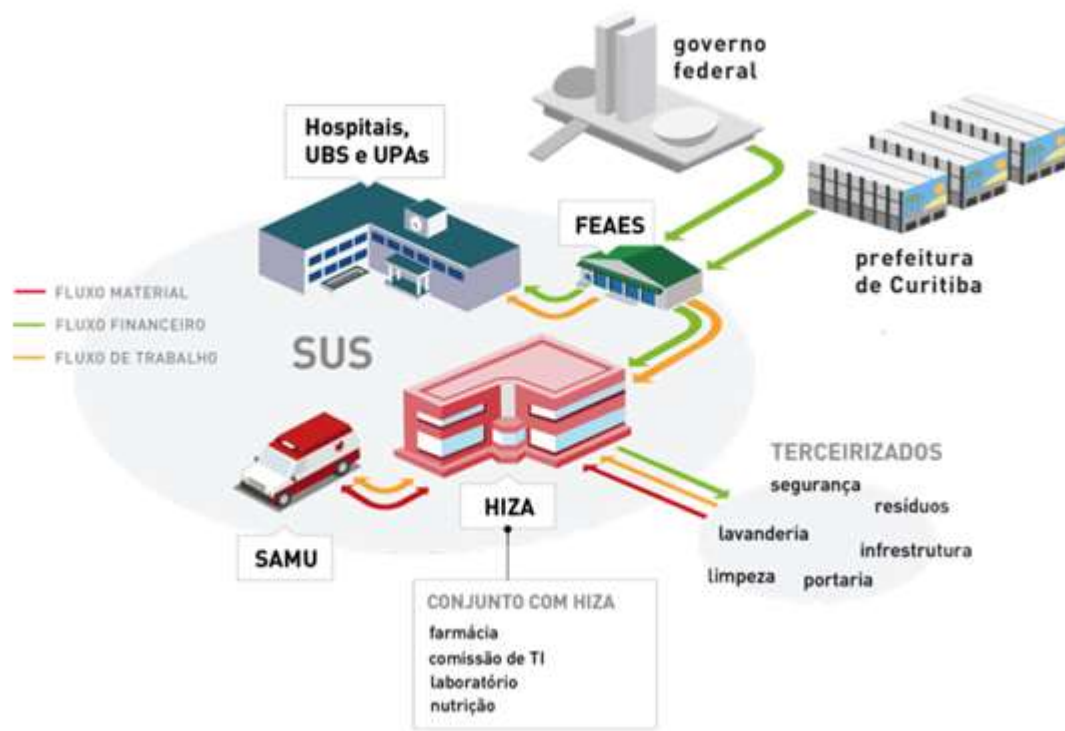
Figura 01: Planta alta do piso térreo do HIZA e vista da Recepção



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Em paralelo, foi elaborado um mapa do sistema com o propósito de situar o HIZA dentro do sistema no qual ele está inserido e compreender quem são e onde estão os demais stakeholders.

Figura 02: Mapa do Sistema do HIZA.



Fonte: O autor (2015).

## 2.2.2 ETAPA 1 - PREPARAÇÃO

Os dados coletados ao realizar a desktop research e a análise documental, mostraram que a maioria dos atendimentos que são realizados no HIZA são referentes a consultas e exames, seguidos de internamentos e atendimentos emergenciais. Os dados também mostraram que:

- 1) a idade média do público atendido varia de 45 a 72 anos;
- 2) o nível de instrução dos pacientes é baixo: Ensino Fundamental/Médio: 42,7%; analfabetos: 5,7%; pacientes com diploma: 2,9% e 44% dos pacientes não informaram o grau de escolarização;
- 3) os óbitos ocorrem mais nos setores de internação emergencial, com 24% e 11%.

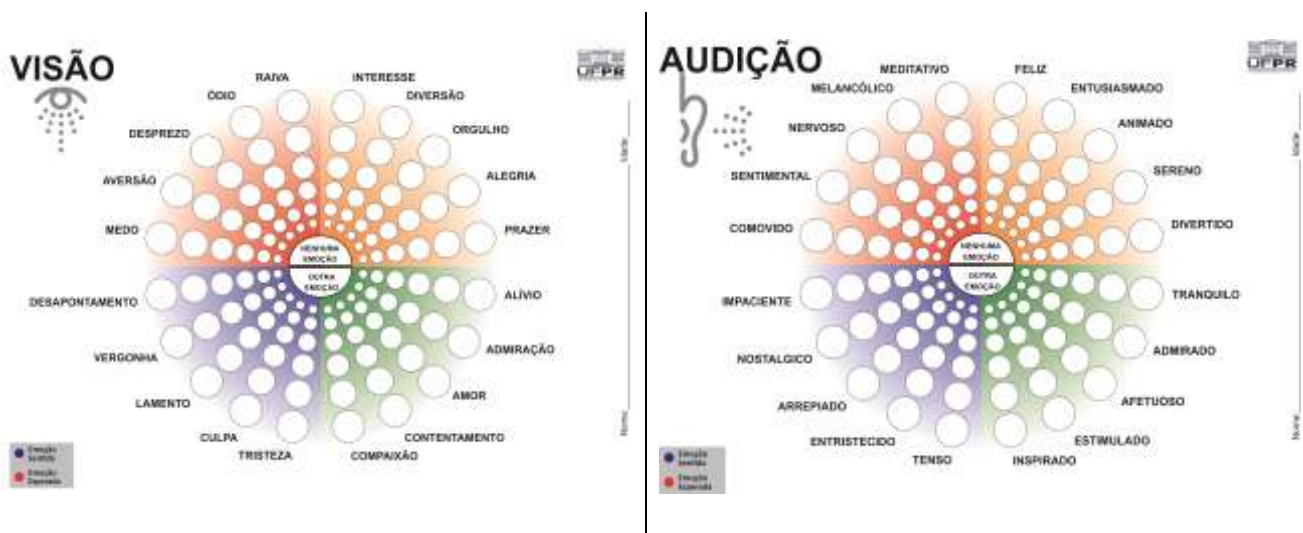
Concluiu-se que o público-alvo deveria englobar os pacientes que recorrem ao HIZA para fazerem exames ou consultas, com idades entre 45 e 70 anos. Os dados obtidos no desktop research, as filmagens e as fotografias, possibilitaram a geração de 4 personas que englobam todos os usuários que são atendidos pelo HIZA e foi possível estabelecer o roteiro para o shadowing. As personas e as filmagens realizadas in-loco permitiram o alinhamento das informações, o que possibilitou o direcionamento para o sentido dos usuários no contexto envolvido e orientou a coleta dos dados nas

próximas etapas. Baseado nas personas, o shadowing permitiu compreender como os usuários se relacionavam com o contexto do serviço.

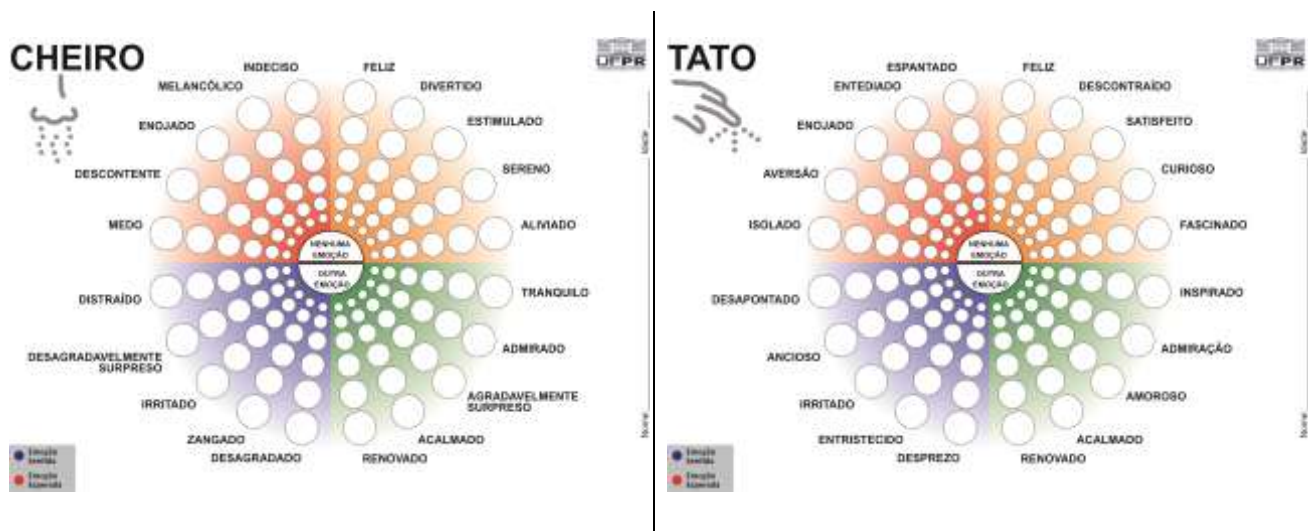
## 2.2.2.1 ETAPA 2 - CARACTERIZAÇÃO DA PERCEPÇÃO ESTÉTICA

O nível visceral das emoções e comportamento humano é o responsável por “fazer julgamentos rápidos, como o que é bom ou ruim, seguro ou perigoso.” (NORMAN, 2008, p. 42). Tal nível diz respeito aos aspectos físicos e ao impacto emocional imediato causado por um produto ou serviço e circunscreve-se às suas características, as quais estimulam os sentidos com resposta imediata. A aparência, o cheiro, o toque e o som predominam e são determinantes no resultado da experiência. A avaliação da percepção estética visceral baseou-se na lógica analítica da ferramenta SERVQUAL. Essa ferramenta está baseada em 5 GAPs e é dividida em dois hemisférios: o “hemisfério do cliente” e o “hemisfério da empresa” prestadora do serviço (BERRY et al., 1990). A survey realizada acerca da dimensão visceral utilizou a “roda de percepção estética” (vide COSTA, 2017a), ferramentas que permitem mapear as emoções viscerais que os usuários relataram ao sentir, quando utilizam um serviço. Ao todo, 977 usuários foram consultados, gerando 400 RPEs preenchidas e válidas. A figura 03 ilustra as 4 RPEs que foram utilizadas na survey.

**Figura 3: As ferramentas RPE que foram utilizada na survey de percepção estética visceral**







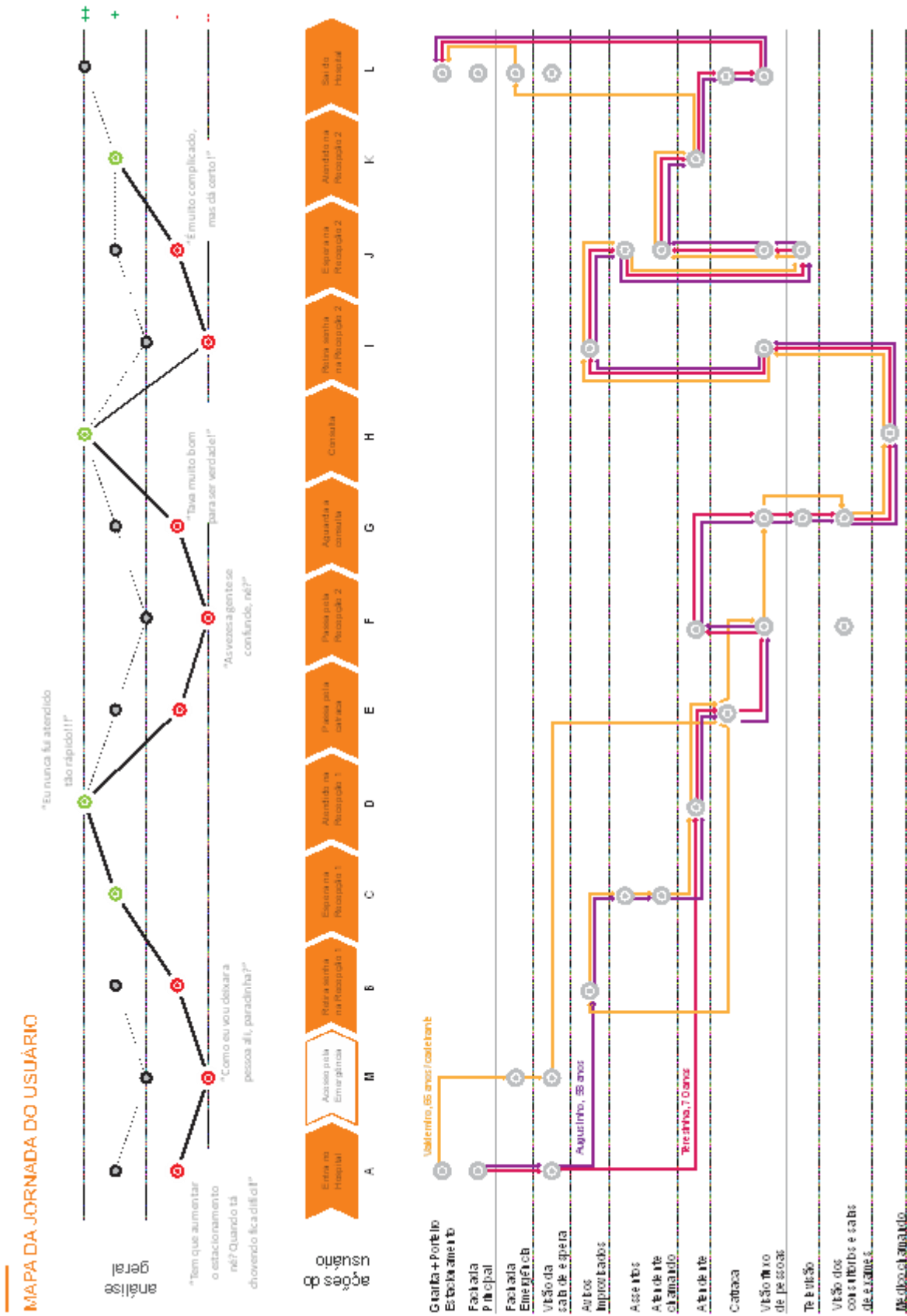
Fonte: Ferramenta desenvolvida por Costa (2017a).

A dimensão comportamental está relacionada com os “processos cerebrais que controlam a maior parte das ações” do homem, tais como “andar de bicicleta, tocar um instrumento musical, dirigir um carro” (NORMAN, 2008, p. 14), etc. Circunscreve-se ao uso do produto/serviço do ponto de vista objetivo e refere-se à função que o produto/serviço desempenha, à facilidade com que o usuário o compreende e o opera, à eficácia com que cumpre sua função e aos demais fatores relacionados com o modo de o usuário se comportar junto ao produto/serviço. A análise da estética sob o ponto de vista da dimensão comportamental centrou-se na compreensão do fluxo da experiência do usuário do HIZA. Assim, foi elaborada uma jornada do usuário, uma matriz de ponto de contato e, subsequentemente, foi produzido um blueprint de todo o serviço. Precedendo a elaboração da jornada, foram coletadas fotografias de todo o trajeto dos usuários, produzido uma matriz dos pontos de contato. A aplicação da matriz de ponto de contato e da técnica do shadowing permitiu compreender os aspectos mais relevantes nesta jornada (figura 04), evidenciando o exato momento, no qual eventuais erros aconteciam, expressões faciais dos usuários, comentários verbais, direcionamento do olhar. Estar imerso na execução do serviço revelou-se uma maneira eficaz para desenvolver uma compreensão abrangente do mesmo, além de possibilitar um entendimento íntimo das interações em tempo real, interações estas que aconteceram entre os vários atores do processo e destes com os pontos de contato disponíveis.

Somente os usuários que se enquadravam dentro do perfil das personas foram envolvidos no processo de elaboração da jornada. A figura 05 mostra os trajetos das personas no HIZA. Note que a persona 01 e a persona 03 chegam ao hospital e entram pela entrada principal. Elas possivelmente chegaram de ônibus ou, se de carro, este parava em outro lugar e elas tiveram de caminhar para terem acesso ao

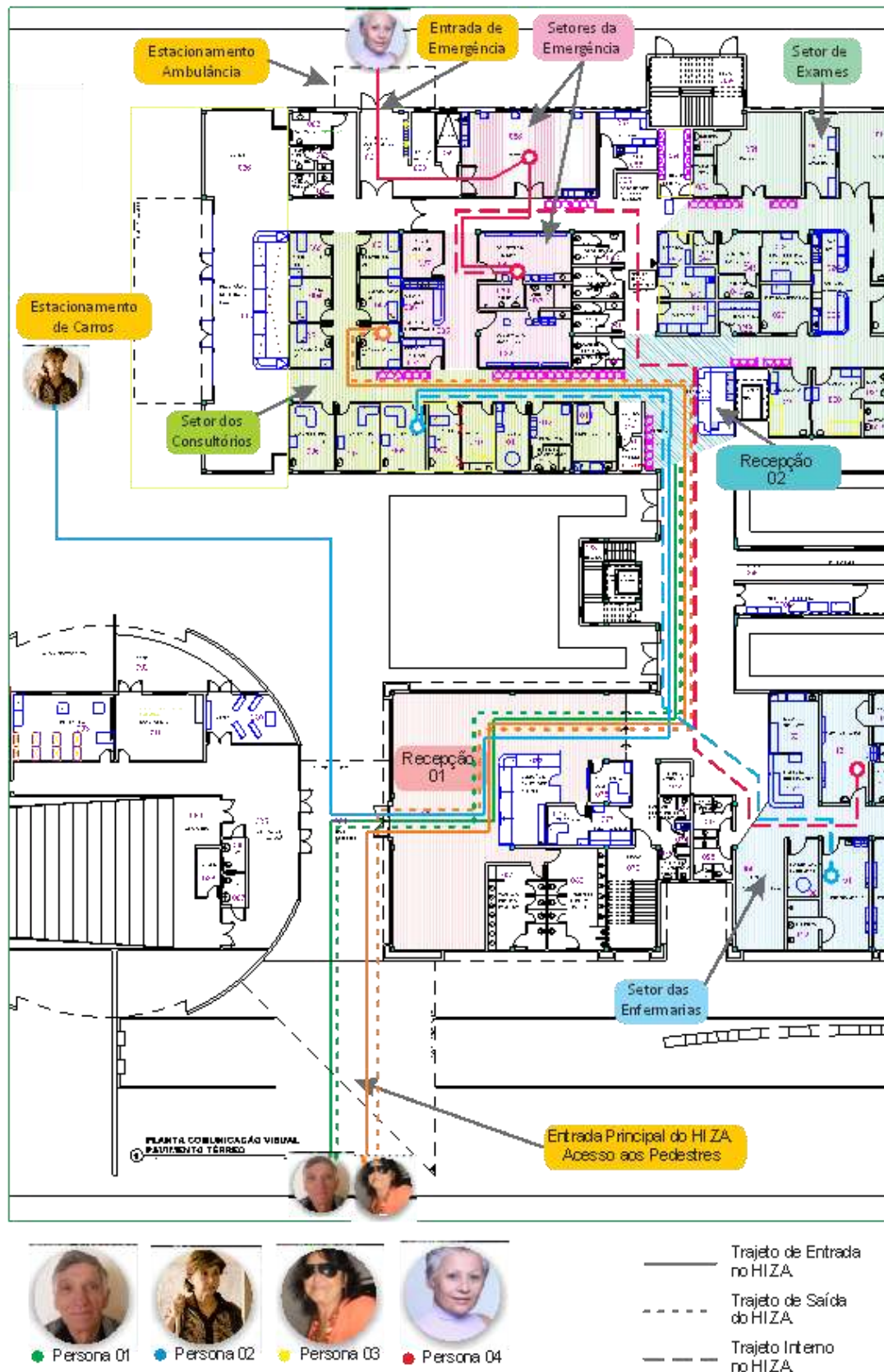
hospital, pois neste não há estacionamento, tampouco lugar para desembarque, uma vez que esta entrada está em uma via de alto tráfego. A persona 1 foi ao hospital para fazer um exame, enquanto a persona 3 ali estava para uma consulta com médico especialista. Ambas as personas entraram e saíram do HIZA pelo mesmo acesso. A persona 2 chegou de carro ao hospital, sendo conduzida por um familiar. O carro ficou parado no estacionamento do HIZA. No entanto, a persona 2 necessitava de internamento e foi acomodada na enfermaria. A persona 4 chegou ao HIZA de ambulância. Como estava necessitando de atendimento emergencial, esta fora levada primeiramente para a 'sala de estabilização', depois foi para a 'sala de observação' e, por fim, obedecendo a ordens do médico, foi internada no HIZA, sendo acomodada na sua Enfermaria. Com o blueprint (Figura 06) foram mapeados os diferentes elementos visíveis e/ou físicos com os quais o usuário interage, isto é, contém todas as ações do usuário e toda a sua interação com hospital, desde as operações visíveis até aquelas que ocorrem no backstage. Buscou-se descrever as evidências físicas, os diferentes atores com suas ações ao longo da jornada, o que permitiu a identificação de pontos falhos e superposições desnecessárias para melhoria da qualidade estética do serviço. Uma vez elaborado, ao analisar as colunas do blueprint, pode-se compreender as experiências e ações dos diferentes atores envolvidos. Já a leitura horizontal leva-se à compreensão da integração dos diversos elementos do processo de prestação do serviço.

Figura 04: Mapeamento da jornada do usuário ao utilizar os serviços do HIZA.



Fonte: O autor (2017).

Figura 05: Resultado do Shadowing.



Fonte: O autor (2017).



amigo, torcer para um time de futebol”, etc. (NORMAN, 2008, p.14). Trata-se da ótica subjetiva e abarca as particularidades culturais e individuais, a memória afetiva e os significados atribuídos aos produtos, aos serviços e ao seu uso, dentre outros aspectos (Norman, 2008).

Com o propósito de mapear o âmbito reflexivo das emoções suscitadas pelo servicescape do HIZA e tendo como base os dados levantados nas etapas anteriores, especialmente os dados originários da ‘roda de emoções’, realizou-se um grupo focal com a utilização de card-sorting, contando com 8 participantes (4 pacientes e 4 funcionários do HIZA – 1 médico, 1 enfermeiro e 2 atendentes da recepção). Por meio dos dados coletados, pode-se perceber que as opiniões dos participantes eram compartilhadas. Tais resultados evidenciaram a confusão gerada nos pacientes na recepção 01, as dificuldades dos pacientes que visitam o HIZA pela primeira vez, a dificuldade de retirar senha, a falta de informação visual e a dificuldade para os embarque e desembarque, especialmente com relação aos cadeirantes. Ainda, descobriu-se que a tecnologia é fundamental, porém o carinho e a atenção para com os pacientes são insubstituíveis. Acerca da rapidez no atendimento, ficou evidente que os idosos, bem como os acompanhantes, não gostam de esperar, considerando qualquer demora como perda de tempo.

### 3. CONCLUSÃO

Foi apresentado um protocolo que pode ser aplicado para avaliar esteticamente um serviços. Tal protocolo é composto por três etapas e utiliza ferramentas oriundas do contexto do DS. O protocolo proposto é de fácil aplicação, pois utiliza ferramentas empáticas e possui uma estrutura flexível. Tal estrutura, dependendo das particularidades do serviço a ser avaliado, pode sofrer alterações que se julgarem necessárias. As etapas presentes no protocolo podem ser divididas em sub-etapas. No entanto, recomenda-se manter a estrutura mínima, composta pelas três etapas descritas. Com relação às ferramentas utilizadas em cada uma das etapa, estas podem ser trocadas ou descartadas e outras ferramentas podem ser adicionadas, dependendo da necessidade do profissional. Ao apresentar os dados da pesquisa, espera-se que o mesmo, além de estimular e provocar o debate e a reflexão acerca da temática tratada, gere feedbacks que possam contribuir para a melhoria da pesquisa e para o avanço dos estudos no âmbito do DS.

## REFERÊNCIAS

- ALL ABOUT UX. Disponível na internet por http em: < <http://www.allaboutux.org/>>. Acesso em 10 abr. 2021.
- BERRY et al. Five Imperative for Improving Service Quality. 1990. Disponível na internet por http em: <<http://areas.k/Mkt/zeithaml.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2021.
- BLYTHE, Alan et al. Funology. Dordrecht: kluwer Academic Publishers, 2005.
- CANDI, Marina. Aesthetic Design as an Element of Service Innovation in New Technology-based Firms. Disponível na internet por http em: <[http://openarchive.cbs.dka\\_candi.pdf](http://openarchive.cbs.dka_candi.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- CANDI, Marina; SAEMUNDSSON, Rögnvaldur. Exploring the Relationship Between Aesthetic Design as an Element of New Service Development and Performance. 2011. Disponível na internet por http em: <<http://lib.com/10.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2021.
- CERCHIARO, Isabel B. Qualidade de serviços no setor público brasileiro: uma abordagem feminista. 2006. 133 f. Tese (doutorado) - Fundação Getúlio, Curso de Pós-graduação em Administração.
- COSTA, Humberto. Design para Serviços e Consistência Estética: proposição de um protocolo de avaliação estética em serviços. 2017. 462 p. Tese (doutorado em Design). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- COSTA, Humberto; STOLTZ, Tania. Estesia, Educação e Design: rumo à Educação Estética. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: < <https://www.pimentacultural.com/estasia-educacao>>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- CZEPIEL, John A. Service Encounters and Service Relationships. Disponível na internet por http em: <<http://www.sd/article>>. Acesso em 02 abr. 2021.
- DUARTE Jr., João F. O Sentido dos Sentidos. 3.ed. Curitiba: Criar, 2004.
- FADEL, Marianella A. V.; REGIS FILHO, Gilsée I. Percepção da qualidade em serviços públicos de saúde. 2009. Disponível na internet por http em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a02v43n1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- FREIRE, Karine de Mello. Design de Serviços, Comunicação e Inovação Social. 2011. 254 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Artes e Design.
- GARVIN, David. Competiny on the Eight Dimensions of Quality. 1987. Disponível na internet por http em: <<http://www.hbs.edu/faculty=11440>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. Administração Estratégica de Serviços: operações para satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2010.
- IBGE. Pesquisa anual de serviços. Vol.1. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

- LEHTINEN, Ulla; LEHTINEN, Jarmo R. Service Quality: A Study of Quality Dimensions. Unpublished working paper. Helsinki: Service Management Institute, 1982.
- LIU, Yili. Engineering aesthetics and aesthetic ergonomics: Theoretical foundations and a dual-process research methodology. *Ergonomics*, 2003, v.46, n. 13, p.1273-1292.
- MANGOLD, Glynn; BABAKUS, Emin. Service Quality: the Front-stage vs. the Back-stage Perspective. 1991. *Journal of Services Marketing*, v. 5 n.4, pp. 59-70.
- MCCARTHY, John; WRIGHT, Peter. Technology as Experience. 2003. Disponível na internet por http em: <<http://www-ist.m.ac.nz/plyons.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- NORMAN, Donald A. Design Emocional. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- OLIVEIRA Jr. Carlos Eduardo. Serviços: PIB e Segmentação. Disponível em: <[http://www.cnservicos.org.br/doc/PIB\\_Segmentacao.pdf](http://www.cnservicos.org.br/doc/PIB_Segmentacao.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- PARASURAMAN, Arun et al. Servqual: a multiple item scale for measuring consumer perceptions of service quality. *Journal of Retailing*, St. Louis, v. 64, n.1, p.12-40, 1988.
- \_\_\_\_\_ et al. Refinement and Reassessment of the SERVQUAL Scale. 1991. Disponível na internet por http em: <<http://areas.kenan/Mkt.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.
- PINHANEZ, Claudio. Services as Customer-Intensive Systems. *Design Issues*, v. 25, n. 2, 2009, p. 3-13.
- ROSENFELD, Katharin. Estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SANTOS, Aguinaldo dos et al. Assessing the use of Product-Service Systems as a strategy to foster sustainability in an emerging context. 2014. *Product (IGDP)*, v. 12, p. 99-113, 2014.
- SANTOS, Aguinaldo dos; COSTA, Humberto. Diálogo entre pós-graduação e graduação: a introdução do ensino do design de sistemas produto+serviço na UFPR. *Projética*, v. 5, p. 243-255, 2014.
- SANTOS, Célio T. dos. Requisitos de linguagem do produto: uma proposta de estruturação para as fases iniciais do PDP. 2009. 205 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica.
- SOLOMON, Michael et al. A role theory perspective on dyadic interactions. 1985. Disponível na internet por http em: <<http://www.ida.83.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.



## NOTAS

### Nota 1

Termo refere-se ao ambiente criado, construído e planejado para intermediar as interações entre empresa e cliente (BERRY et al., 1990).

# Capítulo 24



10.37423/210504017

## ENVELHECIMENTO ATIVO E A SUA RELAÇÃO COM A OBESIDADE MÓRBIDA

*Ivoneide Ribeiro Costa*

*Instituto de Desenvolvimento Educacional*

*Elizane Cristina Aquino*

*Instituto de Desenvolvimento Educacional*

*Esmelsy Gloribel Cabrera Garcia*

*Universidade Autônoma de Santo Domingo*

*Marilene Gomes silvestre*

*Uninassau*

*Hercileide Vergueiro*

*Universidade Federal de Pernambuco*

*maria Cristina Santos*

*Universidade Federal de Pernambuco*

*Mirella Damasceno Coutinho*

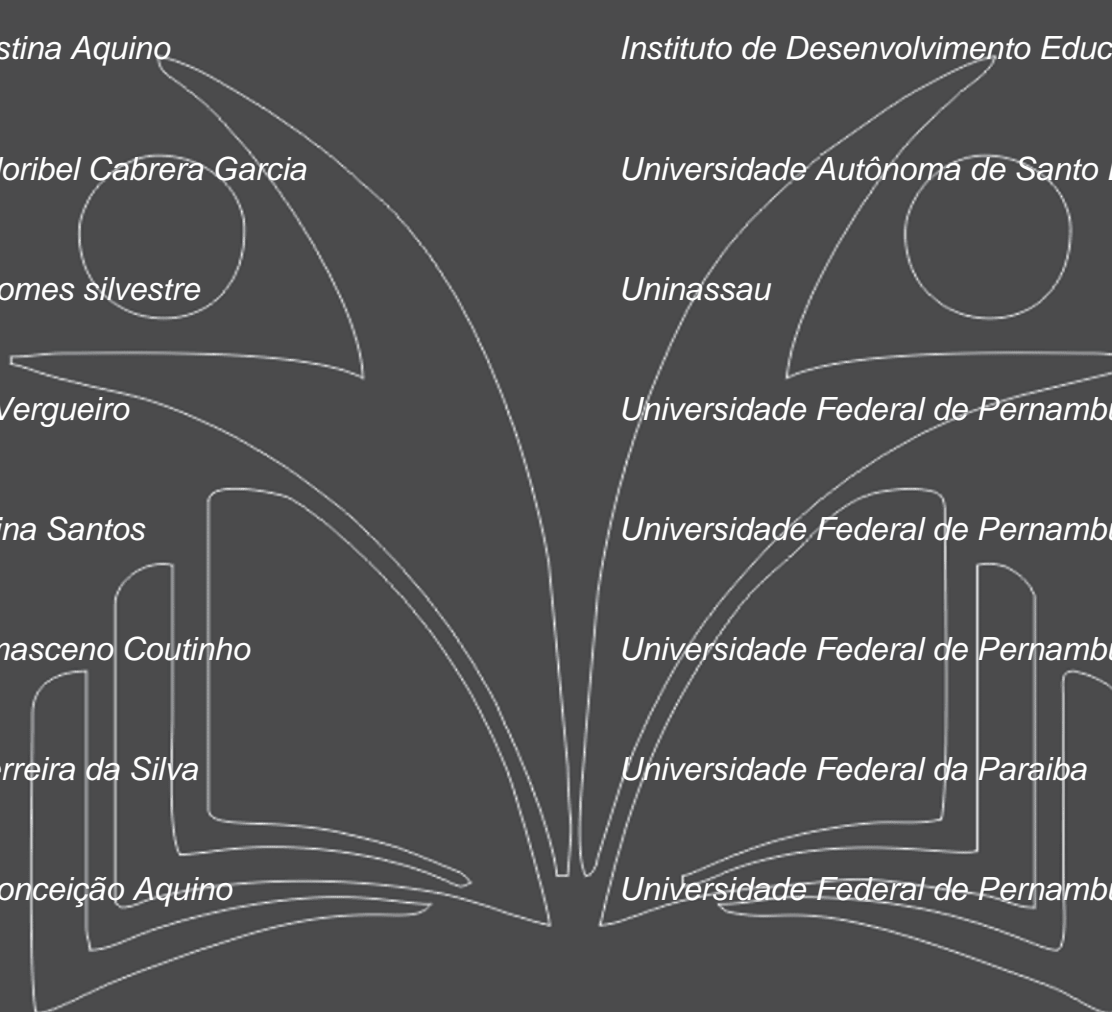
*Universidade Federal de Pernambuco*

*Nilzimar Ferreira da Silva*

*Universidade Federal da Paraíba*

*Maria da Conceição Aquino*

*Universidade Federal de Pernambuco*



**Resumo:** Recorte de trabalho de cunho dissertativo, qualitativo, que utilizou como método o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), com 28 (vinte e oito) entrevistados num hospital escola, e cujo objetivo é analisar as implicações da obesidade mórbida em idosos e seu impacto no processo de envelhecimento ativo. A obesidade é uma doença multifatorial com características genéticas, ambientais, epidemiológicas sociais e políticas que tem acometido todas os países do mundo em maior ou menor escala. A conclusão desta pesquisa baseia-se no achado que demonstra que componentes como alimentação saudável, exercícios físicos, diminuição das porções alimentares, higiene, prevenção a radiação solar, boa saúde física e mental independência e autonomia, constituem regras para a saúde e longevidade.

**Descritores:** Obesidade, longevidade, idosos, qualidade de vida.

## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) resume o conceito de obesidade como sendo o grau de armazenamento de gordura no organismo associado a riscos para a saúde, devido a sua relação com várias complicações metabólicas, não distinguindo raça, cor ou sexo. Ainda segundo a OMS, a atual complexidade do perfil nutricional no qual o Brasil está inserido revela a necessidade de um modelo de Atenção à Saúde que integre as ações de promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), definitivamente (BRASIL, 2014). Aponta ainda a OMS a obesidade como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo.

Apresenta também múltiplos fatores causais como as questões: biológicas, epidemiológicas, ecológicas, econômicas, sociais e políticas, e as questões geradoras de adoecimento emocional.

As questões biológicas da obesidade estão ligadas aos fenômenos genéticos. As questões epidemiológicas revelam as múltiplas interações entre a saúde, o mercado global de alimentos, a mídia, as políticas agrícolas, os processos de urbanização, o perfil de educação, o acesso aos transportes e ao lazer (BRASIL, 2006).

As causas políticas, econômicas e sociais da obesidade remontam a conjectura atual, política e social, e remetem à globalização e formatação dos atuais padrões de vida.

A conceituada revista britânica *The Lancet* aponta que o Brasil aparece em quinto lugar entre os países com mais pessoas acima do peso. Os Estados Unidos lideram o ranking. Estudo publicado na revista supra citada com o tema “Global Burden of Disease”, aponta que a população acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde cresceu significativamente nos últimos vinte anos (ABESO, 2015).

Em 2010, o sobrepeso e a obesidade foram responsáveis pela morte de 3,4 milhões de pessoas no mundo segundo levantamento realizado pela *The Lancet*. De 1980 a 2013, a população mundial de adultos com índice de massa corporal (IMC) acima de 25 kg/m<sup>2</sup> subiu de 28,8% para 36,9%, entre os homens, e de 29,8% para 38%, entre as mulheres (ABESO, 2013).

O estudo mostra crianças e adolescentes em situação igualmente alarmantes no mundo.

Em 2013, 23,8% dos garotos e 22,6% das garotas que viviam em países desenvolvidos estavam no quadro de sobrepeso ou de obesidade.

Em países em desenvolvimento, a percentagem de jovens obesos é menor, mas também subiu – de 8,1% para 12,9% entre meninos, e de 8,4% a 13,4% entre meninas.

Entre 2003 e 2019, a proporção de obesos na população brasileira com 20 anos ou mais de idade no país mais que dobrou, passando de 12,2% para 26,8%. No período, a obesidade feminina passou de 14,5% para 30,2% e se manteve acima da masculina, que subiu de 9,6% para 22,8% (IBGE, 2020).

Já a proporção de pessoas com excesso de peso na população com 20 anos ou mais de idade subiu de 43,3% para 61,7% nos mesmos 17 anos. Entre os homens, foi de 43,3% para 60% e, entre as mulheres, de 43,2% para 63,3% (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Os dados constam do segundo volume da Pesquisa Nacional de Saúde 2019, e foram divulgados, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2019, uma em cada quatro pessoas de 18 anos ou mais de idade no Brasil estava obesa, o equivalente a 41 milhões de pessoas. Eram 29,5% das mulheres e 21,8% dos homens (AGÊNCIA IBGE, 2020). Em termos estatísticos estes dados evidenciam o quanto a Atenção Básica (porta de entrada do Sistema Único de Saúde) consegue expressar a magnitude do problema brasileiro.

Já o excesso de peso atingia 60,3% da população de 18 anos ou mais de idade, o que corresponde a 96 milhões de pessoas, sendo 62,6% das mulheres e 57,5% dos homens.

O excesso de peso também ocorria em 19,4% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, o que corresponde a um total estimado em 1,8 milhão de pessoas, sendo 22,9% de moças e 16% dos rapazes. A obesidade atingia 6,7% dos adolescentes: 8% no sexo feminino e 5,4% no sexo masculino (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Já a população idosa obesa brasileira, configurada no último censo, é de 20,6 milhões, representando 10,8% da população total (IBGE, 2010), sendo que a obesidade mórbida apresenta altos índices: de 70,3% e 63,4% para homens e mulheres respectivamente nas faixas etárias de 65 a 74 anos (idem IBGE, 2008/2009).

Objetivamos, assim, no presente trabalho analisar as implicações da obesidade mórbida em idosos e seu impacto no processo de envelhecimento ativo.

A pesquisadora L. C. Rodrigues (2019), aponta que por um tempo a desnutrição foi um ponto importante a se avaliar na saúde do idoso e foi muito estudada, o paradoxo da obesidade nessa população permeava a prática clínica, em que se acreditava que o idoso obeso tinha mais reservas e sobrevida em situações críticas. “Com o aumento no número de pessoas obesas, entre elas, indivíduos

com mais de 60 anos, vários estudos mostraram que a obesidade tem muitos impactos negativos na saúde dessas pessoas, como o aumento da mortalidade, piora da qualidade de vida, aumento da dependência, bem como, aumento da demanda por serviços de saúde e conseqüentemente gastos. Até então, sabíamos que a obesidade entre idosos era alta no Brasil, mas não haviam dados representativos dessa população, para saber o comportamento, tanto do excesso de peso, quanto da obesidade, ao longo do tempo”, disse a pesquisadora exaltando a importância da discussão do tema.

Entretanto, pesquisas também têm demonstrado que o sobrepeso em pacientes idosos não se associa com aumento da mortalidade geral. Estudos demonstram que o sobrepeso reduz a mortalidade por todas as causas em idosos. Esta redução gera um paradoxo ao ir contra as evidências em jovens. Deve-se salientar, contudo, que o aumento da mortalidade decorrente do baixo peso advém da sarcopenia. Nos pacientes obesos um quadro preocupante, portanto, é o desenvolvimento da obesidade sarcopênica (MORAES ET AL, 2013), uma vez que a sarcopenia predispõe a mais tendência à redução do peso corporal da maioria dos órgãos; redução na força muscular, mobilidade, equilíbrio, tolerância ao exercício, predispondo a quedas e imobilidade; redução dos tecidos metabolicamente ativos, levando à diminuição do metabolismo basal (100 kcal / década), que causa anorexia e conseqüente redução da ingestão alimentar, podendo causar subnutrição proteico-calórica e deficiência de micronutrientes, como vitamina D, magnésio, cálcio e zinco; diminuição da sensibilidade à insulina: intolerância à glicose; comprometimento da resposta imunológica (ST-ONGE, M. P.; CREE, M. G. 2013).

Hoje, o Brasil atinge os mais elevados níveis de população idosa. No entanto, conseguir viver por mais tempo nem sempre é sinônimo de viver melhor. A velhice pode estar associada ao sofrimento, aumento da dependência física, declínio funcional, isolamento social, depressão e improdutividade, entre outros fatores que não representam significados positivos (ABESO, 2009). Por isso a importância/necessidade de estudos que apresentem resultados satisfatórios e materializáveis junto às políticas públicas de saúde que visem a integralidade da autonomia e independência da população idosa.

Já o envelhecimento, que é a maior conquista da humanidade, pode ser entendido como um processo dinâmico e progressivo, caracterizado tanto por alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas, quanto por modificações psicológicas e emocionais e traz a diminuição gradual da capacidade funcional, que é progressiva (GUIMARÃES, R.M, 2004, FREITAS, E.V, 2006).

Para Papaléo Neto e Carvalho Filho (2006): O envelhecimento tem a mesma conceituação acima descrita, sendo acrescido que essas modificações podem ainda determinar a progressiva perda da

capacidade de adaptação ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos, que podem levar o indivíduo à morte.

Como uma de suas consequências diretas, o envelhecimento traz a diminuição gradual da capacidade funcional, a qual é progressiva e aumenta com a idade. Assim, as maiores adversidades de saúde associadas ao envelhecimento são a incapacidade funcional e a dependência física, que acarretam restrição/perda de habilidades ou dificuldade/incapacidade de executar funções e atividades relacionadas à vida diária (GUIMARAES, FREITAS, 2004; 2006). Tais dificuldades são ocasionadas pelas limitações físicas e cognitivas, e podem ser ainda mais difíceis de serem contornadas quando se trata de idosos obesos, dada a já presente restrição e incapacidade/desenvoltura para a manutenção da independência do auto cuidado, de forma que as condições de saúde desta população podem ser determinadas por inúmeros indicadores específicos, entre eles a presença de déficits físicos e cognitivos (Idem GUIMARÃES, 2006; FREITAS, 2006).

Capacidade funcional é a manutenção da capacidade de realizar atividades básicas da vida diária (ABVD) e instrumentais da vida diária (AIVD), necessárias e suficientes para uma vida independente e autônoma (FERREIRA, 2012). Para o idoso, a realização das ABVDs e AIVDs aparece como algo presente e necessário para a sua sobrevivência, e manutenção da vida pois estão diretamente ligadas à independência funcional, satisfação pessoal e qualidade de vida. Estes requisitos são indispensáveis à saúde física e mental da pessoa idosa (COSTA, 2020).

Obesidade no envelhecimento não é simplesmente o aumento de peso. O envelhecimento está associado ao aumento da massa gordurosa e mudanças no seu padrão de distribuição. Ocorre aumento de 20 a 30% na gordura corporal total (2 a 5%/década, após os 40 anos) e modificação da sua distribuição, tendendo à localização mais central, abdominal e visceral.

Além da obesidade abdominal, o envelhecimento associa-se a mais infiltração de tecido gorduroso no fígado e nos músculos, que por sua vez correlacionam com resistência insulínica e intolerância à glicose. Obesidade e envelhecimento são caracterizados por estado inflamatório sistêmico, de baixo grau, que leva à perda de massa corporal magra, redução da função imunológica, declínio cognitivo, aterosclerose e resistência à insulina. A maioria das substâncias inflamatórias como TNF- $\alpha$  e IL-6 tem efeitos catabólicos sobre o musculoesquelético e está envolvida na sarcopenia, perda involuntária da massa muscular esquelética com o envelhecimento, resultando na redução da capacidade física, redução da mobilidade e fragilidade (TCHERNOF; DESPRÉS; 2013).

## MÉTODO

Pesquisa de campo, descritiva, qualitativa ancorada na Teoria das Emoções, com utilização do Método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE F, LEFEVRE AMC, 2017). Utilizou-se o Ambulatório de Cirurgia Geral do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE para a realização das entrevistas.

A amostra foi constituída por 28 (vinte e oito) obesos, de ambos os sexos, e de diferentes idades, cujo IMC foi  $\geq$  que 30 kg/m<sup>2</sup>, usuários do Sistema Único de Saúde.

A submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do HUOC/UPE, em obediência a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS2 gerou número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 56544516.2.0000.5192. Fornecida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP/PE.

Vale salientar que o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos e tem como fundamento a teoria da Representação Social (LEFEVRE, 2013). Ele representa uma mudança nas pesquisas qualitativas porque permite que se conheça os pensamentos, representações, crenças e valores de uma coletividade sobre um determinado tema utilizando-se de métodos científicos. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes; com um nível de realidade que não pode ser totalmente quantificado. O desafio a que o DSC busca responder é o da auto expressão do pensamento ou opinião coletiva, respeitando-se a dupla condição qualitativa e quantitativa destes (FIGUEIREDO, CHIARI, GOULART, 2013).

Na técnica do DSC, os depoimentos coletados são metodologicamente tratados através do Qualiquantisoft (software desenvolvido com base na teoria do DSC) com o objetivo de obter o pensamento coletivo. A técnica consiste basicamente em analisar o material verbal coletado em pesquisas que têm depoimentos como sua matéria-prima, extraindo-se de cada um destes depoimentos as Ideias Centrais ou (I.C) Ancoragens (A) e as suas correspondentes Expressões Chave (Ex-CH); com as Ideias Centrais/Ancoragens e Expressões Chave semelhantes compõe-se um ou vários discursos síntese (D. S) que são os Discursos do Sujeito Coletivo (LEFEVRE, A.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. M. C. 2009).



A técnica utilizada para a apreensão dos dados foi a de entrevista com um questionário dividido em duas dimensões: uma abordagem sócio demográfica e outra abordagem com entrevista semiestruturada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estimativas apontam que em 2025, no mundo, cerca de 2,3 bilhões de adultos estejam com sobrepeso; e mais de 700 milhões, obesos (IBGE, 2010). Segundo a técnica do IBGE Flávia Vinhaes, os dados da Política Nacional de Saúde (PNS) retratam o avanço do excesso de peso e da obesidade na população brasileira nos últimos anos. “O percentual tanto da obesidade quanto do excesso do peso vem subindo. Em ambos os sexos, o excesso de peso avançou e a obesidade mais que dobrou”, diz a pesquisadora (AGÊNCIA IBGE, 2020).

Considerando o grupo com 18 anos ou mais, 25,9% estavam obesos em 2019, o que representa 41,2 milhões de pessoas. Cerca de 96 milhões de pessoas, ou 60,3% da população nesse grupo etário, estavam com excesso de peso.

O diagnóstico de obesidade é clínico, realizado a partir da história clínica-nutricional, exame físico minucioso, e medidas antropométricas. O parâmetro estipulado pela OMS é o de *body mass index* (BMI) ou Índice de massa corporal (IMC), obtido a partir da relação entre peso corporal, e estatura (m)<sup>2</sup> dos indivíduos.

Através deste parâmetro, são considerados obesos os indivíduos cujo IMC encontra-se num valor igual ou superior a 30 kg/m<sup>2</sup>. Entretanto, o Ministério da Saúde aceita que no idoso (definido no Brasil como com 60 anos ou mais), o IMC normal varia de >22 a <27 kg/m<sup>2</sup> pela diminuição de massa magra e maior risco de sarcopenia (diminuição de massa, força e desempenho muscular e de incapacidade física) (ABESO, 2016).

Na realidade brasileira e de acordo com estudos fomentados pelo IBGE e ABESO, o excesso de peso aumenta com a idade, chegando a mais de 70,0% na faixa de 55 a 64 anos (IBGE, 2010; ABESO, 2009). Este dado seria suficiente para alertar os indivíduos sobrepesos em fases mais jovens da vida com vistas a prevenção do sobrepeso na velhice.

No que concerne ao perfil sociodemográficos da amostra, constatou-se que a maioria era do sexo feminino (82,14%), a prevalência de entrevistados do sexo masculino ficou em 17,85%. A prevalência do sexo feminino também foi observada em outros estudos com idosos em Unidades de Saúde da Família, revelando que, no Brasil, há muito tempo, o número de mulheres idosas tem sido superior ao

de homens idosos. Este aspecto pode ser explicado por meio da mortalidade diferenciada entre os sexos, algo bastante presente na população brasileira (PACHECO, 2004).

Quanto à escolaridade, verificou-se que a maioria dos idosos não eram alfabetizados, ou possuíam apenas o ensino fundamental incompleto. Tal configuração parece coerente com o que tem sido observado em outros estudos referentes à educação na população idosa. Segundo esses estudos, as dificuldades de acesso à educação eram bem maiores há décadas atrás, quando comparadas com a atualidade, principalmente no que se refere às mulheres. Essas observações justificam a grande incidência de idosos não alfabetizados ou com baixos níveis de escolaridade. Esta situação embora não tenha mudado expressivamente encontra hoje as desigualdades sociais e o preconceito ao idoso como entrave para o desempenho de atividades remuneradas.

O estado Civil de: Casado (a) com 46.42% da população estudada, e Solteiro (a) 32.14% foram encontradas. Já a população de divorciado (s) foi de 7.14%. A União Estável, apresentou um escore de 14.28%. Estes dados trazem aspectos positivos, a partir da compreensão de que, para o idoso, o fato de morar só tem sido associado ao declínio na qualidade de vida e ao agravamento da morbidade, podendo funcionar até mesmo como um indicador de risco de mortalidade (CALDAS, 2003).

Estes achados confirmam que, para ser bem sucedido, o envelhecimento deve representar não apenas a ausência de enfermidades, mas também a manutenção das condições de autonomia e de funcionalidade (BEZERRA, 2005). Pode-se dizer que quanto mais ativa é uma pessoa, menos limitações físicas ela tem. Então, para se ter saúde e se manter ativo, recomenda-se uma vida independente, casa, ocupação, afeição e comunicação (OLIVEIRA, 2011).

Na amostra estudada, a totalidade dos idosos relataram que eram portadores de alguma patologia, sendo a hipertensão arterial a doença mais frequente. Quando tratada, esta patologia não leva a uma degeneração da capacidade funcional, nem a uma diminuição da inserção sócio familiar. O aumento crescente de idosos portadores de obesidade acompanha o surgimento de várias doenças associadas que causam incapacidade funcional, redução da qualidade de vida (QV) e da expectativa de vida e aumento da mortalidade. Condições crônicas como doença renal crônica, osteoartrose, câncer, diabetes mellitus (DM), apneia do sono, doença hepática gordurosa não alcoólica, e doença cardiovascular estão francamente associadas a obesidade, dentre tantas outras.

A confecção das Expressões-chave resultou em Ideias Centrais e foi idealizada a partir das respostas para o instrumento semi estruturado. Nos resultados das questões abertas o discurso verbal foi preenchido por palavras como: gordo, feio, pesado, triste, solidão, preconceito, dor, sou muito grande,

não temos energia, discriminação e vergonha pelo excesso de peso. A relação da emoção que o corpo obeso proporciona em quaisquer fases da vida é de sofrimento e desesperança. Não há funcionalidade no excesso de peso. Tarefas simples exigem grandes esforços o que acaba frustrando e entristecendo ainda mais o idoso obeso.

Para tabulação e organização dos depoimentos e construção da estratégia metodológica do Discurso do Sujeito Coletivo foi utilizado o Programa Qualiquantisoft. O resultado da entrevista semiestruturada facultou a criação da Tabela 1.

Tabela 01 - Entrevista semiestruturada categorizada.

<b>Tópico da Discussão</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resposta</b>
1. Como você percebe o seu corpo?	Descrever a auto percepção	A categorização desse grupo de respostas deu origem à auto percepção do corpo enquanto excluído, sofrido e preconceituado
2. Quais as emoções você experimenta quando é observado em público?	Descrever a auto percepção	Desejo de ser respeitado e bem aceito socialmente
3. Quais as transformações que aconteceram em sua vida após o ganho de peso?	Identificar resultantes subjetivas emocionais e sociais e, se essas respostas impactam a QV desses indivíduos	Categorização de vergonha, tristeza e raiva
4. Você consegue visualizar a diferença entre o trabalho do enfermeiro e do médico?	Analisar se o obeso sabe identificar a dinâmica do internamento e do ato cirúrgico com o aporte das ações de enfermagem.	Priorizar as ações de enfermagem em educação em saúde
5. Qual a emoção que mais predomina?	Agrupar e definir o conceito emocional	A categorização retornou às fragilidades sobre o auto-conceito

Tabela 01. Categorização dos discursos do Sujeito Coletivo. Fonte: a autor.

Todas as categorizações surgidas com as respostas à segunda parte do instrumento de entrevista resultaram em emoções auto perceptivas de exclusão, sofrimento, preconceito, desejo de ser

socialmente útil e bem aceito, vergonha, tristeza, raiva, impotência pessoal diante do aumento de peso. Os auto conceitos evidenciam sofrimento emocional e quebra no quesito da qualidade de vida.

## CONCLUSÃO

O pilar da qualidade de vida já foi identificado enquanto roteiro a ser seguido. Itens como alimentação saudável, exercícios físicos, diminuição das porções alimentares, higiene, prevenção a radiação solar, boa saúde física e mental independência e autonomia, constituem regras para a saúde e longevidade.

Outrossim, as ações de promoções sociais e coletivas além de fortalecer a vinculação social colaboram para a interação do idoso em seu meio social e familiar. É necessário também promover as mudanças sociais na estrutura social que permita ao idoso vida prolongada sem distanciamento social, sem alienação social, sem inatividade física, sem incapacidade ou dependências precoces.

Hoje a prática de quaisquer atividades para cunho social, lazer ou mesmo desporto constitui-se em meio para estimular, manter ou melhorar a capacidade funcional. Igualmente estas práticas fortalecem os laços de amizade e familiar, promovendo as mudanças na vida cotidiana.

Eliminar fatores de riscos é outra medida para se atingir uma melhor qualidade de vida. Nesse contexto a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa preconiza dentre outros aspectos que a avaliação global do idoso seja rotina na atuação dos profissionais de saúde na atenção à saúde dos idosos. Esta avaliação global inclui a avaliação da incapacidade funcional objetivando sua prevenção e recuperação.

A incapacidade funcional se refere a presença de dificuldade no desempenho de atividades corriqueiras ou impossibilidade de desempenhá-las e estão ligadas com o maior risco de internações hospitalares, institucionalizações, e morte.

A principal porta de entrada do usuário ao serviço de saúde (Atenção Básica) necessita de importantes ações voltadas à população idosa que busca a atenção primária, com variados propósitos. Para tanto deve capacitar e humanizar as ações através de seus funcionários conscientizando esta população para a importância das atividades de vacinação, físicas e de prevenção de agravos de saúde.

A escuta humanizada nestes serviços possibilita a criação de vínculos entre os profissionais de saúde e o público idoso. Dentro desta prerrogativa é possível perceber que o acesso às informações sobre as fases da velhice e o envelhecimento natural deve permear todas as carreiras profissionais com qualificação profissional gerontológica, uma vez que estes profissionais devem estar atentos não só as

alterações físicas e fisiológicas advindas do processo de envelhecimento mas sobretudo na dinâmica sócio familiar, as quais são determinantes diretos na capacidade funcional, e diretamente no envelhecimento saudável.

O equilíbrio biopsicossocial corresponde ao envelhecimento ativo e está intrinsecamente ligado à qualidade de vida.

Enquanto enfoque político as medidas contidas no Plano Nacional de Promoção à Saúde visam prioritariamente à estabilização e recuo dos alarmantes índices de sobrepeso na sociedade brasileira, porém estas medidas encontram entrave sério em sua implementação e materialidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AGÊNCIA BRASIL, Publicado em 21/10/2020 - 10:01 Por Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro.
- 2 OMS ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Estatísticas de saúde Mundial 2012. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/countries/>. Página visitada em 20 de outubro de 2017.
- 3 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. XII censo. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>.
- 4 BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: Obesidade. Brasília, 2006.
- 5 FERREIRA V. A. Obesidade & Pobreza: o aparente paradoxo. Rio de Janeiro. Tese (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz; 2003.
- 6 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008- 2009: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 2010.
- 7 Ferreira, O. G. L. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. Rev. Texto e Contexto – Enfermagem. 2012; 21 (03).
- 8 Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO). Diretrizes brasileiras da Obesidade. Ed. 3ª. São Paulo, 2009.
- 9 LEFEVRE F, LEFEVRE AMC. O que é o DSC/Qualiquantisoft. IPDSC – Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.ipdsc.com.br/scp/showtexto.pag=ou> ≥. Acesso em: 20 de outubro de 2017.
- 10 DeCS. Descritores em Ciências da Saúde.
- 11 LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto organização. Ciências e Saúde Coletiva. 2009; 14 (4): 1193-1204.
- 12 DAMÁSIO, A. R. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo. 2 ed. Companhia das Letras; 2007.
- 13 SARTRE J. P.; Esboço para uma teoria das emoções. Porto Alegre. 2014.
- 14 LE BRETON, D. As paixões ordinárias – Antropologia das Emoções. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.
- 15 AZEVEDO, J. M. L.; A educação como política pública. São Paulo. 3. ed. 2004 (56). 16 BEZERRA AFB, Espírito SACG, Batista FM. Concepções e práticas do agente comunitário na atenção à saúde do idoso. Rev Saúde Pública. 2005 Out; 39(5):809-15. [ Links ] 17 FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: Uma breve introdução à ferramenta de pesquisa Qualiquantitativa. Artigo. Disturb Comum, São Paulo, 25 (1): 129-136, abril, 2013.
- 18 COSTA, I. R.; SILVESTRE, M. G. Obesidade Mórbida e o Impacto sobre o Envelhecimento Ativo. Anais do V CIEH – Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. 2019.

# Capítulo 25



10.37423/210504018

## ARQUITETURA BANCÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE: PERMANÊNCIA DOS ESPAÇOS E A CONVERSÃO DOS USOS FRENTE À VIRTUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

*Janécia Aparecida Alves*

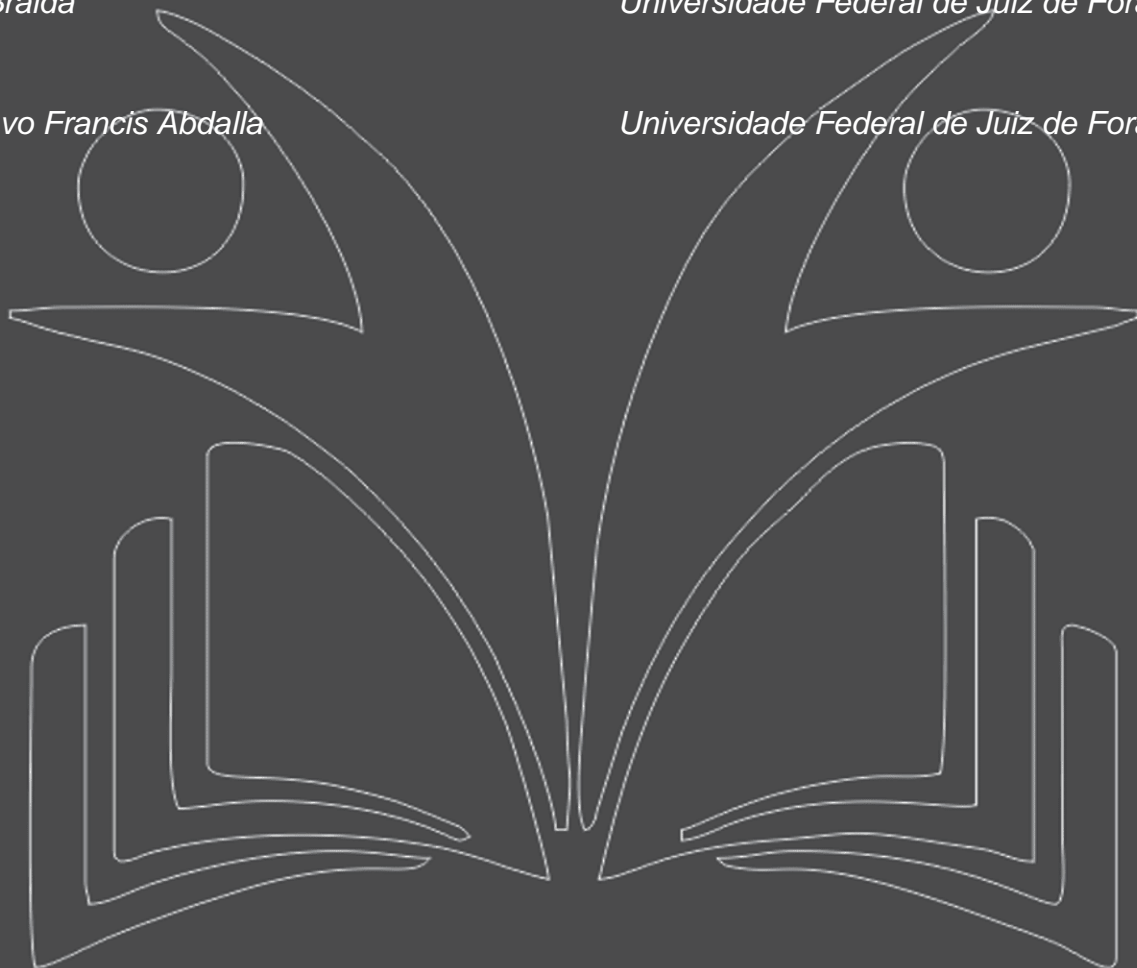
*Universidade Federal de Juiz de Fora*

*Frederico Braida*

*Universidade Federal de Juiz de Fora*

*José Gustavo Francis Abdalla*

*Universidade Federal de Juiz de Fora*



Este capítulo aborda a temática da arquitetura bancária e a importância das agências para o desenvolvimento econômico das cidades, considerando, em especial, as transformações sociais e institucionais ocorridas em seus usos com a passagem do tempo. É sabido que os grandes edifícios bancários, geralmente identificados por construções expressivas perante os espaços onde se encontram instalados, são representantes simbólicos da instituição à qual correspondem, materializando a segurança, pujança e poder das corporações (ABDALLA; OLIVEIRA, 2019, p. 14).

Nesse sentido, a discussão aqui apresentada se apoia na seguinte questão: qual a lógica subjacente à permanência dos edifícios das agências bancárias diante da crescente tecnologia incorporada aos serviços prestados pelos bancos?

Para Zevi, (2009, p. 192), “em arquitetura, o conteúdo social, o efeito psicológico e os valores formais se materializam todos no espaço. Interpretar o espaço significa por isso incluir todas as realidades de um edifício.” Em se tratando da arquitetura apresentada pelas instituições bancárias, nota-se um conjunto de valores tangibilizados e formalizados por meio das edificações. Entretanto, considera-se que a virtualização do serviço bancário contribui sobremaneira para uma menor presença dos clientes no lugar e ambiente físico de atendimento, situação que conduz “mais a uma revolução na estratégia das técnicas de comercialização do que uma localização estratégica” (VARGAS, 1992, p. 315).

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), seis em cada dez transações bancárias brasileiras já são realizadas pelo celular ou pelo computador, demonstrando a forte presença da tecnologia sobre os canais tradicionais. O uso do mobile banking no total de transações se ampliou de 35%, em 2017, para 40%, em 2018 (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 6; 48). Em pesquisa realizada em 2019, evidenciou-se a priorização do celular como forma de realizar movimentações financeiras, demonstrando confiança na segurança e praticidade no sistema oferecido pelos bancos, conduzindo as instituições bancárias a investirem acentuadamente em tecnologia, visando à concretização de negócios (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 4; 48). Tudo indica que, mesmo após o fim da pandemia mundial COVID-19, instalada em 2020, com procedimentos e orientações de isolamento social que perduram durante 2021, esses números serão ampliados.

Assim como o ambiente virtual bancário avança rapidamente, em contraposição, suas sedes mantiveram-se praticamente em situação estável até 2017. Segundo dados de 2018, o Banco Central do Brasil declarou que o número total de agências bancárias brasileiras nesse ano era de 21,6 mil, registrando diferenças mínima, 21,8 mil, em 2017. Também, permaneceu inalterada a concentração



de mais da metade desse montante de agências instaladas na região sudeste do país (FEBRABAN; DELOITTE, 2019, p. 38; 48).

Entretanto, as medidas restritivas de contato pessoal, deflagradas pela pandemia mundial causada pela COVID-19, impulsionaram as instituições bancárias a ampliarem investimentos em atendimento virtual, promovendo o fechamento de 1.444 agências bancárias no período de 12 meses, até novembro 2020. Além de custos adicionais com medidas preventivas e protocolos de segurança para atendimento pessoal frente à pandemia, considera-se relevante a atuação das fintechs no mercado financeiro, responsáveis pela minimização de participação das tradicionais instituições bancárias em determinados segmentos, como o mercado de cartões de crédito. O investimento em tecnologia revela-se uma estratégia de manutenção no mercado para os serviços bancários, sendo não somente uma questão de contenção de custos (INFOMONEY, 2020).

Corroborando os resultados da pesquisa da FEBRABAN (2019) e informações da Infomoney (2020), cita-se Lynch (2011, p. 124), cujas palavras, apesar de muito anterior ao momento atual, ainda são verificáveis e aplicáveis para os dias de hoje: “o próprio ambiente urbano está mudando rapidamente, acompanhando as transformações técnicas e funcionais”. Essas mudanças são capazes de redirecionar os canais de atendimento bancário visando ao acompanhamento das tendências contemporâneas, como atendimento virtual e trabalho home office, remodelando sua forma de atendimento. Tais mudanças, ainda, imprimem ao espaço físico já construído a tarefa de deixar a imagem institucional reverberar através da simbologia de sua arquitetura.

Considera-se que a manutenção dos prédios bancários, especialmente aqueles que constituem patrimônio histórico em suas localidades, como estratégia de materializar os conceitos e a imagem institucional das empresas desse setor financeiro (ABDALLA; OLIVEIRA, 2019, p. 24). Novas funções agregadas ao espaço edificado, como centro cultural ou museu, é também um posicionamento frente ao mercado, perpetuando sua história nesse mundo em permanente mutação (ALVES; PAULA; ABDALLA, 2020).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas, no universo mundial, três agências bancárias, que possuem por características comuns: (1) a relevância econômica como serviço prestado à localidade na qual foi primordialmente instalada; (2) a resignificação de seus espaços via novos usos frente a informatização da atividade; (3) o valor simbólico do legado arquitetônico de seus edifícios. As alterações, justificadas em parte por permanente desenvolvimento tecnológico do mercado do qual participam, normalmente responsável por inserir inovações e agilidade negocial junto ao público

consumidor, demonstram pertinência ao crescimento econômico das comunidades às quais se relacionam.

As edificações selecionadas como objetos de estudo foram: (1) o Museu do Design e da Moda – MUDE, Lisboa, Portugal; (2) Hotel Mandarin Oriental Barcelona, Espanha; (3) Farol Santander, em São Paulo, Brasil. Todas essas edificações ocupam centralidades históricas e abrigaram importantes instituições bancárias em seus países, instituições essas que contribuíram para o desenvolvimento econômico nacional. Segundo Hoffman (2016, p. 4, tradução nossa), “os edifícios financeiros refletem um aspecto importante dos ambientes urbanos. Além disso, eles estão intimamente ligados ao desenvolvimento urbano e econômico das cidades e países.” Assim, além de serem arquitetonicamente representativas, tais obras permitem observar, registrar e descrever o fenômeno discutido na pesquisa.

Os bancos, a atividade bancária e a cidade

Do ponto de vista histórico, de acordo com uma grande parte dos historiadores, a atividade bancária, entendida como instituição, está situada entre a Idade Média e o Renascimento Italiano (STRÖHER (1999). Entretanto, a atividade é apoiadora de negócios, participando de intermediações comerciais desde os mais antigos mercadores, o que retoma aos fenícios, gregos, romanos, babilônicos e tanto outros povos que possuíam domínio das atividades comerciais e de trocas de mercadorias àquela época (STRÖHER, 1999, p. 5).

Até o século XV, as atividades comerciais estavam restritas ao Mediterrâneo. Entretanto, os desbravamentos marítimos impulsionaram a comercialização mundial entre os povos, provocando conseqüente crescimento econômico. Esse crescimento foi ladeado pelo apoio das instituições bancárias, trazendo a era da Revolução Comercial, e implementando dinamismo capitalista a partir do século XV (STRÖHER, 1999, p. 5). Essa era marcou o surgimento das operações bancárias conhecidas até hoje, como cheque, desconto, compensação e moeda universal (STRÖHER, 1999, p. 8).

O domínio comercial na Europa era concentrado pela Itália. Entretanto, Londres (Inglaterra), com seu poderio naval, passou a ter destaque a partir de 1700, estabelecendo-se como o novo centro financeiro mundial, apoiando, concomitantemente, sua indústria e a comercialização dos próprios produtos. O início do século XVIII colocou em evidência a atividade bancária em países desenvolvidos, como Inglaterra e Estados Unidos. O final do século XVIII e, principalmente, o século XIX são épocas de expressiva implantação de edificações bancárias, com prédios distintos, motivados por almejar garantir segurança e status que operações de financiamento e empréstimos traziam para os

banqueiros. O século XIX democratizou e popularizou a atividade bancária, expandindo-a às populações mundiais (STRÖHER, 1999, p. 8).

Em se tratando da tipologia arquitetônica bancária, a mesma teve por base o palácio renascentista, espelhando a residência dos primeiros banqueiros, além do templo clássico, onde ocorriam negociações na antiguidade, ambos referenciando historicamente a imagem de nobreza, segurança e credibilidade. No início do século XX, o palacete eclético passou a ser referência para o edifício bancário, consolidando-o. O Ecletismo trouxe pluralidade compositiva, unindo referências históricas e incorporando novos materiais, advindos da Revolução Industrial, estando mundialmente presente em vários edifícios bancários (NOGUEIRA, 2018, p. 25).

## ARQUITETURA BANCÁRIA

As atividades comerciais sempre foram instrumentos de capilaridade do sistema bancário, situação que pode ser observada no tocante às localidades brasileiras selecionadas para implantação da rede de agências bancárias desde o século XIX, as quais apresentavam destaque comercial, justificando sua escolha e, posteriormente, importância na atividade industrial (ALONÇO, 2008 apud NOGUEIRA, 2018, p. 30).

A industrialização contribuiu mundialmente para o crescimento das cidades, para o adensamento urbano, implicando em demanda de apoio financeiro para dar suporte às transformações que se apresentavam. Essa situação se repetiu no Brasil, com intensificação da modernização das grandes cidades brasileiras, centros de negócios. Contribuindo para implementação de infraestruturas, desenvolvimento de certas regiões e apoio às atividades econômicas, ampliou-se a estrutura dos bancos, aumentando a participação dos bancos públicos no país, com a finalidade de fomentar e conceder crédito às atividades produtivas. Historicamente, essas instituições exerceram importante papel no desenvolvimento nacional, especialmente na segunda metade do século XX (NOGUEIRA, 2018, p. 37).

A implantação das grandes agências bancárias é resultante de busca por visibilidade, almejando ocupação em locais que permitam evidência, normalmente produto de projetos de arquitetos renomados, deixando seu registro através de arquitetura de destaque (HOFMANN, 2016, p. 4). A permanência das grandes agências bancárias em pontos históricos é perceptível, independente de alterações que venham a ocorrer na estrutura das cidades, determinando a importância de sua presença para a economia local (ABDALLA, 2011, p. 22).

A arquitetura bancária encontra proximidade na diferença apresentada por Zevi (2009, p. 92) entre escala humana e escala monumental: “sabemos distinguir um edifício concebido e construído para o homem de um edifício-símbolo construído para representar uma ideia, um mito que impressione, se sobreponha, domine o homem”. Sua presença passa a ser um referencial, um marco, emoldura-se ao local, trazendo distinguibilidade construtiva e perpetuando sua marca.

## INFORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE BANCÁRIA

A automação bancária brasileira envolveu uma sucessão de concepções na natureza do serviço bancário, a partir da década de 1960, passando inclusive pela capacitação do país no desenvolvimento de tecnologias passíveis de acompanhar a internacionalização do ramo (DINIZ, 2004, p. 56). A agilidade concedida pela automação passou a ser um diferencial competitivo, permitindo que o cliente deixasse de ter atendimento em um ponto único e passasse a ser cliente de todo o conglomerado, incorporando a máxima de quanto maior a automatização da instituição, maior será sua base de clientes (DINIZ, 2004, p. 57).

As instituições financeiras, atentas à demanda do mercado consumidor e à concorrência, remodelaram suas estratégias na busca por sua manutenção no mercado dentre as mudanças (CAMOCARDI, 2013, p. 13). A evolução tecnológica conduziu a novas formas de oferta do serviço financeiro, tornando, independente de localização fixa, o atendimento ao usuário. A facilidade de atendimento levou, entretanto, a instituição à busca por diferenciação através da imagem, da identidade corporativa, dos valores que a instituição deseja expressar (NOGUEIRA, 2018, p. 207).

O centro das cidades é, em boa parte, marcado pelo adensamento comercial e de serviços, por mercados ativos e substancial atratividade por negócios. Historicamente, o centro é a região que marca o início de implantação das povoações e que se mantém em ebulição, ainda que novas centralidades surjam. A centralidade urbana é palco de inovações, inclusive a que se volta para os mercados financeiros, gerando vantagem competitiva para as instituições bancárias que se instalam no centro, comparativamente àquelas cujas sedes ocupam as periferias (CAMOCARDI, 2013, p. 30).

As agências bancárias que constituem marcos reconhecidos ocupam as centralidades, constituindo estratégia de marketing a localização escolhida. Elas se valem da imponência arquitetônica e da localização privilegiada para materializar o poder econômico, respeito e segurança que desejam cristalizar (ABDALLA, 2011, p. 22). A permanência em lugares históricos, mesmo que a

contemporaneidade requeira menor presença dos clientes nas agências, reforça a estabilidade e solidez que a instituição representa para sua localidade.

A presença simbólica das agências bancárias na cidade contemporânea e os novos usos

As transformações de lugares são aspectos típicos da natureza humana de viver. Com isto, o surgimento de novas edificações, adequações, ampliações e outras formas de intervir acabam por substituir as antigas construções por outras, quer na ambiência, quer na funcionalidade, quer na característica estética e simbólica. Entretanto, a sustentabilidade é conceito presente nas práticas arquitetônicas atuais. Fazer a reflexão de como a arquitetura pode contribuir para evitar a obsolescência construtiva é tarefa que congrega a preservação patrimonial e histórica. A flexibilização espacial conduz, portanto, a mudanças tecnológicas e de uso das edificações (BRAGA, 2017, p. 27).

Os espaços destinados às agências bancárias continuam a ocupar sítios de destaque, posicionados através de arquiteturas marcantes, por vezes históricas, contribuindo para a perpetuação da instituição a que se refere. Considerando que a tecnologia empregada nos serviços oferecidos tem participação em menor demanda por suas sedes, buscar novas formas de explorar a edificação torna-se uma possibilidade de manutenção mercadológica. Essa condição pode ser ampliada, se aplicado o conceito de flexibilidade, nesse caso arquitetônica, visando a oferecer situação diferente da obsolescência do uso espacial-funcional tradicional de uma agência bancária.

As alterações internas, ampliações ou polivalências podem conduzir ao uso da edificação sem que ocorram alterações físicas (LEUPEN, 2006, p. 25 apud BRAGA, 2017, p. 37). Estudos sobre flexibilidade arquitetônica podem, portanto, potencializar o uso das construções, favorecendo “a permanência destes edifícios, o que se verifica por intermédio de soluções mais abertas, considerando o edifício como algo capaz de crescer e se reconfigurar ao longo do tempo, ou de estratégias de projeto relacionadas à transformação” (MACIEL, 2015 apud BRAGA, 2017, p. 39).

O cenário contemporâneo transparece maior transitoriedade sobre a existência material, levando as construções a sofrerem variadas mudanças em pouco tempo. O que é transitório substitui o ser durável (BRAGA, 2017, p. 27). Para Jacobs (2018, p. 209), “o tempo torna obsoletas certas estruturas para certos empreendimentos, e elas passam a servir a outros”. A ação temporal provoca mudanças nas necessidades, tornando a estanqueidade arquitetônica desalinhada harmonicamente do curso da história. Adaptação e conversão passam a ser imperiosas atitudes de acompanhamento cotidiano, permitindo novas funções e usos frente ao mundo irrefutavelmente dinâmico. Essa é uma condição

de não solidificar o envelhecimento funcional da arquitetura, em especial da arquitetura bancária, que oferece em espaços ícones mutabilidade funcional, perpetuando seus valores frente à sociedade.

#### MUSEU DO DESIGN E DA MODA - MUDE

A construção pombalina, ocupante de todo um quarteirão, formado anteriormente por lotes com funções diversificadas, hoje constitui o Museu do Design e da Moda em Lisboa, Portugal. Em 1866, o Banco Nacional e Ultramarino, importante instituição bancária nas colônias portuguesas, instalou-se inicialmente em duas ruas e posteriormente ampliou-se, ocupando todo o quarteirão até 1967, no decorrer de um século. A conversão das variadas atividades em atividade bancária exclusivamente marca a história da Baixa Pombalina.

Ao arquiteto Tertuliano Marques, coube o projeto de unificação espacial, visando atender às exigências de instalações bancárias. As fachadas foram mantidas, demolindo-se todas as demais estruturas, preservando-se a métrica pombalina. O novo edifício passou a ter um piso enterrado para cofres, térreo, três andares e sótão, com claraboia responsável por iluminação zenital.

Nova reforma posteriormente foi requerida, onde a fachada foi mantida, porém com acréscimo de pórtico em pé direito duplo na entrada principal. Atualmente, o edifício apresenta seis momentos de sua história: o projeto pombalino, a reconstrução de 1930, ampliação de 1967, anexos construídos em 1990, demolição de 2003 e o projeto museológico para o MUDE, deixando por resultado a soma de tempos e arquiteturas.

Sua ocupação no centro histórico da cidade de Lisboa, em área total de 15.400 m<sup>2</sup>, oito pisos, constitui-se importante marco patrimonial para o país, rememorando conquistas territoriais via apoio financeiro do banco cuja sede ali esteve atuante, expondo-se inclusive como documento histórico arquitetônico, e adotando mínimas intervenções para trazer flexibilidade como característica para os espaços expositivos do atual museu (COUTINHO, s.d.).

#### HOTEL MANDARIM ORIENTAL BARCELONA

O atual hotel, de estilo neoclássico, estabelecido em Barcelona, Espanha, foi sede do Círculo Equestre até 1950, sendo fundado em 1856. Destruído durante a guerra civil, no local foi erguido o Banco Hispano Americano, finalizado em 1955, importante participante da economia espanhola no pós-guerra.

O acesso ao edifício é um prolongamento do Passeio de Gracia, com o hall de entrada do hotel, transcendendo o limite público/privado, convidando os passantes a uma experiência pela sua arquitetura. A permeabilidade que conduz ao interior foi permitida ao ser criado um pórtico de entrada ao abrir as janelas do térreo, única intervenção relevante com vistas a tornar o acesso convidativo, integrando o modernismo do Passeio de Gracia à fachada preservada.

Ao antigo pátio de operações bancárias, no mezanino, incorporou-se estrutura com iluminação natural zenital e espaços de atendimento público como restaurante e cafeteria. Contando com 17.000 m<sup>2</sup>, 102 apartamentos, grande salão e serviço de alimentação, o hotel se destaca pela suntuosidade e integração convidativa de espaços, situando-se próximo a destaques culturais que a cidade oferece. No seu entorno, encontram-se lojas renomadas, bons restaurantes e espaços culturais, atrações turísticas que reforçam a importância do lugar para tais atividades (SOUZA, 2012).

#### FAROL SANTANDER - SÃO PAULO

Destaque no cenário econômico paulista na década de 1940, o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) é também referência arquitetônica através de sua implantação ícone no centro financeiro da cidade de São Paulo (SP). Sua construção teve início no governo Getúlio Vargas, sendo concluído após a Segunda Guerra Mundial, em 1947.

Com seus 161 metros de altura e 35 andares, situado na região central da cidade, recebeu por anos o título de maior prédio construído em concreto armado no mundo. Sua inspiração relaciona-se ao Empire State Building, que, diversamente, foi edificado em estrutura metálica. Sua imponência exalta o poder econômico da cidade, construção símbolo de seu tempo, herança dos barões de café, marcando através de sua edificação a força que a cidade representa perante a economia brasileira (SALES, 2014, p. 79).

O edifício é também registro da verticalização presente na cidade. Com suas linhas retas, a construção é exemplar art déco, aproximando-se da arquitetura americana e apartando-se da influência francesa, referência ao desejo de crescimento e pujança econômica capitalista. O Edifício Altino Arantes marca a migração da força rural, do poder dos cafeicultores, para a cidade, acompanhando o desenvolvimento industrial crescente e a nova era mercantil, apoiada e financiada pelos banqueiros (SALES, 2014, p. 79).

O prédio, que abrigou o Banespa até 2001, foi adquirido pelo banco espanhol Santander, após inúmeros movimentos nacionais de desestatização bancária. O edifício foi tombado em 2011,

reafirmando a importância histórica, cultural e social para a cidade, sobretudo a simbologia identitária. Em 2017, inaugurou-se o Centro Cultural do Banco Santander, abrindo suas portas para exposição do passado ali existente, sua história, participante do crescimento da cidade, ofertando também restaurantes e o consagrado mirante (DONATO; PRESTES, 2018). E mais recentemente, segundo Sanchez (2019), foi inaugurado o Bar do Cofre, em 2019, no seu subsolo, trazendo a público seu espaço mais velado, mantendo características da arquitetura original, adaptada ao novo uso.

## ARQUITETURA BANCÁRIA: INOVAÇÃO E FLEXIBILIDADE NA ERA DIGITAL

Considera-se, conclusivamente, que as atividades econômicas estão presentes na sociedade como fomentadoras do desenvolvimento, desde a antiguidade. Elas acompanham o movimento ocorrido através dos tempos, constituindo parte da história, repercutindo o passado como apoio do presente e futuro. Juntamente às fontes de economia, tem-se a arquitetura como lugares emolduradores dos espaços que abrigam as inúmeras atividades.

A contemporaneidade implica em alterações, tanto nas atividades quanto na forma como essas atividades se desenvolvem. Percebe-se a informatização como condição participante e promotora de mudanças, que conduz, por vezes, à derrocada de certos serviços, entretanto como impulsionadora da criação e do surgimento de outros serviços e atividades.

Em recente situação mundial, a propagação de um vírus que provoca doença altamente contagiosa por via aérea, atingindo os povos de maneira pandêmica, demonstra que algumas fronteiras são quebradas invisivelmente. A favor, tem-se a contribuição da tecnologia digital, permitindo além da comunicação remota, a informação e mesmo a possibilidade de trabalho a distância. Assim, também as tecnologias digitais garantem a manutenção de atividades comerciais, cujas negociações se realizam virtualmente, possibilitando que a atividade permaneça, ainda que o ambiente formalizador não seja aquele de seu formato naturalmente conhecido.

O estudo apresentado neste capítulo se apoiou na atividade bancária, fortemente informatizada com o passar dos anos, onde há um senso comum reconhecido da ocorrência de um incremento de demanda por virtualização de seu serviço, oportunizando o ingresso ao mundo financeiro de maneira facilitada, e outrora inimaginada, por grande parte da população. Sem que seu espaço físico perdesse importância, contrariamente, nova função lhe foi contemplada, ampliando o significado da instituição, perpetuando sua marca e gerando visibilidade diferenciada ao oferecer nova forma de contato com sua clientela.



Ao final, levando-se em consideração tanto o referencial teórico quanto os exemplos apresentados neste capítulo, destacamos que as estratégias inovadoras e a flexibilidade têm marcado permanentemente as atividades econômicas. Assim, ainda que recontextualiza a partir das dinâmicas sociais e das questões de ordem mercadológica, assistimos à permanência da arquitetura bancária nas cidades ou de seus rastros que ainda se fazem presentes nos antigos edifícios, coerentemente refuncionalizados para o atendimento das demandas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, José Gustavo Francis. Tipologia da arquitetura e cidades: uma investigação em Juiz de Fora, MG. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2, 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: SBQP, 2011. p. 14-24.

ABDALLA, José Gustavo Francis; OLIVEIRA, Juliana Similli de. Teatralidade da arquitetura bancária em Juiz de Fora: arquitetura, planos e paisagem. In: BRAIDA, Frederico et al. (org.). Arquitetura e urbanismo em Juiz de Fora: bancos, clubes, museus e universidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. p. 6-30.

ALVES, Janércia; PAULA, Frederico Braida R. de; ABDALLA, José Gustavo F. De agências bancárias a centros culturais: a presença da arquitetura dos bancos na paisagem das cidades. In: MIGLIORINI, Jeanine M. (org.). Arquitetura e urbanismo: competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, v. 2, p. 69-81. DOI: 10.22533/at.ed.2922029045. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/32875>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRAGA, Bruno Melo. Flexibilidade e permanência: os edifícios públicos modernos de Fortaleza. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, 2017. 153 f.

CAMOCARDI, Camila Ziliotto. Dinâmica estratégica de agências bancárias em um novo paradigma tecnológico: um estudo do caso brasileiro. Dissertação de Mestrado - Fundação Getúlio Vargas. Mestrado Profissional em Economia, São Paulo, 2013. 75 f.

COUTINHO, Bárbara. Projeto de requalificação integral do edifício do mude. s.d.

Disponível em: [https://www.mude.pt/public/uploads/mude/p%20arq%20mude\(1\).pdf](https://www.mude.pt/public/uploads/mude/p%20arq%20mude(1).pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.

DONATO, Verusca; PRESTES, Caio. Farol Santander, antigo prédio do Banespa, é aberto para visitaçãõ nesta sexta em SP. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/aniversario-de-sp/2018/noticia/farol-santander-antigo-predio-do-banespa-e-aberto-para-visitacao-nesta-sexta-em-sp.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2020.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS; DELOITTE – DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED. Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária: FEBRABAN, 2019. Sl.: FEBRABAN, 2019. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/financial-services/articles/pesquisa-deloitte-febraban-tecnologia-bancaria.html>. Acesso em: 28 maio 2020.

HOFMANN, Carmen; MASSAGLIA, Gabriella (org.). Bulletin (European Association Bankinkg and Financial History). Frankfurt: The European Association Bankinkg and Financial History, 2016. Disponível em: [https://bankinghistory.org/wp-content/uploads/EABH-bulletin\\_small-resolution-with-cover-for-web.pdf](https://bankinghistory.org/wp-content/uploads/EABH-bulletin_small-resolution-with-cover-for-web.pdf). Acesso em: 28 maio 2020.

INFOMONEY. Bancos fecham agências no Brasil no maior ritmo em três anos. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/bancos-fecham-agencias-no-brasil-no-maior-ritmo-em-tres->



## NOTAS

### Nota 1

Uma versão desse artigo foi publicado no VII Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade com o título Arquitetura bancária: a presença nas cidades e a conversão de seus espaços frente à virtualização dos serviços. Artigo disponível em <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/arquitetura-bancaria-a-presena-nas-cidades-e-a-converso-de-seus-espaos-frente-virtualizao-dos-servios-34878>,

# Capítulo 26

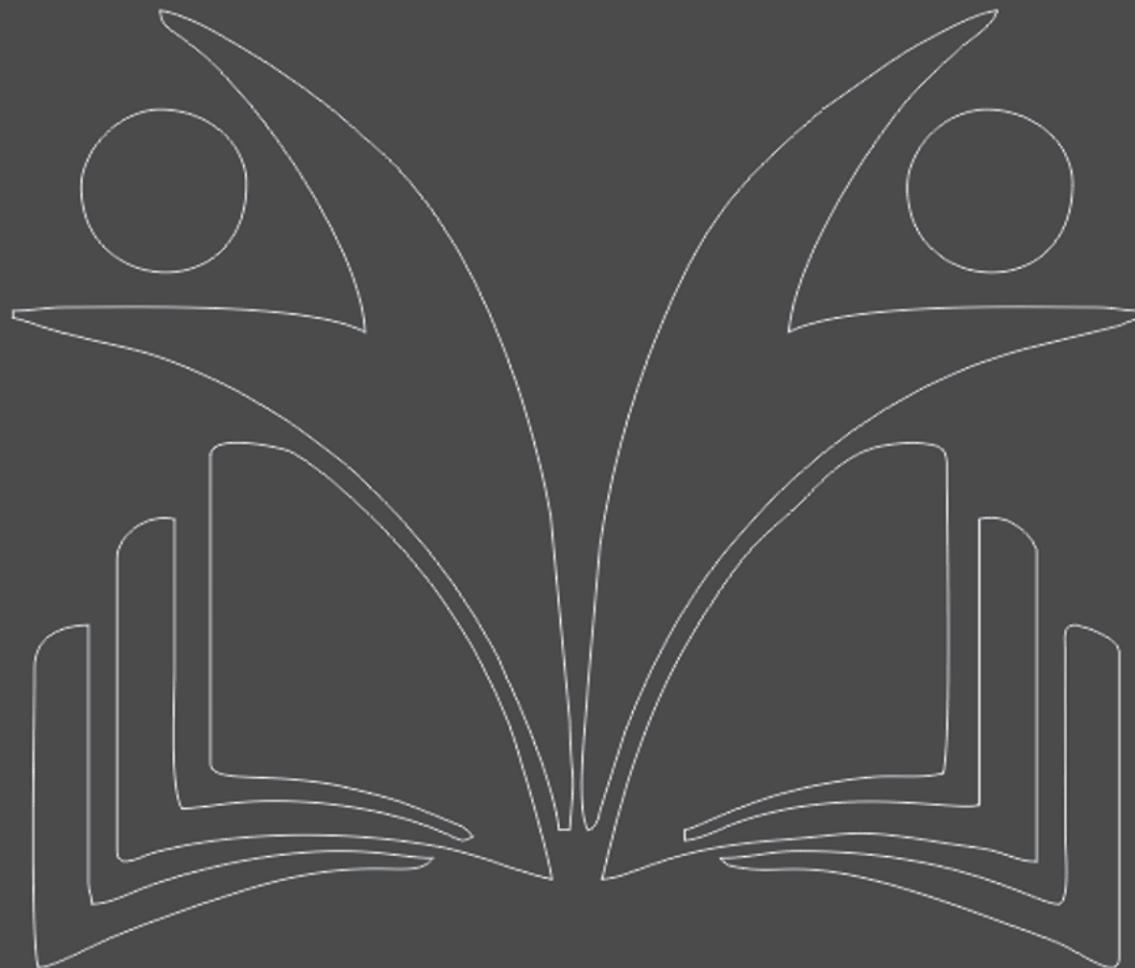


10.37423/210504024

## O ANTECIPAR DA MORTE NA VELHICE: REFLEXÕES SOBRE SUICÍDIO EM IDOSOS NO BRASIL

*Cásio Carlos Pereira Barreto*

*Instituto Nada Será como Antes*



**Resumo:** Para a Organização Mundial da Saúde, em todo o mundo, uma pessoa põe fim a sua própria vida a cada 40 segundos. Diversos estudos voltados para a obtenção de dados de suicídio no Brasil apontam números cada vez maiores na velhice. O presente artigo visa refletir sobre a temática do suicídio em idosos no Brasil. A metodologia escolhida se baseia na revisão sistemática de literatura, na base de dados SciELO e PePSI, com publicações nos últimos 10 anos, e consulta em site governamental para levantamento de dados estatísticos. Os resultados apontam que no Brasil, o suicídio no segmento idoso alcança proporções crescentes a cada ano. Ressaltando maiores ocorrências de mortes autoprovocadas em idosos do sexo masculino, com idade superior a 70 anos. Pesquisas mais recentes constataram também, que os idosos morrem principalmente em suas próprias residências (51%). Há consonância dos autores de que o comportamento suicida se dá em maior parte em idosos pertencentes a grupos expostos a situações de risco, tais como, vulnerabilidade social, fragilidade dos vínculos familiares, abuso de álcool e transtornos mentais. Conclui-se que suicídio e envelhecimento ainda são assuntos pouco discutidos na literatura brasileira, necessitando de mais pesquisas, tendo em vista a relevância do assunto, nota-se ainda, que se faz necessária a capacitação de profissionais para atenderem adequadamente essa demanda, e maior investimento em políticas públicas que visem ações de prevenção e atenção na terceira idade, contribuindo para melhor qualidade de vida e saúde mental dessa parcela da população.

**Palavras-chave:** Suicídio. Idosos. Envelhecimento. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2050 a população de pessoas idosas vai atingir um quantitativo de 2 bilhões de pessoas. O Brasil acompanha essa estatística de crescimento populacional para as pessoas acima de 60 anos, e nos últimos cinco anos, ganhou 4,8 milhões de novos idosos (IBGE, 2018).

O fenômeno do suicídio vem despertando atenção de diversos pesquisadores nos campos da saúde por índices alarmantes nos últimos anos. Em 2017, o Ministério da Saúde divulgou o primeiro Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil, onde apontou que 11.433 pessoas morrem por suicídio todos os anos no Brasil, o equivalente a 31 casos por dia.

O fenômeno do envelhecimento tem causado preocupações de ordem social e econômica, no entanto, seus impactos tem chamado a atenção do Estado e da ciência. O suicídio de idosos aparece como um desses rebatimentos, apontado como um grave problema de saúde pública, destacado no mapa da violência, onde entre os anos de 1980 até 2012 houve um crescimento de 215,7% (WAISELFISZ et. al 2014).

No processo do envelhecimento, mudanças de ordem cognitiva e física vão acontecendo aos poucos, o fim da independência e autonomia muitas vezes não se torna bem aceito, e quando o processo de envelhecer é patológico as limitações podem deixar o idoso ainda mais vulnerável, podendo ocorrer pensamentos negativos, dando margem a depressão seguida de pensamento suicida.

Falar sobre suicídio, mesmo nos dias de hoje, ainda é considerado um tabu, o assunto na terceira idade parece ser ainda mais menosprezado, e as queixas não são levadas em consideração, nem mesmo pelos próprios familiares.

O trabalho em tela visa discorrer sobre o suicídio em pessoas idosas no Brasil. Sabe-se que, o envelhecimento traz consigo diversos desafios, tais como, modificação e adaptação a uma nova rotina, sentimento de inutilidade ou de estar atrapalhando a vida dos filhos ou parentes, fragilidade ou ruptura das relações familiares, negação de patologias decorrentes da idade, entre outros. Neste sentido, buscou-se através de uma revisão sistemática de literatura refletir sobre o aumento dos índices de suicídio nessa etapa da vida e situações que fazem com que o idoso passe a desejar a morte como solução para o abandono, a negligência ou violência sofrida, entre outros motivos discorridos nesse artigo.

Como justificativa, optou-se por destacar a necessidade em ampliar o leque da prevenção, refletir sobre o suicídio nesse segmento como uma morte evitável, e ainda, fortalecer a rede de atenção e proteção ao sujeito idoso, destacando a presença da família, do apoio psicológico e do empoderamento do idoso na conquista da autonomia, independência e no desejo pela vida.

Endossando esse pensamento, estudos de Minayo et.al (2014), apontam que a maioria dos suicídios em idosos podem ser evitados, se considerarmos os fatores de risco: depressão, adoecimentos físicos e psíquicos, fatores situacionais e sociais, perdas, patologias que se associam a depressão, onde quanto mais grave for o limite funcional real ou imaginado, maior o risco de suicídio. Além disso, a autora chama a atenção para a fragilização cumulativa ao qual o envelhecimento está envolto, destacando que o risco do suicídio em idosos exige um compromisso da rede de apoio, e destaca a importância dos cuidados permanentes de saúde pública.

## METODOLOGIA

Quanto a metodologia escolhida, se trata de uma revisão sistemática de literatura, com finalidade de refletir sobre o suicídio no Brasil com recorte temporal dos últimos 10 anos (2010 a 2020).

De acordo com Galvão; Pereira (2014), a atividade de compilar dados científicos sobre um tema é praticada na área da saúde há muito tempo, assim, a revisão sistemática se trata de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis.

As informações foram buscadas por meio de artigos científicos extraídos da base de dados Scientific Electronic Library Online - SCIELO, e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia - PePSIC, além de consulta a sites governamentais tais como, Organização Mundial de Saúde (OMS), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/ Ministério da Saúde) do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS), disponível no endereço eletrônico do Departamento de Informática do SUS (DATASUS).<sup>1</sup>

Os descritores utilizados para a pesquisa foram: suicídio em idosos, velhice e suicídio, idosos e suicídio no Brasil. Previamente, foi realizada a leitura dos 46 resumos dos artigos encontrados, sendo incluídos 32 por serem considerados de acordo com os critérios de pertencerem a temática referente ao objetivo proposto; ao ano de publicação entre 2010 a 2020, e terem sido publicados na língua portuguesa.

Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos artigos selecionados, e aplicado maior refinamento de filtro com base no objetivo proposto nesse trabalho, sendo definidos 21 artigos para



uso neste trabalho. Foram excluídos 11 artigos, por não corresponderem aos critérios listados de pertinência aos objetivos propostos.

A pesquisa foi realizada entre no período de maio a junho do ano de 2020.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A palavra “suicídio” como vocábulo, surgiu no século XVII na Inglaterra, em 1643 em uma obra denominada *Religio Medici* (Religião do Médico) do escritor inglês Sir Thomas Browne, entretanto, foi usada pela primeira vez por René Louiche Desfontaines, em 1737 na França (MELEIRO e COLS, 2016).

Minois (2018), em seu livro sobre a história do suicídio enfoca que não podemos estudar os suicídios como fazemos em relação a outras destruições feitas pela peste ou pela tuberculose, uma vez que, a morte voluntária não é de ordem demográfica, mas filosófica, religiosa, moral e cultural. O autor aponta ainda que, na antiguidade, algumas vezes o suicídio foi aclamado como um ato de heroísmo, no entanto, na maioria das vezes, tem sido considerado como objeto de reprovação social, ligado a religião, pois “finda sendo considerado ao mesmo tempo uma ofensa a Deus, que nos deu a vida, e à sociedade, que provê o bem-estar de seus membros” (MINOIS, 2018, pág.13). No entanto, o autor pondera que apesar disso, sempre surgem indagações para as motivações acerca do suicídio, mas não se muda as mentalidades na forma de pensar. Instaura-se um silêncio e um tabu sobre o assunto e não se provoca as discussões necessárias para a mudança.

Existem muitas teorias que visam falar acerca do ato voluntário da morte, a mais antiga delas foi analisada por Durkheim (2011), onde no final do século XIX, classificou esse fenômeno como um fato social cultural pertencente a todas as sociedades, para ele, uma ou outra sociedade pode ter uma cota de pessoas que optam pelo autoextermínio e suas características são particularmente a de desagregação social e anomia, já por parte do indivíduo, o egoísmo ou o excesso de altruísmo seriam os responsáveis. Para Durkheim essas irregularidades tornam o suicídio um fenômeno sociológico normal, explicado por cada cultura (HEISEL et al., 2011; CANADIAN ASSOCIATION OF MENTAL HEALTH, 2016; MENTAL HEALTH REPORTING, 2016).

Em uma sociedade capitalista, que só reconhece o valor das coisas e pessoas, o idoso se sente desamparado, soma-se a esse sentimento a improdutividade dada pela aposentadoria ao qual faz que o mesmo se sinta inútil (OLIVEIRA, FERNANDES E CARVALHO, 2011).

Corroborando com esse pensamento, Feijó e Medeiros (2011), afirmam que para alguns idosos, envelhecer significa cair em esquecimento e ser visto como negação da ordem, fisicamente

antiestético. Os autores lembram que em nossa cultura, não há preparo para chegada da terceira idade, e a pauta de discussão da gerontologia não é socialmente uma prioridade, contribuindo ainda para associar o envelhecer como algo negativo.

Referência em estudos sobre idosos, Minayo et al. (2012), chamam a atenção para a necessidade de maiores pesquisas que abarquem a temática do suicídio em idosos, destacando que o assunto tem demasiada relevância pois historicamente é uma realidade crescente, no entanto, a medida em que os índices crescem os estudos sobre a temática são escassos.

Nessa perspectiva de pensamento, Carvalho et al.(2017), aponta o suicídio em idosos como um caso de saúde pública mundial cada vez mais crescente e pouco denotado em estudos, o autor destaca a China (maior proporção mundial), Estados Unidos e a Coréia do Norte como países que necessitam de estudos urgentes. Para o autor, apesar do Brasil não apresentar taxas elevadas de suicídio comparado a esses países, quando comparado ao número absoluto de idosos que cometem suicídio, é o país que apresenta maior média.

Em números absolutos, o Brasil está entre os dez países com o maior número de mortes por essa causa 1,4%. Entre os anos de 2003 a 2009, ocorreram 60.637 mortes por suicídio, o equivalente a 24 óbitos por dia, representando um coeficiente médio de 4,5 mortes para cem mil habitantes (DATASUS, 2010).

Em 2014 a OMS (WHO, 2014), considerou que nenhum fator singular é suficiente para explicar por que uma pessoa comete suicídio ou deseja fazê-lo. Destacou ainda que o comportamento do suicida é influenciado por um conjunto de elementos tais como razões pessoais, sociais, psicológicas, culturais, biológicas e ambientais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a revisão sistemática descrita, foram selecionados 21 artigos.

Destaca-se que a organização em Tabela, busca ilustrar e ao mesmo tempo explanar os resultados encontrados considerando ano de publicação, autores e periódicos analisados.

As discussões, a partir dos resultados destacados na tabela, seguem abaixo da mesma, em texto corrido.

Tabela 1: Resultados encontrados e seus respectivos autores, ano de publicação e periódico

RESULTADOS	AUTOR, ANO	PERIODICO
Atualmente os idosos são considerados, em todo o mundo, o grupo mais vulnerável ao suicídio.	CAVALCANTE E MINAYO (2015)	SCIELO
No Brasil no período de 1996 a 2007 14,2% de um total de um total de 91.009 casos constatados de suicídio, foram de idosos com 60 anos ou mais, com maior prevalência entre homens (82,2%) e de maior número na região do Sul (30,7%).	PINTO et. Al. (2012)	SCIELO
Maiores fatores de risco para o suicídio em idosos: depressão, adoecimentos físicos, mentais ou limites funcionais, fatores situacionais e sociais, perdas, aposentadoria e queda no padrão de vida.	MINAYO et. Al. (2011)	PEPSIC
É mais frequente o ato suicida entre idosos do sexo masculino	MINAYO et. Al. (2012)	SCIELO
Estudos epidemiológicos nacionais das duas últimas décadas confirmam taxas mais elevadas entre homens, idosos, indígenas e em cidades de pequeno e médio porte populacional.	BOTEGA (2014)	SCIELO
Privar o idoso de sua rotina, ou mudanças de ambiente ou ainda privação de objetos pessoais, ou perda de autonomia faz com que o idoso não reconheça o próprio sentido da vida.	SOUSA et. Al. (2014).	PEPSIC
As razões da tentativa de suicídio mudam conforme a cultura e os acontecimentos vivenciados e envolvem dificuldades relacionadas ao envelhecimento, incapacidade, limitações físicas e patologias.	CAVALCANTE E MINAYO (2015)	PEPSIC
No Brasil o local mais frequente do suicídio de idosos é na própria casa (51%) seguido por hospitais (26%).	MENEGHEL ET AL. (2015)	PEPSIC
Para cada morte por suicídio, há 10 a 20 tentativas.	FREITAS & BORGES, (2014)	PEPSIC
Hoje, a velhice é comparada com um produto qualquer com data de validade,		

que ao demonstrar mal aparência ou inutilidade, logo é substituído por outro corroborando para sua exclusão social	FEIJÓ; MEDEIROS (2011)	SCIELO
Enforcamento, armas de fogo e envenenamento predominando entre homens e entre as mulheres o enforcamento, utilização de fumaça/fogo, precipitação de altura, arma de fogo e envenenamento por pesticidas.	MYNAYO ET.AL (2014)	SCIELO
Os idosos que buscam por fim a sua vida são mais suscetíveis a concluírem o ato. Tendo mais sucesso em suas tentativas.	CONWELL; THOMPSON, (2011)	SCIELO
A principal causa que leva o idosos a cometer suicídio seria a depressão	DUQUE E MARTINS (2016)	PEPSIC
Entre as práticas de autossuperação do suicídio destacam-se religiosidade e práticas religiosas; apoio social e familiar; suporte dos serviços de saúde.		

A OMS projetou para o ano de 2020 que mais de um milhão e meio de pessoas cometerão suicídio e que o número de tentativas seja até vinte vezes maior que o número de mortes. A Organização destaca ainda que o risco de suicídio aumenta com a idade, neste sentido, discutir os resultados apontados nessa pesquisa se faz necessário, uma vez que, o desafio da prevenção do suicídio em idosos merece visibilidade e enfrentamento.

Como fenômeno social o suicídio tem abarcado números expressivos no Brasil, e quando esses dados se relacionam a categoria idoso se mostra como uma das maiores causas por morte externa no país.

Os idosos que buscam por fim a sua vida são mais suscetíveis a concluírem o ato, tendo em vista que a maioria mora sozinho e não há tempo hábil de ser encontrado ou socorrido. Além disso, eles usam meios mais letais do que os mais jovens e, assim, a pessoa idosa quando tenta o suicídio costumam ser mais bem sucedida (CONWELL e THOMPSON, 2011).

Estudos na temática apontaram que em média 60% dos idosos que cometeram suicídio apresentaram, previamente, de duas a três tentativas, ou seja, o idoso quando pensa em suicídio geralmente ela é prenúncio de que o ato vai se consumir. Para os autores a tentativa de suicídio é menos comum entre

idosos, se comparada a adolescentes e adultos jovens, idosos tendem a estar decididos, quando optam por esse caminho (VIDAL ; GONTIJO, 2013).

Por essas razões, é fundamental que haja uma rede de apoio e maior vigilância em relação aos idosos em risco de suicídio. Esses dados ratificam a importância do presente estudo.

Como destacado nos resultados, os homens formam o grupo com mais casos registrados, ou seja, são os homens que mais consumam o ato, no entanto são as mulheres que dominam os índices de tentativas de suicídio segundo os estudos analisados (MINAYO e CAVALCANTE e MANGAS e PINTO, 2010).

Um dos principais fatores de risco para comportamentos suicidas é a presença de transtornos mentais (Sena-Ferreira, Pessoa, Boechat-Barros, Figueiredo, & Minayo, 2014) como depressão, transtorno do humor bipolar e dependência de substâncias psicoativas (Botega, 2014).

Quando se fala dos fatores de risco, há consonância de todos os autores pesquisados de que, na velhice existem variáveis que podem interferir no desejo pela morte, os autores destacam: aspectos demográficos, doenças crônicas acompanhadas de dor ou incapacitação física, doença terminal, histórico pessoal de tentativas prévias de suicídio, transtorno de humor, além de sentimentos de desesperança, déficits na resolução de problemas, sentimento de inutilidade (BOTEGA, RAPELI, & FREITAS (2014); DIEHL (2011); SOUZA ET AL., (2010).

Estudos de Petrosa; Duque e Martins, (2016) apontaram que as principais causas que levam os idosos a cometer suicídio seria a depressão, abuso de substâncias psicoativas (álcool) e transtornos mentais (em primeiro lugar a depressão).

Um estudo qualitativo publicado em 2010, em que foram analisadas oito autópsias psicológicas de mortes por suicídio de idosos, que ocorreram no Município do Rio de Janeiro entre os anos de 2004 e 2007, destacaram que o maior grupo de risco para suicídio é o de pessoas acima dos 65 anos e esse risco aumenta com a idade (70 anos e +) e que a maior parte de idosos que morreram por suicídio tinha algum transtorno mental, sendo que de 71% a 90% deles sofriam algum grau de depressão. Dos oito suicídios consumados, os meios usados para consumir o ato, dois foram por enforcamento; cinco por queda de altura, todos cometidos por mulheres que moravam em edifícios com altura maior de que o sexto andar; e um de um homem por envenenamento. Cinco das mortes ocorreram ao amanhecer e três ao entardecer, muitas após uma noite de sono conturbada e três após um último contato com o cuidador ou um parente (MINAYO; CAVALCANTE et. al, 2012).

Estudo qualitativo feito pela ENSP/Fiocruz/RJ (2015), onde participaram 87 idosos do sexo masculino e feminino, residentes em várias regiões do país, com comportamento suicida, onde 20 deles tentaram suicídio e superaram o desejo e o impulso de tirar a própria vida, demonstrou que os fatores que mais contribuíram para a autossuperação foram: religiosidade e práticas religiosas; apoio social e familiar; suporte dos serviços de saúde; contato com animais de estimação; e retomada da autonomia para gerir a própria vida( FIGUEIREDO et.al, 2015).

CAVALCANTE et al., 2012, 2013, 2015) têm mostrado que é preciso conhecer as circunstâncias em que germinam o comportamento suicida, pois compreender esse fenômeno é fundamental na prevenção e no cuidado aos fatores de risco autor salienta que, para que se tenha sucesso na abordagem do assunto, é preciso entender que falar de suicídio é falar mais da vida que da morte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas estatísticas tem apontado um aumento significativo no número de idosos da população brasileira, porém, é notório que junto com esse ganho, surgem demandas inerentes ao envelhecimento que aumentam a necessidade do entendimento dos sentimentos vivenciados pelo sujeito idoso e dos impactos sofridos em sua saúde mental.

O desejo pela morte surge a medida em que as fragilidades aparecem. Percebemos nesse artigo que o segmento idoso é o grupo mais propenso ao ato suicida, reforçando esse entendimento, diversos estudos aqui apontados destacam que os motivos são os mais variados, desde a perda da autonomia, a ruptura dos vínculos familiares, transtornos mentais como depressão, abandono, negligência e a sensação de inutilidade, fazem com que a vida seja repensada durante a velhice.

Foi destacado também a relevancia de ampliar o estudo sobre a temática no Brasil, uma vez que esse fenômeno social tem abarcado números expressivos mas carente de pesquisas e apoio a prevenção.

O envelhecimento provoca alterações biopsicossociais que agravam o estado geral de saúde na velhice e muitas vezes contribuem para uma vida sem qualidade, o que faz com que o idoso tenha o desejo de antecipar sua morte.

Diante de tais desafios, se faz necessário abordagens interdisciplinares capazes de apontar para novas formas de compreensão e cuidado com o sujeito idoso, visando sua integralidade e dignidade. É preciso ainda, o investimento em políticas públicas que incentivem a autonomia e independência nessa etapa da vida, que ofertem profissionais qualificados, atividades grupais e apoio psicoterapêutico.

Ressalta-se ainda, a relevância do serviço público de saúde estar amparado para essa demanda crescente, com investimento no suporte psicológico, a fim de reduzir os danos apresentando nessa etapa da vida.

Destaca-se que diversos autores pontuaram a família, o afeto e o modo de viver como fatores determinantes para que não haja a conclusão do ato suicida, mesmo quando o idoso apresenta desejo por morte. Neste sentido, o fortalecimento de vínculos familiares e o diálogo aberto sobre suicídio são métodos eficientes de prevenção.

Para finalizar, é importante pontuar a necessidade de novos estudos e investigações futuras com escopo de compreender o suicídio em idosos, sobretudo, pela carência de maiores estudos que elencam essa temática no Brasil, onde se conclui que novas pesquisas contribuiriam para ampliar a discussão sobre essa problemática grave e crescente, porém evitável e que por isso mesmo precisa ser enfrentada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Prevenção do Suicídio: Um recurso para conselheiros. Departamento de Saúde Mental e de Abuso de Substâncias. Genebra, 2006. Disponível em:

[http://www.who.int/mental\\_health/media/counsellors\\_portuguese.pdf](http://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf) Acessado em 31 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não transmissíveis e Saúde Mental. Suicídio e graves problemas de saúde pública e prevenção como prioridade. 2018. Disponível em:

[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5674:suicidio-e-grave-problema-de-saude-publica-e-sua-prevencao-deve-ser-prioridade-afirma-opas-oms&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5674:suicidio-e-grave-problema-de-saude-publica-e-sua-prevencao-deve-ser-prioridade-afirma-opas-oms&Itemid=839) Acessado em 31 de maio de 2020.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; MINAYO, Maria Cecília de Souza and MANGAS, Raimunda Matilde do Nascimento. Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013001000023> Acessado em 10 de Maio de 2020.

CAVALCANTE A.C.S, et al. A clínica do idoso em situação de vulnerabilidade e risco de suicídio. *Trivium* [Internet]. 2015;7(1):74-87.

MINAYO, MCS, Cavalcante FG. Suicídio entre pessoas idosas: revisão de literatura. *Revista de Saúde Pública* 2010; 44 (4): 750 - 757. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003489102010000400020&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102010000400020&lng=pt) Acessado em: 31 de Maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Tentativas de suicídio entre pessoas idosas: revisão de literatura (2002/2013). *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 20, p.1751-1762, 2015.

\_\_\_\_\_. FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; MANGAS, Raimunda Matilde do Nascimento. O comportamento suicida de idosos: institucionalizados: histórias de vida. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, p.981-1002, 2017.

SANTOS, E. D. G. M., Lira, G. O. L., Santos, L. M., Alves, M. E. S., Araújo, L. F., & Santos, J. V. O. (2019). Suicídio entre idosos no Brasil: uma revisão de literatura dos últimos 10 anos. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 9(1), 258-282. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26864/PCS> Acessado em 01 de junho de 2020.

SÉRVIO, S. M. T., & CAVALCANTE, A. C. S. (2013). Retratos de autópsias Psicossociais sobre suicídio de idosos em Teresina. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(spe), 164-175. Recuperado. Disponível em:

[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932013000500016&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000500016&lng=en&tlng=pt) Acessado em 01 de junho de 2020.



SOUSA, G. S., SILVA, R. M., FIGUEIREDO, A. E. B., MINAYO, et. al. (2014). Circunstâncias que envolvem o suicídio de pessoas idosas. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, 18(49), 389-402. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0241>

Acessado em 01 de junho de 2020.

PINTO, L. W., Silva, C. M. F. P., Pires, T. O., & Assis, S. G. Fatores associados com a mortalidade por suicídio de idosos nos municípios brasileiros no período de 2005-2007. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2003-2009. Ano 2012.

VIDAL CEL, GONTIJO ED. Tentativas de suicídio e o acolhimento nos serviços de urgência: a percepção de quem tenta. *Cad. Saúde Colet.* 2013; 21(2):108-114.